

PALAVRA DE PRESIDENTE
Volume 2

A oratória dos Presidentes do Senado

SOB O SIGNO DE RUI BARBOSA

João Bosco Bezerra Bonfim

PALAVRA DE PRESIDENTE
Volume 2

A oratória dos Presidentes do Senado

SOB O SIGNO DE RUI BARBOSA

João Bosco Bezerra Bonfim

A oratória dos Presidentes do Senado.....	1
SOB O SIGNO DE RUI BARBOSA.....	1
A oratória dos Presidentes do Senado.....	2
SOB O SIGNO DE RUI BARBOSA.....	2
Apresentação.....	9
Agradecimentos.....	10
Introdução.....	13
A retórica viva nos parlamentos.....	15
O Presidente do Senado Federal perante o Estado.....	18
Discursos de posse e instalação das Sessões Legislativas.....	20
Floriano Peixoto (AL).....	24
Prudente de Moraes (Partido Republicano Dissidente – SP).....	26
Discurso.....	26
Radiografia.....	26
Manoel Vitorino (Partido Federalista da Bahia – BA).....	27
Resumo.....	27
Discurso.....	27
Configuração.....	28
Radiografia.....	30
Rosa e Silva (Partido Republicano Federal – PE).....	31
Resumo.....	31
Discurso.....	31
Radiografia.....	31
Afonso Pena (MG).....	33
Nilo Peçanha (RJ).....	34
Resumo.....	34
Discurso.....	34
Configuração.....	34
Radiografia.....	36
Quintino Bocaiúva (Partido Republicano Federalista – RJ).....	37
Resumo.....	37
Discurso.....	37
Radiografia.....	39
Wenceslau Braz (MG).....	40
Urbano Santos (Partido Republicano Conservador – MA).....	41
Delfim Moreira (MG).....	42
Bueno de Paiva (Partido Republicano Mineiro – MG).....	43
Resumo.....	43
Discurso.....	43
Configuração.....	44
Albuquerque Coimbra (PE).....	46
Mello Vianna (Partido Republicano Mineiro – MG).....	47
Resumo.....	47
Discurso.....	47
Configuração.....	48
Radiografia.....	51
Período Revolucionário 1930 – 1934.....	52
Medeiros Neto (Partido Social Democrático – BA).....	53
Resumo.....	53

Discurso.....	53
Configuração.....	55
Radiografia.....	58
Valdomiro Magalhães (Partido Progressista – MG).....	60
Discurso.....	60
Radiografia.....	60
Medeiros Neto (Partido Social Democrático – BA).....	61
Nereu Ramos (PSD – SC).....	62
Resumo.....	62
Discurso.....	62
Configuração.....	64
Radiografia.....	67
Café Filho (PSP – RN).....	68
Resumo.....	68
Discurso.....	68
Configuração.....	78
Radiografia.....	84
João Goulart (PTB – RS).....	85
Resumo.....	85
Discurso.....	85
Radiografia.....	90
Filinto Müller (PSD – MT).....	91
Resumo.....	91
Discurso.....	91
Radiografia.....	94
João Goulart (PTB – RS).....	95
Resumo.....	95
Discurso.....	95
Configuração.....	98
Radiografia.....	103
Auro de Moura Andrade (PSD – SP).....	104
Resumo.....	104
Discurso.....	104
Configuração.....	105
Radiografia.....	108
Auro de Moura Andrade (PSD – SP).....	109
Resumo.....	109
Discurso.....	110
Radiografia.....	114
Auro de Moura Andrade (PSD – SP).....	115
Resumo.....	115
Discurso.....	115
Auro de Moura Andrade (PSD – SP).....	117
Resumo.....	117
Discurso.....	117
Radiografia.....	119
Auro de Moura Andrade (ARENA – SP).....	121
Resumo.....	121
Radiografia.....	126
Auro de Moura Andrade (PSD – SP).....	127

<u>Resumo.....</u>	<u>127</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>127</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>133</u>
<u>Gilberto Marinho (ARENA – GB).....</u>	<u>135</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>135</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>135</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>139</u>
<u>João Cleofas (ARENA – PE).....</u>	<u>141</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>141</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>141</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>143</u>
<u>Petronio Portella (ARENA – PI).....</u>	<u>144</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>144</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>145</u>
<u>Configuração.....</u>	<u>152</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>160</u>
<u>Filinto Müller (ARENA – MT).....</u>	<u>161</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>161</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>161</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>164</u>
<u>Paulo Torres (ARENA – RJ).....</u>	<u>165</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>165</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>165</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>168</u>
<u>Magalhães Pinto (Arena – MG).....</u>	<u>170</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>170</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>170</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>172</u>
<u>Petronio Portella (ARENA – PI).....</u>	<u>174</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>174</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>174</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>176</u>
<u>Luiz Viana (ARENA/PDS – BA).....</u>	<u>177</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>177</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>177</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>180</u>
<u>Jarbas Passarinho (PDS – PA).....</u>	<u>181</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>181</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>181</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>185</u>
<u>Nilo Coelho (PDS – PE).....</u>	<u>186</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>186</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>186</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>191</u>
<u>Moacyr Dalla (PDS – ES).....</u>	<u>192</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>192</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>192</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>194</u>
<u>José Fragelli (PMDB – MS).....</u>	<u>195</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>195</u>

Discurso.....	195
Radiografia.....	198
Humberto Lucena (PMDB – PB).....	199
Resumo.....	199
Discurso.....	199
Radiografia.....	201
Nelson Carneiro (PMDB – RJ).....	203
Resumo.....	203
Discurso.....	203
Radiografia.....	207
Mauro Benevides (PMDB – CE).....	208
Resumo.....	208
Discurso.....	208
Radiografia.....	213
Humberto Lucena (PMDB – PB).....	215
Resumo.....	215
Discurso.....	215
Radiografia.....	220
Configuração.....	221
José Sarney (PMDB – AP).....	229
Resumo.....	229
Discurso.....	229
Radiografia.....	234
Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA).....	235
Resumo.....	235
Discurso.....	235
Radiografia.....	239
Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA).....	240
Resumo.....	240
Discurso.....	240
Radiografia.....	246
Jader Barbalho (PMDB – PA).....	248
Resumo.....	248
Discurso.....	248
Radiografia.....	251
Edison Lobão (PFL–MA).....	253
Resumo.....	253
Discurso.....	253
Radiografia.....	255
Ramez Tebet (PMDB – MS).....	256
Resumo.....	256
Discurso.....	256
Radiografia.....	261
José Sarney (PMDB – AP).....	263
Resumo.....	263
Discurso.....	263
Radiografia.....	271
Renan Calheiros (PMDB – AL).....	273
Resumo.....	273
Discurso.....	273

<u>Radiografia.....</u>	<u>280</u>
<u>Apêndice: Ulysses Guimarães e a Constituinte.....</u>	<u>282</u>
<u>Resumo.....</u>	<u>282</u>
<u>Discurso.....</u>	<u>282</u>
<u>Radiografia.....</u>	<u>292</u>
<u>Bibliografia.....</u>	<u>294</u>

[Epígrafes]

Exprimo o meu sentimento e julgo interpretar o sentimento de todos os Srs. Senadores, lamentando que houvesse renunciado [a] este cargo o nosso ilustre colega Senador pelo Estado da Bahia [i.e. **Rui Barbosa**], cuja pessoa é ornamento desta alta corporação e cujo nome é um título de glória para a nossa Pátria. (Quintino Bocaiúva, 1909)

Fui eleito por unanimidade. Hoje, andei bem, Srs. Senadores, não confiando ao papel as palavras que aqui deveria dizer. É que me encontro naquela posição – muito embora a diferença seja do dia para a noite – em que se encontrava o genial **Rui Barbosa** que, ao chegar à gloriosa Bahia, berço de gênios, exclamava: “Diante disto, depois disto, como principiar?” (Paulo Torres, 1973)

Se nossas responsabilidades são grandes pelo que nos espera o Brasil, não são menores pelo que tem significado o Senado na vida pública nacional. Na Monarquia e na República, aqui tiveram assento os maiores vultos de nossa História. (...) Não menos brilhante foi a fase republicana, quando freqüentaram a tribuna do Senado **Rui Barbosa**, Epiácio Pessoa, Francisco Sá, Pinheiro Machado, Afonso Pena, Leopoldo de Bulhões, Miguel Calmon, Rodrigues Alves e Otávio Mangabeira. (Luiz Viana, 1979)

Esta Casa tem o vulto de **Rui Barbosa**, ali, a nos contemplar; o civilista e o homem da lei. Que este seja o nosso guia nesta hera grave, trinta e sete anos depois [de derrubada a Ditadura de Vargas]. (Nilo Coelho, 1983)

Como síntese na evocação dos nossos maiores, guardião de nossas tradições, neste Plenário está o bronze eterno do **Rui Barbosa**, velando pelos nossos trabalhos. (José Sarney, 2003)

Apresentação

Bolívar Lamounier*

Um país que não fala de instituições não constrói instituições. O aprimoramento institucional depende das reflexões que os protagonistas políticos fazem sobre suas ações e experiências, de estudos e análises realizadas por historiadores, juristas e cientistas políticos, e, obviamente, da mais ampla disseminação possível de tais fontes entre os cidadãos. Nos países democráticos mais avançados, a riqueza do debate institucional é facilmente perceptível. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, para ficarmos só nestes dois, os órgãos de representação e de governo começaram a ser analisados desde o início, quando a democracia ainda ensaiava os primeiros passos. Nesse aspecto, o Brasil conta também com expressiva tradição, como demonstram publicações realizadas ou patrocinadas pelo próprio Senado Federal, remontando aos primórdios do Império.

O grande divisor de águas foi sem dúvida o processo de reconstituição e reafirmação do regime civil, a partir das eleições de 1974 e da Constituinte de 1987–88. No último quarto do século XX, a democracia representativa re-emergiu com notável vigor, estimulando o interesse de pesquisadores universitários e de jornalistas, entre outros, pela configuração e funcionamento dos Poderes, na atualidade e ao longo de nossa história. Até duas ou três décadas atrás, no meio universitário, a esfera das instituições era com frequência descartada como simples “aparência ideológica” ou como reino dos “puros formalismos”, desconectados da vida real. Contra esse pano de fundo, o interesse que hoje se observa bem merece ser descrito como uma redescoberta das instituições.

Nessa redescoberta a que me refiro, os trabalhos de João Bosco Bezerra Bonfim estão fadados a uma posição de destaque. Em sua obra anterior, *Palavra de Presidente*, João Bosco recupera os discursos de posse dos presidentes da República; nesta, os discursos de abertura dos presidentes do Senado, desde os primeiros dias da República. Compilação útil e cuidadosa, mas não apenas isso. Para extrair o sentido histórico dos discursos, João Bosco vale-se de toda uma teoria da retórica. Põe em relevo a relação que o orador trata de estabelecer com seu auditório imediato, com o corpo de senadores e com o público mais amplo, o País. As questões que ele se empenha em destacar e hierarquizar e os acordos que implicitamente ou explicitamente propõe a seus interlocutores. Que notável ovo de Colombo! Com ferramentas aparentemente tão simples, João Bosco consegue reconstruir a evolução histórica do Senado, parcela fundamental do processo mais amplo de construção da democracia brasileira.

* Cientista político, autor, entre outros, de *A democracia brasileira no limiar do século XXI* (Konrad Adenauer, 1996), *Rui Barbosa e a construção institucional da democracia brasileira* (Nova Fronteira, 1999) e *Da Independência a Lula: dois séculos de política brasileira* (Augurium, 2005).

Agradecimentos

O estudo que deu origem a este livro nasceu de uma instigante provocação feita pelo Senador Renan Calheiros, que, ao tomar conhecimento do livro *Palavra de Presidente – discursos de Posse de Deodoro a Lula*, entendeu haver espaço também para uma empreitada semelhante para os Presidentes do Senado, muitos dos quais, não por acaso, vieram a ocupar o cargo de mandatário da Nação.

Com uma pergunta na mente e um olho na tela do computador, partimos para a pesquisa, que contou com eficiente levantamento feito por Maria Neves de Oliveira e Silva (Mariinha), da *Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho*, do Senado Federal. Assim foi possível localizar os discursos que fazem parte deste estudo.

Graças ao ambiente de pesquisa proporcionado pela Consultoria Legislativa do Senado Federal, foi-me possível levar avante a empreitada, com a sempre justa cooperação do Diretor, Sérgio Penna, Consutor-Geral Legislativo, e de colegas de ofício, como Omar Alves Abbud e Arlindo Fernandes de Oliveira.

Por fim, a vinda a público desta obra não teria sido possível não fosse o patrocínio concedido pelo Instituto Telemar (Lei Rouanet de Incentivo à Cultura) ao livro *Palavra de Presidente*, fundo esse que previa uma bolsa para o pesquisador. De posse desses recursos, entendi que o melhor emprego para ele seria a publicação deste volume que, agora, chega às mãos do público.

João Bosco Bezerra Bonfim

Sob o signo de Rui Barbosa, o mais recente trabalho do escritor e Consultor Legislativo João Bosco Bezerra Bonfim, apresenta-nos um painel de mais de um século de vida republicana, a partir do prisma privilegiado dos discursos de posse dos presidentes do Senado Federal. Duas são, a meu ver, as grandes contribuições do autor neste livro, ambas de importância equivalente.

A primeira delas é a própria concepção da obra, a disposição em sequência de todos os pronunciamentos inaugurais da segunda ou terceira, conforme a regra variável, figura da República. A idéia é de simplicidade e fecundidade assombrosas e espanta que não tenha sido efetivada antes desta iniciativa. A simples leitura desta série, iniciada com o eloquente silêncio de Floriano Peixoto, permite identificar elementos de permanência e de mudança, assim como a resposta às demandas institucionais, políticas, partidárias, originadas de maneira precisa nos demais Poderes ou de maneira difusa no eleitorado. Essas falas são o ponto de confluência, a fronteira e a interseção entre instituições e atores; entre regra institucional e iniciativa individual; entre a demanda da inclusão e da reunião. Por um lado, a Presidência do Senado como personificação do regimento; por outro, a de diferenciação e separação, ou seja, o Presidente como homem de partido, de posições claras, definidas e transparentes.

A segunda grande contribuição do autor situa-se na análise dos discursos. Emerge aqui toda uma distribuição de significados, assinalados e interpretados com competência extrema por João Bosco. Aponto aqueles que mais estimularam minha reflexão.

Primeiro, a tematização recorrente da necessidade do bicameralismo. O Senado, na pessoa de seu Presidente, necessitou, em determinados momentos, justificar sua existência, perante os diferentes públicos, internos e externos, a que se dirigiam os discursos. A questão está associada, de maneira clara, à alternância de momentos federativos e centralizadores em nossa história. Fala-se da necessidade do Senado, da representação igual dos estados, dos senadores como “embaixadores dos estados”, em duas circunstâncias: nos momentos de ruptura, que sucedem períodos centralizados, quando o desenho institucional da República esteve em discussão, como em 1890, 1930, 1945, 1964 e até em 1970; ou na voz de presidentes oriundos de estados de menor expressão demográfica e econômica. Exemplar, nesse aspecto, são os pronunciamentos do piauiense Petrônio Portela.

Segundo, a defesa persistente do regime democrático. Nos momentos de perigo e mesmo de derrocada da democracia – e foram inúmeros episódios críticos –, o Presidente do Senado falou como Presidente do Congresso Nacional e reclamou a autonomia entre os Poderes, o respeito à oposição, a vigência dos direitos e garantias individuais, numa posição de fascinante ambigüidade, de lealdade simultânea ao regime de exceção e ao ideário do fim da exceção.

Por fim, algumas observações sobre alguns dos achados da interpretação do autor e as reflexões que me suscitaram.

As estratégias de interlocução, a repetição das fórmulas, medidas e cumprimentos, agradecimentos, o recurso aos argumentos gerais e específicos de ordem política e econômica, os elementos constitutivos dos discursos estão analisados e

* Doutor em Sociologia, Consultor Legislativo do Senado Federal, co-autor de *Política e Valores* (UnB, 2000) e diversos artigos nas áreas de sociologia política e sociologia rural.

compreendidos de forma extremamente convincente. A modéstia como condição de credibilidade; a menção ao antecessor imediato e à oposição, como instrumento de obter apoio e garantir coesão; os recados permanentes, para o Executivo e eleitores, da Federação e da democracia; todos são elementos cujo sentido torna-se claro quando passam pela grade da metodologia empregada.

A qualidade de determinados discursos chega a ser surpreendente. Indício, a meu ver, da vigência de um processo de seleção de lideranças políticas extremamente eficiente em pouco mais de um século de Congresso Nacional republicano. A elite política brasileira, independentemente de posições ideológicas e partidárias, pareceu capaz de produzir líderes de estatura, para os quais a passagem pelo Senado Federal constituía parte importante de sua formação.

Finalmente, não poderia deixar de me referir à constatação de maior força que a leitura deixa: o extraordinário poder das palavras. presidentes do Senado falavam em Federação, num momento em que os governadores eram indicados pelo Presidente da República. Falavam em democracia, num momento em que o voto era limitado e os direitos individuais espezinhados. Ou seja, federação e democracia existiam apenas como rede tênue de diálogo entre situação e oposição no espaço institucional do Senado e da Câmara. No entanto, a partir dessa rede de palavras, ganharam, pouco a pouco, realidade nas normas e nas práticas e o estado de exceção teve fim.

Enfim, é imperativo reconhecer a importância deste trabalho, que reúne, a um tempo, a fonte do dado e a evidência produzida pelo competente trabalho interpretativo do autor.

Introdução

Este estudo resgata e analisa os discursos de posse e de abertura das sessões legislativas do Senado Federal, de 1891 a 2005, com o objetivo de compreender como se expressaram os presidentes dessa Casa legislativa. Nasceu motivado por outro – *Palavra de Presidente – discursos de posse de Deodoro a Lula* (LGE, 2004), em que recompúnhamos a trajetória das falas inaugurais dos presidentes da República.

E quanto ao Legislativo, como se pronunciaram nesse período os seus dirigentes, particularmente o Presidente do Senado, e, simultaneamente, do Congresso Nacional?

Para compor o livro, optamos, sempre que possível, pela orientação constitucional, qual seja, a da posse dos vices da República como dirigentes máximos do Senado. Em algumas situações – Filinto Muller, em 1959, e Auro de Moura Andrade, em 1962, por exemplo – reproduzimos os discursos dos vices. O primeiro, para mostrar uma certa “revolta” entre os senadores, que não podiam escolher o seu dirigente, obrigados sempre a acatar alguém “de fora”. O segundo, para comprovar que, efetivamente, era, então, o Vice do Senado que comandava a Casa, em decorrência dos eventos que envolveram o período de João Goulart como titular do cargo.

A concretização dessa tarefa teve o apoio entusiasmado do Senador Renan Calheiros, Presidente do Senado, e também do Consultor-Geral Legislativo, Sérgio Penna, que nos estimulou a esta empreitada.

Com base nos conceitos de retórica (*orador, auditório, acordo*), analisamos os discursos para verificar a expressividade e os meios de que lançaram mão, nos diferentes momentos da história brasileira nesses mais de 100 anos de República.

Com tal leitura, podemos vislumbrar não apenas quem foram esses oradores, mas também quem constituía seus auditórios e quais eram os acordos buscados.

O que pensavam de si mesmos? Que concepção de democracia ou de desenvolvimento adotavam? Como viam o povo brasileiro? Que relações de aliança buscavam, no Executivo, nos partidos ou na sociedade? Esses aspectos todos são revelados com a análise que fazemos das **cortesias, crenças e da identidade do orador**, tomando como base uma seleção dessas peças oratórias (**Configurações**).

Igualmente, é possível vislumbrar que projetos de Brasil tinham, que proposições faziam, que problemas identificavam e que soluções apontavam, pela leitura dos **problemas, perigos, inimigos e das proposições**.

Não será demais lembrar que, de 1891 a 2005, houve quebras terríveis no processo democrático. Após um tumultuado início de República, veio a Revolução de 1930, quando ficou o Legislativo sem funcionar até a convocação da Constituinte de 1934. Promulgada essa Carta Constitucional, somente em 1935 o Senado começa a funcionar. Em 1937, nova interrupção, com retomada apenas em 1946. Entre 1964 e 1980, vários obstáculos foram colocados no caminho do Legislativo e da própria oxigenação democrática. A interrupção da realização de eleições presidenciais diretamente foi o primeiro deles, seguida por sucessivos Atos Institucionais que procuravam calar ou manietar o Legislativo: extinção dos partidos, instauração do bipartidarismo, eleições indiretas para prefeitos de capitais, Emenda Constitucional nº 1, de 1967, sublegenda...

Mesmo depois do aceno com o processo de democratização, houve percalços. Além do “recesso” do Congresso, decretado pelo Ato Complementar nº 102, de 1º de abril de 1977, é instituída a figura do senador biônico, a ser eleito não pelo voto direto, mas por um colégio eleitoral, a fim de evitar uma virtual maioria da oposição no Senado.

Os discursos aqui apresentados e analisados refletem, dialogam, revelam pontos obscuros de mais de um século da História brasileira, pela “voz” dos presidentes do Senado, de tal modo que passa a ser uma fonte de compreensão da política brasileira, pela ótica deste observador e ator privilegiado.

A retórica viva nos parlamentos

Adotamos aqui as definições de retórica apresentadas por Chain Perellman (Perellman e Olbrechts-Tyteca, 1996), a fim de melhor tratar os personagens e eventos. *Orador* é aquele que se dirige ao *auditório*, na busca de um *acordo*.

Se não pairam dúvidas sobre o indivíduo histórico que proferiu tais discursos, no caso deste estudo o Presidente do Senado, não é tão simples quando o qualificamos como “orador”. Este vai além da “pessoa”: é uma *persona política*, tomando de empréstimo o conceito do teatro grego. Ele compõe um tipo que será o resultado de tudo o que o colocou naquela posição. Para isso, influem sua biografia e história política, obviamente. Mas também o momento político, os arranjos que o levaram a tal posto. Num simples exemplo: o Petronio Portela de 1971 não será o mesmo de 1977. Outra é a vivência, diverso o processo por que passa o País, ampliadas as perspectivas, distinta a composição do Senado.

O *auditório*, por sua vez, também apresenta complexidades. Melhor seria falar, então, de auditórios. O primeiro deles, sem dúvida, é composto pelos que se encontram no recinto do Plenário, na hora da fala. Este seria o “especializado”, que detém poder diretamente sobre o orador. Mas este é apenas um deles. Ainda que não se encontrem no recinto, o Presidente do Senado dirige-se a todos os parlamentares federais, pois é também Presidente do Congresso Nacional. Mas os outros dois poderes também podem ser incluídos nesse auditório poderoso. Para além do ambiente físico e de poder nominadamente identificado (Presidente da República, ministros do Executivo e do Judiciário...) está o auditório universal, composto por toda a sociedade brasileira. Mas ainda este poderá ser repartido, a fim de que se compreendam as mensagens do orador.

Com certeza, os eleitores do Senador-Presidente não deixam, eles também, de constituir um auditório especializado, uma vez que sobre o orador (em seu futuro político) têm poder. O mesmo raciocínio pode ser feito para os segmentos organizados da sociedade, eles também detentores de poderes específicos: as federações e confederações de indústria, comércio ou bancos; igualmente os sindicatos, federações e confederações de trabalhadores.

Como se trata do segundo¹ ou do terceiro na linha de sucessão presidencial, também parcelas do auditório se localizam no cenário internacional e sobre esse orador mantêm interesse.

O *acordo* buscado variará, conforme a *persona política* do orador, das circunstâncias políticas e econômicas e dos auditórios. Pode ser que gire, por exemplo, em torno da simples aceitação do Presidente como tal. Pela leitura dos discursos de posse de João Goulart (1956 e 1961), Café Filho (1951) e Nereu Ramos (1946), vemos que boa parte da fala é empregada para “justificar” não apenas a legalidade e constitucionalidade de um Vice-Presidente da República assumir a Presidência do Senado. Além desses pontos, discorrem longamente sobre a experiência histórica em outros países ou sobre a própria representatividade para convencerem e persuadirem o auditório (conjunto de senadores) de que é lícito, adequado, conveniente e bom que essas pessoas-nestes-cargos ocupem a Presidência do Senado.

Mas esse acordo pode girar em torno de agendas políticas, sejam elas dirigidas ao Legislativo ou extensivas aos problemas nacionais e internacionais, com várias configurações. O Presidente do Senado pode conclamar seus pares a votarem um importante projeto de código, por exemplo, que mudará todo o ordenamento

¹ Pelas constituições de 1891 e de 1946, o Vice-Presidente da República era, simultaneamente, o Presidente do Senado. Pela Constituição de 1988, este se torna o terceiro na linha de sucessão.

econômico, jurídico e administrativo da sociedade; ou protestar contra tal ou qual política econômico-financeira e reclamar mudanças não em leis, mas na gestão feita pelo Executivo. Estes são exemplos de acordos buscados.

Em todos os discursos, os leitores verão em funcionamento os dois mecanismos privilegiados da retórica, da argumentação: a **persuasão** e o **convencimento**. Pela primeira, ele compartilha valores e sentimentos com a audiência. Se menciona “democracia” como ideal, espera que tal conceito e visão de mundo ressoem nos ouvintes e façam com que o apoiem em seus reclamos de um país democrático. Do mesmo modo, alega-se ser o Brasil um país “cristão”, que o que procura é o apoio de todos os que se declaram de tal crença. Aponta-se a inflação como o pior inimigo; do mesmo modo está lidando com as sensações e sentimentos, muito mais do que com as reflexões aprofundadas sobre tais temas.

Mas, além da persuasão, procura também convencer. E faz isso citando fatos, casos, dados estatísticos, narrando experiências políticas, trazendo testemunhos autorizados, pois, afinal, nossa política se pauta também por uma argumentação “racional”. Então, o orador discorre sobre as razões por que se deve ou não tomar tal ou qual atitude política.

O que pretende o parlamentar (*orador*) senão obter de seus pares do Plenário (*auditório*) a adesão a sua causa e, assim, ser vitorioso no debate ou na votação (*acordo*)?

Nos dias correntes, a menção à “retórica” está, lamentavelmente, associada ao “uso vazio da linguagem”, como se fossem palavras sem correspondência com a realidade. Entretanto, essa disciplina e essa prática social continuam a ser empregadas em nossos dias, mais do que nunca. Consistem no emprego da palavra por um *orador* para **convencer** e **persuadir** *auditórios*, para a consecução de um *acordo*. Com a ressalva que, em tempos de domínio da mídia, mais que palavras, imagens, sons e outras combinações possíveis são utilizadas para cumprir os objetivos da retórica.

Enquanto os estudos da linguagem “esquartejaram” a retórica em numerosas figuras de linguagem (metáfora, metonímia, sinédoque, etc.), fazendo com que esta perdesse a noção de uso, em dois ambientes essa arte jamais deixou de ser empregada: nos tribunais e nos parlamentos. O que deseja o advogado (*orador*) senão obter do juiz ou júri (*auditório*) uma sentença (*acordo*) que favoreça sua causa? Do mesmo modo, o que pretende o parlamentar senão obter de seus pares do Plenário a adesão a sua proposição?

Neste estudo, em que resgatamos os discursos inaugurais dos presidentes do Senado, seja no momento da posse, seja no da instalação da Sessão Legislativa, verificaremos o quanto a retórica é cheia de vínculos com a realidade; e de como tem estado a serviço da política, ao proporcionar que oradores reúnam em torno de si auditórios em busca da aprovação de causas nobres – mas, também, para defender o arbítrio, em certas ocasiões.

Nereu Ramos, João Goulart, Auro de Moura Andrade, Petronio Portela, Luiz Viana Filho, Humberto Lucena, Mauro Benevides e José Sarney são alguns desses personagens políticos que, do alto da autoridade que lhes conferia a cadeira de Presidente do Senado, utilizaram a palavra para mover ou demover poderosos auditórios, dentro ou fora do Congresso Nacional.

Vale ressaltar que, independentemente do arbítrio e da repressão reinantes durante o período militar, o Congresso Nacional foi sempre um lugar em que se ofereceu “resistência”. Tanto é assim que o regime militar, por mais de uma vez, cassou mandatos ou interrompeu as atividades parlamentares, a fim de fazer prevalecer o autoritarismo e a violência, em momentos críticos.

O Presidente do Senado Federal perante o Estado

Entre 1891 e 1930, a Presidência do Senado foi ocupada pelo Vice-Presidente da República. Com a revolução, o Congresso foi dissolvido. De 1935 até 1937, o Presidente do Senado passa a ser eleito dentre os próprios senadores. Com o novo fechamento do Congresso em virtude do Estado Novo, somente em 1946 serão retomadas as atividades da Câmara Alta, quando é recriado o cargo de Vice-Presidente da República, novamente investido do papel de Presidente do Senado. Essa prática vigora até a instauração do parlamentarismo, quando o cargo de Vice-Presidente é extinto. Passa o dirigente, então, a ser eleito por seus pares, situação que vigora até hoje (Passos, 1991).

Entretanto, a par dessa “dança de cadeiras” constitucional, é notória a proeminência do Presidente do Senado no cenário institucional. Seja porque é o primeiro ou o terceiro na linha de sucessão presidencial, seja porque preside o Congresso, seja porque chegou a esse cargo em virtude da liderança que exerce sobre as bancadas, fator que lhe propicia a eleição.

E é como estadista que ele se posiciona, por ocasião de sua posse e da instalação da Sessão Legislativa. Além das costumeiras gentilezas ao auditório presente no recinto, ele se dirige, de fato, à nacionalidade. É a esta, em última instância, a quem deve satisfação. É com a população brasileira – hoje, alcançada pelas transmissões ao vivo da Rádio e da TV Senado – que ele se compromete em sua gestão.

Durante a democratização pós-ditadura, a par de todos os problemas enfrentados pelo País (diretas, recessão, inflação, planos econômicos), o Congresso não deixou de estar sob ataque, por diversas causas. Às vezes motivadas por eventuais desvios de conduta de alguns de seus membros, essas críticas acabavam por repercutir na coletividade, fazendo com que os presidentes tivessem também que se comprometer com uma agenda moralizante.

Outras críticas, estas pelo menos mais elevadas, têm dito respeito a uma “expectativa” de produtividade legislativa, em que é apontada a “lentidão” para aprovar matérias, ou às interrupções decorrentes da dinâmica legislativa (trancamento de pauta, excesso de medidas provisórias, manobras regimentais de negação de quórum, inexistência eventual de maiorias que recomendem um adiamento, etc.). A essas críticas os dirigentes do Senado têm sempre procurado responder com compromissos de eficiência, celeridade nas votações, etc. Se pensarmos que essas questões são novas, muito nos enganamos. Já Café Filho, em seu discurso de posse (1951), tece longas considerações sobre o tema. Inicia ressaltando que “(...) corporações essencialmente políticas, é natural que as casas do Legislativo sejam duramente criticadas pelo que fazem e pelo que deixam de fazer”. Segundo ele, “argüi-se, principalmente, contra as casas legislativas, a sua pouca produtividade, além do excesso de tempo gasto com as questões políticas”. E, taxativamente, rebate tais críticas do seguinte modo:

O trabalho de uma agremiação dessa natureza não pode ser aferido pelo número de leis que produza, nem pelos discursos políticos que se ouçam no seu plenário. É mister se não esqueça a tarefa beneditina das Comissões, onde os assuntos são estudados detidamente antes que cheguem ao plenário.

O fundamento de tais críticas, bem como a comparação sempre feita, que é o contraste com a “agilidade” do Executivo, é altamente questionável. Elas se baseiam num senso comum de que “deve haver” uma produtividade legislativa, como se os problemas do País pudessem sempre ser resolvidos por intermédio de novas leis. Os

próprios parlamentares, por sua vez, tendem a se sentir “acuados” diante de tais críticas, ao que procuram responder com a apresentação de novas proposições.

Um exemplo surge com as notícias sobre violência. Uma enxurrada de reportagens sobre violência leva os parlamentares a quererem agir; mas como não dispõem dos instrumentos repressivos ou judiciais, apresentam proposições para elevar as penas, tipificar novos crimes, tornar outros inafiançáveis, e assim por diante. O que ocorre é que não necessariamente tais medidas (se aprovadas), de fato, trarão mais segurança à população. E uma nova temporada de reportagens sobre a violência trará nova produção legislativa em torno do tema. Poucas vezes, como no caso atual do Estatuto do Desarmamento, uma política pública essencialmente elaborada no Congresso teve tantas repercussões na prática imediata, como vem ocorrendo com o recolhimento de armas.

A precedência ou a proeminência na iniciativa legislativa acaba por ser o grande “mote” para desvalorizar o Legislativo. E a essas críticas, novamente, o Presidente do Congresso se sente obrigado a responder.

Ao Congresso cabe discutir, rejeitar ou aprovar políticas públicas fundamentais para o País, para as instituições, para a cidadania. A medida provisória que criou o Real, exaustivamente reeditada, foi um exemplo em que a máxima de que “não decidir é decidir” foi aplicada deliberadamente: mesmo o governo dispondo de maioria para aprovação no Congresso, esta medida não foi votada por longo tempo.

Enfim, ao Presidente do Senado e do Congresso Nacional compete um papel de estadista. Esse papel ficará claro nos momentos iniciais de seu mandato, conforme a profundidade com que se pronuncie sobre os temas nacionais – e também sobre os internacionais – que digam respeito ao presente e futuro do País. Mas, diferentemente do chefe do Executivo, o Presidente do Senado não dispõe dos instrumentos de gestão (ministérios, recursos, poderes de polícia, equipamentos). Então, ele se concentra nas competências do Legislativo para delas tirar o melhor proveito para a nação: poder fiscalizatório, apreciação e aprovação de orçamentos, indicação de autoridades (embaixadores, diretores do Banco Central, de agências reguladoras, ministros dos tribunais superiores), sem falar no poder de rejeitar iniciativas do Executivo e de apresentar e aprovar emendas constitucionais.

Obviamente, o exercício de tais poderes nem de longe é incompatível com as alianças virtualmente existentes entre bancadas e Executivo, que são decorrentes do processo político corrente. No aproveitamento desse espaço reside o maior ou menor alcance das ações do Presidente do Senado Federal. E tal sinalização tem sido feita já nos discursos de posse e de instalação da Sessão Legislativa.

Discursos de posse e instalação das Sessões Legislativas

São duas as ocasiões solenes em que se pronunciam os presidentes do Senado: nas respectivas posses e na abertura das sessões legislativas anuais. Neste estudo, identificamos a natureza desses pronunciamentos, procurando verificar quais os temas predominantes, os auditórios privilegiados, a abrangência.

Para tanto, na seção denominada **Configurações**, dividimos nossa análise em quatro pontos principais:

- I) Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio;
- II) Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências;
- III) Crenças e valores;
- IV) Identidade do orador; e
- V) Proposições e conclamações.

As cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio revelam o auditório ou auditórios a quem o Presidente se dirige. O primeiro, obviamente, é constituído pelos presentes ao próprio recinto do Congresso. Mas não é apenas a estes que a autoridade se dirige. Também o Poder Executivo constitui poderosa audiência. Então, não raro, ele está incluído entre os que recebem cumprimentos ou são alvos de homenagens ou gentilezas.

O auditório universal, que em sua configuração máxima é composto por todo o povo brasileiro, pode ser repartido, se o orador se refere a empresas/empresários ou trabalhadores, por exemplo. Frequentemente, aparecem as menções “povo”, “nação”, “Brasil”, “nós”, “povo brasileiro”, e assim por diante. Algumas vezes são mencionados também os segmentos marginalizados, que ora aparecem como “os menos favorecidos”, ora como os “carentes, querendo significar que é em nome destes que o Presidente do Senado vem a público.

Na configuração desses auditórios, o Presidente lança mão também de valores que sejam caros ao público que o vê, assiste ou virá a ler. Exemplos são encontrados na tradição do Senado, por meio das intervenções políticas já ocorridas na História brasileira. Pode ser uma referência a um marco na sociedade brasileira (Constituição de 1988, Diretas-Já) ou uma personalidade marcante (Rui Barbosa e seus ensinamentos). Com tais menções históricas, o orador procura configurar uma sintonia fina entre suas crenças e valores e as do auditório, ou parcelas dessa audiência que com ele compartilhem a admiração por tal personalidade ou período do nosso passado.

Qual a relevância desse apanhado? Saber com quem o orador tem compromissos, pois é isso que revelam essas referências.

Por vezes, como acontece em Antonio Carlos Magalhães (1999), o orador tem uma consciência precisa de seus auditórios especializados e do auditório universal. É pródigo em fazer referências ao auditório que sobre ele tem poder e sobre o qual deseja estender sua influência. Ele o faz saudando os novos senadores, homenageando a memória dos recém-falecidos, todos os demais senadores presentes (VV. Exas.), o Senado, o Legislativo, a Câmara dos Deputados. Outro auditório especializado – e poderoso – é o do Executivo, a quem se dirige especificamente (o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Executivo). Mas suas mensagens levam em conta, com destaque, o auditório universal (as classes menos favorecidas, o povo sofrido, o povo, o Brasil).

Ressalte-se que o elogio pode também ser uma forma de comprometimento. Ao analisar o papel do parlamento na Revolução Francesa, Gumbrecht menciona uma petição ao Rei Luís XVI, proposta por Mirabeau, no desfecho da Revolução Francesa,

que se caracterizaria como uma homenagem com caráter coercitivo. O objetivo de Mirabeau era fazer com que Luís XVI demitisse os ministros, então recém-nomeados. Essa seria uma tentativa de subordinar o rei ao Parlamento, mesmo antes de aprovada a constituição que se encontrava ainda em discussão, nessa ocasião.

Em linhas gerais, Mirabeau homenageia o rei, ao agradecer a confiança que o monarca depositara na Assembléia e ao declarar a confiança que o povo depositava no rei (*premissa*). Em seguida, argumenta com a desconfiança da Assembléia em relação aos novos ministros (*proposição*). Por fim deduz (*argumentação*) que “um rei interessado em preservar a confiança do povo e dos seus representantes deveria romper com seus ministros”. Com isso Mirabeau “demonstrou que Luís XVI era obrigado a demitir seu gabinete” (Gumbrecht, 2003).

Nas homenagens que Antonio Carlos Magalhães (1999) faz ao Presidente reeleito, podemos vislumbrar um movimento semelhante (de elogiar para fazer com que o homenageado adote certa atitude recomendada pelo orador). Vejamos as asserções presentes nos parágrafos 13 e 14 do discurso:

– *quis o povo reconduzir o Presidente que elegeu em 1994 e mantê-lo em maioria no Congresso para dar continuidade às reformas que marcarão este Governo (§13)*

– *e o Presidente da República sabe que o povo lhe deu maioria nesta Casa para promover o seu bem comum e dignificar a sua cidadania, preservar os seus valores (§14)*

Em outras palavras, o homenageado é “obrigado” a cumprir a agenda que o orador lhe fornece, pois, nesse momento, ele avoca para si o papel de intérprete da vontade dos eleitores. E por que ele pode avocar para si esse direito? Porque fala em nome da “maioria no Congresso”, a qual, de fato, tem poder para deliberar em favor ou contra os propósitos do então Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Outros momentos em que o orador homenageia para “obrigar” o homenageado são estes dois trechos, em que condena as instituições da Justiça que errarem, e impõe uma obrigação à Câmara dos Deputados :

– *quem [instituições ligadas à Justiça] tem exemplo [Supremo] a seguir não tem o direito de errar (§18)*

– *Casa [Câmara dos Deputados] que também tem sido pródiga em bem servir ao País e que não faltará agora na votação das reformas (§19)*

Ou seja, o orador utiliza-se de um artifício retórico bastante sutil (falar bem, homenagear um ator político poderoso) para vincular tal homenageado a uma obrigação determinada por ele, orador.

Nas **menções a problemas, perigos, inimigos e advertências**, residem as partes fundamentais do discurso: qual o cenário político econômico e social, segundo o Presidente do Senado? Essa leitura será fundamental para que o auditório possa mensurar a profundidade da intervenção do dirigente. Ele se limita a temas gerais? Não vai além dos assuntos consensuais? É incisivo ao apontar problemas? Nomeia inimigos explicitamente? Descreve processos que estão em curso e que colocam o País em risco? Que influência outros países ou a conjuntura internacional têm sobre o Brasil, no momento?

Uma vez feito esse diagnóstico, o Presidente pode sobre ele se posicionar. Quase sempre o faz lançando mão do “nós”, do sujeito coletivo que é o Senado e, extensivamente, o Congresso Nacional. Há leis a serem votadas? Há atitudes políticas a serem tomadas? Protestos? Pactos a serem feitos? De todo o modo, os atores políticos – que são os senadores – devem tomar parte na resolução dos problemas apontados.

As **crenças e valores** constituem uma das partes mais delicadas do pronunciamento. Por intermédio de negativas ou afirmativas enfáticas, assim como outros recursos retóricos, o Presidente do Senado revela seus “valores-de-verdade”, isto é, suas crenças mais arraigadas, suas indignações, suas convicções ideológicas ou políticas.

As negativas têm a seguinte riqueza argumentativa: elas tomam o “discurso do outro”, incorporam-no no próprio e, simultaneamente, o negam. Um exemplo:

– *ninguém, mas ninguém mesmo, granjeará prestígio popular neste país, se não atender, rigorosamente, aos novos padrões de dignidade pessoal e política* (Humberto Lucena, 1993, Instalação da Sessão Legislativa).

Com essa negativa categórica, toma a “possível” crença (não necessariamente assumida por alguém; talvez uma percepção do senso comum) de que é possível granjear prestígio popular sem se comprometer com os valores da dignidade pessoal e política. O que faz o orador? Toma essa possível asserção e a nega. Não simplesmente nega; mas o faz com veemência. Isso para demonstrar o quanto está comprometido com esse valor de verdade. Veja-se uma escala como a seguinte:

(a) **alguém** pode granjear apoio popular sem atender aos novos padrões de dignidade pessoal e política

(b) **ninguém** pode granjear apoio popular sem atender aos novos padrões de dignidade pessoal e política

(c) **ninguém, mas ninguém mesmo**, pode granjear apoio popular sem atender aos novos padrões de dignidade pessoal e política.

Metáforas e comparações mais amenas, assim como todo o rol das figuras de linguagem, podem ser utilizadas para dar ênfase ao que diz o orador. Essa é a parte da *persuasão*. Nela, o orador obtém o apoio de seu público não com a comprovação de fatos observáveis, estatísticas, testemunhos históricos. Nesse ponto, entram em ação os valores compartilhados entre o orador e sua audiência (ser cristão, ser democrata, ser contra a pobreza, e assim por diante).

Na **identidade do orador**, o Presidente trabalha tanto a autopercepção (quem sou) quanto à visão que quer ver espelhada em seu discurso. Pode recorrer a elementos biográficos (anos de mandato parlamentar, cargos assumidos ao longo da vida pública, encargos espinhosos dos quais se livrou, arbitrariedades que sofreu, lutas que travou, etc.). Não estão descartados elementos como a origem (humilde ou de estirpe, de tal ou qual região do País), a formação, etc. Ou pode o orador deixar que o auditório forme dele uma imagem, simplesmente pelo que diz, pelo modo como avalia a situação do País e pelas propostas que faz.

As **proposições e conclamações** fazem a contraparte da leitura feita em **problemas, perigos...** Nesse tópico, Presidente do Senado apresenta “o que vai fazer”, para as tarefas que estão a seu alcance, pelo posto que ocupa; também o que o “nós”, coletivo do Senado, vai ou pode ou deve fazer. Mas também pode conclamar a outros (o Judiciário, o Executivo) a realizar tarefas que lhes sejam próprias. Sempre sabendo que ele não está numa posição comum de reivindicar, mas numa posição de poder. E utiliza a cadeira presidencial com a moderação necessária para não cair no ridículo, caso não seja possível fazer o que propõe, ou caso não lhe seja reconhecida autoridade para indicar tal providência. Também não costuma ser excessivamente modesto, pois é natural ao cargo de Presidente do Senado que se imponha frente a grandes causas, justamente pelo que dele é esperado.

A fim de promover uma leitura mais aprofundada dos discursos dos presidentes do Senado, na era republicana, analisamos dez deles, verificando o modo como configuraram seus auditórios, que leitura fizeram da realidade, como viam a si próprios,

que recursos retóricos mais comuns utilizaram e, por último, com o que se comprometeram.

Estão nessa seleção *Manoel Vitorino* (1894), *Mello Viana* (1926) e *Nilo Peçanha* (1906) por serem dos primeiros da série, para termos uma idéia do modo como esses pioneiros viam a si mesmos e à instituição; *Medeiros Neto* (1935), por ser o primeiro depois da Constituinte de 1934; *Nereu Ramos* (1946), igualmente por ser na sequência de uma Constituinte; *Café Filho* (1951), pelas qualidades didáticas de seu pronunciamento, que representam o equivalente a uma aula magna sobre a instituição da Vice-Presidência da República exercida concomitantemente à Presidência do Senado e do Congresso Nacional; *João Goulart* (1961), pela delicadeza do momento institucional que representa; *Auro de Moura Andrade* (1962), igualmente pela crise, então, em marcha, mas também por ser ele um dos que por mais tempo exerceu a presidência do Senado, na condição de eleito por seus pares, e não por ser Vice-Presidente da República; *Petronio Portella* (1971), pela sua expressão política no cenário de então; e, por último, *Humberto Lucena* (1993), por ser após a crise institucional do *impeachment*. Todos esses já apresentam um distanciamento histórico razoável, para permitir uma leitura mais abalizada.

Embora possa parecer deslocado do contexto, não resistimos à tentação de incluir o discurso de Ulysses Guimarães, na abertura da Constituinte. Não apenas porque o episódio marca uma importante transição na vida política nacional, mas pela riqueza retórica que encerra.

Floriano Peixoto (AL)

19 de junho de 1891

22ª Legislatura²

Floriano Peixoto não fez discurso de posse. Entretanto, consideramos que o seu silêncio foi bastante eloqüente, pelos comentários publicados na imprensa. Na biografia do Presidente Floriano³, consta o seguinte comentário:

Medeiros e Albuquerque, num dos seus artigos de colaboração evocou no jornal argentino *La Prensa* [22 de março de 1931] o cenário do Congresso naquele dia, em que Floriano foi recebido com ruidosa ovação, não só pela grande maioria dos congressistas, como pela numerosa assistência que enchia as galerias.

Não nos furtamos ao prazer de inserir aqui a interessante crônica do dispersivo e futurante escritor, dos mais entusiastas e dedicados partidários de Floriano:

(...)

A posse se deu na sala do Congresso, que era enorme e estava absolutamente repleta. Uma multidão imensa se espreguiçava, cotovelo com cotovelo, apertando-se.

O presidente do Congresso nomeou uma comissão encarregada de fazer entrar na sala o Presidente da República eleito.

Se fez um profundo silêncio.

Apareceu o Marechal Deodoro, por fim. Alguns de seus amigos quiseram recebê-lo com aplausos. Vários civis reclamaram silêncio. Ante a intimação, os aplausos cessaram.

Os partidários de Deodoro eram evidentemente numerosos e podiam perfeitamente ter feito grande ovação. Entretanto, ao ouvirem as enérgicas ordens de silêncio, julgaram certamente que os aplausos eram inconvenientes naquela ocasião, e calaram-se. Daqueles primeiros aplausos, logo interrompidos, restou uma impressão ridícula e penosa.

O Presidente do Congresso enviou em seguida outra comissão para trazer ao recinto o Vice-Presidente da República, Floriano Peixoto.

No recinto, lotado, observou-se um silêncio ainda mais profundo. Um cego julgaria que aquele enorme recinto transbordante de gente estaria inteiramente vazio.

Floriano assomou na porta da sala e começou a subir as escadas que o levariam à Mesa do Congresso. Então, uma ovação enorme e ruidosa ecoou na sala imensa. Lenços foram agitados e explodiram vozes: Viva Floriano!⁴

² A Presidência do Senado Federal era ocupada, segundo a Constituição de 1891, pelo Vice-Presidente da República e, na sua ausência ou impedimentos, pelo Vice-Presidente do Senado Federal (Passos, 1991, p 13).

³ Peixoto, 1939, pp.161-3.

⁴ Em livre tradução para o português, da transcrição que Peixoto faz da crônica publicada no jornal argentino *La Prensa*, de 22 de março de 1931.

Era um delírio. O Presidente do Congresso, em vão, tocava as campainhas elétricas. Se sabia que ele acionava a campainha porque se via que ele apertava desesperadamente todos os botões. Mas não se ouvia nada. Era como se as próprias campainhas estivessem gritando: “Viva Floriano!”

Durante todo o tempo em que durou a cena, o aclamado era o único que permanecia impassível. Parecia uma dessas máscaras japonesas ornamentais, hoje tão comuns. Deodoro, por sua vez, olhava aquela multidão em delírio, numa atitude de quem ia se atirar contra ela. Tinha uma fisionomia leonina. Usava a longa barba aberta. Os olhos fulminavam de cólera. As mãos se crispavam no dorso da cadeira, onde as tinha pousadas.

Deodoro sentia bem que aqueles aplausos e aquelas aclamações o esbofeteavam... Foram momentos trágicos.

Pouco tempo depois, Deodoro, em luta com o Congresso, resolveu dar um golpe de Estado. (...)

Em virtude da renúncia de Deodoro da Fonseca, Floriano Peixoto viria a assumir a Presidência da República, em 23 de novembro de 1891, nesse posto permanecendo até o fim do período presidencial. Com isso, Prudente de Moraes, que era o Vice-Presidente do Senado, exerceu a Presidência da Casa durante esse período.

Prudente de Moraes (Partido Republicano Dissidente – SP)

14 de maio de 1892^{22a} Legislatura⁵

Discurso

Agradeço à maioria do Senado a distinção que acaba de conferir-me, e procurarei sempre, não poupando esforços, corresponder à sua confiança, sendo neste lugar mantenedor fiel do regimento e das deliberações do Senado. (33 palavras)	
--	--

Radiografia

É mais um “compromisso” do que propriamente um discurso de posse, mas é o único registrado pelos anais. Esse laconismo, se comparado à extensão de alguns discursos de seus sucessores, pode dar uma idéia do quanto era “internista” essa vinculação do dirigente do Senado, principalmente se sua eleição era para Vice-Presidente, pois, efetivamente, o titular da cadeira era – constitucionalmente – o Vice da República.

⁵ Prudente de Moraes, até então Vice-Presidente do Senado, passa a ocupar a Presidência em virtude, sucessivamente, da renúncia de Deodoro e da assunção, por Floriano Peixoto, da titularidade da Presidência da República, até 15 de novembro de 1894 (Passos, 1991, p. 11).

Manoel Vitorino (Partido Federalista da Bahia – BA)

16 de novembro de 1894

23ª Legislatura⁶

Resumo

Sob os protestos dos senadores, declara que o cargo é superior a suas forças. Por isso, apela para a colaboração dos colegas, para desempenhar as funções exigidas. Compromete-se a ser o guardião da dignidade do Senado e a ser o observador imparcial e escrupuloso do Regimento, até o fim do mandato.

Discurso

1. Senhores, assumindo a presidência do Senado, sinto-me profundamente abatido pela convicção que nutro de que essa tarefa, que me foi imposta como um dever patriótico, é evidentemente superior às minhas forças. <i>(Não apoiados gerais)</i> 2. A confiança da Nação, as tradições gloriosas desta cadeira constituem uma responsabilidade tão grande, um encargo tão difícil de desempenhar que eu, sem o concurso esforçado, generoso de todos vós, certamente não poderei preencher. 3. Empenhar-me-ei, contudo, tanto quanto me inspiram o respeito a esta corporação e a obediência escrupulosa à Constituição que nos rege, por tornar-me nesta Casa o guarda íntegro, imparcialíssimo da vossa dignidade, das funções desta corporação, do respeito que mereceis, e que tendes imposto à Nação inteira; procurando constituir-me neste recinto o nosso Regimento vivo! 4. A nossa lei fundamental, naquela criação que ela tão sabiamente definiu, e à qual entregou essa imparcialidade e severidade do juízo, não me permite e nem consente que eu nesta casa seja senão o observador escrupuloso do nosso Regimento, e o respeitador imparcial das nossas deliberações. 5. Nesse propósito aqui estou e nele me mantereí enquanto não me for retirada a confiança com que fui honrado pela Nação, enquanto o vosso apoio generoso fortalecer-me. <i>(Apoiado; muito bem, muito bem)</i>	1. Sob os protestos dos colegas, declara que o cargo é superior a suas forças. 2. Apela para a colaboração dos colegas, para desempenhar as funções exigidas. 3. Compromete-se a ser o guardião da dignidade do Senado. 4, 5. Será o observador imparcial e escrupuloso do Regimento, até o fim do mandato.
--	---

⁶ Manoel Vitorino foi eleito para substituir Floriano Peixoto na Vice-Presidência da República e, conseqüentemente, na Presidência do Senado Federal. Assume esse cargo, em 16 de novembro de 1894.

(200 palavras)	
----------------	--

Configuração

Estrutura

O discurso está organizado em 5 parágrafos, os quais tratam do agradecimento e do compromisso, que assume perante os pares, de defender a dignidade do Senado.

Tipificação do discurso

Este é um discurso essencialmente de louvação, quase protocolar. Não encerra leitura e análise da realidade nacional; nem tampouco define uma agenda política para a qual peça apoio. Mas em sua simplicidade, faz uma menção fundamental: a de respeito à Constituição. Ainda que se refira ao quesito interno (imparcialidade do Presidente do Senado), configura uma contestação ao que acabara de ocorrer, com o fechamento do Congresso decretado por Deodoro.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- a confiança da Nação, as tradições gloriosas desta cadeira constituem uma responsabilidade tão grande, um encargo tão difícil de desempenhar (2)
- respeito que mereceis, e que tendes imposto à Nação inteira (3)
- a nossa lei fundamental, naquela criação que ela tão sabiamente definiu (4)
- [...Constituição] à qual entregou essa imparcialidade e severidade do juízo (4)
- nesse propósito [de imparcialidade] enquanto o vosso apoio generoso fortalecer-me (5)

Análise

As cortesias vão para a nação e para o colegiado de senadores. Embora com simplicidade, para o contexto, configura bem seu auditório.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

Sem menções

III. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- responsabilidade tão grande, um encargo tão difícil de desempenhar que eu, sem o concurso esforçado, generoso de todos vós, certamente não poderei preencher (2)
- [imparcialidade determinada pela Constituição] não me permite e nem consente que eu nesta Casa seja senão o observador escrupuloso do nosso Regimento, e o respeitador imparcial das nossas deliberações (4)

b) Afirmativas enfáticas

Sem ocorrências.

Análise

Reforça, nas crenças, seu respeito à Constituição como forma de constituir sua autoridade e, ao mesmo tempo, nessa premissa ancorar a necessidade de apoio dos senadores. Não é demais lembrar que esse discurso *dialoga* com a realidade imediata em que, por desrespeitar a mesma Constituição, Deodoro fecha o Congresso e desencadeia a crise que vem resultar em sua renúncia, assunção de Floriano e posterior eleição do próprio orador como Vice da República e Presidente do Senado.

IV. Identidade do orador

- senhores, assumindo a presidência do Senado, sinto-me profundamente abatido pela convicção que nutro de que essa tarefa, que me foi imposta como um dever patriótico, é evidentemente superior às minhas forças (1)

Análise

O orador lança mão do recurso da modéstia, o que é um bom modo de extrair do auditório um apoio, como o registram as notas taquigráficas, com a notação *não apoiados gerais*.

V. Proposições e conclamações

- empenhar-me-ei, contudo, tanto quanto me inspiram o respeito a esta corporação e a obediência escrupulosa à Constituição que nos rege (3)
- [empenhar-me-ei] por tornar-me nesta Casa o guarda íntegro, imparcialíssimo da vossa dignidade, das funções desta corporação (3)
- procurando constituir-me neste recinto o nosso Regimento vivo (3)
- observador escrupuloso do nosso Regimento, e o respeitador imparcial das nossas deliberações (4)
- nesse propósito [de imparcialidade] aqui estou e nele me mantereí enquanto não me for retirada a confiança com que fui honrado pela Nação (5)

Análise

Embora voltadas para a audiência interna, suas proposições são extremamente expressivas: respeito à Constituição, imparcialidade e guarda da dignidade do Senado.

No contexto de afirmação (ou reafirmação) do Senado como casa legislativa, esses compromissos são bastante significativos.

Radiografia

De pequena extensão, essencialmente voltado para a audiência interna, esse é um discurso que, mesmo sendo epidídico, guarda um conteúdo deliberativo, qual seja o de firmar um mútuo compromisso: apóiem-me e eu os apoiarei; ou: apóiem-me e farei respeitado o Senado.

Rosa e Silva (Partido Republicano Federal – PE)

17 de novembro de 1898⁷

24ª Legislatura

Resumo

Declara ser imerecida a honra de presidir o Senado, tarefa para a qual faltam forças, mas, para superar essa limitação, conta com o apoio dos senadores. Esforçar-se-á pelo rendimento do trabalho do Senado e elevação dos debates. Compromete-se com a observância do Regimento e da Constituição para o engrandecimento da República.

Discurso

1. Senhores, cabe-me a honra de presidir os vossos trabalhos, em desempenho do mandato constitucional, com que, imerecidamente, distinguiu-me a benevolência nacional. (<i>Não apoiados</i>) 2. Sei quão difícil e delicada é a missão que me está confiada; reconheço e proclamo a deficiência das próprias forças (<i>Não apoiados</i>). Fortalece-me, porém, a resolução de tudo envidar para o cumprimento do meu dever, e anima-me a esperança de que me auxiliareis, com o valioso concurso de vossas luzes e patriotismo. 3. Esforçar-me-ei, senhores, interpretando vossos sentimentos, para que os trabalhos do Senado se salientem pela proficuidade de suas sessões, e pela ordem, cordialidade e elevação dos seus debates. 4. Nesta cadeira, asseguro, terei unicamente por objetivo o cumprimento exato e imparcial do Regimento, a execução fiel da Constituição, o engrandecimento da República, centro de convergência e suprema aspiração de todos nós. (<i>Muito bem; muito bem; aplausos</i>) (138 palavras)	1. Honra considerada imerecida de presidir o Senado. 2. Para a difícil missão, faltam forças, mas conta com o apoio dos senadores. 3. Esforço pelo rendimento do trabalho do Senado e elevação dos debates. 4. Cumprir o Regimento e a Constituição para o engrandecimento da República.
---	--

Radiografia

Discurso protocolar, sem grandes qualidades retóricas, pela pequena extensão. Mas, mesmo assim, ainda guarda um teor deliberativo forte, porque o autor utiliza boa

⁷ Rosa e Silva, eleito Vice-Presidente da República, assume o mandato a partir dessa data, pois o mandato de Manoel Victorino Pereira, como Vice-Presidente da República, expirara em 15 de novembro de 1898 (Passos, 1991, p. 19).

parte da fala para se comprometer com a audiência. O que está em jogo para a deliberação é: “apóiem-me, pois sou cordial, agradecido e cumprirei as normas (de vocês)”.

Afonso Pena (MG)

15 de novembro de 1902⁸

25ª Legislatura

Os *Anais do Senado Federal* do ano de 1902 não registram discurso de posse de Afonso Pena. Não aparece, igualmente, como Presidente de qualquer das sessões. De 15 de novembro de 1902 a 10 de maio de 1903 as sessões foram presididas, respectivamente, por Pinheiro Machado, Vice-Presidente do Senado Federal; Joaquim Catunda, Primeiro Secretário; Alberto Gonçalves, Segundo Secretário; e Generoso Ponce, Terceiro Secretário do Senado Federal.

⁸ O mandato de Rosa e Silva como Vice-Presidente da República expirou em 15 de novembro de 1902. Afonso Pena foi eleito para sucedê-lo na Vice-Presidência da República e, conseqüentemente, na Presidência do Senado Federal (Passos, 1991, p. 24).

Nilo Peçanha (RJ)

10 de novembro de 1906⁹

27ª Legislatura

Resumo

Volta ao Senado, onde já esteve como representante do Rio de Janeiro. Pela Casa, devota grande respeito. Em sua modéstia, orgulha-se pela eleição para Vice-Presidente, porque essa condição o eleva a ocupar a Presidência do Senado. Espera contar com a colaboração dos senadores para suprir as deficiências pessoais.

Discurso

1. Senhores, voltando hoje a esta alta assembléia onde já tive a honra de representar o Estado do Rio de Janeiro, sinto-me feliz em poder testemunhar aos Senhores embaixadores da Federação, o respeito devido às suas sábias deliberações e a sua grande autoridade. 2. Se ao obscuro servidor do regime fosse permitido um momento de orgulho, a generosidade dos brasileiros não lhe teria dado maior, que indicando-lhe esta cadeira que a Constituição destinou ao Vice-Presidente da República, com o alto objetivo – entre outros – de tornar igual a representação dos Estados na votação das leis. (<i>Apoiados</i>) 3. Conheço a insuficiência de minhas forças (<i>não apoiados</i>), mas a elevação intelectual dos vossos debates, a proficuidade das sessões do Senado, os vossos conselhos e a vossa experiência certo me auxiliarão a cumprir o regimento e a executar fielmente a Constituição. Posso, por fim, dizer ao Senado que, honrando as tradições desta cadeira e as de meu eminente antecessor, serei um amigo vigilante das atribuições, dos privilégios e das prerrogativas do Senado do Brasil. 4. Eu apresento aos Senhores Senadores as minhas homenagens. (<i>Muito bem, muito bem</i>) (179 palavras)	1. Volta ao Senado, onde já esteve; respeito pelas deliberações. 2. Orgulho pela eleição para Vice-Presidente, por ocupar a Presidência do Senado. 3. Espera contar com a colaboração dos senadores para suprir as deficiências pessoais. 4. Homenagem aos senadores.
---	---

Configuração

⁹ Nilo Peçanha, eleito Vice-Presidente da República, assume a cadeira a partir dessa data, sucedendo Afonso Pena, cujo mandato expirou em 15 de novembro de 1906 (Passos, 1991, p. 29).

Estrutura

De pequena extensão, limita-se a formular agradecimentos, elogios e a se comprometer com o Senado.

Tipificação do discurso

Embora de pequena extensão, e com toda a feição de discurso meramente protocolar, configura bem o orador e o auditório, para a deliberação em causa: convivência harmônica do Presidente (que é de fora) com os representantes eleitos para aquela assembléia.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- senhores, voltando hoje a esta alta assembléia onde já tive a honra de representar o Estado do Rio de Janeiro (1)
- sinto-me feliz em poder testemunhar aos Senhores embaixadores da Federação, o respeito devido às suas sábias deliberações e a sua grande autoridade (1)
- [Vice-Presidente da República como Presidente do Senado] com o alto objetivo – entre outros – de tornar igual a representação dos Estados na votação das leis (2)
- a elevação intelectual dos vossos debates (3)
- a proficuidade das sessões do Senado (3)
- os vossos conselhos (3)
- [...] e a vossa experiência certo me auxiliarão a cumprir o regimento e a executar fielmente a Constituição (3)
- eu apresento aos Senhores Senadores as minhas homenagens (4)

Análise

O orador configura muito bem o auditório, ao homenagear, simultaneamente, o Senado, os senadores e a instituição Vice da República/Presidente do Senado.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

Sem menções.

III. Crenças e valores

Sem menções.

IV. Identidade do orador

- esta alta assembléia onde já tive a honra de representar o Estado do Rio de Janeiro (1)

- se ao obscuro servidor do regime fosse permitido um momento de orgulho, a generosidade dos brasileiros não lhe teria dado maior, que indicando-lhe esta cadeira que a Constituição destinou ao Vice-Presidente da República (2)
- conheço a insuficiência de minhas forças (3)

Análise

O orador faz o duplo movimento modéstia – autoridade: não é um neófito no Senado, apenas por ter sido eleito Vice da República. Aponta insuficiência de forças, mas aponta a força da Constituição como elemento determinante de sua presença naquele lugar de poder.

V. Proposições e conclamações

- cumprir o regimento e a executar fielmente a Constituição (3)
- honrando as tradições desta cadeira e as de meu eminente antecessor (3)
- serei um amigo vigilante das atribuições, dos privilégios e das prerrogativas do Senado do Brasil (3)

Análise

Os compromissos são praticamente protocolares, mas significativos o suficiente para completar a busca do acordo. Nesse caso: apóiem-me porque serei equânime e fiel às leis.

Radiografia

Este é um discurso muito expressivo, para sua pouca extensão. Reúne qualidades retóricas excepcionais no que diz respeito à configuração do auditório e do orador, particularmente.

Quintino Bocaiúva (Partido Republicano Federalista – RJ)

2 de julho de 1909¹⁰

28ª Legislatura

Resumo

Agradece a generosidade dos pares por elegê-lo, ao mesmo tempo em que lamenta a renúncia de Rui Barbosa ao cargo de Vice-Presidente, que ocupava até então. Em sua gestão, Rui continuará como se fosse o titular do cargo. Corresponderá à confiança dos pares, com imparcialidade. Homenageia os antecessores, cujos exemplos o inspiram para as deliberações em favor do povo brasileiro. O interesse da pátria – liberdade, ordem, progresso, trabalho, grandeza – deve estar acima dos interesses pessoais e partidários. É preciso manter a independência e a soberania conquistadas pelos antepassados: uma sociedade culta, livre, generosa, aberta à imigração.

Invoca a proteção de Deus para os trabalhos dos representantes brasileiros. Espera a estima da posteridade, graças ao acerto das deliberações que o Senado tomar.

Discurso

1. Srs. Senadores: assumindo o alto posto para o qual tive a honra de ser eleito pela generosidade dos meus ilustres colegas, cumpro o grato dever de manifestar-lhes o meu reconhecimento por tão elevada distinção.	1. Agradece a generosidade dos pares por elegê-lo.
2. Exprimo o meu sentimento e julgo interpretar o sentimento de todos os Srs. Senadores, lamentando que houvesse renunciado [a] este cargo o nosso ilustre colega Senador pelo Estado da Bahia, cuja pessoa é ornamento desta alta corporação e cujo nome é um título de glória para a nossa Pátria.	2. Lamenta a renúncia de Rui Barbosa ao cargo de Vice-Presidente.
3. Elegendo-me para ocupar a cadeira que ele	3. A cadeira é de Rui: em sua

¹⁰ Quintino Bocaiúva assume a Vice-Presidência do Senado, em 2 de julho de 1909, em decorrência dos seguintes fatos: o Presidente da República, Afonso Pena, falece em 14 de junho de 1909. Seu Vice-Presidente (e simultaneamente Presidente do Senado), Nilo Peçanha, assume a Presidência da República até 15 de novembro de 1910. Até 2 de julho de 1909, Rui Barbosa era o Vice-Presidente do Senado. Mas renuncia e, em seu lugar, é eleito Quintino Bocaiúva (Passos, 1991, p. 35).

tanto honrava, o Senado quis por essa forma render, ainda uma vez, merecida homenagem a esse ilustre republicano não lhe dando substituto, por que enquanto esta cadeira estiver ocupada por mim, posso considerá-la vaga. 4. No desempenho dos árduos deveres inerentes a este cargo, procurarei, tanto quanto possa, corresponder à honrosa confiança dos meus ilustres colegas, cumprindo-os com o zelo e a imparcialidade requeridos por tão nobre e delicada função. 5. Senhores, seja-me permitido, neste momento, com sincera comoção e o mais profundo respeito, elevar o meu pensamento para os varões ilustres e veneráveis que nos diversos períodos da nossa história nacional ocuparam dignamente este sólido augusto. 6. Inspiremo-nos nos seus exemplos, na sua sabedoria, no seu patriotismo, na sua prudência, a fim de que as nossas deliberações se encaminhem todas para o bem e para a felicidade do povo brasileiro. (<i>apoiados</i>) 7. Sobrepondo-nos às nossas paixões, aos nossos interesses, às rivalidades partidárias e às competências individuais, tenhamos sempre diante do nosso espírito a imagem da Pátria (<i>muito bem; apoiados</i>), o interesse coletivo da comunhão nacional, os direitos dos nossos concidadãos (<i>apoiados</i>), a liberdade a todos garantida pela Constituição da República e, em plano paralelo, os grandes interesses nacionais ligados à ordem, ao progresso, ao trabalho fecundo dos operários da nossa grandeza comum, ao espírito da fraternidade entre os homens e à manutenção da paz, dentro e fora das nossas fronteiras. (<i>Muito bem, muito bem</i>) 8. Só por este modo seremos dignos da gloriosa herança dos nossos antepassados, que, através das vicissitudes que acompanham a formação das novas nacionalidades, souberam manter a independência e a soberania da Nação Brasileira, a honra e a glória da	gestão será como se estivesse vaga. 4. Corresponderá à confiança dos pares, com imparcialidade. 5. Homenageia os antecessores no cargo. 6. O exemplo dos antecessores inspira as deliberações em favor do povo brasileiro. 7. O interesse da pátria – liberdade, ordem, progresso, trabalho, grandeza – acima dos interesses pessoais e partidários. 8. Manter a independência e a soberania conquistadas pelos antepassados: sociedade culta, livre, generosa, aberta à imigração.
---	---

nossa civilização, legando-nos uma Pátria da qual podemos orgulhar-nos porque ela representa na América e perante o mundo uma sociedade culta, uma terra livre e generosa, aberta a todos os homens de boa vontade e de bom sentir, uma vasta oficina de trabalho, para todos que queiram lavrar a própria felicidade, cooperando com a sua inteligência e o seu esforço para a prosperidade comum de todos os habitantes do Brasil. (<i>Apoiados</i>) 9. Senhores, elevemos igualmente o nosso pensamento para um princípio superior – o princípio que rege as consciências –, fonte augusta da Luz e da Verdade, da qual dimana a única força que não pode ser vencida – a força moral, o Império da Lei imutável, a serena majestade do Poder Supremo – Deus –, essa incógnita sublime e misteriosa que alenta e faz palpitar a vida de toda a humanidade e em torno da qual giram e [equi]libram-se no espaço infinito os Mundos que povoam o Universo. (<i>Muito bem</i>) 10. Invoquemos a sua proteção para os nossos trabalhos, a fim de que eles sejam profícuos e benéficos para o Povo Brasileiro, do qual temos a honra de ser os mais elevados Representantes na esfera legislativa. 11. Assim possamos, graças a essa proteção e à pureza dos nossos atos, recomendar-nos à estima e à gratidão da Posteridade pelo acerto das nossas deliberações e pela nossa dedicação à grandeza e à prosperidade da nossa Pátria. (<i>Muito bem, muito bem. Palmas no recinto</i>) (598 palavras)	9, 10. Invoca a proteção de Deus para os trabalhos dos representantes brasileiros. 11. Espera a estima da posteridade, graças ao acerto das deliberações que o Senado tomar.
--	--

Radiografia

Este é um discurso deliberativo, centrado basicamente nas estratégias de persuasão: elogia seus antecessores, especialmente o que renuncia imediatamente antes. Menciona os valores maiores (vinculados à pátria) para que inspirem a si e aos colegas nas deliberações que irão tomar em favor do povo brasileiro. Discursos com esse teor só viriam a ocorrer com mais frequência após 1930, pois os imediatamente anteriores e posteriores estão mais concentrados nos agradecimentos ao auditório imediato. Chama a atenção a parte da fala quase que mística em que invoca a proteção de Deus.

Wenceslau Braz (MG)

15 de novembro de 1910

28ª Legislatura¹¹

Uma consulta aos *Anais do Senado Federal* de 1910 revela que Wenceslau Braz não fez discurso de posse. De 15 a 19 de novembro e no dia 24 do mesmo mês, de 1910, as sessões foram presididas por Quintino Bocaiúva, Vice-Presidente do Senado Federal. De 21 a 23 de novembro de 1910, Wenceslau Braz presidiu as sessões, mas não fez nenhum discurso de posse.

¹¹ Em 15 de novembro de 1910 expira o mandato de Nilo Peçanha como Vice-Presidente da República, que, até então, exercia a Presidência da República em substituição a Afonso Pena, falecido no ano anterior. Wenceslau Braz foi eleito para sucedê-lo na Vice-Presidência da República e, conseqüentemente, na Presidência do Senado Federal (Passos, 1991, p. 37).

Urbano Santos (Partido Republicano Conservador – MA)

15 de novembro de 1914

29ª Legislatura¹²

A consulta aos *Anais do Senado Federal* do ano de 1914 revela que Urbano Santos não fez discurso de posse. Nos dias 15 e 16 de novembro de 1914 as sessões foram presididas por Pinheiro Machado, Vice-Presidente do Senado Federal. Nos dias 17 e 18 de novembro, as sessões foram presididas por Araújo Góes, Primeiro Secretário. A partir de 19 de novembro, Urbano Santos passou a presidir as sessões, mas não faz um registro da posse.

¹² O mandato do Vice-Presidente da República, Wenceslau Braz, expira em 15 de novembro de 1914. Urbano Santos da Costa Araújo foi eleito para sucedê-lo na Vice-Presidência da República e, conseqüentemente, na Presidência do Senado Federal (Passos, 1991, p. 44).

Delfim Moreira (MG)

15 de novembro de 1918

31ª Legislatura¹³

Não se registra discurso de posse de Delfim Moreira como Presidente do Senado Federal. As circunstâncias são compreensíveis, diante dos fatos ocorridos então.

Delfim Moreira é eleito como Vice-Presidente de Rodrigues Alves; este, por sua vez, não chega a assumir, pois é acometido pela gripe espanhola. Não apresenta melhoras até às vésperas da posse e, em decorrência disso, em 14 de novembro, comunica ao Congresso Nacional a passagem do cargo a seu vice, Delfim Moreira, que assume como seu substituto, em 15 de novembro. Nessa condição permanece até o dia 16 de janeiro de 1919, quando o titular, Rodrigues Alves, falece.

Cumprido mandato até 28 de julho de 1919, quando é eleito o novo Presidente, Epitácio Pessoa. Registra o livro *Presidentes do Brasil* que

apesar do curto mandato (...) a Presidência tornou-se um fardo para Delfim Moreira, já que, como declarou a um jornal carioca, sua intenção era ir ao Rio de Janeiro apenas tomar posse do cargo de vice-presidente da República e voltar para Santa Rita, não pretendendo sequer presidir o Senado (...) ¹⁴.

Novamente, para a sessão legislativa que se inicia em 1919, não se registra discurso de posse do Presidente do Senado, provavelmente pelas mesmas circunstâncias acima descritas. Tendo Rodrigues Alves falecido sem mesmo tomar posse no cargo de Presidente, novas eleições são convocadas dentro de um ano, para cumprir as determinações da Constituição de 1891.

Nessas eleições de 1919, juntamente com o Presidente Epitácio Pessoa, é eleito, novamente, Delfim Moreira para Vice-Presidência da República. Entretanto, este revela não ter mais disposição para permanecer na política. Após passar o cargo para o Presidente eleito no Rio de Janeiro, em julho do mesmo ano, vai para Santa Rita do Sapucaí e não exerce a Presidência do Senado. Em 1º de julho de 1920 vem a falecer.

¹³ O mandato do Vice-Presidente da República Urbano Santos expira em 15 de novembro de 1918. Para sucedê-lo, é eleito Delfim Moreira que, conseqüentemente, assumiu a Presidência do Senado Federal. (Passos, 1991, p. 48).

¹⁴ *Presidentes do Brasil*. São Paulo: Cultura, 2002. p. 211-212.

Bueno de Paiva (Partido Republicano Mineiro – MG)

14 de novembro de 1920¹⁵

31ª Legislatura

Resumo

Honrado pela eleição, tem consciência das enormes responsabilidades do mandato. E se não fosse o apoio dos senadores, sentir-se-ia inibido a ocupar uma cadeira que já foi de grandes figuras nacionais. Tendo sido Senador por dez anos, era já conhecido dos que o elegeram para o cargo. Estes, por sua vez, ao elegerem-no, assumiram com esse ato a responsabilidade do Vice-Presidente da República.

A Presidência do Senado, pelos méritos dos pares e pela responsabilidade perante os Estados e a Nação, é incumbência de alto relevo. Cumprirá os graves deveres de Presidente, com respeito ao Senado, às leis e com a solidariedade dos pares, para assegurar o patriotismo e a honra.

Discurso

1. Senhoras e Senhores, ao assumir a presidência do Senado da República e ao dirigir-vos, como faço neste momento, as minhas primeiras saudações, tenho a exata compreensão da alta honra que me foi conferida pelo povo brasileiro, e sei avaliar, não sem naturais e justíssimas apreensões, a soma enorme de responsabilidades que me vêm de tão nobilitante mandato. 2. Emociona-me a evocação, a que não posso fugir, das grandes figuras nacionais que ocuparam esta cadeira, dando-lhes tanto brilho, tanta autoridade e tanto prestígio; e sentir-me-ia sem coragem para aqui subir, expondo-me a um confronto que me acabrunharia, se não tivesse, para amparar-me, a certeza da vossa boa vontade, do vosso apoio, do vosso concurso, já prometidos pelos vossos votos na convenção de 2 de agosto. 3. Saio de uma das cadeiras do Senado; convosco convivi por espaço de dois lustros; e nessa convivência tivestes tempo e oportunidade bastante para conhecer o	1. Honrado pela eleição, tem consciência das enormes responsabilidades do mandato. 2. Não fosse o apoio dos senadores, sentir-se-ia inibido a ocupar uma cadeira que já foi de grandes figuras nacionais. 3. Tendo sido Senador por dez anos, era já conhecido dos que o elegeram para o cargo.
---	--

¹⁵ Eleito como Vice-Presidente da República, em 2 de agosto de 1920, após o falecimento de Delfim Moreira.

feitio, o temperamento, as aptidões e a capacidade daquele que indicastes para o alto cargo de diretor dos vossos trabalhos. 4. Com o vosso voto, destes ao candidato que escolhesteis antecipadamente afirmação do vosso apoio e da vossa solidariedade, e assumistes perante a Nação grande parte da responsabilidade que ele contraiu, aceitando a indicação e vindo ocupar este posto tão alto e de tal importância, no intuito da Constituinte, que basta para concretizar, nas matérias de sua competência, a atribuição única do Vice-Presidente da República. 5. Sim, Senhores Senadores: Dirigir os trabalhos do Senado, que fala pela voz dos Estados, no Congresso da República; presidir uma assembléia composta de brasileiros ilustres que para aqui vêm, de seleção em seleção, depois de longo tirocínio de vida pública, e que são representantes, verdadeiros embaixadores das unidades federadas; ser o elemento garantidor da igualdade intangível dessa representação, sem que a apossa quebrar qualquer diferença de território, de população e de riqueza, é, sem dúvida, incumbência de alto relevo constitucional, que exige do ocupante desta cadeira que se alheie aos embates de interesses regionais, e se abstenha em inalterável respeito aos preceitos da Constituição e aos dispositivos regimentais a que devem obedecer os trabalhos do Sendo. 6. É assim que compreendo os deveres inerentes ao cargo que ora venho desempenhar. Aqui estou para cumpri-los; e proclamando o acatamento e o respeito que devo e presto ao Senado da República, afirmo aos Srs. Senadores que, com a autoridade da lei e o prestígio que me virá da confiança, da solidariedade dos ilustres Membros desta casa, esforçar-me-ei para que desta cadeira não desapareçam as suas não interrompidas tradições de patriotismo e de honra. (Apoiado, muito bem; muito bem) (426 palavras)	4. Ao elegerem-no, assumiram, juntamente com o eleito, a responsabilidade do Vice-Presidente da República. 5. A Presidência do Senado, pelos méritos dos pares e pela responsabilidade perante os Estados e a Nação, é incumbência de alto relevo. 6. Cumprirá os graves deveres de Presidente, com respeito ao Senado, às leis e com a solidariedade dos pares, para assegurar o patriotismo e a honra.
---	---

Configuração

Este é um discurso cujo principal mérito é o exercício da empatia entre orador e auditório. Sua manifestação é realmente de júbilo perante a eleição para o cargo. Mas faz com que a honra recaia não sobre si, mas sobre seus pares, que o elegeram. Esse é, no mínimo, um gesto de elegância, que predisporia o auditório em seu favor. Quando não, se genuínas suas afirmações de que o poder será exercido pelos senadores, estará dando mostras de ser um grande democrata, o que, uma vez mais, autoriza o orador perante a audiência. Pela sua pequena extensão, dá mostras de grande domínio do jogo

retórico. Pelas circunstâncias de então (uma eleição para substituir o antecessor, falecido), aparentemente não cabem grandes arroubos declaratórios em relação à política nacional. Sendo considerado como um discurso para esse auditório poderoso e privilegiado dos senadores, é um excelente discurso.

Albuquerque Coimbra (PE)

15 de novembro de 1922

32ª Legislatura¹⁶

Não se localizou, nos *Anais do Senado Federal* do ano de 1922, qualquer alusão a discurso de posse que tivesse feito Albuquerque Coimbra. No dia 15 de novembro de 1922, não houve sessão. No dia 16 de novembro, a sessão foi presidida por Antonio Azeredo, Vice-Presidente do Senado, e Abdias Neves, Segundo Secretário. Nos dias 17 e 18 de novembro as sessões foram presididas por Albuquerque Coimbra, mas este não faz qualquer referência à inauguração de seu mandato.

¹⁶ O mandato do Vice-Presidente da República que o antecede expira em 15 de novembro de 1922. Para o posto, é eleito Estácio de Albuquerque Coimbra, que, pela regra constitucional, assume a Presidência do Senado Federal (Passos, 1991, p. 53).

Mello Vianna (Partido Republicano Mineiro – MG)

16 de novembro de 1926

33ª Legislatura¹⁷

Resumo

Declara guardar alta consideração pela corporação política do Senado. Pessoalmente, tem como ideal o bem servir, o que faz sob a inspiração de Deus e com confiança no que empreende. A honra de presidir o Senado deve-se à generosidade dos que o elegeram. Buscará inspiração na memória das maiores expressões políticas nacionais que já passaram por esse posto. Espera cooperação dos senadores para preservar a harmonia dos poderes, para maior prosperidade do País.

Com base nos princípios da Justiça, aplicará o Regimento e observará a Constituição. Agradece ao povo brasileiro e homenageia os pares.

Discurso

1. Os Senhores Senadores vão me permitir a liberdade de dizer algumas palavras, poucas, pela alta consideração que me merece esta corporação política e pela honra excelsa que acabam de dar-me de presidir uma Sessão do Senado.	1. Tem alta consideração pela corporação política do Senado.
2. Senhores Senadores, alentados, sempre, por um forte e vigoroso idealismo, meus propósitos de bem servir, quanto mais penetro minha carreira, mais se me afiguram robustecidos.	2. Tem como ideal o bem servir.
3. Confiança irremovível, segurança de êxito do que empreendo, alimentam as energias todas que ponho em atividade, sob a sadia inspiração de Deus. (<i>Muito bem</i>)	3. Sob a inspiração de Deus, confiança no que empreende.
4. A honra excelsa que recebo, assumindo tão elevado, quão dignificante posto, não fora, todavia, produto de solicitação minha, nem mesmo aspiração de tão assinalado destaque que tem esta cadeira. Devo-a à nímia e ilimitada generosidade de meus patrícios. Nela se sentaram quase todos os maiores homens do Brasil e, conseqüentemente, a seu patriotismo, a seu saber, e a sua experiência irei reclamar ensinamentos para que, suprimindo deficiências personalíssimas eu possa não deslustrar a alta função que se me impôs.	4. A honra de presidir o Senado deve-se à generosidade dos que o elegeram. Buscará inspiração na memória das maiores expressões políticas nacionais que já passaram por esse posto.
5. E dos conspícuos Senadores espero sugestões amigas para que meus desígnios não se frustrem e para	5. Espera cooperação dos senadores para preservar a

¹⁷ O mandato de Estácio Albuquerque Coimbra como Vice-Presidente da República termina em 15 de novembro de 1926. Para substituí-lo, é eleito Fernando Mello Vianna (Passos, 1991, p. 58).

que, desta arte, em colaboração intensa e de boa vontade, possamos prestar, em indeclinável harmonia de poderes, essência do regime, ao Governo que marcou ontem seu primeiro e promissor dia de existência, sucedendo a outro de relevantes e impagáveis serviços à ordem e integridade da Nação, cooperação esperada para maior prosperidade do País. 6. Tenho único objetivo: bem servir. Este, porém, somente conseguirei se não me faltarem as luzes do apoio prestigioso e confortador do Senado, como o fez a meu ilustre antecessor. 7. Acostumado a servir mais à lei e ao Direito do que aos homens, mantereí vivaz o respeito religioso que tenho pelos preceitos regentes da disciplina das instituições e serei guarda fiel do Regimento e da Constituição, temperando, entretanto, a rigidez fria dos textos pela equidade e pelos altos interesses da Justiça em consórcio possível e indispensável. <i>(Muito bem)</i> 8. Ao povo brasileiro, meus agradecimentos; aos Senhores Senadores, minhas sinceras homenagens. <i>(Muito bem; muito bem. Palmas no recinto)</i> (346 palavras)	harmonia entre os poderes, para maior prosperidade do País. 6. Com o apoio do Senado, espera bem servir. 7. Com base nos princípios da Justiça, aplicará o Regimento e observará a Constituição. 8. Agradece ao povo brasileiro e homenageia os senadores.
---	--

Configuração

Estrutura

Composto por oito parágrafos, o discurso está assim configurado:

- nos três primeiros e no 6º, as cortesias aos senadores e compromissos pessoais;
- no 4º, homenagem aos que o antecederam no posto;
- no 5º, apelo aos senadores para preservar a harmonia entre os poderes;
- no 7º, o compromisso com o Regimento e com a Constituição;
- no último, agradecimento ao povo brasileiro e homenagem aos senadores.

Tipificação do discurso

Um discurso com aparência meramente protocolar (epidíctico), revela-se, ao final, um discurso deliberativo em torno de um acordo: o apoio ao próprio orador para o desempenho de suas atividades.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- os Senhores Senadores vão me permitir a liberdade de dizer algumas palavras (1)
- alta consideração que me merece esta corporação política (1)
- honra excelsa que acabam de dar-me de presidir uma Sessão do Senado (1)
- devo-a [honra de presidir o Senado] à nímia e ilimitada generosidade de meus patrícios (4)
- nela [cadeira da Presidência] se sentaram quase todos os maiores homens do Brasil (4)
- a seu [dos antecessores] patriotismo (4)
- a seu [dos antecessores] saber (4)
- e a sua [dos antecessores] experiência irei reclamar ensinamentos (4)
- indeclinável harmonia de poderes, essência do regime (5)
- Governo que marcou ontem seu primeiro e promissor dia de existência (5)
- sucedendo a outro [governo] de relevantes e impagáveis serviços à ordem e integridade da Nação (5)
- meu ilustre antecessor (6)
- ao povo brasileiro, meus agradecimentos (8)
- aos Senhores Senadores, minhas sinceras homenagens (8)

Análise

O orador reflete ter clareza sobre seu(s) auditório(s): os próprios senadores, o Presidente da República e o povo brasileiro, a quem faz mesuras bem explícitas. Pela pequena extensão do discurso, configura com amplitude essa audiência. Não nos esqueçamos de que, até então, o “povo” ainda era o grande ausente em nome de quem se fala. Mas que é justamente na década de 1920 que surgem os movimentos organizados urbanos (sindicatos, movimento anarquista, fundação do Partido Comunista).

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

Sem menções.

III. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não fora [assumir a presidência], todavia, produto de solicitação minha, nem mesmo aspiração de tão assinalado destaque que tem esta cadeira (4)

b) Afirmativas enfáticas

Sem ocorrências.

Análise

Esta negativa em destaque expressa modéstia, o que se contrapõe à identidade do orador, onde mostra bastante autoconfiança.

IV. Identidade do orador

- [alentados] meus propósitos de bem servir, quanto mais penetro minha carreira, mais se me afiguram robustecidos (2)
- confiança irremovível (2)
- segurança de êxito do que empreendo (2)
- alimentam as energias todas que ponho em atividade (3)
- sob a sadia inspiração de Deus (3)
- honra excelsa que recebo (4)
- assumindo tão elevado, quão dignificante posto (4)
- suprimindo deficiências personalíssimas eu possa não deslustrar a alta função que se me impôs (4)
- acostumado a servir mais à lei e ao Direito do que aos homens (7)

Análise

Ainda que volte a expressar alguma modéstia (*deficiências personalíssimas*), o orador é bastante autoconfiante, o que não é de todo mau para quem assume cargo tão relevante. Demonstrar excesso de modéstia pode ser sinal de fraqueza mesmo; e não apenas artifício retórico.

V. Proposições e conclamações

- dos conspícuos Senadores espero sugestões amigas para que meus desígnios não se frustrem (5)
- em colaboração intensa e de boa vontade (5)
- possamos prestar (...) ao Governo (...) cooperação esperada para maior prosperidade do País (5)
- tenho único objetivo: bem servir (6)
- [propósito de bem servir] somente conseguirei se não me faltarem as luzes do apoio prestigioso e confortador do Senado (6)
- manterei vivaz o respeito religioso que tenho pelos preceitos regentes da disciplina das instituições (7)
- serei guarda fiel do Regimento e da Constituição (7)
- temperando, entretanto, a rigidez fria dos textos pela equidade e pelos altos interesses da Justiça em consócio possível e indispensável (7)

Análise

O orador busca o consenso em torno da própria pessoa e do governo (Executivo) do qual é Vice-Presidente. Nesse ponto, revela que seu discurso não é apenas de celebração.

Radiografia

Trata-se de um discurso aparentemente apenas protocolar, mas no qual o orador trabalha bem a audiência, dedicando-lhe mesuras e agradecimentos, traçando um arco de alianças que incorpora o Plenário, o Presidente da República e o homenageado povo brasileiro, em nome do qual atuam esses dois primeiros.

Para si, igualmente, dedica bom espaço para demonstrar quem é (homem afeto à lei), qual sua legitimidade (voto dos patrícios) e sua força pessoal. Nas conclamações, busca atrair para si o apoio dos pares, a fim de se fortalecer.

Lembre-mo-nos de que o Presidente do Senado, nessa conjuntura, é visto quase como um “estranho no ninho” pois, não sendo um Senador, torna-se automaticamente o Presidente da Câmara Alta, com a eleição para Vice-Presidente. Assim sendo, angariar simpatias nesse corpo legislativo é de bom alvitre.

Período Revolucionário 1930 – 1934

Em 11 de novembro de 1930, o Congresso Nacional foi dissolvido pelo Decreto nº 19.398. Esse decreto, porém, apenas confirma o fato, ou seja, o Congresso Nacional já estava dissolvido. Nessa situação permanece até julho de 1934. Nesse ano, é restabelecida a ordem constitucional, mas já em 1933 a Assembléia Nacional Constituinte iniciara seus trabalhos.

Mesmo com a promulgação da Constituição, em 16 de julho de 1934, o Senado Federal não reinicia seus trabalhos regulares, pois o artigo 2º das Disposições Transitórias determinava que:

Art 2º. Empossado o Presidente da República, a Assembléia Nacional Constituinte se transformará em Câmara dos Deputados e exercerá cumulativamente as funções do Senado Federal, até que ambos se organizem nos termos do artigo 3º, § 1º. Nesse intervalo elaborará as leis mencionadas na mensagem do Chefe do Governo Provisório, de 10 de abril de 1934, e outras porventura reclamadas pelo interesse público¹⁸.

Em decorrência disso, o primeiro discurso de posse do período constitucional de 1934 será o de Medeiros Neto, em 1935.

¹⁸ Passos, 1991, p. 62 e 64.

Medeiros Neto (Partido Social Democrático – BA)

2 de maio de 1935¹⁹

37ª Legislatura

Resumo

Agradece a distinção e confiança que recebe em nome da Bahia, berço da nacionalidade brasileira. Lembra que graves responsabilidades repousam sobre o Senado, com uma reforma para pôr fim a disputas pelo comando. Afirmo que a permanência do Senado como instituição sempre constituiu o firme propósito dos Constituintes, sem as reservas que se tinha a esta Casa, em 1891. Sua confirmação, em 1934, preenche uma ausência institucional significativa, pois superou o papel de simples revisor e ganhou funções para colaborar com a gestão do Estado, tornando-se o símbolo da Federação.

Decorrentes de uma engenhosa construção política, as atribuições do Senado devem ser bem desempenhadas para silenciar seus opositores. Apenas os defensores do Estado mínimo não admitem a existência do Senado, mas esses se esquecem de que a legitimidade do poder é um problema não só das democracias, mas de todos os regimes. E, no Brasil, já feita a reforma eleitoral, é necessário regularizar o voto. Ao exercer suas funções fiscalizadoras, o Senado fortalecerá as instituições. Por fim, agradece ao Ministro Espínola, antigo mestre, que lhe passa a presidência e declara esperar ser um apóstolo, a serviço do Brasil.

Discurso

1. Sr. Presidente – Senhores Senadores! A todos vós o meu agradecimento pela alta distinção que me conferis. 2. Maior a minha alegria, compreendendo, como compreendo, que sou o veiculador de uma homenagem ao meu Estado, a Bahia. 3. Berço da nacionalidade, nascida e alentada esta sob o signo federativo, desde a administração colonial, com as capitanias, e da independência, com as províncias, sempre agitadas, sadiamente, pelas aspirações de autonomia, até a conquista definitiva com a República, – berço da nacionalidade, ela, a Bahia, sente a federação como a constante dos nossos problemas políticos, e viu, vê e verá, na vitória dos Estados Brasileiros, a sua própria vitória, com aquela santa volúpia dos pais, que se revêem no esplendor da prole pujante. 4. Bem significativa, conseqüentemente, a vossa confiança.	1, 2, 3, 4. Agradece a distinção e confiança que recebe como homenagem à Bahia, berço da nacionalidade brasileira.
---	---

¹⁹ Somente em 3 de maio de 1935 o Senado reinicia sua legislatura ordinária. Suprimido o cargo de Vice-Presidente da República, o Presidente do Senado passa a ser eleito pelos Senadores (Passos, 1991, p. 65-66).

5. Graves são as responsabilidades deste momento, quando a confusão mental domina o mundo e pomos em execução uma reforma, para que não se disputem os postos de comando! 6. O seu êxito depende, principalmente, do exato funcionamento desta mola mestra – o Senado. 7. Vale aqui, neste lugar e nesta hora, acentuar o equívoco dos que possam supor a permanência desta corporação no novo sistema constitucional, obra de um momento, ao apagar as luzes do Constituinte de 34. Ao contrário. Tal sempre esteve nas cogitações das correntes dominantes daquela grande assembleia, e, daí, as linhas nítidas da sua concepção original. 8. De ramo de um poder, onde discutíveis eram as suas virtudes no papel de simples revisor do processo legislativo, quando os técnicos dominam, o Senado evoluiu, ganhou em número e qualidade de funções tendentes a realizarem a necessária unidade da ação governativa, dentro na ordem estatal adotada. 9. Só os estranhos às dificuldades, quase sobre-humanas, desses períodos de exceção, tanto maiores quando aos operários não se apresentava a tarefa de uma obra nova, como em [18]91, mas a da correção de vícios que o tempo marcou nessa construção, vícios representados através de critérios individuais multivários, quando ainda a rebeldia ululava em vai-e-vem constantes, e sensível era a impopularidade dessa instituição, apontada pela tirania das sentenças das multidões como foco de decomposição, só os que não meditam sobre essas circunstâncias estranharão a afirmativa que faço, de que a manutenção do Senado não foi obra boa ou má de um instante, mas sempre esteve no pensamento da Constituinte, a cujos olhos se descortinavam as “zonas mistas”, “intermediárias”, de interpenetração dos poderes, – realidade a clamar contra a letra da lei que os proclama independentes – e a necessidade de pôr aí uma autoridade. 10. O Senado, que apenas representava a Federação na geografia de seu físico, passou a ser, também, o seu espírito, passou a ser, realmente, o seu núcleo central, já sob o aspecto da sua constituição, já pelo enriquecimento das suas atribuições, especializadas na inspeção dos princípios desse regime. 11. Perdoarão quantos me ouvirem, alheios à autoria dessa obra, a imodéstia da confissão de que tanto mais medito sobre a mesma, mais a julgo engenhosa e perfeita, dentro na relatividade dos acertos humanos. 12. Resta-nos praticá-la com o tato que ela exige da integridade, que quer a independência sem arrogância, a personalidade sem arestas. Só assim	5, 6. Graves são as responsabilidades do Senado com reforma para pôr fim a disputas pelo comando. 7. A permanência do Senado como instituição sempre foi firme propósito dos Constituintes. 8. O Senado superou o papel de simples revisor, ganhou funções para colaborar com a gestão do Estado. 9. Sem as reservas que se tinha em 1891, o Senado vem preencher uma ausência institucional significativa. 10. Agora, o Senado representa o espírito da Federação. 11. O Senado é uma engenhosa construção política. 12, 13. As atribuições do Senado devem ser bem desempenhadas para silenciar
---	--

atingiremos a harmonia, a unidade de sentido, indispensável à vida superorgânica, como à orgânica. 13. Tenhamos fé e tenhamos calor na sustentação das instituições, que não podem ser responsabilizadas pelos erros dos seus falseadores. 14. O estado-mínimo, pedra de toque dos adversários do regime não lhe é corolário, porque esse não se poderia enquistar na bolsa de suas origens, indiferente à evolução das ciências sociais. 15. Não nos enganemos! O grande problema que atormenta os povos no campo do direito público é o da legitimidade do poder, e esse problema não é privativo da democracia, mas pertinente a todos os regimes. 16. A revolução brasileira deu um grande passo para a sua solução, com a reforma eleitoral. Resta-nos sanear o voto, tornando-o consciente. 17. Zeloso das suas responsabilidades como policiador das altas esferas governamentais, o Senado não realizará, estou certo, o maior augúrio dos inimigos das suas novas funções, como fator deletério à ação governamental. Pelo contrário, fortalecerá essa ação, realizando a sua harmonia, como elemento contensor da ordem jurídica, fora da qual não há [ilegível] possível. 18. Agradecendo o vosso voto, bendigo a fortuna de receber esta cadeira das mãos impolutas do Sr. Ministro Eduardo Espínola, glória da Bahia e do Brasil. Houve por bem o mestre insigne evocar a minha vida acadêmica, tempo em que derramou sobre mim os primeiros ensinamentos da ciência jurídica, ensinamentos que ele havia de continuar a ministrar a esta geração através das suas obras monumentais. 19. Quanta bondade com esse doce recordar! 20. Que Deus me conceda a graça, ainda maior, de poder ser, nesta cadeira, o apóstolo que ele é, como magistrado, vivendo para o direito, vivendo para as instituições, vivendo para o Brasil. (<i>Muito bem</i>) 21. Tais sentimentos com que assumo a direção dos trabalhos desta casa, certo da colaboração indispensável de todos os meus pares, dos quais serei o mais fiel dos mandatários. 22. Agradecido, Srs. Senadores. (<i>Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas</i>) (840 palavras)	os opositores a ele. 14. Apenas os defensores do Estado mínimo não admitem a existência do Senado. 15. A legitimidade do poder é um problema não só das democracias. 16. No Brasil, já feita a reforma eleitoral, é necessário regularizar o voto. 17. Ao exercer suas funções fiscalizadoras, o Senado fortalecerá as instituições. 18, 19. Agradece ao Ministro Espínola, antigo mestre, que lhe passa a Presidência. 20. Espera ser um apóstolo, a serviço do Brasil. 21. Pede a colaboração dos pares e agradece.
--	---

Configuração

Estrutura

O discurso está organizado em 22 parágrafos, cujo conteúdo está assim distribuído:

- nos quatro primeiros, agradece a distinção e confiança;
- do 5º ao 15º e no 17º parágrafos, faz a defesa da existência do Senado, na história brasileira e em sua reconfiguração com a Constituição de 1934;
- no 16º, apela para a necessidade de regularizar o voto no Brasil;
- nos 18º e 19º, agradece ao Ministro Espínola, antigo mestre, que lhe passa a presidência;
- nos três últimos, as expectativas e pedidos de colaboração.

Tipificação do discurso

Esse é um discurso deliberativo, marcado pela prudência e modéstia. Diante de um conflito anterior a respeito da permanência ou não do Senado no conjunto das instituições, o grande acordo buscado é: mantenha-se o Senado.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- a todos vós [Presidente e Senadores] o meu agradecimento pela alta distinção que me conferis (1)
- sou o veiculador de uma homenagem ao meu Estado, a Bahia (2)
- [a Bahia] berço da nacionalidade (3)
- [a Bahia] nascida e alentada esta sob o signo federativo (3)
- a Bahia sente a federação como a constante dos nossos problemas políticos (3)
- [a Bahia], e viu, vê e verá, na vitória dos Estados Brasileiros, a sua própria vitória (3)
- a revolução brasileira deu um grande passo para a sua solução, com a reforma eleitoral (16)
- bendigo a fortuna de receber esta cadeira das mãos impolutas do Sr. Ministro Eduardo Espínola, glória da Bahia e do Brasil (18)
- que Deus me conceda a graça, ainda maior, de poder ser, nesta cadeira, o apóstolo que ele é, como magistrado, vivendo para o direito, vivendo para as instituições, vivendo para o Brasil (20)

Análise

Na configuração de seu auditório, o orador homenageia os senadores, a Bahia, um ministro do governo e a própria Revolução. Além disso, agradece a Deus. Sem grandes arroubos, com simplicidade, oferece, com essas menções, o limite de suas alianças.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

- graves são as responsabilidades deste momento, quando a confusão mental domina o mundo (5)
- pomos em execução uma reforma, para que não se disputem os postos de comando (5)
- correção de vícios que o tempo marcou nessa construção [i.e. de 1891 e de 1934, duas ocasiões em que esteve em cheque a manutenção do Senado] (9)
- vícios representados através de critérios individuais multivários (9)

- sensível era a impopularidade dessa instituição [em 1891 e não em 1934] (9)
- [em 1891, a instituição Senado] apontada pela tirania das sentenças das multidões como foco de decomposição (9)
- realidade a clamar contra a letra da lei que os proclama [os poderes] independentes – e a necessidade de pôr aí uma autoridade [i.e., o Senado] (9)
- resta-nos praticá-la [a obra engenhosa que representa o Senado] com o tato que ela exige da integridade (12)
- [prática política do Senado] que quer a independência sem arrogância (12)
- a personalidade sem arestas (12)
- só assim atingiremos a harmonia, a unidade de sentido, indispensável à vida superorgânica, como à orgânica (12)
- o estado-mínimo, pedra de toque dos adversários do regime não lhe é corolário [do Senado] (14)
- o grande problema que atormenta os povos no campo do direito público é o da legitimidade do poder (15)
- esse problema [falta de legitimidade...] não é privativo da democracia, mas pertinente a todos os regimes (15)
- resta-nos sanear o voto, tornando-o consciente (16)

Análise

Percebe-se o receio do orador com a própria existência e legitimidade do Senado como instituição da República brasileira. O momento é de cautela e de defesa, para garantir o futuro da instituição. Essa a grande deliberação em jogo: mantenhamos o Senado.

III. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- vale aqui, neste lugar e nesta hora, acentuar o equívoco dos que possam supor a permanência desta corporação no novo sistema constitucional, obra de um momento, ao apagar as luzes do Constituinte de [19]34 – ao contrário (7)
- tenhamos fé e tenhamos calor na sustentação das instituições, que não podem ser responsabilizadas pelos erros dos seus falseadores (13)

b) Afirmativas enfáticas

- o seu êxito [i.e. das reformas para pôr fim às disputas pelos postos de comando] depende, principalmente, do exato funcionamento desta mola mestra – o Senado (6)
- tal [manutenção do Senado na estrutura do Estado] sempre esteve nas cogitações das correntes dominantes daquela grande assembleia, e, daí, as linhas nítidas da sua concepção original (7)
- [de simples revisor do processo legislativo], o Senado evoluiu, ganhou em número e qualidade de funções tendentes a realizarem a necessária unidade da ação governativa, dentro na ordem estatal adotada (8)
- a manutenção do Senado não foi obra boa ou má de um instante, mas sempre esteve no pensamento da Constituinte (9)
- o Senado, que apenas representava a Federação na geografia de seu físico, passou a ser, também, o seu espírito (10)

- [o Senado] passou a ser, realmente, o seu [da Federação] núcleo central (10)
- já sob o aspecto da sua constituição, já pelo enriquecimento das suas atribuições [da Federação], especializadas na inspeção dos princípios desse regime (10)
- tanto mais medito sobre a mesma, mais a julgo engenhosa e perfeita, dentro na relatividade dos acertos humanos (11)

Análise

Tal qual na menção a perigos e nas advertências, a manutenção do Senado na recém-promulgada Constituição de 1934 e seu futuro são o objeto da deliberação que ele apresenta aos auditórios, em que está incluído o próprio Getúlio Vargas, detentor de poder de vida e morte sobre as instituições políticas.

IV. Identidade do orador

Sem relevo especial, a não ser o de sua terra natal (Bahia), da posição de crente em Deus e de uma pessoa modesta.

V. Proposições e conclamações

- zeloso das suas responsabilidades como policiador das altas esferas governamentais, o Senado não realizará, estou certo, o maior augúrio dos inimigos das suas novas funções, como fator deletério à ação governamental (17)
- [o Senado] fortalecerá essa ação, realizando a sua harmonia, como elemento contensor da ordem jurídica, fora da qual não há [ilegível] possível (17)

Análise

Ainda aqui persiste a grande deliberação a ser tomada: mantenha-se e valorize-se a instituição Senado.

De maneira modesta se comporta o orador, sem grandes arroubos, à exceção da louvação que faz à Bahia e a um antigo mestre.

Pelo contexto, a moderação parece recomendar que tal discurso seja mesmo contido. Desse ponto de vista, pode ser considerado um bom discurso.

Radiografia

Este é um discurso de natureza deliberativa. No caso, o acordo buscado é a própria existência e legitimidade do Senado que, aparentemente, estaria sendo questionada pelos opositores a essa instituição.

Nesse contexto, sua configuração do auditório procura captar os beneficiários dessa instituição, confirmada pela Constituição de 1934, ao mesmo tempo em que exclui de seu arco de aliança os opositores.

Suas proposições são vagas, direcionadas para o próprio cumprimento das disposições constitucionais, o que comprovaria a validade e a necessidade do próprio Senado.

Pelo contexto, a moderação parece recomendar que tal discurso seja mesmo contido. Desse ponto de vista, pode ser considerado um bom discurso.

Valdomiro Magalhães (Partido Progressista – MG)

3 de março de 1936²⁰

Discurso

1. Senhores Senadores, é sumamente comovido e penhorado que venho agradecer a generosa prova de confiança que me acabam de dar, elegendo-me presidente do 2º Turno da Seção Permanente, estabelecido pelo nosso Regimento. Neste posto, procurarei corresponder à confiança dos meus pares, e tudo farei por bem interpretar o Regimento e dar-lhe fiel execução, sempre em prol da grandeza de nosso País. 2. Nada mais havendo a tratar, vou levantar a sessão, designando para a de amanhã a seguinte Ordem do Dia: Eleição para o cargo de Vice-Presidente. (87 palavras)	1. Agradece a eleição e se compromete a cumprir o Regimento Interno. 2. Convoca a próxima sessão.
--	---

Radiografia

Não se configura propriamente como um discurso, mas uma fala protocolar, com agradecimento e compromisso de posse. Tal brevidade pode ser explicada por não se tratar propriamente de uma sessão legislativa, mas de um “plantão”, digamos assim, em que o Senado (Constituição de 1934, art. 92, § 1º) ficava com as atribuições de velar pelas prerrogativas do Legislativo, deliberar sobre a prisão de deputados e decretação de estado de sítio, autorizar o Presidente da República a se ausentar do País.

²⁰ O nome de Valdomiro, em algumas publicações, é grafado, também, como Waldomiro. A Constituição de 1934 determinava que o Senado (assim como a Câmara) funcionasse de 3 de maio em diante, por seis meses. E que, no intervalo das Sessões Legislativas, funcionasse – com a metade de seus membros – como Seção Permanente. O primeiro turno da Seção Permanente foi instalado em 2 de janeiro de 1936; em 3 de março do mesmo ano, o 2º Turno (Passos, 1991, p 66 e 68).

Medeiros Neto (Partido Social Democrático – BA)

3 de maio de 1936

37ª Legislatura

No dia 3 de maio de 1936 instala-se a segunda sessão legislativa e a composição da Mesa retorna a ser a mesma de 1935, pois não houve eleição.

Em 3 de maio de 1937 instala-se a 3ª Sessão legislativa. A composição da Mesa continua a mesma, alterando-se apenas a ordem dos suplentes, pois não houve nova eleição.

A sessão legislativa foi interrompida em 10 de novembro de 1937 com a edição da Constituição de 1937, que no seu artigo 178 dissolveu o Congresso Nacional, o qual permaneceu fechado até 2 de dezembro de 1945²¹.

²¹ Passos, 1991, p. 69-70.

Nereu Ramos (PSD – SC)

24 de setembro de 1946

38ª Legislatura²²

Resumo

Congratula-se com os senadores pelo advento da nova fase democrática, em que ao Senado foi restituída a antiga dignidade no Poder Legislativo, com resgate e acréscimo de funções institucionais.

Na origem do Senado (EUA), o objetivo era amparar os pequenos estados; mas ganhou poder para aprovar nomeações e *impeachments* no Judiciário. Porém, foram a alta inteligência e a elevada atuação que conferiram ao Senado americano o destaque de que goza. Nas mãos dos atuais senadores, a missão de cumprir sua função originária, pois, no regime anterior, a Casa foi a instituição mais criticada.

Ao decidir pela manutenção e ampliação de competências do Senado, os Constituintes tiveram como objetivo oferecer um ambiente de maior serenidade, com parlamentares mais experientes para moderar o impulso da Câmara dos Deputados.

Discurso

1.Senhores Senadores: Ao instalar a sessão do Senado da República, quero congratular-me com todos os seus membros pelo advento da nova fase de nossa vida democrática. 2. A Constituição, que acabamos de entregar ao país, restituiu ao Senado sua antiga dignidade de ramo do Poder Legislativo. Reinvestiu-o, assim, de suas altas e grandes funções, porque, a par das atribuições legislativas que conservou, algumas vindas da Constituição de [18]91, deu-lhe outras, de maneira que o tornou órgão de grande relevo no mecanismo institucional do País. 3. Quando, na América do Norte, os plasmadores do regime que nos serviu de inspiração criaram o Senado, orientou-se o objetivo de assegurar aos pequenos estados amparo maior, para que não fossem sufocados pelos grandes. Assim se exprimiu um dos mais conceituados analistas do regime americano. 4. O Senado, entretanto, além dessa faculdade, adquiriu grande importância através das funções executivas que lhe foram cometidas. Certas	1. Congratula-se pelo advento da nova fase democrática. 2. Ao Senado foi restituída a antiga dignidade no Poder Legislativo, com resgate e acréscimo de funções institucionais. 3, 4. Na origem do Senado (EUA), o objetivo era amparar os pequenos estados; mas ganhou poder para aprovar nomeações e <i>impeachments</i> no Judiciário.
--	--

²² Na Constituição de 1946, promulgada em 18 de setembro de 1946, volta a existir a figura do Vice-Presidente da República, tendo entre suas atribuições o cargo de Presidente do Senado Federal (Passos, 1991, p. 71). Findos os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, em 19 de setembro de 1946, Nereu Ramos foi eleito indiretamente vice-presidente da República (1946-1951).

nomeações, para terem eficácia, dependem de sua aprovação. No setor judiciário, foi-lhe atribuído o julgamento de certos casos de <i>impeachments</i>. 5. Basta a menção destas finalidades para se verificar o relevo que, em nosso mecanismo político, tem o Senado. Não foi apenas a importância dos assuntos e sua competência que deram ao Senado americano o renome com que vai atravessando a história daquele país; foi, sobretudo, a alta inteligência, a elevação com que as funções foram exercidas, que tornaram aquele órgão instrumento poderosíssimo e incomparável nas instituições americanas. 6. Está, portanto, em nossas mãos, nas mãos daqueles que receberam do eleitorado brasileiro, a missão de integrar este órgão, de fazer dele o que tiveram em mira os seus criadores. 7. No regime passado, graves eram as acusações que pesaram sobre as atividades do Senado brasileiro. Foi, talvez, o órgão político mais criticado, críticas, aliás, que não foram propriamente à instituição, porque ela tinha em vista, sobretudo, a maneira por que suas atribuições eram exercidas. 8. A experiência republicana, a despeito dos erros do velho Senado, continuou a falar em favor da sua existência. A experiência do Senado, deformado na Constituição de 1934, levou a Constituição de 1946 a restituir a este ramo do Poder Legislativo sua antiga competência. E fê-lo, certamente, tendo em vista a necessidade de, a par de uma Assembléia maior, mais agitada – porque mais numerosa, como a Câmara dos Deputados – haver outra menor, onde, em ambiente de maior serenidade, homens de mais idade e, portanto, mais experimentados na vida pública, pudessem concorrer com seu cabedal de experiência para temperar os impulsos e o exagero da Câmara Popular. Daí ter a Constituição de 1946 reinvestido o Senado, como disse de início, na sua antiga dignidade de ramo do Poder Legislativo. 9. Ao instalar o Senado Federal, sob os	5. Foi a alta inteligência e a elevada atuação que conferiram ao Senado americano o destaque de que goza. 6. Nas mãos dos senadores, a missão de cumprir sua função originária. 7. No regime anterior, o Senado foi a instituição mais criticada. 8. A manutenção e ampliação de competências do Senado têm como objetivo oferecer um ambiente de maior serenidade, com parlamentares mais experientes para moderar o impulso da Câmara dos Deputados. 9. Que todos tenham a noção da
--	--

auspícios de nova Constituição, estou em que interpreto o sentimento da Nação, concitando a todos para que nos penetremos da responsabilidade que pesa sobre nossos ombros, a fim de que, pela nossa atuação, pelo desenvolvimento da nossa atividade, levemos o País à convicção de que não erraram os Constituintes de 1946, reinvestindo o Senado, a que pertencemos, na sua antiga dignidade e ampliando até suas funções em benefício da República, do Regime e da Federação.	responsabilidade, para confirmar o acerto dos Constituintes de 1946.
--	--

Configuração

Estrutura

Composto por nove parágrafos, está assim distribuído:

- nos dois primeiros e também no 7º e 8º, congratula-se com a restituição da antiga dignidade ao Senado;
- do 3º ao 5º, menciona as origens do Senado moderno e sua grandeza;
- no 6º, menciona a missão dos senadores;
- no 9º, deseja que os senadores confirmem o acerto da Constituinte de 1946.

Tipificação do discurso

Este é um discurso deliberativo, de pequena extensão, mas de muita expressividade. O acordo buscado é a própria existência e manutenção do Senado, que acabam de ser reconfirmadas pela Constituição de 1946. Essa defesa dialoga com a tese oposta, certamente sustentada pelos opositores dessa permanência.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- quero congratular-me com todos os seus membros pelo advento da nova fase de nossa vida democrática (1)
- a Constituição, que acabamos de entregar ao país, restituiu ao Senado sua antiga dignidade de ramo do Poder Legislativo (2)
- reinvestiu-o [o Senado], assim, de suas altas e grandes funções (2)
- a par das atribuições legislativas que conservou, algumas vindas da Constituição de [18]91, deu-lhe outras (2)
- [a Constituição] o tornou órgão de grande relevo no mecanismo institucional do País (2)
- o Senado [além de representar os Estados] adquiriu grande importância através das funções executivas que lhe foram cometidas (4)
- certas nomeações, para terem eficácia, dependem de sua aprovação (4)

- no setor judiciário, foi-lhe atribuído o julgamento de certos casos de *impeachments* (4)
- o relevo que, em nosso mecanismo político, tem o Senado (5)
- a experiência republicana, a despeito dos erros do velho Senado, continuou a falar em favor da sua existência (8)
- a experiência do Senado, deformado na Constituição de 1934, levou a Constituição de 1946 a restituir a este ramo do Poder Legislativo sua antiga competência (8)

Análise

Para a pequena extensão do discurso, é proporcionalmente muito grande essa parte da exaltação e elogio do Senado, o que reforça a interpretação de que não terá sido tão pacífica a deliberação em torno da questão.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

- está, portanto, em nossas mãos, nas mãos daqueles que receberam do eleitorado brasileiro a missão de integrar este órgão, de fazer dele o que tiveram em mira os seus criadores (6)
- no regime passado, graves eram as acusações que pesaram sobre as atividades do Senado brasileiro (7)
- foi, talvez, o órgão político mais criticado, críticas, aliás, que não foram propriamente à instituição, porque ela tinha em vista, sobretudo, a maneira por que suas atribuições eram exercidas (7)

Análise

As advertências, como se vê, reforçam a tese das críticas sobre o Senado no passado; e a recomendação de agir diferentemente daí em diante, para assegurar a própria manutenção no regime republicano.

III. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não foi apenas a importância dos assuntos e sua competência que deram ao Senado americano o renome com que vai atravessando a história daquele país (5)

b) Afirmativas enfáticas

- [Constituição restituiu poder ao Senado], certamente, tendo em vista a necessidade de, a par de uma Assembléia maior, mais agitada – porque mais numerosa, como a Câmara dos Deputados – haver outra menor, onde, em ambiente de maior serenidade, homens de mais idade e, portanto, mais experimentados na vida pública, pudessem concorrer com seu cabedal de experiência para temperar os impulsos e o exagero da Câmara Popular (8)

– a Constituição de 1946 [ter] reinvestido o Senado, como disse de início, na sua antiga dignidade de ramo do Poder Legislativo (8)

Análise

Nessas crenças, o reforço da interpretação de que não era pacífica a permanência do Senado.

c) Outros recursos retóricos

– quando, na América do Norte, os plasmadores do regime que nos serviu de inspiração criaram o Senado, orientou-se o objetivo de assegurar aos pequenos estados amparo maior, para que não fossem sufocados pelos grandes. Assim se exprimiu um dos mais conceituados analistas do regime americano (3)

– [o que deu renome ao Senado americano] foi, sobretudo, a alta inteligência, a elevação com que as funções foram exercidas, que tornaram aquele órgão instrumento poderosíssimo e incomparável nas instituições americanas (5)

Análise

O orador se vale de uma alusão histórica para dar maior credibilidade a sua argumentação: o Senado deve ser composto por pessoas altamente capacitadas e com elevado espírito público, para torná-lo digno.

IV. Identidade do orador

– ao instalar o Senado Federal, sob os auspícios de nova Constituição, estou em que interpreto o sentimento da Nação (9)

Análise

Embora seja sucinto em sua auto-configuração, apresentar-se como intérprete do sentimento da nacionalidade significa que o orador se sente bastante poderoso.

V. Proposições e conclamações

– concitando a todos para que nos penetremos da responsabilidade que pesa sobre nossos ombros (9)

– pela nossa atuação, pelo desenvolvimento da nossa atividade, levemos o País à convicção de que não erraram os Constituintes de 1946, reinvestindo o Senado, a que pertencemos, na sua antiga dignidade e ampliando até suas funções em benefício da República, do Regime e da Federação (9)

Análise

Embora poucas as conclamações, reforçam a tese sustentada pelo orador de que somente uma atuação do Senado que leve em conta o alto espírito público poderá fazer com que a instituição se torne digna perante a audiência maior, que é a nação brasileira.

Radiografia

Embora pequeno na extensão, é um discurso deliberativo. Procura mover o auditório a agir de determinado modo (dignidade das funções, espírito elevado na atuação), em resposta às críticas ou ao tratamento constitucional dado anteriormente. Na configuração do auditório, procura valorizar as origens da instituição e seu crescente prestígio ao longo da História (nos EUA). Não há destaque para a configuração do orador, nem grandes torneios retóricos. A proposição principal se dirige ao comportamento do auditório, sem nenhuma tarefa específica a ser realizada. Pela natureza do momento (resgate, reinstauração), talvez fosse esperado maior júbilo do orador. Seu comedimento, entretanto, deve refletir uma cautela a ser observada diante do histórico anterior, por ele narrado.

Café Filho (PSP – RN)

16 de março de 1951²³

39ª Legislatura

Resumo

No longo discurso, o Presidente do Senado faz um apanhado de todas as Constituições brasileiras, e também da tradição internacional sobre a figura do Vice-Presidente da República como Presidente do Senado, particularmente sobre a experiência norte-americana, que inspira a brasileira. Rememora os dispositivos das constituições que criaram e mantiveram o Senado, desde a de 1824, quando ainda eram vitalícios e escolhidos pelo Imperador, com base em indicações das províncias. Com o fim da vitaliciedade e com a instituição das eleições diretas, aumentou a responsabilidade do Senado. Com funções legislativas semelhantes às da Câmara, além dessas o Senado está incumbido de outras atribuições, como a aprovação de autoridades e o julgamento de crimes de responsabilidade.

Enumera as grandes personalidades políticas do Império e da República que o antecederam na cadeira e manifesta o desejo de estar à altura desses antecessores. Alerta para os problemas de falta de interação entre os Poderes, e mesmo entre as duas casas legislativas, e, no final, propõe-se a ser o intermediário entre esses, como tarefa da Vice-Presidência da República.

Discurso

1. Natural há de ser a emoção de quem, alçado à eminência da cadeira presidencial do Senado Brasileiro, pela vez primeira se dirige a esta augusta Assembléia. 2. Aqui chego, depois de longa jornada, vindo de planícies distantes, através de caminhos ásperos, em que as fadigas, os perigos e as renúncias foram os acontecimentos de todos os dias. A alegria da chegada impõe-me dirija para trás o olhar, alongando a vista até o meu longínquo e pequenino Estado natal, tão nobre nas tradições do seu povo generoso e bravo, a cujos anseios de liberdade tenho procurado servir, suprimindo, com o fervor do meu devotamento, a desvalia do meu esforço. Meu espírito emocionado se volta, por igual, para a gloriosa terra	1. Emoção natural ao assumir a Presidência. 2. Com humildade, presta homenagem à terra natal (RN), a São Paulo e a Adhemar de Barros.
--	---

²³ Café Filho assume a Presidência da República em 24 de agosto de 1954 devido à morte de Getúlio Vargas. Assim, o Senador Marcondes Filho passa a substituí-lo na Presidência do Senado Federal. No exercício do mandato de Presidente da República, Café Filho sofre um distúrbio cardiovascular em 3 de novembro de 1955. Seu sucessor seria o Presidente da Câmara dos Deputados, Carlos Luz. Entretanto, este estava comprometido com a tese de que seria necessária a maioria absoluta dos votos para eleger o novo Presidente da República. Para o cargo, havia sido eleito Juscelino Kubitschek, que recebe da Justiça Eleitoral o diploma. Numa reviravolta institucional, por meio da Resolução nº 20, de 1955, o Senado determina o impedimento do Deputado Carlos Luz para o exercício da Presidência da República e convoca o Vice-Presidente do Senado Federal, Nereu Ramos, para exercer este cargo. A partir de 17 de novembro de 1955, o primeiro secretário, Carlos Gomes de Oliveira, passa a exercer a Presidência do Senado Federal (Passos, 1991, p. 80).

bandeirante, onde se originou a minha candidatura, com o gesto democrático do seu ex-Governador, meu eminente amigo Ademar de Barros, que, renunciando à oportunidade de reivindicar o posto para o seu Estado, quis alçar-me, da humildade da minha província, à altitude deste cargo, que tantos vultos egrégios têm ocupado e dignificado. 3. O meu pensamento, comovido, volta-se para os trechos percorridos da estrada, bendizendo as lutas que me encheram os dias e os espinhos que tanta vez me fizeram sangrar o coração. 4. Tudo isso, Senhores, todos esses acidentes agrestes da caminhada se avivam ante a magnitude deste lugar e desta Casa e ante as responsabilidades que aqui me aguardam, entre as quais sobressaem as que decorrem do vosso convívio e da honra de dirigir os trabalhos de tão nobre corporação. 5. Venho para esta cadeira com o espírito anuviado pela consciência dessas responsabilidades e da debilidade das forças com que hei de enfrentá-las. 6. O Senado brasileiro, Senhores, tem uma antiga e nobre tradição de responsabilidade. 7. Se lhes procurarmos as raízes, iremos até aqueles dias agitados em que o Brasil ensaiou os seus primeiros passos de nação independente. 8. Os homens que lhe traçaram a estrutura, na Constituição de 1824, tinham diante dos olhos, quando não fosse a tradição dos Conselhos dos anciãos da antiguidade, ao menos a experiência já quase cinquentenária da grande nação norte-americana, que se constituíra, dando aos povos admirável lição de sabedoria política, no adaptar e desenvolver, em terras do Novo Mundo, instituições centenárias da Inglaterra, e lançando as bases de uma organização político-administrativa, que haveria de maravilhar o século atual e ser fecunda fonte inspiradora de direito constitucional moderno. 9. No Poder Legislativo da nação que, em terras brasileiras, desabrochava para a vida independente – Legislativo que era um surpreendente esforço da consciência nacional no sentido da verdadeira democracia –, bem nítido ficou o pensamento de se criar um Senado que fosse, sobretudo, um cenáculo da experiência, da ponderação e da austeridade. 10. Enquanto do deputado se exigiam apenas as condições normais que o eleitor devia oferecer, do senador se requeria fosse maior de quarenta anos, pessoa de saber, capacidade e virtudes, dando-se preferência a quem tivesse serviços prestados à Pátria. 11. E foi assim que se organizou um Senado vitalício, eleito pelo povo, tendo a acentuar-lhe a feição nitidamente conservadora, a presença, na sua composição,	3. Bendiz as lutas por que passou. 4. Reveses do passado se apagam diante da missão de dirigir o Senado. 5. Preocupa-se com a magnitude das responsabilidades. 6, 7. As responsabilidades do Senado vêm desde a Independência do Brasil. 8. Em 1824, aproveitaram a lição dos EUA, que forneceram modelo político-administrativo. 9. Na criação de um Legislativo para o Brasil, o lugar para a experiência, ponderação e maturidade: o Senado. 10. Para o deputado, as mesmas exigências que para o eleitor; para Senador, 40 anos, saber e serviços prestados à Pátria. 11. Eleito pelo povo, teve feição conservadora por ser vitalício e por incluir os
---	---

dos príncipes de sangue maiores de vinte e cinco anos. 12. Como casa legislativa, iniciadora ou revisora, numa experiência de sistema bicameral, que o futuro haveria de consagrar, foram-lhe conferidos quase os mesmos poderes que à Câmara dos Deputados. Se a esta se reservava a iniciativa de algumas leis, ao Senado se assegurava competência exclusiva sobre outras matérias bem reveladoras da relevância do papel que lhe quis atribuir a primeira Constituição brasileira. 13. Era a mesma preocupação de responsabilidade, ponderação e sabedoria que norteava as Convencionais de Filadélfia ao fixarem a organização do Senado norte-americano. 14. Assim estruturado, atravessou o Senado todo o período monárquico, vendo sempre crescer o seu prestígio e enobrecerem-se as suas tradições. 15. Bem analisadas as alterações por que passou nas várias fases constitucionais do regime republicano, força é reconhecer a constância do pensamento de se manter esta Casa na situação proeminente que lhe coube no tempo do Império. 16. Assim, foi nos esforços iniciais da era republicana, traduzidos nas duas primeiras Constituições, que imprimiram ao Senado as suas características definitivas de órgão de equilíbrio federativo, e, como na grande república do Norte, lhe deram a Presidência ao Vice-Presidente da República, a fim de que, nos casos de interesses estritamente estaduais, as bancadas pudessem ser sempre numericamente iguais nas votações. 17. A Carta de 24 de fevereiro de 1891, que aproximou mais o Senado brasileiro do povo, por meio da eleição direta dos seus membros, acompanhando ainda nesse passo o exemplo do que já fora adotado nos Estados Unidos, longe de diminuir, aumentou-lhe as responsabilidades, inaugurando na vida constitucional do país o pronunciamento prévio desta Casa sobre certas autoridades escolhidas pelo Executivo: os membros do Supremo Tribunal Federal, os do Tribunal de Contas e os Chefes de missões diplomáticas em países estrangeiros. 18. A de 1934, se lhe reduziu a alçada na elaboração legislativa, reservou-lhe, em compensação, competência em assuntos de maior gravidade, exclusiva para a iniciativa de leis quais os referentes à intervenção federal e nos que interessarem diretamente aos Estados. Instituiu, ao demais, uma Seção Permanente do Senado, composta da metade dos seus membros, para funcionar nos períodos de recesso parlamentar, com funções importantíssimas. Tirou-lhe, é certo, a exclusividade do julgamento do Chefe do Estado, Ministros, membros da Corte Suprema, porém, assegurou-lhe participação, por	príncipes maiores de 25 anos. 12, 13. Além das atribuições iguais à da Câmara, o Senado tinha outras, de relevo, inspiradas na Convenção da Filadélfia (EUA). 14. Durante a Monarquia, cresceu o prestígio do Senado. 15. Durante a República, apesar de todas as alterações, manteve-se o Senado. 16. Na República, o Senado passou a significar equilíbrio federativo, atribuindo-se sua presidência ao Vice-Presidente da República. 17. Com a eleição direta dos senadores (1891), novas atribuições: aprovar ministros do STF, TCU e embaixadores. 18. Em 1934, mesmo com competências legislativas reduzidas, recebeu novas atribuições, como a de órgão coordenador dos Poderes.
--	--

três membros, no Tribunal que instituiu para esse julgamento, em igualdade de representação com a Câmara dos Deputados e o mais alto tribunal judiciário, que lhe havia de dar Presidência. Ao Senado, como à Câmara, foram então conferidos poderes – que permanecem até hoje – de convocar os Ministros de Estado, para ouvi-los, quando necessário. Entre as autoridades cuja nomeação dependia de prévio assentimento do Senado incluiu-se o Procurador-Geral da República. O papel mais frisante, porém, que a Constituição de 1934 reservou ao Senado foi o de órgão coordenador de Poderes, objeto de todo um capítulo especial. Balanceadas as atribuições que perdeu e as que conquistou, não se pode sustentar houvesse a Constituição de 1934 diminuído a competência do Senado. 19. No regime traçado pela Carta de 1937, o sistema legislativo do país – que não chegou a funcionar – era bem diverso, obedecendo à tendência predominante no cenário universal, naqueles dias tormentosos. Ao Senado correspondia, no Parlamento Nacional, o Conselho Federal, de papel [incompleto]. 20. A Constituição de 1946 restabeleceu, com sua feição tradicional, o Senado Federal, órgão integrante, com a Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, detentor do poder de legislar. A sua Presidência voltou a ser conferida ao Vice-Presidente da República, apenas com voto de qualidade. Como órgão do Poder Legislativo, tem quase as mesmas atribuições que a Câmara dos Deputados, reservada a esta o início do estudo das leis financeiras, das de fixação das forças armadas e das propostas pelo Executivo, em contraposição com outras atribuições importantíssimas situadas na competência exclusiva do Senado, como o julgamento do Presidente da República e dos Ministros de Estado nos crimes de responsabilidade, o exame de várias nomeações do Executivo, a aprovação de empréstimos externos dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios e a alienação de terras públicas de área superior a dez mil hectares. 21. Essa rápida vista de conjunto na vida do Senado, através das diversas fases constitucionais do país, há de levar o observador imparcial ao reconhecimento de que não tem sofrido descontinuidade a preocupação de manter esta Casa no prestígio que teve desde os albores da nossa vida independente. 22. E o Senado, pela sua participação na obra legislativa e na vida político-administrativa do país, tem sabido corresponder a essa preocupação, mantendo-se num plano que em nada desmerece das suas tradições no Império e na República. O julgamento que deve receber da consciência nacional não pode deixar de lhe ser plenamente favorável. Em todos os passos da vida	19. Pela CF de 1937, cabia o papel de Conselho Federal, mas não chegou a funcionar assim. 20. Em 1946, o Senado volta a integrar o Congresso Nacional, com seu Presidente sendo o Vice da República, com atribuições semelhantes à da Câmara, exceto pela apreciação inicial das leis financeiras, que cabe a esta última. Mas, ao Senado, foram dadas atribuições nos crimes de responsabilidade e aprovação de diversas autoridades. 21. Senado mantém o prestígio que tinha no início. 22. É favorável o julgamento nacional sobre o Senado, que tem sempre estado à altura de suas obrigações.
---	--

nacional, em todos os grandes episódios que enchem as páginas da nossa história, no Império como na República, o Senado tem sempre estado cômulo das suas responsabilidades, delas se desobrigando com exatidão e patriotismo. 23. Corporações essencialmente políticas, é natural que as casas do Legislativo sejam duramente criticadas pelo que fazem e pelo que deixam de fazer. 24. O fato não é apenas do Brasil, nem de qualquer país em particular, mas de todos os países onde funcionam assembléias legislativas. 25. Bem severas têm sido as críticas ao Congresso norte-americano, como ao argentino, que nos serviram de modelos. 26. Argúi-se, principalmente, contra as casas legislativas, a sua pouca produtividade, além do excesso de tempo gasto com as questões políticas. 27. O trabalho de uma agremiação dessa natureza não pode ser aferido pelo número de leis que produza, nem pelos discursos políticos que se ouçam no seu plenário. É mister se não esqueça a tarefa beneditina das Comissões, onde os assuntos são estudados detidamente antes que cheguem ao plenário. E não se devem perder de vista as condições desfavoráveis em que se processa tão relevante tarefa em luta permanente com a falta de tudo, desde instalações materiais adequadas até os requisitos mais elementares de assistência técnica, para investigações, estudos, planejamentos. 28. No que diz respeito ao Legislativo brasileiro, não tem a nação de que estar descontente com o seu funcionamento, nesta nova fase das instituições, após a tempestade que convulsionou o mundo, e pôs à prova a vitalidade do espírito democrático universal. 29. Um exame sereno da obra executada nesses quase cinco anos mostra o muito que o Congresso tem trabalhado no Brasil. Algumas grandes leis de importância ao nosso patrimônio legislativo, a recomendar o patriotismo e a sabedoria dos legisladores brasileiros. 30. As responsabilidades de quem se veja elevado pela confiança da nação à dignidade desta Presidência crescem sobremaneira de vulto ao se recordarem os varões que por ela pensaram, cujos nomes ficaram definitivamente inscritos nas páginas da nossa história, como credores do reconhecimento nacional por grandes serviços à Pátria. Seja-nos permitido recordar alguns dos que mais enalteceram este posto: 31. No Império, o Marquês de Santo Amaro; o Pedro Diogo Antônio Feijó; o Visconde de Abaeté; o Barão de Cotegipe; e o Visconde de Sinimbu. 32. Na República: Prudente de Moraes; Manoel	23, 24, 25. As críticas às corporações políticas são naturais, em países (EUA e Argentina) que mantêm um Senado como o Brasil. 26. Argumenta-se que produzem pouco as casas legislativas. 27. O julgamento deve levar em conta a produção das comissões, a escassez de material e de pessoas, e não apenas a produção legislativa e retórica. 28. Sociedade brasileira não tem do que reclamar do Legislativo, após os tumultos da II Guerra. 29. Em cinco anos, grandes leis foram aprovadas. 30, 31, 32. A notoriedade dos antecessores que ocuparam a cadeira de Presidente do Senado aumenta a responsabilidade do atual Presidente.
---	--

Vitorino; Rosa e Silva; Afonso Pena; Nilo Peçanha; Quintino Bocayuva; Wenceslau Braz; Urbano Santos; Delfim Moreira; Pinheiro Machado; Antonio Azeredo; Bueno de Paiva; Estácio Coimbra; Mello Vianna; Medeiros Netto e Nereu Ramos. 33. Quanto me confortaria o coração de brasileiro e de político poder sublinhar, nessa enumeração de grandes valores da nacionalidade, os nomes de dois concidadãos cuja atuação no cenário político nacional, onde se projetaram por títulos inesquecíveis, continua a desenvolver-se ante os olhos da nossa admiração – Mello Vianna, o digno mineiro que, depois de ocupar por um quadriênio a cadeira presidencial do Senado, voltou a dar ilustre a esta Casa, no exercício, nos últimos cinco anos, da sua Vice-Presidência; e, por último, a figura inconfundível de Nereu Ramos, de cuja passagem o Senado ainda guarda bem viva a recordação, nos marcos luminosos de uma grande Presidência. 34. A figura do Vice-Presidente da República, inovação norte-americana no sistema institucional que inspirou as cartas políticas de tantas nações, inclusive a nossa, não devia e não podia ter como destino apenas um papel decorativo e, quiçá, inútil, como pareceu a críticos apressados e superficiais. 35. Quiseram os pioneiros do regime que adotamos escolher, simultaneamente, um Chefe supremo da Nação e outro mandatário que, como ele, tivesse os seus atributos e a sua folha de serviços examinados pela consciência nacional e fosse, sabidamente, o cidadão responsável pelo ônus pesadíssimo da substituição mais alta que, a qualquer momento, pode ocorrer na República. 36. Não o imaginaram, entretanto, apenas um servidor em estado potencial durante todo o tempo do mandato. Deram-lhe atribuições, não no Executivo, mas no Legislativo. E, marcando-lhe o posto com o sinal indiscutível da grave responsabilidade de um imenso crédito na confiança, colocaram-no na Presidência do Senado, do órgão que é, por excelência, a expressão do equilíbrio e da ponderação, no que diz respeito aos interesses do país. Puseram-no à frente dessa alta corporação, para dirigi-la como juiz, destituído das insígnias partidárias, eqüidistante dos interesses políticos, livre de compromissos regionais, sem possibilidade de interferência nos pronunciamentos, salvo nos casos de empate. 37. Não é só pelo voto de desempate, aliás de ocorrência raríssima, que o Presidente há de colaborar na vida legislativa do Senado. As suas funções, se as quiser exercer como devem ser exercidas, com que se lhe possa, depois, atribuir inexatidão no cumprimento dos deveres	33. Especial homenagem a Mello Viana e Nereu Ramos, antecessores imediatos. 34. O papel do Vice-Presidente da República não podia ser decorativo. 35. Com atributos semelhantes ao do Presidente da República, o Vice tem grandes responsabilidades, como sucessor eventual. 36. Ao colocar o Vice-Presidente da República na Presidência do Senado, distinguiram-no como juiz, imparcial, livre de compromissos regionais. 37, 38, 39. Não apenas no voto de desempate colabora o Presidente do Senado: dele é exigido grande esforço, o que o faz membro do Legislativo.
---	---

que a nação lhe conferiu, há de lhe exigir, inevitavelmente, grande soma de energias, esforço e atividades. 38. E se ao Vice-Presidente da República cabe, no trabalho legislativo e político desta Casa, tão absorvente atividade diária, a contrastar com o seu papel de órgão do Executivo, apenas em estado potencial, por que lhe há de negar a condição de membro do Legislativo? 39. A sua tarefa de todos os dias é no Legislativo. Só excepcionalmente lhe será dado exercer funções no Executivo. Pode acontecer até, transcorra todo o seu mandato, sem se apresentar tal eventualidade, não obstante ter sido afanosa a sua atividade no Legislativo. 40. Razão tinha, pois, o Presidente Nereu Ramos ao declarar, em discurso recente perante o Senado, não considerar o Vice-Presidente da República órgão do Executivo, mas, sim, do Legislativo. 41. Esse conceito, aliás, já encontrou consagração recente em julgado unânime da mais alta Corte de Justiça Eleitoral do país, cujas palavras não fujo ao desejo de aqui reproduzir: “O Vice-Presidente, pela técnica adotada pela Constituição, teve as suas atribuições normais definidas no art. 61, quando lhe foi deferido o exercício das funções de Presidente do Senado Federal.” Não faz parte do Executivo, e sim do Legislativo, pois o Executivo, em face do art. 78 da Constituição, é exercido pelo Presidente da República, e só por ele. O Vice-Presidente, em face do texto da Constituição, só se considera integrado no Executivo quando substitui ou sucede o Presidente. Fora disso, está incluído no Legislativo, presidindo o Senado.” 42. Já vos denunciei, sem reservas, o quanto me anuvia o espírito a perspectiva dos deveres que me aguardam nesta Casa, em contraposição com a fragilidade das forças de que me disponho para cumpri-los. 43. Para a realização da obra em que devo acompanhar-vos, venho, porém, animado de um sincero desejo de cooperação, de um profundo anseio de ser útil ao Brasil, ao regime, ao Legislativo e ao Senado da República. 44. A uma nítida compreensão da honra que o povo brasileiro me conferiu corresponde, em meu espírito, um empenho infatigável de mostrar-me digno dela. 45. Para a tarefa que havemos de realizar em comum, com a sinceridade do meu idealismo, o humilde	40, 41. A Vice-Presidência da República é mais órgão do Legislativo que do Executivo, como afirmou Nereu Ramos e se pronunciou o TSE. 42, 43, 44. Vê-se frágil diante dos desafios da Presidência, mas animado pelo desejo de servir ao Brasil, em função da honra conferida pelo povo brasileiro.
---	--

contingente de uma experiência parlamentar, haurida, sobretudo no campo árduo da oposição. 46. Do trato com as coisas da vida legislativa brasileira, em mais de um decênio, ficaram-lhe algumas impressões, que já me permiti manifestar de público, ao receber o diploma que me proporcionou o privilégio dirigir-vos a palavra neste instante. 47. A obra legislativa do país está a solicitar um esforço de articulação que possibilite um melhor aproveitamento das atividades que se congregam para a delicada missão de elaborar leis para o Brasil. 48. Não devem as casas do Congresso Nacional ser compartimentos estanques, cada qual mais ou menos interessada da atividade da outra. Não se justifica multiplicidade de iniciativas sobre matérias idênticas, nem diversidade de rumos, nem conclusões colidentes ou antagônicas numa obra que se deve realizar com o sentido de unidade que há de imperar sempre na vida nacional, como impera em toda a criação. 49. Câmara e Senado, dentro do Poder Legislativo, devem ajustar-se e completar-se num funcionamento harmônico como o de partes integrantes de um organismo vivo e palpitante. Legislativo, Executivo e Judiciário não se devem comportar, na rigidez exagerada de atitudes de indiferença recíproca, qual se, ao invés de parcelas de um mesmo todo, fossem peças desarmônicas de uma construção exótica. Une-os entre si a identidade dos propósitos, que são os de servir à Pátria comum. 50. Por que, pois, se evitarem, num excesso de rigorismo de fronteiras que, em verdade, não existem perfeitamente definidas, uma vez que a realidade está a mostrar quanto se interpenetram para que bem se articulem? 51. E vale lembrar, a propósito, aquela sensata observação de Willoughby sobre a separação dos poderes – em verdade separação incompleta de poderes – no regime institucional do seu país, que serviu de modelo ao nosso. Princípio julgado fundamental ao sistema constitucional que lá, como aqui, se adotou, as necessidades práticas de um eficiente governo impediram tivesse completa aplicação. E foi assim que desde o começo da vida constitucional da grande nação do Norte se sentiu a necessidade absoluta de investir cada um dos três poderes de certos atributos que, pela sua essência, não lhe deveriam pertencer. Aos tribunais se deram atribuições essencialmente do Executivo, de fazer determinadas nomeações; ao Executivo a função legislativa do veto e a judiciária de perdoar; ao Legislativo os poderes judiciários do <i>impeachment</i>, os de julgar certas autoridades, e, através do Senado, a competência executiva de participar da	45, 46. Dispõe, além da sinceridade e do idealismo, de experiência parlamentar de mais de dez anos, na oposição. 47. A obra legislativa necessita de melhorias. 48. A unidade exigida pelo País não se coaduna com a compartimentalização das atividades, multiplicidade de iniciativas e conclusões antagônicas. 49. Câmara e Senado devem agir em harmonia. Não devem, pois, estar separados. 51. A idealizada separação dos poderes jamais foi exercida nos EUA (modelo adotado no Brasil).
--	---

escolha dos titulares de certos cargos públicos. 52. Vozes autorizadas no Parlamento brasileiro já se têm levantado para pôr em foco os inconvenientes da falta de articulação das duas Casas entre si e do Legislativo com o Executivo, na elaboração legislativa, mormente no que toca ao orçamento. 53. São bem recentes as observações de um dos mais altos valores desta Casa – o Senador Ferreira de Souza – em palavras lapidares sobre o Orçamento da Receita para o ano em curso. 54. Referindo-se aos defeitos da elaboração orçamentária, assinala: “O mais importante é, evidentemente, a falta de colaboração entre o Executivo e o Legislativo. Não se trata de colaboração no puro rigor constitucional, senão de colaboração por assim dizer política. Os poderes públicos não podem viver afastados, entendendo-se apenas por via protocolar ou burocrática. A separação e harmonia dos poderes comporta e exige entendimentos pessoais constantes entre os membros respectivos, discussões particulares de projetos e de planos, presença do Executivo no Legislativo pelos seus Ministros, pelos líderes das diversas correntes partidárias, relatores dos projetos financeiros e de outros nas comissões parlamentares e presença das correntes legislativas no Executivo”. E acrescenta: (...) Urge, assim, se comuniquem e se entendam os membros do Executivo entre si e os do Legislativo com os do Executivo, este sob a direção do Presidente da República. (...) A relativa indiferença dos dois poderes dá lugar a leis financeiras que não se executam, a orçamentos nada orgânicos e nada condizentes com um plano unitário, prenhes de verbasinhas sem significação e sem utilidade, mais descrições de problemas, mais catálogo de pretensões e de desejos que programa sistemático de trabalho durante o exercício. E finalmente: Outro defeito está na deficiente combinação entre as duas Casas do Congresso, redundando na ablação de uma função substancial em matéria legislativa – a revisão.	52, 53, 54. Há desarticulação de natureza política entre as duas Casas e destas com o Executivo, o que gera leis financeiras e orçamentos que não são executados.
---	--

55. Ninguém melhor que o nobre representante do meu Estado retrataria a situação. As mesmas observações se ajustam a toda a elaboração legislativa e não apenas à dos orçamentos e das leis financeiras. 56. É sabido, por outro lado, o papel preponderante que tem, na feitura das leis, a Câmara iniciadora, que, devendo dizer a última palavra sobre os seus projetos, pode anular por completo a colaboração da revisora, se não houver um perfeito entendimento entre ambas. 57. Nesse particular, o projeto do Regimento Comum, em fase de conclusão, já dá um passo no sentido de uma colaboração mais íntima entre as duas Casas, quanto à apreciação, pela iniciadora, das emendas da revisora, possibilitando a esta acompanhar os trabalhos daquela através de comissões para esse fim especialmente designadas. 58. Não nos parecem, todavia, suficientes essas medidas. Há mister de um órgão que exerça permanentemente a missão de coordenar os esforços dos dois ramos do Congresso e deste com o Executivo e com o Judiciário, objetivando aplainar divergências, levando a cada Câmara a orientação predominante na outra, procurando denominadores comuns, que lhes harmonizem as soluções dos problemas, pondo-se em contato, quando necessário, com os órgãos competentes para manifestar o pensamento dos outros poderes e, em suma, realizando o congraçamento de todos em torno dos supremos interesses do país. 59. Tal é o papel que, a nosso ver, o Vice-Presidente da República, na sua condição de Presidente do Congresso Nacional, deve e pode realizar. 60. Essa a função que vislumbro na órbita das atividades do detentor do posto a que me conduziu a confiança da nação como o coroamento da missão, de presidir o Senado, e, por via dessa a Presidência, o Congresso Nacional. 61. Esse o programa que me proponho para os dias em que, por mercê do mandato recebido, haja de estar ao vosso lado, para o desempenho de tarefa comum, de servir ao Brasil. 62. Enunciado, em várias oportunidades, esse modo de entender os meus deveres, é com satisfação que recolho, daqui e dali, palavras de aplauso que nele me afervoram ainda mais. Dentre eles, não resisto à satisfação de registrar, pela alta autoridade de quem as profere, as do eminente Deputado Costa Neto, relator da Grande Comissão que elaborou a Constituição vigente, e as do Dr. Otho Prazeres, um dos mais dedicados estudiosos desses	55. Outras leis, além das financeiras, sofrem com tal desarticulação. 56. Sem o entendimento, o trabalho da revisora pode anular completamente o da iniciadora. 57. Um regimento comum e o acompanhamento mútuo dos trabalhos será um modo de acabar com tal separação improdutiva. 58, 59, 60. É necessário um órgão que coordene os esforços de Senado e Câmara, e destes com o Judiciário e o Executivo. Esse papel é do Vice-Presidente da República na condição de Presidente do Congresso Nacional. 61. Fazer esse trabalho de coordenação é o propósito do Presidente do Senado. 62. Esse propósito tem sido aplaudido por autoridades e especialistas.
---	--

assuntos. 63. Para a realização de tão destemeroso intento é bem de ver que não posso contar apenas com o meu esforço individual. 64. Indispensável se me torna ter, como base de toda a minha atividade, além da simpatia a colaboração constante dos que, nas duas Casas do Legislativo, representam a Nação nas forças vivas, da sua consciência política. 65. E, por fim, da ajuda, sempre preciosa, da imprensa, na crítica justa, na advertência oportuna, no focalizar defeitos no trabalho realizado ou desacertos nos rumos traçados e no refletir as reações da opinião pública em face das matérias em estudo. À imprensa, em cujos quadros iniciei a minha vida pública, devo algumas das melhores inspirações que me têm sorteado a atividade política. A ela faço empenho em prestar contas, sem reticências e sem restrições, dos meus atos e das minhas atitudes, porque por ela é que me é dado chegar até a intimidade de cada um dos concidadãos, que me prestigiaram com os seus sufrágios ou com a sua oposição, cujo sentido o político não pode desprezar. 66. É para a realização dessa tarefa que vos conclamo a todos, Senhores Senadores, tendo de antemão a certeza de que não me faltarão a vossa ajuda de cada dia, o conselho da vossa experiência, a advertência da vossa sabedoria e as inspirações do vosso patriotismo, para o ideal comum de trabalhar pelo engrandecimento do Brasil. <i>(Muito bem; muito bem. Palmas prolongadas)</i> (3.757 palavras)	63, 64. Necessária a colaboração das duas Casas do Legislativo. 65. Críticas e observações da imprensa serão bem-vindas. 66. Conclama os senadores a ajudarem na tarefa de patriotismo.
---	--

Configuração

Estrutura

O discurso está organizado em 66 parágrafos, cujo conteúdo está assim distribuído:

- no 1º parágrafo, menciona a emoção;
- no 2º, agradece à terra natal e a Adhemar de Barros;
- nos 3º e 4º, bendiz as lutas por que passou;
- do 5º ao 7º, menciona as responsabilidades do cargo;
- do 8º ao 20º, faz longa explanação sobre a instituição, do modelo de que se serviu às diversas modificações ao longo da História brasileira;
- do 21º ao 29º, aponta os motivos de prestígio do Senado e a falta de razão aos que lhe criticam;
- do 30º ao 33º, menciona a notoriedade de seus antecessores;

- do 34º ao 41º, fala do papel do Vice-Presidente da República como “coordenador” das relações entre os Três Poderes;
- do 42º ao 46º, menciona as deficiências pessoais e o modo de superá-las;
- do 47º ao 57º, fala da necessidade de se melhorar a produção das leis e da articulação que devem ter Câmara e Senado;
- do 58º ao 64º, fala de seu papel como coordenador dos poderes;
- no 65º, declara serem bem-vindas as críticas da imprensa;
- no último, conclama os senadores a ajudarem na tarefa de patriotismo.

Tipificação do discurso

Trata-se de um pronunciamento de natureza deliberativa, em que o acordo buscado é em torno da própria figura do Vice da República = Presidente do Congresso.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- esta augusta Assembléia (1)
- a alegria da chegada impõe-me dirija para trás o olhar, alongando a vista até o meu longínquo e pequenino Estado natal (2)
- [Estado natal] tão nobre nas tradições do seu povo generoso e bravo (2)
- meu espírito emocionado se volta, por igual, para a gloriosa terra bandeirante, onde se originou a minha candidatura (2)
- o gesto democrático do seu ex-Governador, meu eminente amigo Ademar de Barros (2)
- [d]este cargo, que tantos vultos egrégios tem ocupado e dignificado (2)
- o Senado brasileiro, Senhores, tem uma antiga e nobre tradição de responsabilidade (6)
- raízes [do Senado], iremos até aqueles dias agitados em que o Brasil ensaiou os seus primeiros passos de nação independente (7)
- a tradição dos Conselhos dos anciãos da antiguidade (8)
- a experiência já quase cinquentenária, da grande nação norte-americana (8)
- Legislativo que era um surpreendente esforço da consciência nacional no sentido da verdadeira democracia (9)
- um cenáculo da experiência, da ponderação e da austeridade (9)
- um Senado vitalício [o do Império], eleito pelo povo (...) [de] feição nitidamente conservadora (11)
- [o Senado do Império com a] presença, na sua composição, dos príncipes de sangue maiores de vinte e cinco anos (11)
- ao Senado se assegurava competência exclusiva sobre outras matérias bem reveladoras da relevância do papel que lhe quis atribuir a primeira Constituição brasileira (12)
- preocupação de responsabilidade, ponderação e sabedoria que norteava as Convencionais de Filadélfia (13)
- o Senado [atravessou] todo o período monárquico, vendo sempre crescer o seu prestígio e enobrecerem-se as suas tradições (14)

- a constância do pensamento de se manter esta Casa na situação proeminente que lhe coube no tempo do Império (15)
- Carta de 24 de fevereiro de 1891, que aproximou mais o Senado brasileiro do povo, por meio da eleição direta dos seus membros (17)
- aumentou-lhe [do Senado] as responsabilidades (17)
- a Constituição de 1946 restabeleceu, com sua feição tradicional, o Senado Federal, órgão integrante, com a Câmara dos Deputados, do Congresso Nacional, detentor do poder de legislar (20)
- o Senado (...) mantendo-se num plano que em nada desmerece das suas tradições no Império e na República (22)
- [antecessores] cujos nomes ficaram definitivamente inscritos nas páginas da nossa história (30)
- no Império, o Marquês de Santo Amaro; o Pedro Diogo Antônio Feijó; o Visconde de Abaeté; o Barão de Cotegipe; e o Visconde de Sinumbú (31)
- na República: Prudente de Moraes; Manoel Vitorino; Rosa e Silva; Afonso Pena; Nilo Peçanha; Quintino Bocayuva; Wenceslau Braz; Urbano Santos; Delfim Moreira; Pinheiro Machado; Antonio Azeredo; Bueno de Paiva; Estácio Coimbra; Mello Vianna; Medeiros Netto e Nereu Ramos (32)
- à imprensa, em cujos quadros iniciei a minha vida pública, devo algumas das melhores inspirações que me têm sorteado a atividade política (65)

Análise

O orador demora-se bastante na configuração do auditório, principalmente sobre a instituição Senado. Não apenas – à maneira de seus antecessores e pósteros – elogia o auditório: faz um apanhado histórico e jurídico da instituição; nomeia os próceres do Império e da República que da Casa fizeram parte; cita julgados do TSE. Em verdade, nessa configuração, já carrega a argumentação que é dupla: a de que a) *o Senado é fundamental para a República brasileira* e b) (em decorrência) *a Vice-Presidência da República = Presidência do Senado são imprescindíveis para o Brasil*.

As menções ao Estado natal e ao aliado político (Adhemar de Barros) completam o quadro dessa configuração, que é das mais bem traçadas – no conjunto dos discursos analisados –, justamente por conter as premissas que sustentarão a busca do acordo: apóiem-me como o interlocutor privilegiado entre os Poderes.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

- a obra legislativa do país está a solicitar um esforço de articulação que possibilite um melhor aproveitamento das atividades que se congregam para a delicada missão de elaborar leis para o Brasil (47)
- vozes autorizadas no Parlamento brasileiro já se têm levantado para pôr em foco os inconvenientes da falta de articulação das duas Casas entre si e do Legislativo com o Executivo, na elaboração legislativa, mormente no que toca ao orçamento (52)
- é sabido, por outro lado, o papel preponderante que tem, na feitura das leis, a Câmara iniciadora (...) pode anular por completo a colaboração da revisora, se não houver um perfeito entendimento entre ambas (56)

Análise

O orador problematiza bem os temas legislativos, para os quais vai reclamar uma reforma, nas proposições: a falta de articulação é a grande questão a ser resolvida. Ao apontar esse foco, reforça sua tese de uma Presidência do Senado ungida como a instância de articulação entre os Poderes.

III. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- o julgamento que [o Senado] deve receber da consciência nacional não pode deixar de lhe ser plenamente favorável (22)
- o trabalho de uma agremiação dessa natureza não pode ser aferido pelo número de leis que produza, nem pelos discursos políticos que se ouçam no seu plenário (27)
- é mister se não esqueça a tarefa beneditina das Comissões (27)
- e não se devem perder de vista as condições desfavoráveis em que se processa tão relevante tarefa em luta permanente com a falta de tudo (27)
- no que diz respeito ao Legislativo brasileiro, não tem a nação de que estar descontente com o seu funcionamento, nesta nova fase das instituições (28)
- não devem as casas do Congresso Nacional ser compartimentos estanques, cada qual mais ou menos interessada da atividade da outra (48)

b) Afirmativas enfáticas

- em todos os passos da vida nacional, em todos os grandes episódios que enchem as páginas da nossa história, no Império como na República, o Senado tem sempre estado cômico das suas responsabilidades, delas se desobrigando com exatidão e patriotismo (22)
- corporações essencialmente políticas, é natural que as casas do Legislativo sejam duramente criticadas pelo que fazem e pelo que deixam de fazer (23)
- argúi-se, principalmente, contra as casas legislativas, a sua pouca produtividade, além do excesso de tempo gasto com as questões políticas (26)
- um exame sereno da obra executada nesses quase cinco anos mostra o muito que o Congresso tem trabalhado no Brasil (29)
- razão tinha, pois, o Presidente Nereu Ramos ao declarar, em discurso recente perante o Senado, não considerar o Vice-Presidente da República órgão do Executivo, mas, sim, do Legislativo (40)
- Câmara e Senado, dentro do Poder Legislativo, devem ajustar-se e completar-se num funcionamento harmônico como o de partes integrantes de um organismo vivo e palpitante (49)

Análise

Em suas crenças, o orador defende o Senado de críticas que considera injustas e proclama a autoridade dessa instituição. Para que o orador se demore tanto nesse tema, é de se supor uma grande contestação a essa Casa. Por outro lado, reconhecer autoridade

no Senado significa fazer repousar maior poder sobre seu Presidente, conforme sustenta em toda a peça oratória.

c) Outros recursos retóricos

– e se ao Vice-Presidente da República cabe, no trabalho legislativo e político desta Casa, tão absorvente atividade diária, a contrastar com o seu papel de órgão do Executivo, apenas em estado potencial, por que lhe há de negar a condição de membro do Legislativo? (38)

– esse conceito [de que a Vice-Presidência da República pertence ao Legislativo], aliás, já encontrou consagração recente em julgado unânime da mais alta Corte de Justiça Eleitoral do país, cujas palavras não fujo ao desejo de aqui reproduzir (41)

– e vale lembrar, a propósito, aquela sensata observação de Willoughby sobre a separação dos poderes – em verdade separação incompleta de poderes – no regime institucional do seu país, que serviu de modelo ao nosso (51)

Análise

Chamo a atenção, aqui, de dois recursos oratórios muito produtivos: a *questão retórica* e o *testemunho autorizado*. A primeira consiste em fazer uma assertiva sob a forma de questão. Trata-se de uma pergunta cuja resposta já é dada pelo próprio modo com que é formulada. São dois recursos que deixam clara a natureza dialógica do discurso. A *questão retórica* interpela o interlocutor, trazendo-o para a cena; e o *testemunho autorizado* introduz outros personagens, outras vozes – autorizadas – para a argumentação.

IV. Identidade do orador

– natural há de ser a emoção de quem, alçado à eminência da cadeira presidencial do Senado Brasileiro, pela vez primeira se dirige a esta augusta Assembléia (1)

– aqui chego, depois de longa jornada (2)

– vindo de planícies distantes (2)

– através de caminhos ásperos (2)

– [...] as fadigas, os perigos e as renúncias foram os acontecimentos de todos os dias (2)

– [Estado natal] a cujos anseios de liberdade tenho procurado servir, suprimindo, com o fervor do meu devotamento, a desvalia do meu esforço (2)

– [Adhemar de Barros] quis alçar-me, da humildade da minha província, à altitude deste cargo (2)

– o meu pensamento, comovido, volta-se para os trechos percorridos da estrada (3)

– bendizendo as lutas que me encheram os dias e os espinhos que tanta vez me fizeram sangrar o coração (3)

– a magnitude deste lugar e desta Casa e ante as responsabilidades que aqui me aguardam (4)

– entre as quais [responsabilidades] sobressaem as que decorrem do vosso convívio e da honra de dirigir os trabalhos de tão nobre corporação (4)

– venho para esta cadeira com o espírito anuviado pela consciência dessas responsabilidades e da debilidade das forças com que hei de enfrentá-las (5)

– tal é o papel [de articulador] que, a nosso ver, o Vice-Presidente da República, na sua condição de Presidente do Congresso Nacional, deve e pode realizar (59)

- as responsabilidades de quem se veja elevado pela confiança da nação à dignidade desta Presidência crescem sobremaneira de vulto ao se recordarem os varões que por ela pensaram (30)
- já vos denunciei, sem reservas, o quanto me anuvia o espírito a perspectiva dos deveres que me aguardam nesta Casa, em contraposição com a fragilidade das forças de que me disponho para cumpri-los (42)
- a uma nítida compreensão da honra que o povo brasileiro me conferiu corresponde, em meu espírito, um empenho infatigável de mostrar-me digno dela (44)
- Do trato com as coisas da vida legislativa brasileira, em mais de um decênio, ficaram-lhe algumas impressões (...) (46)

Análise

Embora se trate de um longo discurso – o mais extenso da coleção (3.757 palavras) – o orador demora-se muito na configuração de sua *persona* política. Isso pode ser interpretado como exibicionismo, o que levaria os ouvintes a rejeitar tal orador. Lembremo-nos de que a configuração do orador faz parte do processo de argumentação. É como se ele dissesse assim “*por ter tal autoridade diante do problema x, conclamamos a, comigo, executarmos a solução y*”. Entretanto, se exagera nessa demonstração de autoridade, pode produzir o efeito contrário na audiência.

V. Proposições e conclamações

- urge, assim, se comuniquem e se entendam os membros do Executivo entre si e os do Legislativo com os do Executivo, este sob a direção do Presidente da República (54)
- (...) uma colaboração mais íntima entre as duas Casas, quanto à apreciação, pela iniciadora, das emendas da revisora, possibilitando a esta acompanhar os trabalhos daquela através de comissões para esse fim especialmente designadas (57)
- há mister de um órgão que exerça permanentemente a missão de coordenar os esforços dos dois ramos do Congresso e deste com o Executivo e com o Judiciário (58)
- medidas objetivando aplinar divergências, levando a cada Câmara a orientação predominante na outra, procurando denominadores comuns, que lhes harmonizem as soluções dos problemas (58)
- pondo-se [o Presidente do Senado] em contato, quando necessário, com os órgãos competentes para manifestar o pensamento dos outros poderes e, em suma, realizando o conagração de todos em torno dos supremos interesses do país (58)
- esse o programa que me proponho para os dias em que, por mercê do mandato recebido, haja de estar ao vosso lado, para o desempenho de tarefa comum, de servir ao Brasil (61)
- indispensável [a] colaboração constante dos que, nas duas Casas do Legislativo, representam a Nação nas forças vivas, da sua consciência política (64)
- e, por fim, da ajuda, sempre preciosa, da imprensa, na crítica justa, na advertência oportuna, no focalizar defeitos no trabalho realizado ou desacertos nos rumos traçados e no refletir as reações da opinião pública em face das matérias em estudo (65)
- e para a realização dessa tarefa que vos conclamo a todos, Senhores Senadores (66)
- tendo de antemão a certeza de que não me faltarão a vossa ajuda de cada dia (66)
- o conselho da vossa experiência, a advertência da vossa sabedoria e as inspirações do vosso patriotismo, para o ideal comum de trabalhar pelo engrandecimento do Brasil (66)

Análise

As proposições são bastante “internistas”, no que diz respeito a um rearranjo institucional entre os que fazem as leis. No máximo se estende aos outros dois poderes, para que colaborem com esse esforço. Não há proposições “para fora”, isto é, para o Brasil, como se poderia esperar de um pronunciamento tão longo.

Radiografia

Trata-se de um discurso deliberativo, em que o orador busca o acordo em torno de si mesmo e de sua figura: o Vice-Presidente da República na condição de Presidente do Senado. Para isso se vale de uma longa explanação sobre o papel dos Poderes, com críticas à divisão estanque entre estes, e até mesmo entre as duas casas legislativas para, no final, propor-se à tarefa de coordenar a interação entre as casas legislativas, e destas com o Executivo e o Judiciário.

O orador se dá ao luxo de proferir uma espécie de “aula magna” sobre a instituição Senado. Embora se compreenda que essa longa explanação tem sua pertinência argumentativa, qual seja a de derrubar resistências, o modo escolhido acaba virando-se contra o orador. O ambiente de um legislativo é pouco afeito a esse tipo de pronunciamento que se reveste da roupagem de “ensinamento”.

Na ocasião, esse era o segundo mandato em que o instituto do Vice da República, como dirigente do Senado, havia sido restaurado, após a quebra proporcionada pela Revolução de 1930 e pelo Estado Novo. Pode-se vislumbrar nessa grande necessidade de legitimação que haveria discordâncias ou desconfortos com o instituto. Na eleição de Filinto Müller, em 1961, para Vice-Presidente (gestão João Goulart), ele relembra que o mais alto cargo a que pode aspirar um Senador é o de Vice-Presidente da Casa.

Seu esforço argumentativo dirige-se a fazer com que a instituição Vice-Presidência da República seja aceita como autorizada na coordenação dos poderes Executivo–Legislativo–Judiciário. Como se, na verdade, fosse um quarto poder que, simultaneamente, faz parte dos dois primeiros. Essa “crise de identidade” acaba se revelando ao longo do discurso.

João Goulart (PTB – RS)

1º de fevereiro de 1956

40ª Legislatura

Resumo

Reafirma compromisso de dedicação às leis, instituições e progresso do País e também respeito e admiração aos representantes do povo. Assume sem vaidade; humilde, inspirado nos exemplos e antecedentes ilustres. Com o mandato popular a ele conferido, apesar das deficiências, espera honrar o Senado e receber dos senadores apoio para os trabalhos.

Tal qual os senadores, é homem de partido e sua eleição se deu com apoio de combinação partidária; é representante dos interesses dos trabalhadores. O PTB luta pelas liberdades e para assegurar ao povo participação na administração pública; luta pelas reformas de base; não é isolacionista; deseja soluções nacionais, como a do petróleo; deseja a emancipação econômica, requisito para a liberdade.

Adverte que não se devem esquecer os conflitos mundiais que ameaçam a sobrevivência das nações. Lembra, também, que a defesa da economia nacional é a única forma de preservar a unidade brasileira e seus valores cristãos e democráticos. Diante da gravidade da situação, serão imprevisíveis as conseqüências se não forem encontradas soluções para o sofrimento dos trabalhadores do campo e da cidade, as coletividades menos afortunadas. O apoio do PTB ao PSD se fez com base no programa de reivindicações do povo; confiança que JK vai cumprir acordos e reiteração de apoio ao Presidente eleito.

Mas não é como homem de partido que assume a Presidência; sem parcialismos, em cumprimento à Constituição e com reverência aos senadores, exercerá seus atos. Embora seja homem de luta, apela à concórdia para beneficiar o povo e os interesses nacionais. Sem se exceder aos limites institucionais, quer contribuir para superar os episódios eleitorais e militares; sob a proteção das leis, alcançar a paz e o bem-estar dos brasileiros.

Não decepcionará os que o apóiam ou estimulam; fiel aos exemplos de prudência e sabedoria próprios do Senado; tornar-se-á digno dos grandes que entraram para a História, particularmente Getúlio Vargas. Agradece em nome dos eleitores, que, pensando em Getúlio, elegeram JK; inspirado em Getúlio, resistirá, com sacrifício às soluções fáceis. Sem abrir mão das convicções, para o bem do Brasil, colaborará com os senadores e os demais poderes da República, sem ressentimentos ou restrições.

Discurso

1. Srs. Senadores, Ao assumir a Presidência do Senado da República, quero reafirmar o compromisso que solenemente prestei perante o Congresso Nacional. A esse voto de dedicação e lealdade, de observância às leis e integral devotamento às instituições e ao	1. Reafirma compromisso de dedicação às leis, instituições e progresso do País; respeito e admiração aos representantes do povo.
--	--

progresso do País, associo a especial homenagem do meu respeito e da minha admiração aos nobres representantes do povo brasileiro. 2. Conduzido a esta cadeira pelo imperativo das circunstâncias que condicionam e vitalizam o regime democrático, nenhuma vaidade pessoal me perturbará no exercício das atribuições que me conferiu a soberania do povo. Muito ao contrário, como homem simples que sou, procurarei ser fiel, com humildade e honra ao meu dever público, inspirado, a cada passo, na experiência e na sabedoria dos luminosos exemplos que engalanam os fatos históricos desta Casa, onde têm resplandecido, nas fulgurações de suas inteligências e do seu amor à Pátria, os maiores vultos da nacionalidade. 3. Não é difícil imaginar, ilustres Senadores, a alta e profunda emoção que me domina, ao ato inaugural de minha investidura na direção das atividades desta Casa, por força de um mandato constitucional que recebi diretamente das fontes populares, ungido pela consagração da Justiça. Vencendo minhas próprias deficiências espero possa juntar a esse mandato, ao fim da jornada, o apreço sem constrangimentos de meus dignos Pares. Meu esforço há de ser, em consequência, no sentido de não deslustrar as esplêndidas tradições que fazem do Senado da República um dos mais belos monumentos de nossa história política. Não sintam os nobres Senadores, nestas minhas expressões, senão o firme propósito de afastar de mim qualquer impulso de vanglória, tanto como a inabalável decisão de me situar ao nível da inspiração cívica de Vossas Excelências, de quem, estou certo, receberei – num alto sentido de compreensão – o apoio indispensável à boa marcha dos nossos trabalhos e ao prestígio cada vez maior do Poder Legislativo. 4. Senhores Senadores: Como Vossas Excelências, sou também um homem de partido. Minha eleição decorreu de uma combinação de forças partidárias, feita à base de princípios e de um programa. Para ser mais exato, porém, devo dizer que as minhas verdadeiras origens políticas estão nas lutas trabalhistas, de cujos ideais serei sempre um modesto soldado, lutando pelo bem-estar social e à luz das reivindicações que, de há muito, constituem o grande anseio das coletividades trabalhadoras (<i>Palmas prolongadas no recinto e nas</i>	2. Assume sem vaidade; humilde, inspirado nos exemplos e antecedentes ilustres. 3. Com mandato popular, apesar das deficiências, espera honrar o Senado e receber dos senadores apoio para os trabalhos. 4. Tal qual os senadores, é homem de partido e sua eleição se deu com apoio de combinação partidária; é representante dos interesses dos trabalhadores. O PTB luta pelas liberdades e para assegurar ao povo participação na administração pública.
---	---

<i>galerias</i>). Esta a razão pela qual o Partido Trabalhista Brasileiro combate sem transigências por um programa que visa, acima de tudo, a fortalecer o País, aprimorando as liberdades e assegurando ao povo uma participação consciente e efetiva na administração pública. 5. Por isso, volta-se o nosso Partido, neste momento, para as reformas de base que o País reclama em sua estrutura política, econômica e social. Não compreendemos – nós, os trabalhistas – possa o Brasil continuar ainda preso a velhas fórmulas que não mais se ajustam ao mundo dos nossos dias. Contudo, não somos isolacionistas nem jacobinos. Condenamos, antes, os extremos, que são sempre perigosos e, sobretudo, incompatíveis com a nossa índole cristã e a nossa formação democrática (<i>Palmas</i>). Desejamos soluções nacionais para os problemas nacionais, como ora fazemos em relação ao petróleo, tendo em vista apenas a necessidade de assegurar – nesta fase histórica do nosso desenvolvimento – a emancipação econômica sem a qual jamais seremos verdadeiramente livres. É preciso não esquecer as ameaças de conflitos que perturbam o mundo, pondo em risco até mesmo a sobrevivência das nações. A defesa da economia nacional, com a solução de seus problemas fundamentais, será, assim, o meio mais eficaz de preservação da unidade brasileira e da sobrevivência das raízes de civilização e cultura tão profundamente cristãs de nosso povo. 6. É indiscutível, nobres Senadores, que a gravidade da situação nacional faz sentir os seus reflexos, mais diretamente, sobre a imensidão anônima de patrícios que mourejam nas fábricas e nas lavouras, nos escritórios e nas oficinas – e que constitui deste modo, nas cidades, nos campos, a maioria do povo brasileiro. A experiência que tenho do trato das questões populares em nosso País – experiência adquirida em duras lutas e às vezes ao preço de pesadas injustiças – autoriza-me a afirmar que continuaremos incidindo em erro de consequências imprevisíveis para a Nação, se não voltarmos as nossas melhores atenções e os nossos melhores esforços para os problemas que mais de perto afligem as coletividades menos afortunadas. 7. Eis porque, dignos Senadores, o Partido Trabalhista Brasileiro, consciente de suas graves responsabilidades e por decisão soberana da sua	5. O PTB luta pelas reformas de base; não é isolacionista; deseja soluções nacionais, como a do petróleo; deseja a emancipação econômica, requisito para a liberdade; não esquecer os conflitos mundiais que ameaçam a sobrevivência das nações; defesa da economia nacional como única forma de preservar a unidade brasileira e seus valores cristãos e democráticos. 6. Diante da gravidade da situação, serão imprevisíveis as consequências se não forem encontradas soluções para o sofrimento dos trabalhadores do campo e da cidade, as coletividades menos afortunadas. 7. O apoio do PTB ao PSD se fez com base no programa de reivindicações do povo;
---	---

Convenção Nacional, não marchou para o embate das urnas ao amparo de combinações espúrias. Fizemo-lo, na verdade, inspirados acima de tudo nas reivindicações do nosso programa, que são as reivindicações do povo a quem temos o dever de defender sem receios ou concessões. Temos absoluta segurança de que essas aspirações, consubstanciadas na plataforma que serviu de base à nossa aliança com a valorosa agremiação Social Democrática, serão cumpridas pelo governo do eminente Presidente Juscelino Kubitscheck de Oliveira, ao qual emprestamos o mais franco, o mais leal e decidido apoio. (<i>Palmas prolongadas</i>) 8. Mas, ilustres Senadores, quero deixar bem claro que não é como homem de partido que assumo a Presidência desta Alta Câmara do Congresso Nacional. Aqui não serei apenas o beneficiário de uma vitória eleitoral, disposto, tão somente, a examinar os compromissos para com os que me elegeram. Despido de injunções, sem parcialismos e sem prevenções de qualquer espécie, serei antes de tudo um fiel executor da Constituição, a serviço do Senado e da República. E no exercício de minhas atribuições, nada será para mim mais honroso do que reverenciar em Vossas Excelências os juízes cotidianos de minha ação e dos meus atos. 9. Homem de luta, chefiando um Partido de luta, combatendo a favor dos que trazem no suor a marca da luta de cada dia, sinto, compreendo, reconheço e o proclamo que o momento nacional é de apelo ao desarmamento dos espíritos à convivência e à concórdia entre os homens públicos – sem sacrifício, naturalmente, do que é fundamental nas convicções de cada um –, mas com o máximo de predisposição de fazer em comum tudo quanto possa ser realizado em benefício do povo e dos superiores interesses nacionais. 10. Não excederei as fronteiras das minhas atribuições constitucionais, mas dentro delas, pela palavra e pelo exemplo, espero poder contribuir para que os últimos acontecimentos políticos, militares e eleitorais não sejam marcos a dividir o Brasil entre vitoriosos e derrotados (<i>Palmas</i>). Entendo que, à sombra protetora das leis, as instituições podem funcionar e florescer, e que, animados pela disposição de servi-las acima de tudo, podem os brasileiros bem intencionados se dar as mãos e desempenhar em	confiança de que JK vai cumprir acordos e reiteração de apoio ao Presidente eleito. 8. Mas não é como homem de partido que assume a Presidência; sem parcialismos, em cumprimento à Constituição e com reverência aos senadores exercerá seus atos. 9. Embora seja homem de luta, apela à concórdia para beneficiar o povo e os interesses nacionais. 10. Sem se exceder aos limites institucionais, quer contribuir para superar os episódios eleitorais e militares, sob a proteção das leis, alcançar a paz e o bem-estar dos brasileiros.
--	---

comum – sem mágoas e malquerenças – uma grande parte da tarefa que o Brasil reclama de todos os seus filhos. E para essas tarefas de interesse coletivo, tanto quanto possa associar a minha voz de chefe partidário à autoridade de interprete dos sentimentos patrióticos desta augusta Casa, podem estar certos os nobres Senadores que não servirei de eco senão aos propósitos de contribuir para a ordem, a paz e o bem-estar do povo brasileiro. <i>(Palmas)</i> 11. Confio em Deus de que a minha conduta, à frente dos destinos desta Casa, não decepcionará a expectativa dos que me honram com o seu apoio ou me estimulam com a sua boa vontade. Saberei ser fiel ao meu empenho de observar os exemplos de prudência e sabedoria com que tanto se tem credenciado à gratidão nacional o Senado da República. Será essa a melhor maneira de me tornar digno da memória das grandes figuras que daqui saíram para as melhores páginas da nossa História, e dentre as quais avulta – redivivo no meu coração e no meu espírito – aquele que se sacrifica pela paz e pela vida dos brasileiros, a todos convocando para a grande e imprescindível obra de harmonia, de compreensão e de trabalho – o inesquecível Senador Getúlio Vargas. <i>(Palmas prolongadas no recinto e nas galerias)</i> 12. Em nome dos três milhões e seiscentos mil patrícios que, pensando nele e na necessidade de preservar e fortalecer sua grande obra, me trouxeram às culminâncias desta cadeira, peço permissão para declarar que, sobretudo nos exemplos que nos legou o maior estadista do Brasil, hei de encontrar os estímulos para resistir, ao correr da jornada, às tentações do mais fácil ou do mais cômodo, na senda de sacrifícios que o dever público impõe. Com sua figura, superior às próprias contingências do sofrimento que lhe impuseram, a nos servir de bandeira e inspiração, desejo, nesta hora tão marcante de minha vida, proclamar perante a Nação que os seus ideais e os seus ensinamentos – acrisolados pela sublimação do seu sacrifício – hão de guiar sempre os meus passos, como igualmente estão a guiar – tenho a certeza – os de todos os homens de boa fé e de boa vontade que saibam, como ele, acima de tudo amar o Brasil. <i>(Palmas)</i> 13. Senhores Senadores: Com o mais leal e patriótico desejo de colaborar com Vossas Excelências e com os demais	11. Não decepcionará aos que o apóiam ou estimulam; fiel aos exemplos de prudência e sabedoria próprios do Senado; tornar-se digno dos grandes que entraram para a História, particularmente Getúlio Vargas. 12. Agradece em nome dos eleitores, que, pensando em Getúlio, elegeram JK; inspirado em Getúlio, resistirá, com sacrifício, às soluções fáceis. 13. Sem abrir mão das convicções, para o bem do Brasil, pretende colaborar com
---	--

Poderes da República, na obra comum de soerguimento da Pátria, inicio o exercício do meu mandato. Ao transpor os umbrais desta Casa deixei lá fora, definitivamente esquecidos, quaisquer agravos ou incompreensões. Aqui estou de coração limpo, sem ressentimentos ou restrições de qualquer natureza – mas inabalavelmente firme nas minhas convicções e nas minhas idéias – para juntar ao trabalho de Vossas Excelências o meu sincero esforço em benefício do Brasil. <i>(Prolongadas palmas no recinto e nas galerias)</i> (1.556 palavras)	os senadores e os demais poderes da República, sem ressentimentos ou restrições.
--	---

Radiografia

Este discurso, de natureza deliberativa, reveste-se de características excepcionais, pelo jogo de sedução e demonstração de força que o orador faz com o auditório. Basicamente nisso reside a peça oratória: ele é o Presidente do Senado, por determinação constitucional, já que foi eleito como Vice-Presidente da República. Em outras palavras, mesmo não sendo “um deles” (senadores), é o Presidente da Casa deles. Por isso, precisa ganhar a adesão dos parlamentares. O “acordo”, neste caso, reside em construir a unidade em torno da sua figura como Presidente do Senado. Ademais, assume logo após uma tentativa de golpe (Lacerda tentara impor a tese da maioria absoluta, para impedir a posse de Juscelino; mas o Presidente do Senado de então – Nereu Ramos – ajuda a pôr abaixo a tentativa de golpe).

A autoridade do orador, portanto, vem de sua representatividade – expressiva votação, herdeiro de Getúlio –, da Constituição e do virtual apoio que os senadores vierem a lhe emprestar. Por isso, nessa parte, exerce a sedução. Como? Com todos os compromissos de servir à Casa, ao País, ao povo. O interessante é o modo como expressa as idéias para parecer que o acordo, de fato, é feito em nome do “povo”, o qual representa, com termos como este: *a imensidão anônima de patrícios que mourejam nas fábricas e nas lavouras, nos escritórios e nas oficinas – e que constitui deste modo, nas cidades nos campos, a maioria do povo brasileiro.*

Filinto Müller (PSD – MT)

Vice-Presidente do Senado²⁴

2 de fevereiro de 1959

Resumo

O Vice-Presidente agradece a honra de haver sido eleito para o mais alto posto a que um Senador pode alcançar. Agradece ao antecessor no mesmo posto e também ao próprio partido e à oposição. Compromete-se a ser digno dos antecessores. Agradece também aos funcionários e à imprensa, assim como ao povo de Mato Grosso.

Discurso

1. É com profunda emoção, Senhores Senadores, que assumo a Vice-Presidência do Senado. 2. Essa emoção se explica, se compreende, se justifica porque é a Vice-Presidência a mais alta dignidade a que possa aspirar, nesta Casa, um Senador da República. 3. Essa emoção se justifica, ainda, tendo em consideração a circunstância, pública e notória – e que me permito acentuar neste ensejo – de que não pleiteei o alto cargo a que acaba de elevar-me a generosidade de Vossas Excelências. 4. Considero altamente honroso para mim – permitam-me e perdoem-me Vossas Excelências fixar esta circunstância – houvesse meu nome sido lembrado para a Vice-Presidência em momento em que me encontrava ausente do Senado, em visita ao meu Estado natal, em princípios do ano passado; e que essa sugestão tivesse encontrado ampla e generosa acolhida no seio de todas as Bancadas que integram esta alta Casa do Parlamento. Devo proclamar, e o faço com profundo desvanecimento, que ouvi, entre surpreso e comovido, apontado o meu nome para a Vice-Presidência do Senado, pela primeira vez, por um eminente Senador, que não integra os quadros do	1, 2. Profunda emoção ao assumir a Vice-Presidência, cargo mais alto que pode assumir, na Casa, um Senador. 3,4. Não pleiteou o cargo; estava ausente quando da primeira indicação; até a bancada de oposição o apoiou.
---	---

²⁴ Ainda que seja um discurso de “vice”, incluímos neste trabalho, porque o conteúdo do texto revela que, “de fato”, esse vice institucional acaba por funcionar como o presidente efetivo. Nas sessões legislativas seguintes, com Moura Andrade, mesmo antes de mudar a Constituição, essa situação fica mais clara.

meu Partido, mas honra com sua eficiente e brilhante atuação, com sua exemplar lealdade, com suas virtudes cívicas, as valorosas Bancadas da Oposição. Circunstâncias políticas da maior relevância levaram o meu Partido a exigir então do nobre Senador Apolônio Salles, ilustre antecessor a quem rendo neste passo as homenagens do meu apreço, da minha admiração e da minha amizade, que continuasse na direção dos nossos trabalhos, mesmo que isso redundasse em prejuízo da sua campanha eleitoral. 5. Eu próprio, como líder da Maioria, tive a grande satisfação de promover o afastamento do meu nome e a reeleição daquele eminente brasileiro. 6. Para mim, entretanto, nobres Senhores Senadores, [trecho incompleto]. Aquela sugestão a que acabo de me referir, que encontrou unânime acolhida no seio de todas as Bancadas e que agora, afinal, quis assim o destino, se completa com a minha eleição para a Vice-Presidência do Senado. Sou imensamente grato, Senhores Senadores, àqueles que tiveram a iniciativa, extremamente generosa, de sugerir o meu nome para esse elevado posto. Agradeço especialmente ao meu Partido, o Partido Social Democrático, a que tenho servido com dedicação, lealdade e entusiasmo, a indicação do meu nome oficializando, por essa forma, minha candidatura e possibilitando minha eleição. Agradeço a todos os Senhores Senadores, de todas as Bancadas, a acolhida dispensada àquela indicação e o voto com que tanto me honraram. Não quero, Senhores Senadores, que estes agradecimentos se expressem meramente por palavras. Procurarei pela minha atuação no exercício da Vice-Presidência corresponder à confiança em mim depositada, honrando em todos os momentos essa confiança, procurando ser sempre digno dela. 7. Tenho plena consciência das responsabilidades que acabo de assumir e espero dar-lhes cabal desempenho. Contarei para isso, em primeiro lugar, com a permanente assistência dos Membros da Mesa e com a colaboração inestimável de todos os meus nobres Pares, pois que a todos nós nos anima o mesmo desejo de manter bem alta a dignidade do Senado da República de preservar suas tradições de	5. Apoiava a continuidade do antecessor no cargo. 6. Agradece especialmente ao PSD e aos senadores que o elegeram. Compromete-se a corresponder à confiança. 7. Tem consciência das responsabilidades e estará à altura da dignidade do Senado.
--	--

operosidade, de eficiência, de equilíbrio, de serenidade, de respeito às leis, de rigoroso e vigilante respeito à Constituição, que queremos sempre guardar, nos termos do nosso compromisso, com fidelidade, devolução e intransigência. (<i>Palmas</i>) 8. Contarei, ainda, para o bom desempenho das minhas convicções, com a eficiente cooperação do nosso funcionalismo, cuja competência não me canso de proclamar, cuja dedicação e lealdade têm sido sempre exemplares. Reclamo, finalmente, para completar o quadro das minhas esperanças e da minha confiança, a colaboração culta, inteligente e patriótica – que, aliás nunca faltou ao Senado – da honesta, brilhante e operosa bancada de Imprensa aqui acreditada. (<i>Palmas</i>) 9. Por aqui, Senhores Senadores, passaram vultos da mais alta categoria dentre os homens públicos de nossa Pátria e todos souberam manter intangível a dignidade do Senado. Os exemplos magníficos desses eminentes brasileiros estarão sempre presentes ao meu espírito para que neles possa encontrar as lições, os ensinamentos, a experiência de que tanto necessitarei. 10. Dessa forma, seguindo o rumo luminoso dos que aqui me antecederam, contando com os conselhos, com as advertências, com a cooperação do patriotismo, do saber, do alto espírito público de Vossas Excelências, meus nobres Pares, espero corresponder à confiança em mim depositada, espero dar satisfatório desempenho às minhas elevadas funções, espero manter intactas as nobres tradições desta Vice-Presidência. 11. Antes de encerrar estas palavras de singelo agradecimento, quero voltar o meu pensamento, cheio de profunda gratidão e imenso afeto, para o povo da minha terra natal. Foi graças ao voto dos meus conterrâneos que tive a insigne honra de ingressar neste Senado, para aqui representar o Mato Grosso e servir à Nação. Tenho procurado dar desempenho a esse mandato com dedicação e entusiasmo, com honradez e dignidade, como convém às nobres tradições do povo mato-grossense. Conterrâneos sob todos os títulos eminentes, o grande Joaquim Murtinho e o admirável Senador Antônio Azeredo,	8. Contará com os funcionários, e com a imprensa, a quem agradece a colaboração. 9. Seguirá o exemplo dos eminentes brasileiros que ocuparam o cargo. 10. Espera corresponder à confiança depositada. 11. Agradece aos mato-grossenses e homenageia dois conterrâneos que o já ocuparam a Vice-Presidência.
---	---

deixaram no exercício desta Vice-Presidência as marcas da sua personalidade de escol. Azeredo, meu saudoso amigo, destacou-se no Senado pelo sentido humano e extremamente bondoso que soube imprimir a todos os seus atos. Prometo ao povo da minha terra que não desmerecerei as tradições aqui deixadas por aqueles [ilegível] conterrâneos, meus eminentes antecessores nesta dignificante posição. A Vice-Presidência do Senado, repito, é a mais alta dignidade a que possa aspirar, nesta Casa, um Senador da República. A honra insigne de ocupar este elevado posto eu a transmito como oferta de respeito e de afeto ao povo da minha terra unindo no meu coração a todos os mato-grossenses, sem distinções partidárias, com profundo sentimento de gratidão e de fraterna amizade. 12. Senhores Senadores, decidido a trabalhar ao lado de Vossas Excelências, com fé inabalável, com entusiasmo, com absoluta confiança no futuro grandioso da Pátria, assumo esta Vice-Presidência para servir ao Senado, para servir à Democracia, para servir ao Brasil! (<i>Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas</i>) (975 palavras)	12. Assume a Vice-Presidência com confiança no futuro do Brasil e da democracia.
--	---

Radiografia

Trata-se de um discurso epidíctico, isto é, de falar bem. No caso, dos que o elegeram, num mecanismo de transferência de prestígio, digamos assim: “se estes que me elegeram – e também a honra dos que me antecederam – são tão nobres, eu, o eleito, também o serei”. Não trata de questões políticas nacionais. Apenas faz uma ironia ao dizer que ser Vice-Presidente é “a mais alta dignidade a que possa aspirar, nesta Casa, um Senador da República”, numa clara crítica à instituição então vigente, ou seja, de o Vice-Presidente da República ser automaticamente o Presidente do Senado.

João Goulart (PTB – RS)

1º de fevereiro de 1961²⁵

41ª Legislatura

3ª Sessão Legislativa (1961)

Resumo

Reafirma votos de lealdade da gestão anterior, ao mesmo tempo em que sinaliza que sua reeleição para Vice-Presidente da República é prova de que tem correspondido à confiança dos eleitores. Congratula-se com o novo: por um lado, com Brasília como sede do Legislativo, pelo esforço de JK; por outro, com o amadurecimento político e a atmosfera de respeito em que se deram as eleições. Relata que o progresso material alcançado nos 5 anos precedentes trouxe solução definitiva de problemas de desenvolvimento econômico, o que abriu caminho para a emancipação nacional, para a integração dos desfavorecidos, para o fim das desigualdades, para a democracia social. Alega que os sacrifícios para o desenvolvimento são justificados pelos resultados e que, agora, para alcançar a paz social, é necessário redistribuir a riqueza para trabalhadores e classe média. Por isso, são necessárias as reformas de base na estrutura econômica e social. Declara-se defensor das causas populares, dos trabalhadores, dos ideais do PTB e de Vargas. Alerta para o fato de que o crescimento trouxe novos problemas; mas a solução dessa nova crise não pode prejudicar os trabalhadores; nem tampouco a política de defesa das riquezas do País pode ser prejudicada.

Não se afastará dos deveres com o Senado, a quem agradece, pois foi no ambiente dessa Casa legislativa que completou sua formação política. A missão do Senado é completada com a ação da Câmara. Faz homenagem a Lott, seu companheiro de chapa não eleito, mas não deixa de desejar que Jânio faça um bom governo, cumpra os compromissos patrióticos que assumiu. Por fim, compromete-se com a defesa do Senado e do Legislativo e com as reivindicações populares.

Discurso

1. Há precisamente cinco anos, em igual solenidade, tive a honra de afirmar, perante esta Casa, os votos de lealdade aos deveres e cargos inerentes ao mandato que o povo brasileiro me outorgara nas urnas de outubro de 1955.	1. Reafirma votos de lealdade da gestão anterior.
2. Venho agora, pela segunda vez, profundamente emocionado, reafirmar aqueles mesmos votos, ao dar início ao cumprimento de um	2. Sua reeleição para Vice-Presidente da República é prova de que tem correspondido à

²⁵ Tendo iniciado seu segundo mandato como Vice-Presidente da República, teria mais cinco anos como dirigente máximo do Senado Federal. Entretanto, os acontecimentos políticos que se seguem o levam a assumir a titularidade da Presidência da República, com a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961. Ausente do País nesse momento, há resistências a seu nome. Por isso, só assume em 7 de setembro de 1961. A resolução para o problema vem com a aprovação da Emenda Constitucional nº 4, que instalou o parlamentarismo e limitou os poderes presidenciais.

mandato, cuja renovação, em expressiva manifestação da vontade popular, constitui para mim a mais confortadora e eloquente prova de que tenho logrado corresponder à confiança dos que me elegeram. 3. O ato que presido é o mesmo de há cinco anos passados, na forma e no esplendor de seu significado democrático. Dois aspectos são, porém, profundamente diversos. O cenário da convocação já não é a gloriosa metrópole que por dois séculos foi a sede principal da vida pública brasileira, mas sim a jovem e já famosa Brasília, orgulho de uma nação, símbolo de uma revolução material e espiritual, cuja alvorada, iniciada em 1930, havia de encontrar na energia e no espírito empreendedor do Presidente Juscelino Kubitschek a força realizadora de uma etapa decisiva de progresso. 4. O segundo aspecto revela uma transformação igualmente significativa. No espaço destes cinco anos amadurecemos politicamente, e o regime, que em 1955 se vira ameaçado antes e depois das eleições, consolidou-se definitivamente, permitindo que se realizasse, numa atmosfera de tranquilidade e respeito às liberdades públicas, o pleito em que a Nação escolheu seus governantes. 5. A este progresso político somou-se indiscutível progresso material, com a solução definitiva de muitos problemas de que dependia a marcha do desenvolvimento nacional, e o feliz encaminhamento de outros, para os quais já não será difícil encontrar no futuro as soluções adequadas. 6. A política de desenvolvimento econômico abriu perspectivas seguras para novas e fecundas lutas pela emancipação nacional através das quais conseguirá o nosso povo libertar-se dos resíduos do colonialismo e preservar os frutos do seu próprio trabalho, integrando na comunhão nacional a grande massa dos menos favorecidos, liberada das injustiças e das desigualdades que anulam a confiança do homem em si mesmo e impedem o advento de uma verdadeira democracia social. 7. É certo que o esforço realizado para vencer, em curto prazo, as etapas do desenvolvimento, custou ao País pesados sacrifícios, mas estes se acham sobejamente justificados pela importância dos resultados alcançados. E o povo brasileiro tem sabido compreendê-los como uma contribuição que as gerações de hoje realizam em benefício das gerações de amanhã. 8. O Poder Legislativo tem elevada missão a realizar na consolidação desses resultados e,	confiança dos eleitores. 3. O novo: Brasília como sede do Legislativo, pelo esforço de JK. 4. Outra novidade: o amadurecimento político e a atmosfera de respeito em que se deram as eleições. 5. Progresso material alcançado nos 5 anos precedentes, com solução definitiva de problemas de desenvolvimento. 6. O desenvolvimento econômico abriu caminho para a emancipação nacional, para a integração dos desfavorecidos, fim das desigualdades, para a democracia social. 7. Os sacrifícios para o desenvolvimento são justificados pelos resultados. 8. Para alcançar a paz social, é necessário redistribuir a riqueza para trabalhadores e classe
--	---

sobretudo, na adoção de medidas que garantam às classes médias e às classes trabalhadoras uma participação crescente nos benefícios do enriquecimento nacional, pois só a melhor distribuição da riqueza e a progressiva eliminação das desigualdades sociais poderão assegurar a efetiva paz social. 9. A técnica moderna já se revela capaz de eliminar não apenas os grandes males físicos, mas também os males sociais, dos quais o maior de todos é a miséria. E para isso são necessárias reformas de base na estrutura econômico-social do País, pelas quais temos reclamado reiteradas vezes, e que dependem de esforço conjunto do Poder Legislativo e da administração pública. 10. Senhores Senadores. No desempenho do meu mandato anterior, procurei assumir sempre o patrocínio das causas populares, colocar-me ao lado dos trabalhadores e dos humildes, e defender os princípios nacionalistas e os ideais de reforma social legados ao meu Partido pela palavra e pelo exemplo do imortal Presidente Getúlio Vargas. 11. Nessa atitude e nessa linha de conduta espero preservar com redobrado zelo, no fiel cumprimento do mandato que hoje se inicia. 12. Não ignoramos que o próprio crescimento da produção industrial e a maior circulação da riqueza criaram problemas novos, que assumem o aspecto de verdadeira crise, mas entendemos que a solução desta terá de ser encontrada sem que se venham a impor os principais sacrifícios justamente àqueles setores da população que, por viverem do fruto do seu trabalho, estão menos capacitados para suportá-los 13. Do mesmo modo, é indispensável que as dificuldades de hoje não dêem pretexto, em caso algum, para debilitarmos a política nacional, a que temos sido fiéis, na defesa das riquezas do País. 14. Mas, Senhores Senadores, assim como o Vice-Presidente da República não desertará um só instante de sua posição de combate, em defesa das classes populares e dos princípios que inspiram a luta pela emancipação nacional, também não faltará ele aos seus deveres para com o Poder Legislativo, especialmente, para com o Senado Federal, hoje, mais do que nunca, depositário de tão grandes responsabilidades para com o País. 15. Permiti-me, Senhores Senadores, confessar neste momento quanto devo ao Senado. Aqui cheguei,	média. 9. São necessárias as reformas de base na estrutura econômica e social. 10, 11. Defensor das causas populares, dos trabalhadores, dos ideais do PTB e de Vargas. 12. O crescimento trouxe novos problemas; mas a solução dessa nova crise não pode prejudicar os trabalhadores. 13. A política de defesa das riquezas do País não pode ser prejudicada. 14. Não se afastará dos deveres com o Senado. 15. O Senado Federal, a quem agradece, completou sua formação política.
--	---

há um lustro, jovem ainda, e foi no equilíbrio moral desta Casa, no seu ambiente de serenidade e civismo, de meditação desapaixonada e de controvérsia, não raro intensa, mas sempre elevada, que completei, se assim posso dizer, a minha formação política. 16. Sou grato a este alto Conselho da República, e estou convencido da grandeza do seu papel no regime que praticamos. Este papel é completado, harmoniosamente, pela Câmara dos Deputados. E as duas instituições, unidas, têm cumprido e continuarão certamente a cumprir uma grande missão histórica, representando, na diferenciação das correntes partidárias, o peso real da opinião pública brasileira. 17. Senhores Senadores. Não tive a satisfação de ver eleito o meu companheiro de chapa, o eminente Marechal Henrique Teixeira Lott. Faltaria a um dever de lealdade e sinceridade se, neste momento, não lhe rendesse daqui as minhas homenagens e não manifestasse, perante a Nação, o meu apreço pela sua personalidade de homem público e pela magnífica pregação de idéias por ele realizada, em sua memorável campanha. 18. Não fui companheiro de legenda do Presidente Jânio Quadros mas, quero formular os votos mais sinceros para que ele governe com acerto, e para que Deus o inspire no cumprimento dos inúmeros e patrióticos compromissos que assumiu com o povo do Brasil, especialmente com os trabalhadores, em sua vitoriosa jornada. 19. Sem prevenções de qualquer espécie, mas interpretando no cargo que recebi das mãos do povo as idéias que me valeram a honra da reafirmação de sua confiança, dou hoje início ao desempenho do meu novo mandato, no firme propósito de bem servir a esta Casa de defender sem vacilações as altas prerrogativas do Poder Legislativo, e de continuar emprestando toda a minha colaboração – a mais leal e a mais decidida – para a conquista das justas reivindicações populares. <i>(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas)</i> (1.067 palavras)	16. Missão do Senado é completada pela Câmara. 17. Homenagem a Lott, seu companheiro de chapa não eleito. 18. Que Jânio tenha um bom governo, cumpra os compromissos patrióticos que assumiu. 19. Compromisso com a defesa do Senado e do Legislativo e com as reivindicações populares.
--	--

Configuração

Estrutura

O discurso está estruturado em 19 parágrafos, cujo conteúdo está assim distribuído:

- no 1º, reafirma os votos feitos na gestão anterior;
- no 2º, sobre sua reeleição;
- do 3º ao 6º, menciona o que há de novo no Brasil, em comparação ao início da gestão anterior;
- do 7º ao 9º, declara quais são as necessidades e prioridades para o País;
- nos 10º e 11º, reafirma seus ideais de apoio aos trabalhadores;
- nos 12º e 13º, menciona a necessidade de resolver os problemas advindos do crescimento econômico;
- do 14º ao 16º, fala de seus compromissos com o Senado, e da missão do Legislativo;
- no 17º, faz homenagem a Lott, seu companheiro de chapa não eleito;
- no 18º, desejo de um bom governo a Jânio;
- no 19º, compromisso com a defesa do Senado e do Legislativo e com as reivindicações populares.

Tipificação do discurso

Este é um discurso deliberativo, em que o orador lança mão de uma boa configuração do auditório para conquistar apoio ao acordo: sua própria figura como Vice da República e Presidente do Senado.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- gloriosa metrópole [Rio de Janeiro] que por dois séculos foi a sede principal da vida pública brasileira (3)
- a jovem e já famosa Brasília (3)
- orgulho de uma nação símbolo de uma revolução material e espiritual (3)
- cuja [i.e. da revolução material e espiritual] alvorada, iniciada em 1930 (3)
- [revolução material e espiritual] havia de encontrar na energia e no espírito empreendedor do Presidente Juscelino Kubitschek a força realizadora de uma etapa decisiva de progresso (3)
- no espaço destes cinco anos amadurecemos politicamente, e o regime, que em 1955 se vira ameaçado antes e depois das eleições, consolidou-se definitivamente (4)
- [o regime amadureceu politicamente] permitindo que se realizasse, numa atmosfera de tranquilidade e respeito às liberdades públicas, o pleito em que a Nação escolheu seus governantes (4)
- progresso político (5)
- indiscutível progresso material (5)
- solução definitiva de muitos problemas de que dependia a marcha do desenvolvimento nacional (5)
- feliz encaminhamento de outros [problemas], para os quais já não será difícil encontrar no futuro as soluções adequadas (5)
- a política de desenvolvimento econômico abriu perspectivas seguras para novas e fecundas lutas pela emancipação nacional (6)

- [pela emancipação nacional] conseguirá o nosso povo libertar-se dos resíduos do colonialismo (6)
- [nosso povo conseguirá] preservar os frutos do seu próprio trabalho
- integrando na comunhão nacional a grande massa dos menos favorecidos (6)
- liberada das injustiças e das desigualdades que anulam a confiança do homem em si mesmo e impedem o advento de uma verdadeira democracia social (6)
- o povo brasileiro tem sabido compreendê-los [os sacrifícios] como uma contribuição que as gerações de hoje realizam em benefício das gerações de amanhã (7)
- a técnica moderna já se revela capaz de eliminar não apenas os grandes males físicos, mas também os males sociais (9)
- defender os princípios nacionalistas e os ideais de reforma social legados ao meu Partido pela palavra e pelo exemplo do imortal Presidente Getúlio Vargas (10)
- permiti-me, Senhores Senadores, confessar neste momento quanto devo ao Senado (15)
- aqui [no Senado] cheguei, há um lustro, jovem ainda (15)
- foi no equilíbrio moral desta Casa, no seu ambiente de serenidade e civismo, de meditação desapaixonada e de controvérsia, não raro intensa, mas sempre elevada, que completei, se assim posso dizer, a minha formação política (15)
- sou grato a este alto Conselho da República (16)
- estou convencido da grandeza do seu papel no regime que praticamos (16)
- este papel é completado, harmoniosamente, pela Câmara dos Deputados (16)
- as duas instituições, unidas, têm cumprido e continuarão certamente a cumprir uma grande missão histórica, representando, na diferenciação das correntes partidárias, o peso real da opinião pública brasileira (16)
- não tive a satisfação de ver eleito o meu companheiro de chapa, o eminente Marechal Henrique Teixeira Lott (17)
- as minhas homenagens [a Lott] (17)
- o meu apreço pela sua personalidade de homem público e pela magnífica pregação de idéias por ele realizada, em sua memorável campanha (17)

Análise

A configuração do auditório é uma das mas bem articuladas, do conjunto de todos os pronunciamentos. Ele não deixa nem mesmo de elogiar as duas cidades-sede da República (Rio e Brasília), pois ainda havia muita disputa em torno da mudança da capital.

Primeiramente, ele enuncia os valores em torno dos quais busca o acordo: uma revolução espiritual e moral, que se iniciou em 1930; em seguida, menciona a encarnação desse ideal: JK. Continua os elogios às conquistas, sempre ponderando sobre os efeitos danosos que o desenvolvimento econômico trouxe.

Por fim, os elogios ao Senado e à Câmara, novamente citando os ideais que o trazem ao proscênio da política federal: o nacionalismo e o trabalhismo.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

- é certo que o esforço realizado para vencer, em curto prazo, as etapas do desenvolvimento, custou ao País pesados sacrifícios (7)
- estes [sacrifícios] se acham sobejamente justificados pela importância dos resultados alcançados (7)

- o maior de todos [os males sociais] é a miséria (9)

Análise

A posição do orador é triunfalista em relação às conquistas econômicas. Por isso, cita com moderação os virtuais problemas, já vendo com antecedência o modo pelo qual devem ser superados e qual a atitude do povo frente a eles.

III. Crenças e valores

a) negativas enfáticas

- não ignoramos que o próprio crescimento da produção industrial e a maior circulação da riqueza criaram problemas novos, que assumem o aspecto de verdadeira crise (12)
- entendemos que a solução desta [crise] terá de ser encontrada sem que se venham a impor os principais sacrifícios justamente àqueles setores da população que, por viverem do fruto do seu trabalho, estão menos capacitados para suportá-los (12)
- é indispensável que as dificuldades de hoje não dêem pretexto, em caso algum, para debilitarmos a política nacional, a que temos sido fiéis, na defesa das riquezas do País (13)
- o Vice-Presidente da República não desertará um só instante de sua posição de combate, em defesa das classes populares e dos princípios que inspiram a luta pela emancipação nacional (14)
- [o Vice-Presidente] também não faltará ele aos seus deveres para com o Poder Legislativo, especialmente, para com o Senado Federal (14)

b) afirmativas enfáticas

- só a melhor distribuição da riqueza e a progressiva eliminação das desigualdades sociais poderão assegurar a efetiva paz social (8)
- [o Senado Federal] hoje, mais do que nunca, depositário de tão grandes responsabilidades para com o País (14)

Avaliação

O orador traz para este universo – o das crenças – as suas advertências. Não admite que o povo seja alvo dos sacrifícios para resolver a crise. Com isso, reforça a configuração do auditório (o povo como sua audiência preferida) e previne os que sustentam a tese contrária.

IV. Identidade do orador

- há precisamente cinco anos, em igual solenidade (1)
- tive a honra de afirmar, perante esta Casa, os votos de lealdade aos deveres e cargos inerentes (...) (1)
- mandato que o povo brasileiro me outorgara nas urnas de outubro de 1955 (1)
- venho agora, pela segunda vez, profundamente emocionado, reafirmar aqueles mesmos votos (2)

- (...) mandato, cuja renovação, em expressiva manifestação da vontade popular, constitui para mim a mais confortadora e eloqüente prova de que tenho logrado corresponder à confiança dos que me elegeram (2)
- o ato que presido é o mesmo de há cinco anos passados, na forma e no esplendor de seu significado democrático (3)
- no desempenho do meu mandato anterior, procurei assumir sempre o patrocínio das causas populares (10)
- colocar-me ao lado dos trabalhadores e dos humildes (10)
- quero formular os votos mais sinceros para que ele [Presidente Jânio Quadros] governe com acerto, e para que Deus o inspire no cumprimento dos inúmeros e patrióticos compromissos que assumiu com o povo do Brasil, especialmente com os trabalhadores, em sua vitoriosa jornada (18)
- sem prevenções de qualquer espécie (19)
- interpretando no cargo que recebi das mãos do povo as idéias que me valeram a honra da reafirmação de sua confiança (19)

Avaliação

O orador faz reiteradas menções a sua eleição, ou melhor reeleição. Nesse fato faz residir sua autoridade. Do aparente *excesso* de menções à autoridade da eleição que o (re)consagrou Vice da República = Presidente do Senado o que se pode vislumbrar? Talvez uma contestação, explícita ou calada a sua figura. São tempos conturbados. A eleição de Vice da República não era na mesma chapa que a do Presidente. O que ocorreu foi que os dois estavam em campos opostos (JQ e JG). Configurada a situação (um vice que não governa junto com o titular), resta ao que tem menos poder buscar legitimidade. E é o que faz João Goulart.

V. Proposições e conclamações

- o Poder Legislativo tem elevada missão a realizar na consolidação desses resultados [i.e. do crescimento econômico] (8)
- adoção [pelo Legislativo] de medidas que garantam às classes médias e às classes trabalhadoras uma participação crescente nos benefícios do enriquecimento nacional (8)
- são necessárias reformas de base na estrutura econômico-social do País, pelas quais temos reclamado reiteradas vezes, e que dependem de esforço conjunto do Poder Legislativo e da administração pública (9)
- nessa atitude e nessa linha de conduta [nacionalismo e defesa dos trabalhadores] espero preservar com redobrado zelo, no fiel cumprimento do mandato que hoje se inicia (11)
- dou hoje início ao desempenho do meu novo mandato, no firme propósito de bem servir a esta Casa (19)
- [firme propósito] de defender sem vacilações as altas prerrogativas do Poder Legislativo (19)
- [firme propósito] de continuar emprestando toda a minha colaboração – a mais leal e a mais decidida – para a conquista das justas reivindicações populares (19)

Análise

O orador tem consciência do poder de sua audiência imediata – o Congresso – e a ele faz conclamações imperativas.

Radiografia

Este discurso, de natureza deliberativa, vem carregado de grandes qualidades retóricas, principalmente no que diz respeito à configuração do auditório. Mais do que distribuir cortesias a pessoas ou a instituições, o Presidente faz com que essa definição da audiência se dê em torno de um conjunto de idéias. Depois é que nomeia pessoas e instituições representativas desses ideais.

A própria figura do orador é bem construída, com a autoridade que lhe confere a reeleição para Vice-Presidente da República e a reafirmação de seus ideais.

Por fim, as proposições e conclamações têm agente e atitudes definidas: o Congresso deve realizar as reformas de base.

Auro de Moura Andrade (PSD – SP)

10 de março de 1962²⁶

41ª Legislatura

Resumo

O orador agradece a eleição, refere-se a uma análise da gestão anterior, em que era Vice-Presidente com atribuições de Presidente. Congratula-se com a Casa pelo desempenho político que teve no período anterior, dada a renúncia de Jânio. Manifesta preocupação com a necessidade de reformas sociais e conclama o Senado para discutilas e aprová-las.

Discurso

1. Recebo, com respeitoso reconhecimento aos Senhores Senadores, a investidura de Presidente do Senado Federal. Prometo exercê-la na plenitude da autoridade que acaba de me ser conferida como alta magistratura, consciente das responsabilidades que ela me impõe perante o congresso, a Nação e o Regime. 2. Ficam V. Exas. Convocados para a segunda reunião preparatória a realizar-se amanhã, domingo, às 14 horas e 30 minutos, para conclusão dos trabalhos de eleição da Mesa. 3. Serão amanhã eleitos, em escrutínios separados, o Vice-Presidente do Senado Federal, os Secretários e os Suplentes da Mesa. 4. Antes de encerrar esta Sessão, desejo dizer aos Srs. Senadores que, no cumprimento dos deveres desta investidura, a Presidência procurará ser absolutamente fiel à delegação que acaba de receber, no sentido de defender e proclamar sempre a autoridade desta Casa, o seu prestígio e, acima de tudo, a fidelidade com que ela tem cumprido as suas responsabilidades institucionais. 5. Ao mesmo tempo, desejo dizer a V. Exa. que, no encerramento da Sessão Extraordinária, tivemos a oportunidade de fazer um breve relatório das atividades exercidas no ano anterior. Creio que aquele relatório satisfaz aos Srs. Senadores tanto quanto era de se esperar na parte administrativa. Também na parte das responsabilidades políticas que cabiam ao	1. Agradece a investidura, promete exercer a Presidência com autoridade, responsabilidade. 2,3. Convoca reunião para a eleição dos outros membros da Mesa. 4. Compromete-se a defender a autoridade do Senado e a seus princípios ser fiel. 5. No exercício anterior (em que era Vice-Presidente) foram muitas as realizações administrativas e políticas da Casa, particularmente durante a crise de renúncia de Jânio e assunção de Jango.
--	--

²⁶ Auro de Moura Andrade é o primeiro Presidente do Senado a ser eleito entre os senadores, desde a promulgação da Constituição de 1946. Foi esta a primeira vez que se elegeu Presidente para o Senado Federal entre os Senadores. De acordo com o artigo 23 da Emenda Constitucional nº 4, que instituiu o parlamentarismo, ficou extinto o cargo de Vice-Presidente da República. (Passos, 1991, p. 89).

Senado Federal, esta Casa foi extremamente feliz no desempenho delas, particularmente durante o período da grave crise que ameaçou a Nação, no mês de agosto e princípios de setembro do ano passado. Essas responsabilidades aumentam este ano. Todos nós temos a preocupação da unidade, da firmeza do regime, da sua estabilidade e, acima de tudo, temos que nos convencer de que realmente estamos vivendo instantes de grandes reformulações no processo sociológico e no processo econômico do nosso País. 6. Essas reformulações terão de ser enfrentadas por esta Casa e seremos acentuadamente chamados a sobre elas nos pronunciarmos exatamente no corrente ano. Do equilíbrio e da energia dos Srs. Senadores poderá resultar uma legislação que atenda a esses imperativos de nossos dias e concomitantemente assegure todas as virtudes da Democracia. 7. É com esta esperança e com esta alta confiança nesta Casa que recebo a Presidência do Senado e prometo exercê-la com a plena responsabilidade que ao cargo impõe, para tanto usando de toda a autoridade que me é delegada, porque no exercício da Presidência nada mais sou do que a própria expressão do Senado Federal, particularmente agora que acabo de ser honrado pela unanimidade de votos dos nobres Srs. Senadores. 8. Conto com a colaboração dos Srs. Líderes e particularmente com a colaboração de cada um dos eminentes senadores. Estou certo de que essa cooperação não faltará, em nenhum instante, a mim e aos demais componentes da Mesa que deverão ser eleitos amanhã. Principalmente, congratulo-me comigo próprio pela oportunidade que o Senado me dá de presidir uma Mesa na qual serão representados todos os partidos componentes desta Casa. (474 palavras)	Preocupação com a firmeza do regime e com as transformações sociais e econômicas do País. 6. Reformulações institucionais terão que ser votadas. Muito é exigido dos senadores para assegurar a democracia. 7. O exercício da Presidência é a própria expressão da autoridade do Senado. 8. Conta com a colaboração dos líderes e demais senadores. Agradece mais uma vez a eleição.
---	--

Configuração

Estrutura

Composto por oito parágrafos, o discurso está assim distribuído:

- no 1º, agradece a investidura, promete exercer a presidência com autoridade, responsabilidade;
- nos 2º e 3º, convoca reunião para a eleição dos outros membros da Mesa;

- no 4º, compromete-se a defender a autoridade do Senado e a seus princípios ser fiel;
- no 5º, faz um balanço do exercício anterior, em que era Vice-Presidente;
- no 6º, menciona a necessidade de se votar reformulações institucionais;
- no 7º, afirma que o exercício da presidência é a própria expressão da autoridade do Senado;
- no 8º, pede a colaboração dos líderes e demais senadores.

Tipificação do discurso

Discurso com feição protocolar, mas que guarda natureza deliberativa: *apóiem-me na Presidência*.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- recebo, com respeitoso reconhecimento aos Senhores Senadores, a investidura de Presidente do Senado Federal (1)
- do equilíbrio e da energia dos Srs. Senadores (...) (6)
- estou certo de que essa cooperação [de líderes e demais senadores] não faltará, em nenhum instante, a mim e aos demais componentes da Mesa (8)

Análise

Breve essa configuração do auditório. O orador é comedido.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

- essas responsabilidades [sobre a crise por que passou o país no ano de 1961] aumentam este ano (5)
- todos nós temos a preocupação, da unidade, da firmeza do regime, da sua estabilidade (5)
- temos que nos convencer de que realmente estamos vivendo instantes de grandes reformulações no processo sociológico e no processo econômico do nosso País (5)

Análise

O orador não deixa passar em branco os problemas nacionais, embora o discurso seja quase apenas de celebração.

III. Crenças e valores

Sem menções relevantes.

IV. Identidade do orador

- consciente das responsabilidades que ela [a Presidência] me impõe perante o congresso, a Nação e o Regime (1)
- creio que aquele relatório [do desempenho da Sessão Legislativa Extraordinária] satisfaz aos Srs. Senadores tanto quanto era de se esperar na parte administrativa (5)
- na parte das responsabilidades políticas que cabiam ao Senado Federal, esta Casa foi extremamente feliz no desempenho delas, particularmente durante o período da grave crise que ameaçou a Nação (5)
- é com esta esperança e com esta alta confiança nesta Casa que recebo a Presidência do Senado (7)
- no exercício da Presidência nada mais sou do que a própria expressão do Senado Federal, particularmente agora que acabo de ser honrado pela unanimidade de votos dos nobres Srs. Senadores (7)
- conto com a colaboração dos Srs. Líderes (8)
- particularmente com a colaboração de cada um dos eminentes senadores (8)
- congratulo-me comigo próprio pela oportunidade que o Senado me dá de presidir uma Mesa na qual serão representados todos os partidos componentes desta Casa (8)

Avaliação

Pela brevidade do discurso, é longa essa configuração que o orador faz de si mesmo. Chega a ser desproporcional em relação às referências que faz à audiência.

V. Proposições e conclamações

- prometo exercê-la [a Presidência] na plenitude da autoridade que acaba de me ser conferida como alta magistratura (1)
- no cumprimento dos deveres desta investidura, a Presidência procurará ser absolutamente fiel à delegação que acaba de receber (4)
- defender e proclamar sempre a autoridade desta Casa, o seu prestígio e, acima de tudo, a fidelidade com que ela tem cumprido as suas responsabilidades institucionais (4)
- essas reformulações [sociais, políticas e econômicas] terão de ser enfrentadas por esta Casa (6)
- seremos acentuadamente chamados a sobre elas [reformulações] nos pronunciarmos exatamente no corrente ano
- uma legislação que atenda a esses imperativos de nossos dias e concomitantemente assegure todas as virtudes da Democracia (6)
- prometo exercê-la com a plena responsabilidade que ao cargo impõe (7)
- usando de toda a autoridade que me é delegada (7)

Análise

Nesta parte, faz residir a maior autoridade de seu discurso, o que lhe confere natureza mais deliberativa que de celebração.

Radiografia

Brevíssimo discurso de posse, quase que apenas protocolar. Mas o orador não deixa de mencionar as preocupações fundamentais: continuar enfrentando a crise provocada pela renúncia de Jânio e votar as reformas institucionais. Sendo assim, não deixa de ser um discurso deliberativo.

Auro de Moura Andrade (PSD – SP)

15 de março de 1963²⁷

42ª Legislatura

Resumo

Agradece a presença das autoridades e do povo, fazendo um apelo para que os democratas tomem posição diante dos perigos que ameaçam o regime, pois há desafios ao manejo da democracia. No mundo de então, a pobreza não pode mais ser considerada como fatalidade. Portanto, os regimes não podem sobreviver em ambiente de miséria. Por outro lado, a democracia depende da consciência dos povos, e constitui arma para a liberdade e instrumento para a prosperidade. Mas se, apenas formal, não utilizada para vencer a pobreza, a democracia torna-se inútil. Alerta que estadistas e elites são responsáveis pelo atraso econômico e político da América Latina, e que cabe a eles o dever de libertar o povo da opressão, livrando-os dos demagogos, para que prevaleça a verdade e o bem público.

No caso do Brasil, os compromissos são com os demais países do hemisfério: todos devem viver na ordem democrática, pois, do contrário, haverá prejuízo para todos. Como membros de um mundo democrático, deve o Brasil fortalecer e ser fortalecido pelas relações com outros países. Prega que a luta contra o subdesenvolvimento exige transformações estruturais e que as reformas de base devem aperfeiçoar o regime democrático, para permitir que pessoas tenham acesso aos bens materiais e imateriais; mas recusa reformas que firam os direitos fundamentais, a democracia e as relações com os povos livres do ocidente. Deseja que a Aliança para o Progresso se cumpra, trazendo solidariedade intercontinental e identificação entre nações democráticas.

Ao longo da História, o Brasil tem se sacrificado, pela paz e pela democracia, em proveito – inclusive econômico – das nações poderosas. Neste momento, o povo pede e a geração de políticos deve enfrentar a responsabilidade de reformular a democracia. Civis, militares, Igreja e povo esperam por esse futuro. Confia no compromisso das Forças Armadas com o Congresso e com a Constituição e pede forças a Deus para responder às expectativas do povo brasileiro.

²⁷ Discurso proferido na instalação da Sessão Legislativa.

Discurso

1. As minhas primeiras palavras são para agradecer, em nome da Mesa do Congresso Nacional, o prestígio que a esta solenidade vieram dar o povo e as autoridades aqui presentes. O Poder Judiciário, pelo seu Presidente e membro dos tribunais do Ministério Público; o Poder Executivo pelos Ministros de Estados, Chefes dos Gabinetes da Presidência da República e titulares dos altos postos da Administração; as Forças Armadas, pelos seus soldados e pelas suas mais altas patentes; a Igreja, por Dom José Newton, Arcebispo de Brasília; as Nações amigas e irmãs, pelos seus ilustres representantes, os Chefes Diplomáticos. 2. Srs. Congressistas, parece-me inadiável que os democratas tomem posição enérgica e objetiva ante os crescentes perigos que ameaçam o regime. 3. Os fatores adversos existentes em nosso país e em nosso continente são desafios que ainda permanecem à nossa capacidade de manejar a democracia como instrumento do bem estar e do desenvolvimento dos povos. 4. Já longe se acham os tempos em que a pobreza, a fome, a ignorância e as doenças eram tidas como marcas do destino na sua fatalidade inexorável. 5. Hoje não há regime político que sobreviva por muito tempo na inflação desenfreada, na miséria sem horizontes, na injustiça social, no egoísmo individualista. 6. A democracia é um estado de consciência dos povos pois que ninguém nasce democrata ou comunista, através do curso de suas vidas ou do curso da história de suas pátrias²⁸. 7. Sem dúvida a democracia é uma arma para a liberdade; sem dúvida é instrumento para a prosperidade. Mas se não se maneja a arma contra os inimigos da liberdade, se não se usa o instrumento na oficina do trabalho nacional para vencer os males do subdesenvolvimento, então ela se torna apenas uma democracia formal, sem sentido humano, igual às outras na aparência, mas vazia de finalidade, decrépita e inútil. 8. Eis porque ousa afirmar que as democracias são iguais para todos, mas que, nem sempre, todos são iguais perante as democracias.	1. Agradece a presença de autoridades e povo na solenidade. 2. Democratas devem tomar posição diante dos perigos que ameaçam o regime. 3. Há desafios ao manejo da democracia. 4. Pobreza não é mais considerada como fatalidade. 5. Regimes não podem sobreviver em ambiente de miséria. 6. A democracia depende da consciência. 7. Democracia é arma para a liberdade e instrumento para a prosperidade. Mas se, apenas formal, não for utilizada para vencer a pobreza, torna-se inútil. 8. Nem todos são iguais para a democracia.
--	--

²⁸ Aparentemente, falta uma conexão nesta frase, no original.

9. Na América Latina as injustiças sociais existentes são tanto nossas quanto do mundo. Os nossos povos têm sido tão abandonados que a América Latina, muitas vezes, não tem forças sequer para ser justa e para ser compreensiva. 10. É evidente que aos nossos estadistas e às nossas elites há de debitar-se o saldo negativo de nossa evolução social, econômica e política. Aos que tiveram a oportunidade de instruir-se, de gozar os bens da cultura, de aferir pela ciência os fatos da humanidade de seus países, de governar e ditar leis, incumbe, prioritariamente, o dever de criar para seus povos os meios seguros para libertá-los de todas as formas de opressão. Para isso, é mister que enfrentem os problemas políticos, sociais e econômicos com objetividade, honestidade e sinceridade, e com tal vigor que o interesse subalterno dos cupidos e as preocupações demagógicas dos aventureiros não mais atuem e só permaneça a inspiração da verdade e do bem público como condição do exercício da democracia. <i>(Muito bem. Palmas.)</i> 11. No mundo de hoje estes deveres nos pertencem, não apenas em relação aos assuntos nacionais, mas também aos problemas continentais e do hemisfério. 12. Não poderemos alcançar os inestimáveis e preciosos benefícios da ordem democrática enquanto os povos de todas as nações livres não se capacitarem de que a democracia não pode parcelar-se, pois o destino de uma nação arrasta na ordem internacional o destino das demais. 13. Pertencemos, e como tal somos membros de um mundo democrático. As nossas relações com esse mundo devem ser tais que o fortaleçam, mas em contrapartida, as relações desse mundo conosco devem ser de tal natureza que nos fortaleçam. 14. Numa comunidade democrática existimos para auferir os bens da democracia, afastando dela os seus inimigos, vencendo através dela a nossa adversidade; corrigindo por meio dela as deformações econômicas e sociais que afetam o nosso desenvolvimento; afirmando com ela o nosso compromisso na defesa dos valores morais, culturais e espirituais que dentro da liberdade se somam e só dentro da liberdade realiza a dignidade humana, a independência dos povos e a soberania das nações. 15. Para isso precisamos todos dar apoio aos padrões morais absolutos que a democracia contém ou	9. As injustiças sociais deixam a América Latina sem forças para ser justa. 10. Estadistas e elites são responsáveis pelo atraso econômico e político. A eles, o dever de libertar o povo da opressão, livrando-os dos demagogos, para que prevaleça a verdade e o bem público. 11. Os compromissos são com o País e com o hemisfério. 12. Todos os países devem viver na ordem democrática, se não há prejuízo para todos. 13. Como membros de um mundo democrático, devemos fortalecer e ser fortalecidos pelas relações com outros países. 14. A democracia é o meio pelo qual se vencem as adversidade e deformações; com ela defendem-se os valores e a soberania das nações. 15. É necessário apoiar
--	---

desperta, promover a união interna da nossa nação e a união externa com as demais nações democráticas, reconstruir o passado, construir o presente e assegurar prosperidade e paz duradouras no futuro. 16. O sentido destas palavras está irremissivelmente preso à formação da consciência nacional em torno dos problemas básicos do nosso país. Estamos dispostos a enfrentar com coragem e perseverança a luta contra o subdesenvolvimento, para tanto realizando as modificações estruturais que se façam necessárias para solucionar a problemática brasileira. 17. O mérito desta nossa disposição está exatamente no compromisso de aceitarmos as reformas de base que visem a aperfeiçoar o nosso regime democrático e que instrumentalizem o governo para a realização de uma obra administrativa fecunda na ordem democrática; que sempre na ordem democrática possibilitem o acesso do maior número possível de pessoas aos bens da vida material, aos bens da cultura, aos bens da paz, da prosperidade e da liberdade; e a recusarmos tudo quanto a título de reformar a democracia brasileira implique atingir os direitos fundamentais, as liberdades e garantias da Constituição ou que pretenda retirar a autenticidade do regime afastando-nos das intervidências democráticas que desejamos manter com os povos livres do ocidente. 18. Ainda esperamos que a Aliança para o Progresso venha a cumprir-se, através do esforço conjunto de todas as nações americanas, como processo definitivo de solidariedade intercontinental e de identificação final entre as nações que erigiram o regime democrático como método de vida e como conduta histórica perante a humanidade. 19. Temos realizado uma longa, sacrificada e persistente jornada ao lado das nações livres. Através dos tempos demos de nós os saldos de nossa miséria, contribuímos com a imensa quota dos nossos sacrifícios. Por dezenas de anos, andamos descalços para que as nações do mundo andassem calçadas; fomos democratas por instinto, por amor, quase que tendo a democracia como uma lei do direito natural. Durante as guerras que abalaram o mundo e ameaçaram a liberdade dos povos, jamais ficamos neutros, embora a neutralidade fosse a única posição aconselhável pela nossa pobreza; por duas vezes, na história da humanidade, a bandeira da paz não foi refeita sem que nela constasse o imaculado idealismo dos nossos	padrões morais absolutos, promover a união interna e com países democráticos. 16. Luta contra o subdesenvolvimento exige transformações estruturais. 17. Compromisso com as reformas de base para aperfeiçoar o regime democrático, para permitir que pessoas tenham acesso aos bens materiais e imateriais. Recusar reformas que firam os direitos fundamentais e a democracia, e relações com os povos livres do ocidente. 18. Que a Aliança para o Progresso se cumpra, trazendo solidariedade intercontinental e identificação entre nações democráticas. 19. O Brasil tem se sacrificado pela paz e pela democracia, em proveito – inclusive econômico – das nações poderosas.
--	--

soldados. 20. O nosso povo foi fiel à democracia. Hoje, ainda por esta fidelidade, pede à democracia brasileira novos métodos, novos rumos e novas definições. A nossa geração aceita as responsabilidades de enfrentar, nesta grave conjuntura do mundo, a reformulação de processo democrático em nossa pátria. 21. Há uma profunda esperança e um profundo sentimento de unidade galvanizando a nação para esses extremos e imperiosos esforços. 22. O poder civil e o poder militar, a Igreja e o povo desejam e esperam a construção desse futuro. 23. Acabamos todos de voltar de uma tocante cerimônia, que dá bem o sentido da vibração patriótica e da lealdade à democracia que empolga neste instante os sentimento do Brasil. O Congresso Nacional recebeu e incorpora às cerimônias de sua instalação, daqui por diante, o testemunho de fidelidade que lhe prestaram as três armas das forças militares do Brasil. 24. Fostes comovidas testemunhas: formadas as tropas diante do Congresso Nacional, passamo-las em revista, enquanto elas se mantinham em continência ao Parlamento e a Artilharia troava saudando a comunidade da Pátria e do juramento à Constituição. 25. Durante a crise de 1961, em nenhum momento descri do patriotismo e do espírito constitucionalista das Forças Armadas do Brasil. A ela dirigi naqueles tormentosos dias inúmeras mensagens e a todas a resposta foi sempre a afirmação da forma institucional da Aeronáutica, Marinha e Exército, através de sua submissão altaneira e patriótica à Carta Magna, agindo sempre nos limites da lei, dentro dela mantendo a ordem, com ela defendendo a Pátria e velando pelos poderes constitucionais da República. Na paz, esta é a glória imperecível que as democracias reservam às Forças Armadas das nações civilizadas. Esta glória colheram-na as do nosso País, não só naqueles dias tumultuários, como em todo o desenvolvimento histórico do Brasil e no dia de hoje, na impressionante afirmação de respeito democrático e de fé patriótica que ao som do Hino Nacional acabam de cumprir, para assegurar à Nação que ninguém as afastará de seus deveres de guardar a soberania, a paz e a liberdade do povo. 26. É com estas palavras que declaro instalados os trabalhos da Quinta Legislatura do Congresso Brasileiro. A todos eu dou as boas vindas. São 475 os escolhidos para legislar em nome do Brasil.	20. O povo pede e a geração de políticos deve enfrentar a responsabilidade de reformular a democracia. 21. A nação tem esperança nesses esforços pela democracia. 22. Civis, militares, Igreja e povo esperam por esse futuro. 23. A presença das três armas na cerimônia pública de instalação da Sessão toma como compromisso com o Congresso. 24. As tropas formadas para a revista e a saudação da artilharia são compromissos com o Parlamento e com a Constituição. 25. Durante a crise de 1961 as Forças Armadas reafirmaram seu compromisso com a democracia e com o respeito à Constituição. Na paz, essa é a glória das Forças Armadas. 26. Declara instalados os trabalhos e dá boas-vindas aos parlamentares.
--	--

27. Não há ninguém mais com as mesmas responsabilidades. Estou certo de que serão cumpridas. Viemos do seio do povo, amadurecidos nos seus problemas, nos seus sofrimentos, nas suas desilusões e nas suas esperanças. 28. Que todos nós, sob a inspiração de Deus, sejamos dignos da grande Nação. (1.476 palavras)	27. Os parlamentares cumprirão as responsabilidades delegadas pelo povo. 28. Inspiração de Deus, para serem dignos da Nação.
---	--

Radiografia

Esse é certamente um discurso deliberativo, com as melhores características dessa espécie: o orador configura bem seu auditório e tem um *acordo* a buscar. Quem faz parte de seu auditório? Os “democratas” e os que são favoráveis ao “desenvolvimento”. Como tais palavras amparam um amplo espectro, o orador sente necessidade de fazer uma restrição: em seu campo de aliança estarão apenas os “democratas que compartilham dos valores de nações livres”. E vai mais adiante: sustenta que essa é uma perspectiva não apenas do continente americano, mas de todo o mundo. Em 1963, em plena Guerra Fria, um alinhamento como esse tinha um parceiro certo: os Estados Unidos. Essa interpretação é reforçada pelo seu manifesto desejo de que a Aliança para o Progresso cumpra os objetivos a que se propôs. Quem mais comporta esse auditório? As Forças Armadas que, segundo ele, fazem continência ao Congresso Nacional e prestam obediência à Constituição. Obviamente, o quadro desse auditório é completado com todos os parlamentares, a Igreja e o “povo”.

Qual o *acordo* a ser buscado? O fim da miséria, o desenvolvimento, *o acesso do maior número possível de pessoas aos bens da vida material, aos bens da cultura, aos bens da paz, da prosperidade e da liberdade*. Mas isso não será possível numa *democracia* apenas formal, como a que denuncia existir. Para tanto, é exigido que os *democratas* tomem posição diante das ameaças ao regime.

Enfim, o *acordo* gira em torno da aprovação de reformas sociais, políticas e econômicas que possibilitem ao País chegar ao desenvolvimento, com democracia. As sutilezas ficam por conta dos termos, supostamente neutros, “democracia” e “desenvolvimento”. Mas tal ambigüidade é afastada quando o orador enumera seu arco de alianças.

Auro de Moura Andrade (PSD – SP)

15 de março de 1964²⁹

42ª Legislatura

Resumo

Nesse pequeno discurso, o orador adverte contra as ameaças ao regime e à democracia; ameaças que vêm do comunismo e das ações contra a liberdade, queda da produção e desordem social. Afirmar que, nesse clima, ninguém se sente seguro e que democratas precisam arregimentar-se para defender o regime: o respeito às autoridades, às leis, à Constituição. Por fim, declara que o Congresso dará todo apoio à democracia e recusará guarida a quem for contra esta.

Discurso

É indisfarçável a gravidade do momento. Para a perturbação da tranquilidade do povo, para o desrespeito aos princípios mais puros e mais válidos do regime, ninguém poderá contar conosco, pois também estamos dispostos a todos os sacrifícios para impedir que deflagre sobre a Nação a terrível desgraça do fim da sua Constituição democrática. Estamos decididos a interromper a marcha do comunismo, as ameaças crescentes às liberdades do povo, a perturbação de seu trabalho, a queda da produção, a desordem social, a degenerescência de costumes, pois tudo isso já invade as escolas, os lares, os campos, as oficinas e os templos, e tantos males faz à Nação, porque a atinge nos seus mais sagrados fundamentos. Ninguém se sente seguro e todos olham ansiosamente para os dias vindouros. Os democratas precisam arregimentar-se: chamar homens e mulheres, reunir a mocidade das escolas e das oficinas, encontrar seus chefes, organizar sua luta, ir às praças, aos jornais, aos rádios e às televisões, proclamar em toda a parte sua fé no regime e defender perante a História a independência deste País, a liberdade deste povo, a autoridade das leis e o respeito à Constituição. Advirto a Nação de que o processo usurpatório da democracia começa pela usurpação da consciência e da coragem moral dos homens. Lutem para impedi-lo. Quanto ao	É grave o momento. Congresso deve resistir à perturbação da tranquilidade, desrespeito ao regime e à Constituição. Decidido a interromper a marcha do comunismo, ameaças à liberdade, queda da produção, desordem social. Ninguém se sente seguro. Democratas precisam arregimentar-se para defender o regime: respeito às autoridades, leis, constituições. O Congresso dará todo apoio à
---	--

²⁹ Discurso proferido na Instalação da Sessão Legislativa.

Congresso, estará à altura do temário democrático: os deveres para com o Brasil serão cumpridos. Se for para a democracia, o Congresso dará todo o apoio. Se não, não. (244 palavras)	democracia e recusará guarida a quem for contra esta.
---	--

Radiografia

Este é um poderosíssimo discurso deliberativo, em que o orador procura um *acordo*: a defesa da democracia e do regime contra o comunismo. Para tanto, enumera as ações e valores que estariam ameaçando o País: *a perturbação de seu trabalho, a queda da produção, a desordem social, a degenerescência de costumes*. No seu arco de alianças estão “os democratas”, isto é, todos os que se oponham a tais eventos. A estes conclama para que lutem para impedir a usurpação da *consciência e da coragem moral dos homens*. Lança mão fortemente da persuasão, mais do que do convencimento, pois não se ocupa a enumerar provas cabais de que tal ameaça à democracia estivesse mesmo ocorrendo.

A pequena extensão do discurso aumenta sua força. Funciona, aparentemente, como um “grito de alerta”. Mas apresenta uma situação em que dois auditórios já estariam definidos, cada qual a defender lados opostos. E que não haveria espaço para reconciliação. Portanto, este se revela mesmo como um “grito de guerra”, de mobilização dos “seus”.

Auro de Moura Andrade (PSD – SP)

24 de fevereiro de 1965

42ª Legislatura

Resumo

O Presidente faz um relato relativamente extenso de suas atividades nos anos anteriores, eis que presidia o Senado desde 1961. Demora-se nas providências administrativas. Mas ressalta que, no período, o Senado, com ele na Presidência, precisou enfrentar graves crises: a renúncia de Jânio, o Parlamentarismo e depois o golpe armado. Mas lembra que nesses momentos terá servido como sustentáculo dos valores da democracia e da República brasileira. E espera continuar atuando na mesma linha, para o que espera o apoio dos senadores.

Discurso

1. Senhores Senadores, agradeço mais essa demonstração de confiança, de amizade e de apoio que recebo dos Senhores Senadores. 2. Foram anos difíceis os que me ficaram reservados como Presidente do Senado do Congresso Nacional. No que tange à parte administrativa, por força da transferência da Capital para Brasília, todo um plano de organização, aperfeiçoamento e desenvolvimento dos setores da Casa teve de ser executado nesse período. 3. Pudemos iniciar e concluir obras da mais alta significação que colocaram a serviço do Senado os mais modernos e apropriados instrumentos de trabalho, que hoje nos asseguram o cumprimento de nossas atividades dentro de padrões técnicos de velocidade e perfeição capazes de oferecer os mais elevados índices de eficiência à atividade parlamentar. 4. Todos os projetos de nossa administração foram cumpridos, incluindo o de autonomia e de auto-suficiência do Senado quanto à sua imprensa, aos seus trabalhos gráficos, ao sistema eletrônico e ao de energia elétrica, além de serviços administrativos novos que foram previstos na planificação e que vêm produzindo os melhores resultados. 5. No ano passado deu-se início ao projeto de Rádio do Congresso Nacional, tendo sido realizadas as	1. Agradece amizade e confiança. 2. Anos difíceis os anteriores, com necessidade de organizar a transferência para Brasília. 3. Criou a infra-estrutura de serviços do Senado. 4. Autonomia e auto-suficiência do Senado: imprensa, gráfica, sistemas eletrônicos... 5. Iniciadas as concorrências para uma Rádio do Congresso
--	---

concorrências, e com base nelas firmados os respectivos contratos, já em vias de execução a com prazos relativamente curtos para seu término, que se espera para dentro de doze meses. 6. Em reunião conjunta da Mesa do Senado com a Mesa da Câmara dos Deputados é que foram promovidas essas medidas, tendo sido designados para acompanhá-las o Senhor Senador Pessoa de Queiroz, pelo Senado Federal, e o Senhor Deputado Oscar Corrêa, pela Câmara dos Deputados. 7. As Mesas que nesse tempo estiveram sob minha Presidência realizaram uma árdua e profícua administração, e, ao mesmo tempo em que foram anos de investimentos e realizações, caracterizaram-se também por um profundo e rigoroso sentido de economia na aplicação das verbas orçamentárias. 8. Grande parte dessas obras são fruto de saldos obtidos de uma severa contenção de despesas. 9. Durante esse período o País viveu episódios supremos da sua história. Sobre a Nação pairou a ameaça de grandes tragédias, de terríveis riscos. 10. Nessas oportunidades, por três vezes, principalmente, em 61, diante da renúncia do Presidente da República, em 62, na crise institucional do parlamentarismo e em 64, frente a um movimento armado, o Presidente desta Casa, nessa condição e na de Presidente do Congresso Nacional, acredita ter oferecido à Nação e à democracia, ao povo e ao Congresso, à paz brasileira e às liberdades públicas tudo quanto dele era lícito esperar e muito mais do que ele imaginava que poderia fazer. 11. Hoje ainda existem profundas apreensões. 12. O sismógrafo desta Presidência continua registrando abalos na ordem institucional. 13. Recebo, por isto, esta investidura com a plena consciência das responsabilidades que me ficam sobre os ombros e com a mesma serenidade, firmeza e convicção democrática com que aceitei, em todos os instantes, os deveres que me foram impostos. 14. Penso que nestas horas é muito importante, pelo quanto representa de afirmativo, que os democratas estejam presentes aos esforços populares do fortalecimento da democracia. 15. Com estas palavras reitero meus agradecimentos, e prometo continuar lutando por esta Casa, pela Constituição, por todas as verdades do	Nacional. 6. Medidas tomadas em conjunto com Câmara dos Deputados. 7. Anos dedicados à administração, com investimentos e rigor na aplicação dos recursos. 8. Obras possíveis devido à contenção de despesas. 9, 10. No período, ameaças de tragédias nacionais: renúncia do Presidente, parlamentarismo e movimento armado. O Presidente do Senado ofereceu à nação o que dele se podia esperar. 11, 12. Ainda pairam severas apreensões. 13. Aceita a Presidência com serenidade e firmeza. 14. Necessário fortalecer esforços pela democracia. 15. Lutar pela Casa e pela Constituição, pelas verdades do regime.
--	---

regime – instrumento da paz do povo, do seu bem-estar, de sua liberdade e de sua prosperidade. (<i>Palmas prolongadas</i>) 16. Srs. Senadores, os objetivos desta reunião, nos termos do Regimento Interno, estão cumpridos. 17. Convoco os Srs. Senadores para a sessão de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, em que será eleito o restante da Mesa do Senado Federal. 18. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão. (597 palavras)	16, 17. Convoca sessão seguinte.
--	---

Radiografia

Trata-se de um discurso que poderia passar por meramente “administrativo”, isto é, de propaganda, em que o orador enumera seus feitos como Presidente nas gestões anteriores; tanto os burocráticos (aparelhamento do Legislativo na mudança para Brasília) quanto os políticos (ser sustentáculo do Legislativo durante as crises). Mas justamente porque acrescenta esta última parte, ganha também relevo a característica de “deliberativo” do discurso.

O discurso oscila, pois, entre o de propaganda e o deliberativo. Boa parte dele é dedicada a um auto-elogio: seus feitos administrativos e sua capacidade de sobreviver às crises institucionais pelas quais passou o Brasil. No final, fica sendo este o sentido da deliberação ou do acordo buscado: o orador deve ser apoiado, seja por ser administrador competente, seja por ser político hábil. Com um discurso dessa natureza, o orador corre o risco de ser considerado imodesto, o que fragilizaria sua posição diante do auditório que sobre ele detém poder.

O Presidente Auro não quer somente apoio para sua gestão; quer apoio para a luta em torno da democracia, das causas populares e, ironicamente, para continuar lutando “por todas as verdades do regime”. Essa afirmação pode ter duas leituras, opostas, visto que se desconfia de um uso irônico da expressão. Ou bem ele prega sua fidelidade ao regime de então (ditadura militar); ou exatamente o oposto, clama pelas “verdades do regime”, neste caso, do Regime Republicano, pois, até então, não havia o Brasil deixado de ser uma democracia presidencialista, com parlamento funcionando, alternância do poder, e assim por diante.

Para fazer um discurso que é de auto-elogio, aparentemente, a situação não é de disputa. Seria, então, de consenso? Se assim fosse, essa concordância da maior parte do Plenário seria razão admissível para um discurso de propaganda. Mas uma interpretação em sentido diverso também é admissível: o discurso responde – potencialmente – a críticas veladas ou reveladas de que não seria um bom administrador ou bom condutor político.

Essa a riqueza da retórica e dos mecanismos de interpretação, uma interpretação que só será completada com o conhecimento do contexto, dos atos, fatos e desdobramentos dessa fala.

Uma vez que nos anos seguintes (1966 e 1967) esse mesmo orador foi eleito Presidente do Senado, poder-se-ia imaginar uma situação de consenso. Ou de falta de espaço para a contestação. Nunca é demais lembrar que esse discurso é pronunciado em fevereiro de 1965, o mesmo ano em que o AI-2 (de 27 de outubro) extingue os partidos,

cria o bipartidarismo, com ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro). A primeira da qual Auro de Moura Andrade passou a fazer parte era a organização civil encarregada de sustentar o regime militar, formada majoritariamente pela UDN e egressos do PSD. Essa pode ser a chave para se interpretar o discurso de auto-elogio. E também para compreender que verdades do regime ele defende.

Auro de Moura Andrade (ARENA – SP)

1º de março de 1966

42ª Legislatura³⁰

Resumo

O Presidente se sente honrado, mas adverte para o peso que tem sido presidir o Congresso em anos de desafio. Mas o Congresso fez a resistência democrática com dignidade. Entre as responsabilidades do ano de 1966, está a de eleger o Presidente da República, missão que será cumprida pelo Congresso, cômico de fazê-lo em nome do povo.

O próximo Presidente da República deverá reunir apoios político e militar, ser democrata, cumpridor da lei. O fortalecimento democrático depende da unidade das Forças Armadas e do respeito ao Judiciário, Legislativo e à imprensa. Espera que o Congresso possa estruturar o direito constituído pela revolução: sistema democrático, restabelecimento dos Poderes, reformas da economia, educação e cultura, numa Revisão Constitucional ampla. Castello Branco deve confiar no Congresso e nele buscar apoio para a crise, pois tem como missão restaurar a democracia.

A revolução precisa se estruturar jurídica e ideologicamente, ou perde o sentido, pois a instabilidade constitucional prejudica a luta pela estabilidade econômica. Desse ponto de vista, o melhor decreto-lei será pior que a pior lei. Não haverá surpresas no ordenamento legal a ser feito pelo Congresso, nem na escolha do próximo governante, alguém que deve ser identificado com o povo e, além disso, forte, democrata, estadista, pacificador, guia, chefe, revolucionário e líder. Saúda os congressistas e os convoca para a obra de democracia e liberdade do povo.

Discurso

1. Foi para mim uma honra e também um pesado encargo haver presidido o Congresso do Brasil durante um largo período de anos, em que estiveram postos à prova o seu valor cívico e a sua consciência democrática. Desejo dizer à Nação que este Congresso foi inexcédível em sua resistência democrática e enfrentou os mais graves momentos com dignidade e com coragem. 2. A noção do dever é algo formidável, que nos dignifica, mas que por vezes nos tortura. 3. Creio, de minha parte, haver dado quanto de mim era possível na defesa das instituições, na preservação da ordem constitucional, no empenho de manter a autoridade do Congresso, de resguardar a sua	1. Honra, mas também peso, ao presidir o Congresso por anos de desafio. Mas o Congresso fez a resistência democrática, com dignidade. 2. O dever dignifica, mas também tortura. 3. Respondeu às crises atendendo aos anseios do povo e do parlamento.
--	--

³⁰ Discurso proferido na instalação da Sessão Legislativa.

independência e de traduzir, nos gestos que tive de assumir nos instantes supremos, o que entendi como sendo os anseios do povo e do parlamento brasileiro. 4. Mais uma vez retornamos hoje aos nossos árduos trabalhos iniciando um ano parlamentar e político das mais profundas responsabilidades, entre as quais avulta a de eleger o próximo Presidente da República. 5. Afirmo ao povo que o Congresso cumprirá com altivez o patriotismo, essa alta missão que lhe foi cometida. 6. Estamos cômescios da transcendental importância de nosso ato de eleição, acrescida ainda pela circunstância de que seremos nós, afinal, os responsáveis perante o povo pela escolha que em lugar dele e em seu nome faremos³¹. 7. O futuro Presidente da República deverá reunir, por isso, condições de apoio político e militar, ser um democrata sincero, empenhado em exigir o cumprimento das leis, porém capaz de a elas, com a mesma naturalidade, submeter-se. 8. A unidade das Forças Armadas e o respeito pelas instituições são exigências constantes para o fortalecimento do sistema democrático. 9. As instituições a que me estou referindo são principalmente o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e a Imprensa, pois somente os verdadeiros democratas lhes têm apreço. Os demais querem a morte das liberdades que elas encarnam. 10. Ontem afirmei da Presidência do Senado esperar que uma nobre e indispensável tarefa fosse confiada ao atual Congresso, que tão intimamente ligado está à ordem revolucionária. 11. A estruturação do direito constituído pela Revolução, a projeção do sistema político democrático representativo em bases duradouras, o restabelecimento das prerrogativas dos Poderes da República, a nova definição dos campos de sua competência, uma nítida, moderna e democrática declaração dos direitos, a reformulação do sistema econômico e social, da educação e da cultura, entre outros assuntos fundamentais, devem constituir a preocupação e o dedicado trabalho do Congresso em uma Revisão Constitucional ampla, que assegure a realização jurídica da Revolução, normalize a vida do País e traga paz, prosperidade e justiça ao povo brasileiro. 12. Assim, o futuro Presidente, que deverá	4. Entre as responsabilidades do ano, a de eleger o Presidente da República. 5. O Congresso cumprirá a missão de eleger o Presidente. 6. O Presidente deverá reunir apoios político e militar, ser democrata, cumpridor da lei. 7, 8. O fortalecimento democrático depende da unidade das Forças Armadas e do respeito ao Judiciário, Legislativo e imprensa. 9, 10. Espera que o Congresso possa estruturar o direito constituído pela revolução: sistema democrático, restabelecimento dos Poderes, direitos democráticos. 11, 12. Com a revisão constitucional, o próximo Presidente recebe o País estruturado e o atual receberá o aplauso da nação por isso.
--	---

³¹ O art. 9º do AI-2, de 1965, modifica a Constituição de 1946, para determinar que a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da República sejam feitas pelo Congresso Nacional, em sessão pública e votação nominal, pela maioria absoluta.

cumprir todo um quadriênio governamental, receberá o País com o alicerce constitucional estruturado, e o atual Presidente terá cumprido, entre tantos atos meritórios, este que é o maior e o mais importante para uma nação livre, tornando-se o institucionalizador de nova e estável vida jurídico-constitucional e passando o governo ao sucessor sob o respeito e os aplausos do povo. 13. Reafirmo no dia de hoje que o Governo do eminente Presidente Marechal Castello Branco deve confiar no Congresso e nele vir buscar as soluções para a crise brasileira. 14. Estou certo de que o ilustre Presidente da República adotará todas as medidas tendentes a esse fim, pois considera sua missão restaurar a vida brasileira e restituir a verdade da democracia ao seu povo. 15. Estas palavras eu as pronunciei, com plena convicção, no dia em que o Marechal Castello Branco assumiu, perante este Congresso, a Presidência da República. 16. Ele levou à Presidência, como penhor de tão altos propósitos, a sua própria vida, de excepcionais serviços prestados à comunidade nacional, ao Exército Brasileiro, à nossa independência e soberania e à causa da democracia, pela qual lutou nos campos de batalha da Europa. 17. Somos testemunhas dos esforços realizados por ele no setor econômico e social, nas reformulações de métodos administrativos, na manutenção da ordem pública, na fixação de princípios e definições revolucionárias, na conduta inteligente e enérgica dos negócios do Estado. 18. Se assim falo é porque devo dizer ao povo os fatos com clareza, pois a verdade precisa dominar o pensamento e dirigir a conduta humana. 19. Todavia, também preciso dizer que, ao contrário do que muitos supõem, o que caracteriza historicamente as Revoluções é a organicidade jurídica de sua ação e de sua ideologia. As revoluções que não se estruturam em leis perdem os seus objetivos, o sentido de sua origem, não mais encontram as fontes de sua inspiração. 20. Não pode o Presidente do Congresso Nacional deixar de declarar à Nação que a instabilidade constitucional é profundamente prejudicial ao desenvolvimento do País, à própria normalização de sua vida econômica, pois os gigantescos esforços de estabilização monetária, e de combate à inflação no Brasil, vazam pelas brechas existentes no arcabouço	13. Castello Branco deve confiar no Congresso e nele buscar apoio para a crise. 14, 15. O Presidente da República tem como missão restaurar a democracia, opinião que mantém desde a posse de Castello. 16. Castelo levou à Presidência seus excepcionais feitos pela soberania brasileira. 17. É testemunha dos feitos de Castello na economia, administração, ordem pública. 18. Essas são verdades que o povo deve saber. 19. A revolução precisa se estruturar jurídica e ideologicamente, ou perde o sentido. 20. A instabilidade constitucional prejudica a luta pela estabilidade econômica. 21. O melhor decreto-lei será
--	---

jurídico-constitucional. 21. Por melhores que sejam os decretos-leis e por piores que sejam as leis, os melhores decretos-leis são geralmente muito piores do que as piores leis. 22. O estudo de uma lei, no Congresso, tem a publicidade e a participação do povo e do Governo em tal grau de intensidade que todos o recebem, depois de feita, como sendo realmente um instrumento regulador de um fato brasileiro localizado pelo legislador ou apontado pela Nação. 23. Já o decreto representa mais um ato de vontade do que de necessidade. A lei nasce porque é necessária; o decreto, na maior parte das vezes, se faz porque se quer. 24. Por isso a lei feita pelo Congresso atende a aspirações, a desejos, a necessidades, a urgências reclamadas pelo povo. Por isso a lei é democrática e é popular. 25. São estas palavras, pois, para deixar declarado, uma vez mais, que o Congresso Nacional está pronto a institucionalizar o direito revolucionário. A dar-lhe forma. A torná-lo perene. 26. Depois de uma Revolução democrática, de tão profundas causas e de tão profundas repercussões na vida brasileira, seria lamentável não nascesse dela uma construção constitucional democrática, que reorganizasse juridicamente a Nação, projetasse os seus dias futuros, disciplinasse a sua nova maneira de viver, estabelecesse método para a ação governamental revolucionária e garantisse legitimidade e estabilidade para o futuro governo. 27. O Senhor Presidente da República, Marechal Castello Branco, será certamente sensível a estas observações que alguns, menos esclarecidos, entenderão como crítica, mas às quais estou dando um sincero e patriótico sentido de colaboração. 28. O Congresso, como poder político, tem a responsabilidade de encontrar soluções que estabeleçam	pior que a pior lei. 22. A publicidade com que leis são estudadas no Congresso lhes confere legitimidade quando aprovadas. 23. O decreto é mais ato de vontade; a lei, de necessidade. 24. A lei é democrática e popular por atender a desejos e necessidades do povo. 25. O Congresso está pronto para dar forma ao direito revolucionário. 26. Seria lamentável que a revolução, que terá sido democrática, não reorganize juridicamente a nação para garantir legitimidade e estabilidade ao futuro governo. 27. Castelo entenderá tais observações não como críticas, mas como colaboração. 28. O Congresso tem a responsabilidade de assegurar a legalidade.
--	---

uma perfeita consonância das ansiedades dos apelos e das preocupações nacionais com o espírito das leis, de modo a disciplinar os impulsos tumultuários, impedindo que extravasem dos limites da ordem e da legalidade objetiva. 29. Isto representa dizer que nas horas de transição das vidas dos povos, os parlamentos devem tornar-se sensíveis às transformações sociológicas, de modo que a legislação deles nascida seja instrumento válido para o processo renovador de suas pátrias. 30. O Congresso Brasileiro está altamente preparado para assim proceder. Não haverá surpresa para a revolução: nós aplicaremos com sabedoria e lealdade a nossa experiência e o nosso patriotismo na reordenação constitucional e na formulação legal das conquistas e dos próprios revolucionários. 31. Não haverá surpresas na sucessão: nós cumprimos com decisão e valor as regras do jogo e revelaremos, no momento oportuno, mas em momento breve, os nomes de nossa preferência, expondo ao povo as razões da escolha, buscando a aprovação do povo, para que o eleito governe o Brasil identificado com o povo. 32. Um homem forte, para tornar as leis efetivas; um democrata, para sentir as ansiedades populares; um estadista, para consagrar o respeito às instituições da República; um pacificador, para unir os homens e governar em harmonia com as forças vivas da Nação; um guia para comandar nossos destinos; um chefe, para manter unidas as Forças Armadas; um revolucionário, para concluir a obra redentora iniciada em 1964; um líder de quem se possa testar a coragem e ver que é ela indômita, de quem se possa procurar a amizade e ver que é honrada. 33. Como Presidente da Casa eu os saúdo, senhores Congressistas, como homens convocados para as obras da democracia, que precisam ser cumpridas com o concurso de todos, numa perfeita união de	29. As leis feitas pelos parlamentos devem traduzir as transformações sociais para renovarem a pátria. 30. Não haverá surpresas no ordenamento a ser feito pelo Congresso. 31. Não haverá surpresas na sucessão. Cumprindo as regras do jogo, expor ao povo um governante com ele identificado. 32. O Presidente deve ser forte, democrata, estadista, pacificador, guia, chefe, revolucionário e líder. 33. Saúdo os congressistas e os convoca para a obra de democracia e liberdade do povo.
--	--

esforços, de sacrifícios e trabalho, pela paz e pela liberdade do povo.	
(1.386 palavras)	

Radiografia

Este é um discurso deliberativo, marcado pela tensão do momento, pelas alianças do orador, pelos riscos institucionais e pela reconfiguração do auditório. O acordo buscado, em última instância, é o seguinte: que seja dado ao Congresso o poder para legislar e escolher o próximo Presidente da República, com um perfil de democrata. Mas a questão é: quem é o auditório poderoso o suficiente para deliberar em favor desse acordo? Não o Congresso, mas as Forças Armadas. Ele fala alguns meses após ser decretado o AI-2, que instituía as eleições indiretas para Presidente da República, dera fim aos partidos e instituía o bipartidarismo. Um ato institucional que modificava a Constituição de 1946 em pontos fundamentais para o que o orador defende: a democracia.

Por isso, seu discurso é cindido. Por um lado, afirma manter-se fiel aos ideais da revolução, que afirma ter sido democrática e realizada em função dos anseios populares. Por outro lado, vê minguar justamente a faixa de poder sobre a qual poderia ele (e seus pares do Congresso) ter alguma margem de manobra: o ato mesmo de legislar, a essa altura cassado pelos militares.

Na configuração do “auditório de um homem só”, que é Castello Branco, tece elogios ao “democrata”, um elogio que teria um funcionamento coercitivo sobre o elogiado: Castello é comprovadamente um democrata, como o demonstram seus atos do passado; ora, democratas agem democraticamente, logo, Castello permitirá que o Congresso legisle, escolha com liberdade o próximo Presidente da República... e assim por diante.

Auro de Moura Andrade (PSD – SP)

1º de março de 1967³²

43ª Legislatura

Resumo

O orador declara estar esperançoso, ao instalar os trabalhos. Saúda os novos e os antigos congressistas, com a afirmação de que o Parlamento sempre evitou que a democracia se extinguisse. Rechaça as acusações feitas ao Congresso, que derivam mais da fraqueza dos críticos do que da falta de mérito do Legislativo. Exalta a legitimidade da autoridade dos parlamentares e o fato de todos disporem dos mesmos poderes, diferentemente do Presidente da República, que manda sozinho. Afirma que a independência e a harmonia entre os poderes não advêm da Constituição apenas, mas do respeito de uns pelos outros. Exalta a nova Constituição como sendo fruto do trabalho do Congresso, para cessar o Estado revolucionário e inaugurar o Estado de Direito. Quanto aos partidos, estes devem se colocar entre os governantes e os governados, como forças da vontade popular.

O Presidente admite que no jogo legislativo deve prevalecer a vontade da maioria, mas sem esmagar o direito da minoria. Para ele, os problemas do povo serão submetidos ao debate nos limites autorizados pelo regime. O Presidente da República encontrará o apoio que solicitar, nos limites da Constituição e da consciência dos homens públicos, pois tem disposição para entender-se com o Executivo para produzir riqueza e justiça coletivas.

Tem esperanças com a nova Carta, pois todos se subordinam à Constituição; portanto, o governo não deve abandonar as regras constitucionais e, com isso, tornar mais difícil a tarefa de governar. Lembra que a consciência e a coragem cívicas devem encontrar expressão no Congresso; do contrário, a democracia estará sendo usurpada. Por fim, deseja aos parlamentares um trabalho útil aos Estados e benéfico à Nação, não sem antes alertar para que se preparem para dias mais difíceis.

Discurso

1. Senhores Congressistas: Reúne-se o Congresso Nacional para inaugurar a Primeira Sessão Legislativa da Sexta Legislatura ³³ .	1, 2. Instalação da Sessão Legislativa, com esperanças.
---	---

³² Discurso proferido na Instalação da Sessão Legislativa.

³³ 43ª Legislatura, pela uniformização atualmente em vigor.

2. É, pois, outro começo, e deve ser praticado com esperanças. 3. No Congresso que hoje se instala, não se distingue entre novos e velhos Congressistas: todos hoje começam, e de todos se deve esperar que possam e que saibam realizar a sua tarefa, cumprindo a Legislatura e bem realizando os seus deveres durante quatro anos. 4. Muitos, e entre eles eu me encontro, iniciaram cinco legislaturas, e para terminá-las precisaram instalar vinte sessões legislativas, sem contar as convocações extraordinárias que os acontecimentos exigiram. 5. Foi um longo perpassar de fatos, um trabalho ingente, nunca suficientemente avaliado, cheio de preocupações, de ansiedades, de decepções, de esperanças malogradas. A vida da democracia em nosso País nem sempre esteve em nossas mãos, mas, pela graça de Deus, em nossas mãos esteve evitar que ela se extinguisse. 6. Não pudemos fazer livres homens que nasceram para ser submissos; mas pudemos muitas vezes libertar aqueles que nasceram para ser livres. 7. Aqui dentro, mesmo, entre os eleitos do povo, durante vinte anos, estivemos a construir, dia a dia, e a reconstruir, ano a ano, o princípio da independência deste Poder, sempre atingido, ora pela força dos que estão fora, ora pela fraqueza dos que se acham aqui dentro. 8. Mas, o saldo de serviços prestados à Nação, o saldo de deveres cívicos cumpridos, o saldo de coragem, de consciência nacional, de sentimentos de liberdade, de vocação pública, de fidelidade à democracia, é imenso em favor do Congresso Brasileiro, e o Congresso que hoje se instala torna-se	3. Não se distinguem novos e velhos congressistas. 4. O Presidente já iniciou cinco legislaturas, 20 sessões legislativas. 5. Os congressistas sempre evitaram que a democracia se extinguisse. 6. Os que nasceram para ser livres foram libertados. 7. O Congresso sempre foi atingido pela força dos que estão fora ou pela fraqueza dos de dentro. 8. O saldo de conquistas do Congresso brasileiro é enorme: legado aos que tomam posse.
--	--

depositário e responsável por esses saldos, que só não são maiores do que as fadigas e as lutas para conquistá-los. 9. É do hábito nacional criticar o Congresso, o que não traz conseqüências a quem o faz; é cômodo e sem perigos fazê-lo, pois se trata de um Poder desarmado. De outro lado, injustamente se costumam debitar ao Congresso os defeitos e falhas de alguns, mas nunca a ele se creditam as virtudes de todos. 10. Já não é sem riscos criticar o Poder Executivo, particularmente no regime presidencialista. Então, em muitas das críticas que desabonam o Congresso há, na verdade, um desabono aos próprios críticos. Porque se eles existem não é sempre porque haja tantas falhas nossas e sim porque neles há pouca coragem. A maior parte das vezes há, nas impiedosas censuras que sofremos, apenas o desabafo de quem, querendo criticar o Governo, por falta de coragem e audácia, dá vazão aos seus complexos, atingindo o Poder que não o atinge. Assim se considera o crítico mais forte que um Poder, ele que se estava sentindo fraco diante do Poder. 11. A autoridade, no Poder Executivo, emana de um; a autoridade, no Poder Legislativo, emana de todos. 12. Lá, todos se conduzem conforme presida o Presidente; aqui, o Presidente preside conforme todos se conduzem. 13. Somos quatrocentos e setenta e cinco representantes do povo, todos no mesmo nível hierárquico. Nenhum é superior aos demais, dependendo de cada um não se tomar inferior aos demais. Aqui, nenhum vale mais do que o outro e só por culpa própria é que poderá valer menos. Todos chegam ungidos pela mesma igualdade, integrantes da	9. Atacam o Congresso, por ser um poder desarmado; por outro lado, não lhe reconhecem os méritos. 10. Os que criticam o Congresso é por fraqueza própria. Não têm coragem de criticar o Presidente da República. 11. No Legislativo, a autoridade emana de todos. 12. O Presidente do Senado depende dos pares. 13. Todos os parlamentares têm igual poder e legitimidade e os manterão à proporção que mantiverem a dignidade.
---	--

mesma estrutura, constituindo as células vitais deste Poder, que será tanto mais válido, tanto mais se prolongará no tempo e na História, quanto mais se mantenham íntegras essas células. 14. Por isto o vigor do Congresso se confunde com o vigor da Nação. A sua independência como Poder é uma afirmação de vitalidade democrática muito mais que um axioma constitucional. 15. Não basta que a Constituição diga que este Poder é independente; é preciso que ele se sinta capaz de exercer essa independência. 16. Não basta que a Constituição diga que este Poder também deve ser harmônico com os demais Poderes. Essa harmonia desaparece quando se confunde o exercício da independência com a prática de abusos e desmandos; ou quando, a princípio alguns e depois muitos, se curvem ante os demais Poderes, da mesma forma que quando a princípio alguns e depois muitos se levantem injustamente contra os demais Poderes. 17. Durante vinte anos ouvimos falar em crise do Poder Legislativo, quando, na verdade, o que existia era a crise do regime. Embora assim, o Poder Legislativo ainda teve forças para salvar o regime nos momentos supremos. 18. Quais as grandes crises deste País, senão as que tiveram fulcro no Poder Executivo: o suicídio de um Presidente em 1954, a deposição de dois Presidentes em 1955, a renúncia de um Presidente em 1961 e a deposição de outro Presidente em 1964? 19. Em todas essas ocasiões, teve o Congresso que corrigir os efeitos das crises, e o fez com segurança, habilidade e estoicismo, recuperando a ordem jurídica e restabelecendo tanto quanto possível a normalidade da vida nacional. 20. Uma nova Constituição vigorará a 15 de março, fruto desses fatos, realizada para corrigi-los, votada dentro deles, mas, ainda assim, discutida, emendada, modificada e promulgada vencendo a crise e para vencer as crises³⁴. 21. Ela pode não ser a Carta Magna que todos desejariam. Mas nela há uma expressão de vontade parlamentar que nem todos queriam. O Estado de fato	14. A vitalidade do Congresso é a da Nação. 15. A independência não vem só da Constituição. 16. A harmonia só existe sem desmandos de um Poder contra outro. 17. Em 20 anos, as reclamadas crises do Legislativo eram, na verdade, do regime. 18. As grandes crises, desde 1954, nasceram no Executivo. 19. Em todas as crises, o Congresso teve a habilidade de resgatar a normalidade até o limite do possível. 20. A Constituição a ser promulgada em 15 de março é fruto desse trabalho do Congresso. 21. Com essa Constituição, cessou o Estado revolucionário e a revolução traduzida no
--	--

³⁴ A Constituição a que se refere foi fruto do AI-4, de 7 de dezembro de 1966, o qual convocou o Congresso para, em 43 dias corridos – 12 de dezembro de 1966 a 24 de janeiro de 1967 – discutir, votar e promulgar o projeto de Constituição apresentado pelo Presidente da República. Ao Congresso era facultado aprovar ou rejeitar o projeto. Para apresentação de emendas seria necessário o apoio de ¼ dos parlamentares de quaisquer das duas Casas; e sua aprovação, por maioria absoluta. O AI-4 determinava, também, que no dia 24 de janeiro de 1967, tal Constituição fosse promulgada, de qualquer maneira, fosse com as emendas aprovadas, fosse sem emendas ou se a votação não tivesse sido encerrada até o dia 21 de janeiro.

revolucionário cessou com ela, e nela a Revolução viu construído o Estado de Direito³⁵. 22. Daqui por diante os Partidos deverão colocar-se entre governantes e governados, cumprindo a missão de instrumentos do povo na formação dos governos e mantendo-se como forças representativas da vontade popular, procurando tomar-se síntese dessa opinião. 23. Aqui dentro pode afirmar esta Presidência, sem constrangimentos, que cuidou de estabelecer, sem prevenções e em favor do regime democrático, o direito das minorias. 24. A afirmação da vontade da Maioria é objetivo e razão do regime. A democracia deve ser a expressão da vontade do maior número, racionalizada nos debates, consubstanciada nos programas, realizada na soma de convicções livres. 25. Para isso, o direito das minorias deve ser assegurado, pois assim se evita a tirania das maiorias, que pode comprometer o equilíbrio nacional, ou impedir durante largo tempo reformulações políticas do Estado. Tornando-se surdas as minorias, acabam as maiorias por se tomar dogmáticas. 26. Mas, por igual, cuidou a Presidência de, ao tempo em que assegurava direitos minoritários, exigir da Minoria o cumprimento de seus deveres, também em relação à Maioria. Do contrário, do mesmo modo que uma se torna dogmática, a outra se torna negativista. 27. Em outras palavras: a Maioria tudo pode, porque é maioria, menos esmagar a Minoria; a Minoria a tudo tem direito por ser minoria, menos negar-se a contribuir para a formação da vontade parlamentar, que tem de se manifestar pelo pronunciamento do voto, até que ele se haja somado em maioria. 28. Tanto essas considerações são verdadeiras, e é certa essa conduta, que todos a experimentaram, sentiram-na e a ela estiveram sujeitos: a Minoria de ontem, que se tomou Maioria hoje; a Maioria de ontem, que se tomou Minoria hoje. Uns e outros, como Minoria, tiveram garantidos os seus direitos;	Estado de Direito. 22. Os partidos devem se colocar entre os governantes e os governados, como forças da vontade popular. 23. A Presidência estabeleceu o direito da minoria. 24. Afirmação da maioria é o objetivo do regime. 25. Mas deve ser assegurado espaço às minorias para evitar dogmatismos e possibilitar reformulações políticas. 26. Mas a minoria deve cumprir seus deveres com a maioria. 27. Tudo pode a maioria, menos esmagar a minoria; tudo pode a minoria, menos negar-se a contribuir. 28. Esse direito já foi exercido por todos, que já estiveram em posições de poder opostas.
---	---

³⁵ Nessa Constituição foi incorporado o autoritarismo dos atos editados até então. Não demorou muito e novo ato institucional, o AI-5, foi editado, jogando por terra também essa Carta. O AI-5 entrou em vigor em 13 de dezembro de 1968. Na prática revogou os dispositivos constitucionais de 1967, além de reforçar os poderes discricionários do regime militar.

como Maioria, exerceram com segurança e tranqüilidade os seus poderes. 29. Isto foi bem compreendido e bem praticado nas legislaturas passadas, e foram muitas as vezes em que a Minoria se retirou do Plenário para exigir a presença da Maioria, mas nele reingressou para não paralisar o processo legislativo. Ainda na elaboração constitucional, ausente a Minoria, a Maioria tomou a seu cargo votar emendas postuladas pela Minoria. Cito estes fatos para enaltecer uma e outra facção, pois neles estão belas lições parlamentares que devem ser seguidas nesta Legislatura. 30. Espero estar anunciando um período de fecundos trabalhos do Congresso Nacional, em busca de soluções sinceras e reais no campo político, econômico e social da Nação. 31. Os problemas do povo deverão estar permanentemente em pauta nesta Casa, e aqui receberem o estudo, a interpretação e as afirmações democráticas que as liberdades e autorizações do regime permitam na sua maior amplitude. 32. Ficaremos dentro da Constituição, nela haurindo as nossas forças; manteremos a independência e a autoridade do Poder Legislativo e realizaremos convívio harmônico com os demais Poderes. 33. O Presidente da República encontrará no Congresso toda a compreensão, todo o apoio e toda solidariedade que solicite, dentro do que determina a Constituição do Brasil e do que nos exige a consciência de homens públicos. 34. Estamos dispostos ao mais amplo entendimento com o Poder Executivo, com finalidades inadiáveis, no esforço comum de reorganizar a Nação, de criar elementos de riqueza, de justiça coletiva, de produção e de trabalho. 35. É mister esclarecer ao povo que nada existe acima da Constituição, pois todos a ela estão sujeitos: o Presidente da República, o Congresso, o Poder Judiciário, as Forças Armadas, e o próprio povo. 36. Eis as razões por que o advento de uma Constituição é sempre saudado com esperança pelas nações. 37. O Governo não deve, assim, por si próprio, tornar mais difícil e mais complexa a sua tarefa de governar. Isso pode sempre ocorrer, quando os governantes abandonam a simplicidade das normas de conduta de vida consubstanciadas nas Constituições, construídas após tantos anseios e sacrifícios, onde todos os direitos e aspirações dos povos ficam	29. As duas facções já deram exemplos desse exercício de poder. 30. Espera por período de fecundos trabalhos legislativos. 31. Os problemas do povo serão submetidos ao debate nos limites autorizados pelo regime. 32. Dentro da Constituição, independência e harmonia dos Poderes. 33. O Presidente da República encontrará o apoio que solicitar, nos limites da Constituição e da consciência dos homens públicos. 34. Disposição para entender-se com o Executivo, para produzir riqueza e justiça coletivas. 35. Todos se subordinam à Constituição. 36. Esperanças com a nova Carta. 37. O governo não deve abandonar as regras constitucionais e, com isso, tornar mais difícil a tarefa de governar.
---	---

transferidos aos Poderes, para serem respeitados, defendidos e realizados dentro do Estado em favor da Nação. 38. Os povos que já perderam a sua liberdade sabem que o processo usurpatório da democracia começa pela usurpação da consciência e da coragem moral dos homens. Essa consciência e essa coragem moral, fontes da autenticidade da democracia, precisam encontrar, dentro deste Congresso, diuturnamente, a mais límpida e indômita expressão. 39. Creio que já disse o suficiente daquilo que fomos, daquilo que somos e sobre aquilo que devemos ser. Por isto, como Presidente do Congresso Nacional, a todos dou as minhas boas-vindas; congratulo-me pelas vitórias alcançadas em seus Estados; faço votos de que realizem um convívio de compreensão, de respeito recíproco, de amizade leal e desinteressada. Desejo ardentemente possam cumprir os seus deveres e realizar uma vida pública fecunda, útil aos seus Estados, benéfica à Nação, em que afirmem e reafirmem as suas qualidades de inteligência, de cultura, de coragem, de perseverança, de uma incansável teimosia em bem servir. 40. Todos nós queremos que os dias de amanhã sejam mais fáceis do que os dias de ontem. Mas todos nós devemos estar preparados como se fôssemos enfrentar dias mais difíceis, porque assim os dias difíceis se tornarão mais fáceis e os dias fáceis se tornarão imensamente jubilosos. 41. Eu os saúdo, Senhores Deputados e Senhores Senadores. Declaro instalados os trabalhos da Sexta Legislatura do Congresso Nacional, e inaugurada a sua Primeira Sessão Legislativa. (1.760 palavras)	38. A consciência e a coragem cívicas devem encontrar expressão no Congresso; do contrário, a democracia estará sendo usurpada. 39. Deseja aos parlamentares um trabalho útil aos Estados e benéfico à Nação. 40. Preparar-se para enfrentar dias mais difíceis. 41. Declara instalada a sessão legislativa.
---	--

Radiografia

Este é um dos discursos mais paradoxais do conjunto, por tentar congrega, numa mesma peça oratória, os ideais de democracia e as determinações autoritárias da ditadura militar, como se ambos convergissem para o mesmo sentido. Esse paradoxo ocorre porque a “fala” específica está em contradição com os fatos institucionais correntes. Um exemplo disso ocorre quando o orador afirma que a nova Constituição é fruto da contribuição do Congresso, quando, de fato, esta foi imposta pelo Executivo.

Aparentemente, o orador se dirige ao seu auditório privilegiado, que é o Congresso. Mas o conteúdo proposicional de sua fala, isto é, o “recado”, tem como foco o regime militar e seus comandantes-em-chefe.

De novo, aparentemente, a busca do acordo é em torno da nova Constituição, recém-promulgada, para que todos se submetam a ela. Quando faz apelos nesse sentido,

parece querer convencer os parlamentares. Mas, na verdade, seu convencimento se dirige aos militares, esses sim com poder para mudar – para pior? – as regras constitucionais.

Mesmo no final, o orador faz uma espécie de advertência: que os parlamentares se preparem para o pior.

No conjunto, a peça oratória, por mais que contenha jogos de raciocínio que procuram imitar o grande Pe. Antônio Vieira, não passa de um simulacro de discurso democrático, o que lhe tira toda a autoridade.

Gilberto Marinho (ARENA – GB)

22 de fevereiro de 1968³⁶

43ª Legislatura

Resumo

Emocionado pela eleição, em função da grandiosidade dos antecessores, particularmente do último, Auro de Moura Andrade. A Presidência se enquadra entre as obras de penitência, sacrifício e não de júbilo. Como o único mérito do Presidente é o mandato Senador, maior amor dedicará à Casa, como juiz, imparcial, para merecer o apoio dos senadores.

Lembra que, além de legislar, o Congresso tem por missão fiscalizar as instituições. Por isso, à minoria foi dado o direito de decidir pela convocação extraordinária precedente, que foi bastante produtiva. A democracia só existe se houver parlamento eleito, que é a representação autêntica do povo. No parlamento, ideais e interesses partidários são superados. Se fechado o Congresso, há pressões para reabri-lo, o que o revigora.

Na condição de assembléia política, o Congresso é criticado pela pouca produtividade, mas isso é natural. Uma vez que a função do parlamento é buscar resposta para os problemas da nação, pode haver necessidade de se aumentar a eficácia, mas não razões para declará-lo inútil. Mas os supostos democratas que criticam o parlamento correm o risco de ver o Congresso e a própria democracia destruídos. Parlamento e imprensa têm objetivos comuns: defesa da liberdade, da democracia e da justiça. Portanto, as críticas da imprensa ao Congresso são sempre para colaborar. No cenário amplo, não é pessimista, pois a nação está prestes a alcançar a independência econômica. O povo brasileiro sabe que o desenvolvimento econômico precisa ser acelerado, para a estabilidade da democracia, já que, com atraso econômico, não há democracia.

Por fim, afirma sua fé no povo, que está trabalhando para que o Brasil seja grande.

Discurso

1. Srs. Senadores, não devo ocultar a emoção e a consciência da responsabilidade com que, homem simples, isento de qualquer veleidade de escalada política, vejo-me alçado, pela esmagadora generosidade dos eminentes Senadores, à Presidência desta Casa, enaltecida no passado por tantos vultos egrégios e dignificada e enobrecida nestes últimos sete anos, nos marcos luminosos de uma notável Presidência, por esse autêntico homem de Estado que	1. Emocionado pela eleição, em função da grandiosidade dos antecessores, particularmente do último, Auro de Moura Andrade.
---	--

³⁶ Não houve eleição para a Mesa Diretora, em função do Ato Complementar nº 48, de 24 de março de 1969, que prorrogou o mandato da direção anterior enquanto durasse o recesso do Congresso Nacional. Mesmo com a suspensão do recesso, em 22 de outubro de 1969 (Ato Complementar nº 72, de 15 de outubro de 1969), não houve nova eleição, pois o Ato Institucional nº 16, de 14 de outubro de 1969, prorrogou novamente o mandato, até 31 de março de 1970 (Passos, 1991, p. 97).

é o Senador Auro de Moura Andrade. 2. Penso que a Nação ainda não aproveitou tudo quanto lhe possa dar, em talento, capacidade administrativa, espírito público e bravura cívica, esse insigne brasileiro. 3. É um conceito cediço, mas de oportuna recordação, o de que longe vão os tempos em que postos considerados de relevo político constituíam motivo de orgulho pessoal ou suscitavam sentimentos de vaidade. Nesta quadra de nivelamento democrático das responsabilidades, nestes dias ainda incertos quanto às formas que hão de afinal revestir as conquistas sociais e políticas, o seu exercício tem de ser arrolado entre as obras de penitência e renúncia como escolas de abnegação e sacrifício. 4. Não encontro outra razão para tão grande benevolência, senão profundo amor e devotamento que, sabem e sentem todos os colegas, consagro a esta Casa. Mas, ainda aí, não há qualquer mérito nesta dedicação. É que ao transpor os umbrais desta Casa, todos os eminentes Senadores vêm revestidos de lauréis e galardões, conquistados por muitos no governo dos respectivos Estados, por alguns no brilhante tirocinio parlamentar adquirido nas diversas Assembléias Legislativas do País, ou nas cátedras que alcançaram, em imemoráveis concursos, outros como expoentes das profissões liberais ou das carreiras que abraçaram, ou ainda no empresariado nacional, ou no patriciado rural. 5. Só eu, cheguei a esta Casa, como um peregrino à porta do templo, com a exclusiva e única posição política da cadeira de Senador, que me confiou o bom e generoso povo carioca. Natural é portanto que, devendo a esta Casa muito mais do qualquer outro, também devesse amá-la mais do que todos. 6. Melhor forma não encontro de agradecer essa honrosa investidura, senão prometendo nela comportar-me como juiz, despido das insígnias partidárias, equidistante dos interesses políticos, na esperança de que meu esforço possa merecer o apoio dos meus nobres pares, cujas luzes me servirão de roteiro, de vez que me considero apenas um instrumento da sua vontade, a serviço das suas deliberações. 7. Srs. Senadores, como salientou o Relatório hoje lido, não foi inútil para o País a convocação extraordinária do Congresso. Revelou-se o Parlamento, mais uma vez, cômico das suas responsabilidades e dos seus deveres para com a	2. A nação ainda não se beneficiou de todo o talento de Auro de Moura Andrade. 3. Essa posição de poder se enquadra entre as obras de penitência, sacrifício. 4. Diante de senadores com tanta experiência e brilho pessoal, a eleição só se justifica pelo amor que o Presidente tem pela Casa. 5. Como o único mérito é ser Senador, maior amor dedicará à Casa. 6. Será um juiz, imparcial, para merecer o apoio dos senadores. 7. A última convocação extraordinária revelou a responsabilidade do Parlamento.
--	--

Nação. 8. Ademais, a missão do Congresso não consiste apenas em legislar, há, também, uma finalidade de alto alcance político, e é por assim considerar que a Constituição deferiu ao terço de qualquer das Casas o direito de decidir da convocação extraordinária, à revelia da Maioria. Foi garantia assegurada à Minoria, precisamente porque o Congresso não tem, nos regimes democráticos, apenas a finalidade legislativa, mas também a de fiscalizar as instituições. 9. A democracia, como forma de Governo e como estilo de vida, só pode realizar-se plenamente se integrada com o exercício da função parlamentar. 10. O Parlamento é, em verdade, a única forma efetiva em que se pode plasmar a idéia da democracia dentro da realidade social presente. É a representação autêntica do povo e constitui a imagem viva e íntegra da nacionalidade. É, realmente, o conjunto da Nação na expressão da sua vontade coletiva. 11. Nele se consideram problemas comuns, ideais e interesses permanentes que precedem e superam as questões que num regime democrático podem separar os homens e os Partidos. 12. O Congresso é a principal instituição indicativa da democracia constitucional. 13. Sem congresso surgido de eleições não há democracia. 14. A vida parlamentar é a essência mesma do sistema representativo e, quando se eclipsa, gera um vazio que cria, desde logo, pressões sociais suficientes para restabelecê-lo revigorado pela experiência adversa. 15. Assembléias essencialmente políticas, é natural que as Casas do Congresso sejam alvos preferidos das críticas e das sátiras. Argúi-se, principalmente contra o Legislativo, a sua pouca produtividade. 16. Um mestre do pensamento universal ensinava, em horas aziagas para a democracia, que, da série de objeções válidas ao modo de conduzir-se do Parlamento, nenhuma permite a conclusão de que deva ser considerado inútil, mas, ao contrário, todas levam por via direta e evidente à necessidade de aperfeiçoá-lo. Afirma-se, por exemplo, que o Parlamento não é eficaz. Cabe, então, indagar: por que não é eficaz? Porque eficácia é virtude que tem um objeto para produzir uma finalidade. Neste caso, a finalidade deve ser a solução dos problemas públicos de cada Nação. Por isso, se exige de quem proclama a	8. Além de legislar, o Congresso tem por missão fiscalizar as instituições. Por isso, à minoria foi dado o direito de decidir pela convocação extraordinária. 9. A democracia só existe se houver parlamento. 10. O parlamento, representação autêntica do povo, é a única forma de concretizar a idéia de democracia. 11. No parlamento, ideais e interesses partidários são superados. 12, 13. Congresso eleito: principal instituição da democracia constitucional. 14. Se fechado o Congresso, há pressões para reabri-lo, o que o revigora. 15. São naturais as críticas à pouca produtividade do Congresso. 16. Uma vez que a função do parlamento é buscar resposta para os problemas da nação, pode haver necessidade de aumentar a eficácia, não declará-lo inútil.
---	--

ineficácia do Parlamento que possua idéia clara sobre qual a solução dos problemas políticos atuais. Porque do contrário, se, em nenhum País está hoje claro, nem mesmo teoricamente, em que consiste e como deve proceder, não tem sentido acusar de ineficácia os instrumentos institucionais. Não se confunda, pois, a necessidade e até mesmo a urgência de reformar o Legislativo, aperfeiçoando-o para torná-lo ainda mais eficaz, com o declarar a sua inutilidade. 17. Por outro lado, é fácil acusar os membros do Parlamento porque, devendo atuar em público e responsáveis por seus atos, eles são praticamente os únicos que podem ser criticados. Mas essas críticas revestem-se de capital importância, pois concorrem para a elevação do nível moral do corpo de representantes. Daí decorre a atitude que implica, inequivocamente, confiança no regime, porque permite corrigir os possíveis e humanos desvios dos mandatários do povo através da livre manifestação de seu desagrado. Nunca o desengano, o desencanto, a perda da fé na própria democracia. O que se há de buscar é a modernização e o aperfeiçoamento da tarefa legislativa. 18. Aqueles que, proclamando-se partidários do regime democrático, atacam de forma indiscriminada o Parlamento, atribuindo-lhe a sistemática e exclusiva responsabilidade de todos os males da Nação, abrem, com esse tipo de crítica, as comportas a um vendaval que, uma vez desatado, não só destrói o Parlamento mas também arrasta seus críticos e deságua no desaparecimento da democracia. 19. Os erros de decisão em que por vezes incorre o Congresso Nacional, inerentes a qualquer assembleia humana, não retiram do Poder Legislativo a majestade de suas funções políticas que a Nação quer que se mantenham intacta e inviolável, como condição precípua para a preservação do regime. 20. Senhores Senadores, sou dos que julgam em muitos sentidos que os deveres e as responsabilidades de parlamentares e jornalistas têm bastante em comum. A defesa da democracia, da lei, da liberdade e da justiça, assim como a luta permanente pelo desenvolvimento econômico e pela justiça social são objetivos comuns de uns e de outros. 21. E onde quer que estes princípios se encontrem obscurecidos ou anulados, parlamentares e jornalistas partilham das mesmas vicissitudes, das mesmas restrições, dos mesmos sacrifícios. Com este entendimento, sempre consideramos nós, do Parlamento, a análise e a crítica de nossos atos e	17. A crítica é boa para aperfeiçoar a atuação dos parlamentares. 18. Os supostos democratas que criticam o parlamento correm o risco de ver o Congresso e a própria democracia destruídos. 19. Os erros do Legislativo não comprometem sua função política na democracia. 20. Parlamento e imprensa têm objetivos comuns: defesa da liberdade, da democracia e da justiça. 21. As críticas da imprensa ao Congresso são sempre para colaborar.
---	--

decisões, como formas fundamentais de colaboração. Mesmo quando apaixonada e útil, valiosa é a crítica, porque leva os homens de espírito reto e consciência limpa à revisão dos assuntos, ao reexame das decisões e a maior zelo pelos negócios públicos. 22. Senhores Senadores, não encaramos as necessidades do momento presente com pessimismo. Estamos em condições de alcançar, por meios pacíficos, sem quebra dos princípios democráticos, e do respeito à liberdade, a almejada e integral independência econômica da Nação. 23. O povo brasileiro já está suficientemente amadurecido para saber que tem de cumprir aceleradamente as etapas de seu próprio desenvolvimento, requisitos essenciais para a estabilidade e o aperfeiçoamento das instituições democráticas. 24. Não há verdadeira liberdade e democracia onde há estagnação e atraso. O desenvolvimento econômico, ao contrário, não só cria valores materiais, mas, também, maiores possibilidades de democracia efetiva, clima de espontânea vigência do Direito, que é a base da unidade e da solidariedade nacionais. 25. A continuidade no esforço é que faz a grandeza dos povos. 26. Temos uma fé inextinguível em nosso povo, que, em seu labor diário, muitas vezes sacrificado e silencioso, está lutando para que o Brasil se torne realmente a grande nação que almejamos, a serviço da justiça social, da paz e da liberdade. (<i>Muito bem; Muito bem. – Palmas prolongadas</i>) (1.364 palavras)	22. Não é pessimista, pois a nação está prestes a alcançar a independência econômica. 23. O povo brasileiro sabe que o desenvolvimento econômico precisa ser acelerado, para a estabilidade da democracia. 24. Com atraso econômico, não há democracia. 25. Esforços continuados fazem a grandeza. 26. Fé no povo, que está trabalhando para que o Brasil seja grande.
--	---

Radiografia

Este é um discurso deliberativo, em que o acordo buscado é a própria existência do Parlamento, como instância da democracia. A tal evidência devem aderir principalmente os que criticam o Congresso, uma vez que tais críticas podem até mesmo inviabilizar a continuidade do Legislativo.

Embora tenha toda a aparência de um discurso sereno, ele revela uma situação de angústia e de incerteza com a própria continuidade do Legislativo, sem que, aparentemente, possa o orador declarar quais são as ameaças que pairam sobre a instituição. Por isso, faz suas considerações de maneira genérica, no campo dos ideais, não dos fatos da contemporaneidade.

Seria um discurso marcado pelo medo e pela censura? Essa interpretação só pode ser confirmada com os eventos do contexto. Em 13 de dezembro desse mesmo ano (1968), é editado o AI-5 e, com ele, o Ato Complementar nº 38, que decretava o recesso

do Congresso Nacional. Um recesso que só vem a ser suspenso em 15 de outubro de 1969, com o Ato Complementar nº 72.

Mas não apenas é decretado o recesso do Congresso como, com o AI-5, escancara-se a ditadura, com cassações de direitos políticos e do exercício de atividades consideradas “subversivas” pelo regime militar.

Novamente, observa-se aqui a natureza dialógica do discurso: ainda que não cite explicitamente uma fala, uma ameaça, um ato, podemos vislumbrar o efeito desse ato ou fala no discurso que examinamos.

Essa é outra oportunidade para se verificar que a melhor das eloquências parlamentares poderá representar o ato mais vil, se esconde ou oculta interesses autoritários e violentos.

João Cleofas (ARENA – PE)

30 de março de 1970

43ª Legislatura

Resumo

Honrado, agradece os votos recebidos e homenageia Gilberto Marinho, seu antecessor, cuja lucidez e firmeza entram para o patrimônio moral brasileiro. Para dirigir a Casa, considera indispensável o apoio de todos. Recebe sua eleição como homenagem a Pernambuco.

Entende que, após os graves acontecimentos dos anos anteriores, os políticos devem se esforçar para atender às aspirações nacionais. Compromete-se a defender, além da defesa das prerrogativas e independência do Congresso, a harmonia com os outros poderes para o restabelecimento do regime democrático. Com tal restabelecimento, o Senado, pela representação paritária, tem papel decisivo.

A consciência nacional exige que a maioria da população participe da riqueza, conforto e tecnologia produzidos. A principal tarefa legislativa é a regulamentação da Emenda Constitucional nº 1. Por ser o candidato da maioria, recebeu o apoio do Presidente da República, em ato de franqueza e lealdade, que assegurarão o respeito do Executivo ao Legislativo. Lealdade e franqueza marcarão o mandato.

Discurso

1. Senhores Senadores, Côncio das altas responsabilidades que acabo de assumir, e possuído de viva emoção, ao sentir sobre os ombros o honroso encargo da Presidência do Senado, devo manifestar meu profundo agradecimento aos nobres pares pelos generosos sufrágios que decidiram conceder-me. 2. Sucedo, nesta cadeira, ao eminente colega Senador Gilberto Marinho, cuja firmeza, lucidez e descortino, nos graves momentos em que lhe coube decidir, hão de incorporar-se ao patrimônio moral desta Casa e da vida pública brasileira. 3. Na tarefa de dirigir os nossos trabalhos e naquela de representar a instituição, estou seguro de contar com a patriótica colaboração de todos os meus pares, sem qualquer distinção partidária, pois que o apoio de todos considero indispensável. 4. Senhores Senadores, dentre os passos mais vivos de uma vida pública que, em plena juventude, sob os estímulos do mais sincero idealismo, se iniciou na Prefeitura de minha terra natal, há mais de quarenta anos, nenhum terá tido maior repercussão em meu espírito do que este, que, por sua relevância e	1. Honrado, agradece os votos. 2. Lucidez e firmeza de Gilberto Marinho entram para o patrimônio moral. 3. Considera indispensável o apoio de todos. 4. Recebe a eleição como homenagem a Pernambuco.
---	---

significação, me exalta e me comove. Recebo-o como homenagem a Pernambuco, meu Estado, a cujo serviço dediquei e venho dedicando o melhor de mim mesmo. 5. Os singulares episódios que marcaram a vida pública brasileira nos últimos anos estão a requerer da classe política e especialmente daqueles que exercem, como nós, mandato popular, um redobrado esforço no sentido de, no cumprimento de nossos deveres, atender as crescentes aspirações da comunidade nacional 6. Consciente desse irrecusável dever e seguro de que nenhum de nós a ele fugirá, permito-me dizer, Srs. Senadores, que está nas minhas preocupações, a par da afirmação de nossas prerrogativas, da segurança de nossa independência, da eficiência do processo legislativo, do aprimoramento de nossas tarefas específicas, a consagração de um clima de harmonia com os demais poderes da Nação, penhor da realização efetiva do restabelecimento pleno do regime democrático. 7. O Senado, pela sua inequívoca autoridade assentada na consciência nacional e pela tradição de equilíbrio e firmeza, terá, sem dúvida, um papel preponderante nessa missão. 8. Casa onde se fazem representar de modo paritário todos os Estados da Federação – grandes e pequenos, ricos e pobres – poderá, fiel às melhores inspirações dos ideais revolucionários, abrir caminho como vanguardeiro daquele imperioso objetivo. 9. O atual estágio de desenvolvimento do povo brasileiro – caracterizado pela profunda consciência do direito, cada vez maior, da participação do maior número da riqueza produzida por todos, num mundo de conforto proporcionado pela tecnologia – impõe, aos que estão chamados às funções de liderança e representação, uma ação constante de revisão de métodos e processos. Estes precisam permanentemente ser atualizados para que possamos cumprir nossa missão. A implementação de numerosos e importantes dispositivos da Emenda Constitucional nº 1 será a tarefa que, nesta sessão legislativa, dirá de nossa capacidade de, atentos aos anseios do povo brasileiro, realizar um trabalho que nos recomende ao respeito da Nação. 10. Srs. Senadores, fiel ao procedimento de praxe no processo de escolha dos candidatos das correntes majoritárias aos postos de direção das Casas legislativas, meu nome – objeto dos votos soberanos dos eminentes Senadores – mereceu o acolhimento do	5. Políticos devem se esforçar para atender às aspirações nacionais. 6. Além da defesa das prerrogativas e independência do Congresso, preocupa-se com a harmonia com os outros poderes para o restabelecimento do regime democrático. 7. O Senado tem papel decisivo para o restabelecimento democrático. 8. Pela representação paritária, o Senado pode ser vanguarda no restabelecimento da democracia. 9. A consciência nacional exige que a maioria da população participe da riqueza, conforto e tecnologia produzidos. A Emenda Constitucional nº 1 precisa ser regulamentada pelo Congresso. 10. Por ser o candidato da maioria, recebeu o apoio do Presidente da República, em ato de franqueza e lealdade, que
--	--

Excelentíssimo Senhor Presidente da República. Essa circunstância eu a consigno aqui, já que a tenho, em sua consciência, como testemunho do propósito do Chefe do Governo de, conforme as peculiaridades do sistema presidencialista, exercer seus deveres de liderança com a lealdade e a franqueza que vêm caracterizando todos os seus atos. Franqueza e lealdade que nos asseguram o respeito que há de merecer do Poder Executivo o exercício livre, consciente e honesto de nossas atribuições. 11. Lealdade e franqueza que, com a ajuda de Deus, hão de marcar toda a jornada que ora inicio, pela vontade de Vossas Excelências, Srs. Senadores, e que espero vencer com dignidade, imparcialidade e toda dedicação. (624 palavras)	assegurarão o respeito do Executivo ao Legislativo. 11. Lealdade e franqueza marcarão o mandato.
--	--

Radiografia

Esse é um discurso deliberativo, embora seja um tanto quanto “acanhado”. O orador, além dos agradecimentos cordiais, propõe que o auditório – o Congresso Nacional – tome a iniciativa de redistribuir a riqueza e redemocratizar o País. Na homenagem que faz ao Presidente da República está simultaneamente um elogio e um apelo: que a “lealdade e franqueza” do dirigente do Executivo sejam exercidas, para que o Congresso cumpra seu papel.

Embora pequeno na extensão, considerado o contexto – primeira eleição de Presidente do Senado após o fechamento do Congresso pelo AI-5 – revela-se um discurso coerente.

Petronio Portella (ARENA – PI)

30 de março de 1971

44ª Legislatura

Resumo

É grande a responsabilidade de presidir o Senado. Por isso, pede forças para ser digno do cargo. Tece elogios ao antecessor, João Cleofas, e compromete-se a seguir o trabalho deste. Mantém sua fidelidade ao regime. Compromete-se com o fortalecimento da Federação que, com as reformas a serem aprovadas, será expressão da Justiça.

O dever do Senado é impedir centralização, sanar distorções históricas, reduzir desigualdades econômico-sociais entre os Estados. Antes a Federação se mantinha insensível às desigualdades econômicas e sociais entre as regiões. Apesar das crises e do AI-5, desde o governo Castelo Branco, foi criada nova estrutura jurídica e política no País. A nova divisão de poderes colocou o comando político-administrativo e administrativo a cargo do Executivo Federal.

Na era do planejamento, sem restrições aos particulares, os deveres do poder federal são estabelecidos em planos e programas. A Constituição de 1967 corrigiu distorções, para reduzir influências individuais, grupais ou regionais no desenvolvimento econômico, estabelecendo planos plurianuais para orientar orçamentos e planos locais. Com isso, as leis se tornaram mais isentas dos poderes individuais. Cabe ao Legislativo dar diretrizes e fiscalizar a execução dos planos. Foram extintos os orçamentos fantasiosos, as negociações entre políticos e empresários e os responsáveis pela liberação de recursos. Nesse sistema vicioso, verbas eram dispersadas, aplicadas em obras sem alcance social, sem planejamento para enfrentar os velhos problemas.

Atualmente, mesmo com a preponderância da União, Estados têm maior participação nas rendas públicas. Os males eram mais das instituições que dos políticos: alguns governadores já executavam planos, só interrompidos pela busca de verbas federais. Ao Senado incumbe aperfeiçoar conquistas, controlar a expansão do crédito público e lutar para que em todos os Estados haja aumento da renda *per capita*. A revolução, além de destinar mais recursos aos Estados menores, liga Norte e Nordeste às demais regiões do País e incentiva a agricultura. Pensando na distribuição de renda, foi controlada a inflação, reformada a educação, qualificados os recursos humanos; combate-se o analfabetismo; a integração chega às regiões estagnadas e classes sociais relegadas; a indústria se amplia; exportações são também de produtos industrializados.

A revolução de março, embora tenha buscado se constitucionalizar, persiste como regime de exceção, mas não abandonou a vocação democrática. Mas, no subdesenvolvimento, fórmulas políticas perfeitas não se destacam. Não existe democracia onde a maioria da população vive em condições subumanas. A meta, pois, é fazer com que os brasileiros alcancem a liberdade de não morrer de fome. A minoria pode colaborar, discutindo, criticando; e se valorizar, se sintonizada com mais extensas camadas do povo. À maioria cabe o dever de apoiar o Executivo; o partido deve fortalecer laços entre Legislativo e Executivo. Por crer na Revolução, nas Forças Armadas e nos senadores, o Senado dará sua contribuição à causa democrática.

Com o Presidente Médici, firma o compromisso de que o Senado cumprirá sua missão. Será um mandato de lutas e sacrifícios a serviço da Federação e da República.

Discurso

1. Esta investidura, por si alta, cresce mais ante minha desvalia. Mas a inarredável vontade de honrá-la há de operar o milagre de multiplicar, em mim, as forças para dela ser digno. E circunstância especial faz crescer-me a responsabilidade. É que aquele a quem me cabe suceder se chama João Cleofas. 2. Há um ano sentava pela primeira vez a esta Mesa, como seu Presidente, o Senador João Cleofas, político que se pode qualificar de padrão, pois nele se reúnem os atributos que devem marcar quantos se dêem e se entreguem à vida pública. 3. E, desde então, se não surpreendeu superou, em muito, o que dele era justo esperar-se. Não trabalhou como quem, apenas, emprega bem o tempo, desdobrou-se, dando-se em entusiasmo, devotamento, direi, em amor, tudo que possível lhe foi e impossível a outros parecia, ao labor de bem administrar. 4. E poucos, como eu, podem dar o testemunho da luta em que S. Exa. se alteou ao respeito ainda maior de seus companheiros, afirmando e exaltando a Instituição a que jurou servir, com coragem, paciência, firmeza e abnegação. 5. Ao deixar o cargo que ora assumo, S. Exa. desce as escadas que o levam ao Plenário, mas sagrado está, para todo o sempre, pela estima de seus companheiros e pelo respeito da Nação. 6. Foi e é um político daqueles que do ofício se envaidecem, porque o sabem árduo, difícil, incompreendido, não raro, menosprezado, mas nobre, alto e fecundo. 7. Eis, Senhores Senadores, o quadro que contemplo ao assumir a Presidência do Senado: João Cleofas e seus admiráveis companheiros de Mesa Diretora voltando ao Plenário, felizes pela consciência de que a obra realizada será, mais que os nossos calorosos aplausos, o testemunho do quanto souberam cumprir o dever. 8. Senhor Senador João Cleofas: Apesar de em mim falecerem as virtudes que o distinguem e engrandecem, não me faltarão, todavia, a força, a determinação e o espírito público para continuar o trabalho aqui desenvolvido neste período que se encerra. Entre nós houve sempre identidade de posição, fraternal convivência que turbadas jamais foram pela dissensão, em velar pela Instituição a que juramos servir. 9. Graças à confiança do nosso líder Filinto Müller, por muitos meses exerci a liderança da	1. Grande a responsabilidade; pede forças para ser digno do cargo. 2, 3, 4, 5, 6, 7. João Cleofas, o antecessor: político padrão, ciente do árduo ofício de político, superou-se em sua gestão, trabalhou com entusiasmo, afirmando o Senado como instituição; volta ao Plenário com a estima da Nação. Tanto ele quanto os outros membros da Mesa que encerram o mandato merecem aplausos. 8. Continuará o trabalho do antecessor, com espírito público, para valorizar o Senado. 9. No exercício da liderança, pôde melhor conhecer João
---	--

Maioria e mais constantes se fizeram as nossas relações e melhor pude ver sua inexcedível capacidade de administrador e homem público. 10. E fiel à linha inflexível de fidelidade ao regime, cujo destino muito depende de nosso trabalho, Senhores Senadores, é que assumo a Presidência do Senado Federal. Neste recinto augusto, guardamos a Federação, para que se torne, pelas reformas, a expressão de uma realidade fundada na Justiça. 11. Não lhe queremos desfigurados os fundamentos que devem ser fortalecidos, não pela identificação com fórmulas ou modelos transplantados, mas pela adequação às características brasileiras. Preservemos a linha de descentralização indispensável a um País da nossa dimensão territorial e marcado por desigualdades sem conta. 12. Restringir a autonomia dos Estados seria diminuir-lhes a competência para gerir a coisa pública ou os meios necessários à solução de seus problemas específicos; anular a autonomia seria negar aos governos estaduais os recursos para promover o desenvolvimento regional, tendo em vista as peculiaridades geográficas, histórico-sociais, econômico-financeiras; negar a Federação seria desconhecer a competência dos Estados-membros de se organizarem, através de Lei Fundamental, para defesa e atendimento de seus interesses próprios, coexistindo harmoniosamente com o Poder Federal. 13. E constitui nosso dever impedir que assim seja, provendo a União dos meios de proteger, contra as distorções cristalizadas ao longo do nosso processo histórico, a Federação, que será forte na medida em que diminuir as distâncias econômico-sociais entre suas unidades. 14. Somente bem definido nosso sistema federativo, no qual se delimite a autonomia dos Estados-membros ante a presença indiscutível, incontestável e necessária da União, a corrigir desequilíbrios setoriais e regionais, é que daremos à economia a direção social, sem a qual o crescimento será razão de luta e não o desejado fator de paz. 15. Assim, estaremos a fixar diretrizes, longe das crises e dos sobressaltos; porque todos integrados no mesmo processo de equilíbrio. Este, o sistema federativo por que lutamos. 16. Antes, a Federação, constitucionalmente instituída, perdia-se, insensível, na instabilidade de um contexto desigual, em que o desenvolvimento alcançava níveis auspiciosos e crescentes em algumas regiões, e, em outras, imperava a estagnação	Cleofas. 10. Com fidelidade ao regime, assume a Presidência do Senado. A Federação, com as reformas a serem aprovadas, será expressão da Justiça. 11. Fortalecer os fundamentos da federação, evitando modelos estrangeiros, com descentralização indispensável a um País tão grande e tão desigual. 12. Uma restrição à autonomia dos Estados retiraria recursos para o desenvolvimento regional, feriria a Constituição e a harmonia com o poder federal. 13. Dever do Senado: impedir centralização, sanar distorções históricas, reduzir as desigualdades econômico-sociais entre os Estados. 14. Com um sistema federativo bem definido, com limitação de autonomia dos Estados e da União, dar sentido social à economia, fator essencial à paz. 15. Federação com diretrizes equilibradas, integradas, longe das crises. 16. Antes, a Federação se mantinha insensível às desigualdades econômicas e sociais entre as regiões.
---	---

econômica, aviltando um quadro social aterrador e subumano. 17. Não se cuidava de ver que a industrialização de poucos Estados haveria de sofrer estrangulamento, pela carência de mercado, confinado aos que tinham renda e, por isso, capacidade para consumir. Se o sistema ofendia a Justiça, obstava o desenvolvimento e comprometia a segurança. 18. Sob o governo do Presidente Castello Branco e a colaboração efetiva de eminentes homens públicos, a partir de 1967, a Revolução legou ao País uma estrutura jurídica sob novas concepções políticas e sinceros e obstinados foram os propósitos de consolidá-la. Vicissitudes surgiram; crises foram criadas; mas princípios basilares permaneceram intocados, não obstante a edição do ato Institucional nº 5. 19. A nova e oportuna divisão de atribuições entre os Poderes do Estado nasceu da idéia, para alguns pouco ortodoxa, de assegurar-se o comando político-administrativo, notadamente nos setores econômico e financeiro, à União, através do Executivo. 20. Ingressamos na era do planejamento que, não estrangulando a liberdade da iniciativa particular, gera deveres intransferíveis ao Poder Federal, no sentido de que oriente, em planos e programas, sua política e sobre ela decida. 21. Antes, a Federação era nominal, formal, mas desfigurada por fatores tão graves quanto contristadores. 22. A Constituição de 1967 transformou uma realidade que precisava ser corrigida, não pela simples mudança de homens, por mais capazes e honrados que fossem, mas por normas maiores que minimizaram a influência individual ou regional, de grupos ou facções, no processo de crescimento nacional. 23. Impondo planos plurianuais, em consonância com os quais hão de ser elaborados orçamentos e os planos regionais e municipais, eliminaram-se vícios oriundos mais do sistema que dos homens, e se concedeu à elaboração legislativa um sentido de alcance maior e mais alto, em que o individual porventura não se afirme tanto, mas o Poder exerça suas funções orientado por diretrizes, cuja execução lhe cabe fiscalizar, acompanhar, coordenar ou defender. 24. Extintos estão, sem meios de ressurreição, os orçamentos, que expressavam uma realidade que desacreditou homens e instituições. Pulverizavam-se	17. A concentração das indústrias em poucos estados ofendia a Justiça e impedia o desenvolvimento com segurança. 18. Apesar das crises e do AI-5, desde o governo Castelo Branco, foi criada nova estrutura jurídica e política. 19. Nova divisão: o comando político-administrativo e administrativo a cargo do Executivo. 20. Na era do planejamento, sem restrições aos particulares, os deveres do poder federal são estabelecidos em planos e programas. 21. Antes, Federação apenas nominal. 22. A Constituição de 1967 corrigiu distorções, para reduzir influências individuais, grupais ou regionais no desenvolvimento econômico. 23. Com planos plurianuais para orientar orçamentos e planos locais, as leis se tornaram mais isentas dos poderes individuais. Cabe ao Legislativo dar diretrizes e fiscalizar a execução dos planos. 24. Extintos os orçamentos fantasiosos, em que verbas eram dispersadas, aplicadas em
--	--

verbas e, sem estudo ou exame, mas sob pressões conhecidas, dotações se destinavam a obras sem alcance social ou econômico, fora dos planos meticulosa e tecnicamente adequados à solução de velhos problemas. 25. Em plena era do planejamento, persistiam, consagradas na Lei Maior, práticas que lhe anulavam os benfeitos efeitos. No entanto, o individual ganhava dimensão, enquanto minguava o prestígio do Poder. 26. Os Partidos, proporcionalmente representados nas Comissões Técnicas, não constituíam barreiras aos entendimentos individuais que, nelas, se processavam, notadamente na Comissão de Orçamento ou fora dela. Eminentíssimos cidadãos ajustavam-se e decidiam, bem intencionados, sempre, mas presos a um sistema em descompasso com a nova realidade do País. 27. E aos que se deixam perder pela saudade dos tempos idos, vale lembrar: as verbas rateadas no âmbito parlamentar, por força de influências individuais, recebiam o golpe de uma figura esdrúxula que se criou, acima da lei, ou mais precisamente contra ela, denominada: Plano de Contenção. 28. O orçamento, votado pelo Congresso, anulava-se ao impacto de um mero decreto executivo, sem a marca da inflexibilidade – é verdade – porque modificável ao sabor das influências, nem sempre inspiradas no interesse público. 29. E o desdobramento fugia ao controle do Poder Legislativo, reduzindo-se tudo ao tráfico das influências: políticos ou interessados confluíam, ao final, para o centro de decisão em busca das célebres “liberações de verbas”. 30. Se forte era a vontade dos deputados ou Senadores, no âmbito parlamentar, no modificar, em tudo, o Orçamento, bem outra era a posição do postulante humilde e súplice ante a onipotência de um Poder Executivo flexível ou plástico no liberar as verbas, como se dádivas fossem, a fluírem da fonte que, mais que a verba, oferecia ao País espetáculo onde alguns se perderam, caindo, com eles, o prestígio de uma classe. 31. Outro é o quadro dos nossos dias. A Federação ganhou expressão, assumindo a União responsabilidades maiores, mas ao Estado-membro foi dada participação mais expressiva nas rendas públicas. 32. União, Estados e Municípios, num esforço integrado de planejamento, ordenam os trabalhos e se habilitam à execução de um Plano que abranja o todo.	obras sem alcance social, sem planejamento para enfrentar os velhos problemas. 25. O prestígio individual, com base na Constituição, minguava o poder do Legislativo. 26. Os entendimentos individuais entre cidadãos e parlamentares se sobrepujavam aos partidos, em desacordo com a nova realidade do País. 27. Mas apesar dos acertos de parlamentares para ratear verbas, estes eram desmontados pelo ilegal Plano de Contenção. 28. Decreto do Executivo anulava o Orçamento votado no Congresso; e liberações eram feitas sem atender ao interesse público. 29. Fora do controle do Legislativo, políticos iam em busca da “liberação de verbas”. 30. Políticos chegaram a comprometer toda a classe, ao implorarem – e obterem – do Executivo a liberação de verbas como se fossem dádivas. 31. Atualmente, mesmo com a preponderância da União, os Estados têm maior participação nas rendas públicas. 32. União, Estados e Municípios ordenam os trabalhos em planos comuns.
--	---

33. Males que se atribuíam aos políticos deitavam raízes nas instituições superadas. E, não obstante, exceções havia. Antecipando-se às reformas revolucionárias, alguns Governadores já lutavam por dar execução a planos, interrompendo constantemente a continuidade do seu trabalho, nas andanças em busca de financiamento, ajuda ou crédito. 34. Eram atitudes isoladas, que ilustravam a mentalidade nova de políticos e administradores, que, depois, puderam saudar, na reforma do sistema tributário, sobretudo na redistribuição de rendas, o advento de uma política revolucionária fixadora de novos rumos. 35. Ao Senado da República, símbolo da igualdade dos estados-membros, cumpre o dever de contribuir para preservar essas conquistas e aperfeiçoar o sistema federativo, ajudando a controlar, na esfera de sua competência, as expansões dos créditos públicos, estaduais e municipais, e de lutar por que o fortalecimento da Nação não se traduza apenas no aumento da renda <i>per capita</i> de alguns Estados, mas na ascensão de todas as Unidades federadas. 36. E como ainda pouco é o se dar mais aos estados menores em renda, a Revolução marchou para um programa de integração nacional, que não se cinge, apenas, a ocupar uma região, até então abandonada e desconhecida, ligando-a ao restante do País, mas se empenhando em abrir perspectivas outras a um setor em descompasso com os demais, notadamente no Nordeste e Norte – a agricultura. 37. Ao lado dessas reformas auspiciosas impõe alarguemos os horizontes de nossas preocupações. Não queremos privilégios, antes os repelimos, como expressão de um passado em que as distorções atingiam, por força de inadequações técnicas, políticas e institucionais, todos os setores. 38. Um modelo de desenvolvimento global – legado de um governo aos que virão – visa a construir uma sociedade livre e aberta, sob a proteção de um Estado forte e sobranceiro aos ataques de todas as formas de violência, porque juridicamente preparado para enfrentá-las e destruí-las. 39. Controlamos a inflação, aceleramos o desenvolvimento, preocupados, todavia, com a distribuição de renda. Reformam-se os métodos de educação e o seu próprio conceito, qualificando-se os recursos humanos como fatores de desenvolvimento. O analfabetismo é combatido, numa luta de Governo e povo. A integração se estende às regiões estagnadas,	33. Os males eram mais das instituições que dos políticos: alguns governadores já executavam planos, só interrompidos pela busca de verbas federais. 34. A nova política tributária e a redistribuição de rendas foram saudadas pelos políticos de mentalidade nova. 35. Ao Senado incumbe aperfeiçoar conquistas, controlar a expansão do crédito público e lutar para que em todos os Estados haja aumento da renda <i>per capita</i>. 36. A revolução, além de destinar mais recursos aos Estados menores, liga Norte e Nordeste ao restante do País e incentiva a agricultura. 37. Estados pequenos não querem privilégios, mas o alargamento do horizonte das reformas. 38. O desenvolvimento global destina-se a construir uma sociedade livre e aberta, preparada para defender-se de ataques de todas as formas de violência. 39. Pensando na distribuição de renda, foi controlada a inflação, reformada a educação, qualificados os recursos humanos; combate-se o analfabetismo; a integração chega às regiões estagnadas e
--	---

classes sociais e setores relegados. O parque industrial se amplia através do mercado interno e as exportações ganham expressão maior, não se cingindo a produtos primários, mas também industrializados. 40. O Brasil encontra seus caminhos, que são os da paz e do aprimoramento político: “A paz não é a ausência de conflitos, mas um processo criativo e dinâmico de harmonia e desenvolvimento”. E essa palavra ressoa nos auditórios internacionais, afirmando uma presença soberana. 41. Ao ensejo da sessão comemorativa do XXV aniversário das Nações Unidas, eis a mensagem do Brasil: “A igualdade jurídica dos Estados soberanos ainda parece freqüentemente comprometida pela prática de uma política de poder, contrária aos propósitos e princípios desta Organização”. 42. O Brasil “não abdica do direito de opinar e expor seus pontos de vista em matérias suscetíveis de afetar, de maneira direta e indireta, mediata ou imediata, seus direitos e seus interesses. Está convencido do seu dever de contribuir para harmonizar as diferenças internacionais e encaminhá-las para soluções pacíficas”. 43. Estes objetivos, que não se confinam a um quadriênio, hão de ganhar a praça pública, as fábricas, os campos, as universidades, empolgando o povo para o trabalho comum. Impõe-se a mobilização geral. E esta há de ser a função dos Partidos Políticos no grande trabalho de intermediação entre o povo e o Poder. 44. Não basta que o Partido da Maioria se empolgue com os projetos que tramitam no Congresso. Muito mais é preciso fazer, sem os preconceitos regionalistas ou a visão distorcida do passado, influindo junto às fontes de elaboração dos projetos, dando contribuição à análise e ao debate, além dos subsídios de vivência dos problemas. Assim, no Congresso, os projetos serão a resultante de um trabalho comum, dos dois Poderes, harmonicamente funcionando, porque identificados com os objetivos políticos do Partido. 45. Não nos cabe disputar cargos, queremos trabalho; não aspiramos a posições pessoais, mas desejamos que o Partido tenha um programa e por ele lute, num proselitismo que alcance todas as classes e as convença da imprescindibilidade da participação de todos. 46. Sabemos difícil libertar-nos das prevenções contra as agremiações partidárias. Mas as dificuldades que se apresentem como desafios devem ser estímulo	classes sociais relegadas; a indústria se amplia; exportações são também de produtos industrializados. 40. A paz como um processo criativo de harmonia e desenvolvimento. 41. Na ONU, o Brasil protestou contra a falta de igualdade de poder entre os países. 42. O Brasil reivindica o direito de opinar no cenário internacional. 43. Os objetivos do quadriênio devem ganhar fábricas, praças, impondo mobilização pelos partidos para intermediação entre o povo e o poder. 44. O partido de maioria deve agir sem preconceitos regionalistas ou distorções do passado, congregando os dois Poderes com base em seus objetivos. 45. Sem disputar cargos ou contemplar aspirações pessoais, o partido deve ter um programa para todas as classes sociais. 46. Vencer as prevenções contra os partidos.
--	--

para a comunicação que tarda, para o entendimento que esclarece e aproxima. 47. Os caminhos estão fechados, mas a verdade há de ser ouvida. A juventude perplexa, mas sensível, muito tem a oferecer-nos se convencida de que nos empenhamos na realização de trabalho que não se nos destina, mas contempla o amanhã, que não será nosso. 48. Senhores Senadores: Vivemos, ainda, momento de excepcionalidade. Não modelamos, na plenitude, o nosso sistema político, já aperfeiçoado, como vimos – é verdade –, mas, ainda, por tomar a forma definitiva em que a segurança se concilie com a liberdade. A revolução de Março buscou, em vão, por duas vezes, o leito constitucional, e emergências surgiram, compelindo-a a valer-se de instrumentos de exceção, sem abandonar sua vocação democrática. 49. Irrealístico, se não inoportuno, voltarmos as atenções, apenas, para o estritamente político. Os fatos sociais não se isolam e condições não temos de destacar, num contexto subdesenvolvido, fórmulas políticas perfeitas. O regime democrático não deve ser privilégio de alguns e não vige, de forma estável, em país onde a maioria da população se encontra em condições subumanas. 50. A liberdade de não morrer de fome, que deve ser assegurada a todos os brasileiros, é meta que, com obstinação, perseguimos, ao lado das outras liberdades integrantes do ideal democrático que entusiasticamente professamos. 51. Não basta um ato de vontade, por mais poderosa que seja, capaz de fazer todos viverem fruindo os excelentes frutos da liberdade. O processo é penoso e não pode ser parcial, posto que de extraordinária importância. 52. A Constituição de 1967, se modificada e aperfeiçoada para reger e disciplinar nossa sociedade conturbada pela violência do fanatismo político, poderia ser o diploma ideal. 53. Muito dependerá de nós este trabalho de dar ordenamento jurídico-político à Nação. 54. Vamos cumprir nosso dever, Minoria e Maioria, na postura de dignidade que não pode desertar este Plenário. Discutindo e contrariando, com a veemência dos que crêem na pregação, a Minoria estará valorizando a Instituição, pela crítica ou pela advertência, pelo subsídio ou pela sugestão, e assim, expressando opiniões e conceitos de parcela da opinião pública, marca sua presença e comprova sua	47. Mesmo com os caminhos fechados, convencer a juventude de que trabalham para o futuro. 48. A revolução de março, embora tenha buscado se constitucionalizar, persiste como regime de exceção, mas não abandonou a vocação democrática. 49. No subdesenvolvimento, fórmulas políticas perfeitas não se destacam. Não existe democracia onde a maioria da população vive em condições subumanas. 50. A meta: brasileiros alcancem a liberdade de não morrer de fome. 51. Não basta a vontade, para todos fruirmos da liberdade. 52. A Constituição de 1967 poderia ser, se modificada para vencer o fanatismo político, a ideal. 53. Depende do Congresso o ordenamento político. 54. A minoria pode colaborar, discutindo, criticando; e se valorizar, se sintonizada com mais extensas camadas do povo.
---	--

representatividade que crescerá na medida em que sintonizar com mais extensas camadas do povo. 55. A Maioria tem deveres impostergáveis. Ligada à política governamental pelos vínculos partidários, sua palavra e sua ação hão de ser exercidas na sustentação de um programa, a depender sempre do apoio consciente e, por isso mesmo, caloroso. A ação parlamentar da Maioria traz a marca do Partido e a esse cabe fazer mais fortes os elos entre os que legislam e executam, os que planejam e os que decidem. 56. Senhores Senadores: Creio nas instituições democráticas, e por elas optou a Revolução que amanhã completa seu sétimo aniversário, fiel aos seus sustentáculos – as gloriosas Forças Armadas do Brasil. 57. E nelas creio, porque minha crença está, também, na ação altiva, honesta e respeitável dos ilustres Senadores. A incompreensão nos trará desencantos; as críticas injustas desvirtuarão o sentido dos nossos trabalhos; nossa ação pode, não raro, confinar-se a este Recinto, que – tenho certeza – será sempre austero. Que tudo nos seja adverso. Mas não nos deteremos. Nossa contribuição será dada à causa democrática, que de nós também depende, e isso basta, pois é tudo saber cumprir o dever. 58. Ao Presidente Emílio Médici, que realiza uma obra que supera as previsões dos otimistas, e a quem sou grato pela confiança sempre demonstrada em meu trabalho, a certeza de que o Senado cumprirá patrioticamente sua missão. E aos Senhores Senadores, que nos deram o voto consagrador, a palavra de quem sempre soube honrá-la: tudo de nós daremos, eu e meus eminentes companheiros de Mesa Diretora, para que o mandato que vimos de assumir seja de lutas e sacrifícios a serviço da Federação e da República. (2.735 palavras)	55. À maioria, o dever de apoiar o Executivo; o partido deve fortalecer laços entre Legislativo e Executivo. 56. A Revolução (7 anos) optou pela democracia, sustentada pelas Forças Armadas. 57. Crê na Revolução e nas Forças armadas, e nos senadores. Contribuição à causa democrática. 58. Com o Presidente Médici, o compromisso de que o Senado cumprirá sua missão. Mandato de lutas e sacrifícios a serviço da Federação e da República.
--	---

Configuração

Estrutura

Composto por 58 parágrafos, o discurso está assim organizado:

– no 1º, menciona a grande a responsabilidade; e pede forças para ser digno do cargo;

- do 2º ao 7º e no 9º, tece elogios a João Cleofas, o antecessor, e aos outros membros da Mesa Diretora;
- no 8º, afirma que dará continuidade ao trabalho do antecessor;
- no 10º, afirma que, com fidelidade ao regime, assume a Presidência do Senado;
- também no 10º, e daí até o 12º, defende os fundamentos da Federação, como fonte de harmonia e desenvolvimento;
- no 13º, afirma que é dever do Senado impedir a centralização, sanar distorções históricas, reduzir desigualdades econômico-sociais entre os Estados;
- do 14º ao 17º, denuncia as distorções sofridas na Federação, que se mantinha insensível (até Castello) às desigualdades econômicas e sociais;
- do 18º ao 23º, traça elogios às mudanças do regime militar: nova estrutura jurídica e política, com planejamento e isenção;
- do 24º ao 30º, gloria-se do fim dos orçamentos fantasiosos, que minguavam o poder do Legislativo com os planos de contenção e levavam os políticos a negociarem a liberação de verbas, fato que comprometia a dignidade da classe política;
- do 31º ao 33º, alega que, mesmo com a preponderância da União, há maior participação de Estados e Municípios nas rendas públicas;
- no 34º, saúda a nova política tributária, com sua redistribuição de renda;
- no 35º, afirma ser dever do Senado aprimorar as conquistas, controlar a expansão do crédito público e lutar para que em todos os Estados haja aumento da renda *per capita*;
- do 36º ao 38º, elogia a maior destinação de recursos aos Estados menores;
- no 39º, menciona o controle da inflação como forma de distribuição de renda; e também as políticas sociais de educação, industrialização, integração regional e aumento das exportações;
- no 40º, afirma ser paz um processo criativo de harmonia e desenvolvimento;
- do 41º ao 43º, fala da posição do Brasil no cenário mundial;
- do 44º ao 47º, menciona as tarefas do partido do governo;
- do 48º ao 52º, afirma que a revolução não abandonou a vocação democrática: que lutou pela conscientização e para os brasileiros alcançarem a liberdade de não morrer de fome;
- do 53º ao 55º, que depende do Congresso o ordenamento político: debates, maioria, minoria;
- nos 56º e 57º, declara que a revolução optou pela democracia, sustentada pelas Forças Armadas;
- no 58º, firma com o Presidente Médici o compromisso de cumprir sua (do Senado) missão, num mandato de lutas e sacrifícios a serviço da Federação e da República.

Tipificação do discurso

Um discurso eminentemente deliberativo, em que o orador tem plena consciência da própria força argumentativa perante seu(s) auditório(s). Configura bem o seu campo de aliados, assim como o de oponentes – dos quais também espera aliança. Traça um quadro institucional bastante amplo, com as ameaças que pairam sobre o País e sobre as instituições democráticas, sem deixar de remeter elogios aos que poderiam ficar ofendidos com essa leitura. Por fim, tem um propósito claro: colocar o Senado, o

Congresso e a classe política numa posição de relevo, como condição primeira para alcançar outras conquistas.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- aquele a quem me cabe suceder se chama João Cleofas (1)
- o Senador João Cleofas, político que se pode qualificar de padrão, pois nele se reúnem os atributos que devem marcar quantos se dêem e se entreguem à vida pública (2)
- [Senador João Cleofas] superou, em muito, o que dele era justo esperar-se (3)
- [Senador João Cleofas] não trabalhou como quem, apenas, emprega bem o tempo, desdobrou-se (3)
- [Senador João Cleofas] dando-se em entusiasmo, devotamento, direi, em amor, tudo que possível lhe foi e impossível a outros parecia, ao labor de bem administrar (3)
- S. Exa. se alteou ao respeito ainda maior de seus companheiros, afirmando e exaltando a Instituição a que jurou servir, com coragem, paciência, firmeza e abnegação (4)
- S. Exa. desce as escadas que o levam ao Plenário, mas sagrado está, para todo o sempre, pela estima de seus companheiros e o respeito da Nação (5)
- entre nós houve sempre identidade de posição, fraternal convivência que turbadas jamais foram pela dissensão, em velar pela Instituição a que juramos servir (8)
- graças à confiança do nosso líder Filinto Müller, por muitos meses exerci a liderança da Maioria (9)
- fiel à linha inflexível de fidelidade ao regime (10)
- [regime] cujo destino muito depende de nosso trabalho (10)
- neste recinto augusto, guardamos a Federação (10)
- sob o governo do Presidente Castello Branco e a colaboração efetiva de eminentes homens públicos (18)
- a partir de 1967, a Revolução legou ao País uma estrutura jurídica sob novas concepções políticas e sinceros e obstinados foram os propósitos de consolidá-la (19)
- nova e oportuna divisão de atribuições entre os Poderes do Estado (...): assegurar-se o comando político-administrativo, notadamente nos setores econômico e financeiro, à União, através do Executivo (19)
- ingressamos na era do planejamento que, não estrangulando a liberdade da iniciativa particular, gera deveres intransferíveis ao Poder Federal (20)
- a Constituição de 1967 transformou uma realidade que precisava ser corrigida (22)
- impondo planos plurianuais, em consonância com os quais hão de ser elaborados orçamentos e os planos regionais e municipais, eliminaram-se vícios (23)
- extintos estão, sem meios de ressurreição, os orçamentos, que expressavam uma realidade que desacreditou homens e instituições (24)
- União, Estados e Municípios, num esforço integrado de planejamento, ordenam os trabalhos e se habilitam à execução de um Plano que abranja o todo (32)
- a Revolução marchou para um programa de integração nacional, que não se cinge, apenas, a ocupar uma região, até então abandonada e desconhecida (36)
- [a revolução] se empenha em abrir perspectivas outras a um setor em descompasso com os demais, notadamente no Nordeste e Norte – a agricultura (36)
- controlamos a inflação (39)
- aceleramos o desenvolvimento, preocupados, todavia, com a distribuição de renda (39)

- reformam-se os métodos de educação e o seu próprio conceito, qualificando-se os recursos humanos como fatores de desenvolvimento (39)
- o analfabetismo é combatido, numa luta de Governo e povo (39)
- a integração se estende às regiões estagnadas, classes sociais e setores relegados (39)
- o parque industrial se amplia através do mercado interno e as exportações ganham expressão maior, não se cingindo a produtos primários, mas também industrializados (39)
- o Brasil encontra seus caminhos, que são os da paz e do aprimoramento político (40)
- a juventude perplexa, mas sensível, muito tem a oferecer-nos se convencida de que nos empenhamos na realização de trabalho que não se nos destina, mas contempla o amanhã, que não será nosso (47)
- discutindo e contrariando, com a veemência dos que crêem na pregação, a Minoria estará valorizando a Instituição (54)
- [minoria] pela crítica ou pela advertência, pelo subsídio ou pela sugestão, e assim, expressando opiniões e conceitos de parcela da opinião pública, marca sua presença e comprova sua representatividade que crescerá na medida em que sintonizar com mais extensas camadas do povo (54)
- a Maioria tem deveres impostergáveis (55)
- ao Presidente Emílio Médici, que realiza uma obra que supera as previsões dos otimistas (58)
- [Médici] a quem sou grato pela confiança sempre demonstrada em meu trabalho, a certeza de que o Senado cumprirá patrioticamente sua missão (58)

Análise

O orador demora-se bastante nos agradecimentos de seus aliados institucionais (João Cleofas, antecessor, e Filinto Müller, líder partidário). Esse longo elogio pode ter um significado muito contextual, marcado pelo agradecimento pela eleição. Seu destaque, a seguir, é para o regime com o qual se identifica.

Defende os princípios da revolução, seus líderes, o modelo constitucional de 1967, o planejamento e as novas leis orçamentárias. Mas um destaque especial vem para a noção de Federação que ele procura construir, afastando um modelo de concentração de riquezas nos estados mais desenvolvidos. E faz tal construção tecendo loas ao regime militar que (a par de todos os problemas) teria como mérito reconfigurar o quadro nacional, apontando para o fim das desigualdades regionais. Essa sua escolha de fazer convergir as “coisas boas” do regime militar para a superação de desigualdades representa um artifício argumentativo prodigioso. De onde outros argumentadores só tirariam fatos negativos (políticos, econômicos e sociais), ele consegue extrair pontos positivos.

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

- um País da nossa dimensão territorial e marcado por desigualdades sem conta (11)
- restringir a autonomia dos Estados seria diminuir-lhes a competência para gerir a coisa pública ou os meios necessários à solução de seus problemas específicos (12)

- anular a autonomia seria negar aos governos estaduais os recursos para promover o desenvolvimento regional (12)
- negar a Federação seria desconhecer a competência dos Estados-membros de se organizarem, através de Lei Fundamental (12)
- antes, a Federação, constitucionalmente instituída, perdia-se, insensível, na instabilidade de um contexto desigual (16)
- o desenvolvimento alcançava níveis auspiciosos e crescentes em algumas regiões (16)
- em outras [regiões] imperava a estagnação econômica, aviltando um quadro social aterrador e subumano (16)
- a industrialização de poucos Estados haveria de sofrer estrangulamento, pela carência de mercado, confinado aos que tinham renda e, por isso, capacidade para consumir (17)
- se o sistema ofendia a Justiça, obstava o desenvolvimento e comprometia a segurança (17)
- vicissitudes surgiram; crises foram criadas; mas princípios basilares [da revolução] permaneceram intocados, não obstante a edição do ato Institucional nº 5 (18)
- antes, a Federação era nominal, formal, mas desfigurada por fatores tão graves quanto contristadores (21)
- em plena era do planejamento, persistiam, consagradas na Lei Maior, práticas que lhe anulavam os benfazejos efeitos (25)
- os Partidos, proporcionalmente representados nas Comissões Técnicas, não constituíam barreiras aos entendimentos individuais (26)
- eminentes cidadãos ajustavam-se e decidiam, bem intencionados, sempre, mas presos a um sistema em descompasso com a nova realidade do País (26)
- as verbas rateadas no âmbito parlamentar, por força de influências individuais, recebiam o golpe de uma figura esdrúxula: Plano de Contenção (27)
- o orçamento, votado pelo Congresso, anulava-se ao impacto de um mero decreto executivo (28)
- reduzindo-se tudo ao tráfico das influências: políticos ou interessados confluíam, ao final, para o centro de decisão em busca das célebres “liberações de verbas” (29)
- forte era a vontade dos deputados ou Senadores, no âmbito parlamentar, no modificar, em tudo, o Orçamento (30)
- posição do postulante humilde e súplice ante a onipotência de um Poder Executivo flexível ou plástico no liberar as verbas (30)
- oferecia ao País espetáculo onde alguns se perderam, caindo, com eles, o prestígio de uma classe (30)
- sabemos difícil libertar-nos das prevenções contra as agremiações partidárias (46)
- as dificuldades que se apresentem como desafios devem ser estímulo para a comunicação que tarda, para o entendimento que esclarece e aproxima (46)
- os caminhos estão fechados, mas a verdade há de ser ouvida (47)
- vivemos, ainda, momento de excepcionalidade (48)
- não modelamos, na plenitude, o nosso sistema político, já aperfeiçoado, como vimos – é verdade – mas, ainda, por tomar a forma definitiva em que a segurança se concilie com a liberdade (48)
- a revolução de Março buscou, em vão, por duas vezes, o leito constitucional, e emergências surgiram, compelindo-a a valer-se de instrumentos de exceção, sem abandonar sua vocação democrática (48)
- a Constituição de 1967, se modificada e aperfeiçoada para reger e disciplinar nossa sociedade conturbada pela violência do fanatismo político, poderia ser o diploma ideal (52)
- a incompreensão nos trará desencantos (57)

- as críticas injustas desvirtuarão o sentido dos nossos trabalhos (57)
- nossa ação pode, não raro, confinar-se a este Recinto, que – tenho certeza – será sempre austero (57)

Análise

Na leitura do cenário, volta a carregar nos aspectos danosos de uma Federação nominal, que existiria antes do regime de 1964; e a apontar como benefícios as leis de planejamento e orçamentação. Excelente estratégia argumentativa, para o contexto.

III. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- não lhe queremos [da Federação] desfigurados os fundamentos (11)
- [fundamentos] que devem ser fortalecidos, não pela identificação com fórmulas ou modelos transplantados, mas pela adequação às características brasileiras (11)
- [Constituição de 1967] não pela simples mudança de homens (...) mas por normas maiores que minimizaram a influência individual ou regional, de grupos ou facções, no processo de crescimento nacional (22)
- não queremos privilégios, antes os repelimos, como expressão de um passado em que as distorções atingiam (37)
- “A paz não é a ausência de conflitos, mas um processo criativo e dinâmico de harmonia e desenvolvimento” (40)
- o Brasil “não abdica do direito de opinar e expor seus pontos de vista em matérias suscetíveis de afetar(...) seus direitos e seus interesses.”
- não basta que o Partido da Maioria se empolgue com os projetos que tramitam no Congresso (44)
- não nos cabe disputar cargos, queremos trabalho (45)
- não aspiramos a posições pessoais, mas desejamos que o Partido tenha um programa e por ele lute (...) (45)
- irrealístico, se não inoportuno, voltarmos as atenções, apenas, para o estritamente político (49)
- os fatos sociais não se isolam e condições não temos de destacar, num contexto subdesenvolvido, fórmulas políticas perfeitas (49)
- o regime democrático não deve ser privilégio de alguns e não vige, de forma estável, em país onde a maioria da população se encontra em condições subumanas (49)
- não basta um ato de vontade, por mais poderosa que seja, capaz de fazer todos viverem fruindo os excelentes frutos da liberdade (51)

b) Afirmativas enfáticas

- somente bem definido nosso sistema federativo (...) é que daremos à economia a direção social, sem a qual o crescimento será razão de luta e não o desejado fator de paz (14)
- um modelo de desenvolvimento global – legado de um governo aos que virão – visa a construir uma sociedade livre e aberta (38)

- [modelo] sob a proteção de um Estado forte e sobranceiro aos ataques de todas as formas de violência, porque juridicamente preparado para enfrentá-las e destruí-las (38)
- “A igualdade jurídica dos Estados soberanos ainda parece freqüentemente comprometida pela prática de uma política de poder, contrária aos propósitos e princípios desta Organização” [ONU] (41)
- o Brasil “está convencido do seu dever de contribuir para harmonizar as diferenças internacionais e encaminhá-las para soluções pacíficas” (42)
- a liberdade de não morrer de fome, que deve ser assegurada a todos os brasileiros, é meta que, com obstinação, perseguimos, ao lado das outras liberdades integrantes do ideal democrático que entusiasticamente professamos (50)
- o processo [para alcançar a liberdade] é penoso e não pode ser parcial, posto que de extraordinária importância (51)
- creio nas instituições democráticas, e por elas optou a Revolução que amanhã completa seu sétimo aniversário, fiel aos seus sustentáculos – as gloriosas Forças Armadas do Brasil. (56)
- e nelas [Forças Armadas] creio, porque minha crença está, também, na ação ativa, honesta e respeitável dos ilustres Senadores (57)

Avaliação

Nos valores, veremos reafirmado o compromisso do orador com o regime militar, até mesmo desprezando a “liberdade” se, antes de se alcançar esta, não se tiver acabado com a fome.

IV. Identidade do orador

- esta investidura, por si alta, cresce mais ante minha desvalia (1)
- a inarredável vontade de honrá-la [a investidura] há de operar o milagre de multiplicar, em mim, as forças para dela ser digno (1)
- circunstância especial faz crescer-me a responsabilidade (1)
- apesar de em mim falecerem as virtudes que o distinguem e engrandecem, não me faltarão, todavia, a força, a determinação e o espírito público para continuar o trabalho aqui desenvolvido neste período que se encerra (8)

Avaliação

O orador é bastante modesto na auto-configuração, o que pode se revelar uma excelente estratégia argumentativa.

V. Proposições e conclamações

- Federação, para que se torne, pelas reformas, a expressão de uma realidade fundada na Justiça (10)
- preservemos a linha de descentralização indispensável a um País da nossa dimensão territorial e marcado por desigualdades sem conta (11)
- constitui nosso dever impedir que assim [centralização] seja (13)
- provendo a União dos meios de proteger, contra as distorções cristalizadas ao longo do nosso processo histórico, a Federação (13)

- [Federação] que será forte na medida em que diminuir as distâncias econômico-sociais entre suas unidades (13)
- estaremos a fixar diretrizes [para a Federação] longe das crises e dos sobressaltos (15)
- todos integrados no mesmo processo de equilíbrio (15)
- este o sistema federativo por que lutamos (15)
- ao Senado da República, símbolo da igualdade dos estados-membros, cumpre o dever de contribuir para preservar essas conquistas e aperfeiçoar o sistema federativo (35)
- [Senado] ajudando a controlar, na esfera de sua competência, as expansões dos créditos públicos, estaduais e municipais (35)
- [Senado]: lutar por que o fortalecimento da Nação não se traduza apenas no aumento da renda *per capita* de alguns Estados, mas na ascensão de todas as Unidades federadas (35)
- ao lado dessas reformas auspiciosas impõe alarguemos os horizontes de nossas preocupações (37)
- estes objetivos [paz e justiça no conjunto dos países da ONU] hão de ganhar a praça pública, as fábricas, os campos, as universidades, empolgando o povo para o trabalho comum (43)
- impõe-se a mobilização geral (43)
- esta [mobilização] há de ser a função dos Partidos políticos no grande trabalho de intermediação entre o povo e o Poder (43)
- muito mais é preciso fazer [que o partido se empolgar], sem os preconceitos regionalistas ou a visão distorcida do passado (44)
- influenciando junto às fontes de elaboração dos projetos (44)
- dando contribuição à análise e ao debate
- no Congresso, os projetos serão a resultante de um trabalho comum, dos dois Poderes, harmonicamente funcionando, porque identificados com os objetivos políticos do Partido (44)
- partido tenha um programa e por ele lute, num proselitismo que alcance todas as classes e as convença da imprescindibilidade da participação de todos. (45)
- vamos cumprir nosso dever, Minoria e Maioria, na postura de dignidade que não pode desertar este Plenário (54)
- ligada à política governamental pelos vínculos partidários, sua [da Maioria] palavra e sua ação hão de ser exercidas na sustentação de um programa, a depender sempre do apoio consciente e, por isso mesmo, caloroso (55)
- a ação parlamentar da Maioria traz a marca do Partido e a esse cabe fazer mais fortes os elos entre os que legislam e executam, os que planejam e os que decidem (55)
- que tudo nos seja adverso; mas não nos deteremos (57)
- nossa contribuição será dada à causa democrática, que de nós também depende, e isso basta, pois é tudo saber cumprir o dever (57)
- tudo de nós daremos, eu e meus eminentes companheiros de Mesa Diretora, para que o mandato que vimos de assumir seja de lutas e sacrifícios a serviço da Federação e da República (58)

Análise

Nas proposições, a busca do acordo: mobilização das forças políticas para reforçar o que considera como conquistas do regime militar (planejamento, leis

orçamentárias), tudo em nome da Federação, pois julga que o grande problema a enfrentar é a concentração da riqueza em alguns Estados.

Radiografia

Este discurso de reveste de características especiais, no conjunto, por lançar mão de recursos sutis da argumentação. Embora o orador esteja revestido no papel de poder (Presidente do Senado), com apoio da maioria da Casa e do Executivo, não faz o discurso da euforia, nem tampouco parece satisfeito com o “acordo” ou consenso então estabelecido. Ele, então, se desdobra no anúncio de problemas políticos, jurídicos e econômicos, numa tentativa de “mudar o rumo” desse próprio consenso estabelecido.

Relembremos que todo discurso se insere num “diálogo”, no qual explícita ou implicitamente uma fala menciona as outras, com elas concordando, discordando, valorizando, refutando, e assim por diante. Desse ponto de vista, o discurso de posse de Petronio Portella é riquíssimo. Ainda mais porque ele se insere num “consenso” (ainda que seja aquele imposto pela força), com o qual não pode apresentar divergências. O que faz, então? “Agarra-se” a valores não negados pelo regime de exceção. “Democracia” seria, ainda, um valor. Portanto, dele se vale para todo o seu discurso, que se orienta para modificar os rumos do regime de que participa e ao qual tece loas.

Mas, ao mesmo tempo, na condição de político, dele se espera que valorize a ação política, ou seja, que negue um regime de exceção que é, ele sim, a própria negação da política. Mas o orador declara que seria *irrealístico, se não inoportuno, voltarmos as atenções, apenas, para o estritamente político* (49)

Entre os valores da política estariam a “liberdade”. O que faz o orador, então, sabendo que dele é cobrada essa posição? Reposiciona, reenquadra a liberdade. De que modo? Relativizando-a, colocando-a abaixo de outro valor maior, que seria a própria distribuição de renda. A essa reivindicação de liberdade ele responde que *os fatos sociais não se isolam e condições não temos de destacar, num contexto subdesenvolvido, fórmulas políticas perfeitas* (49). Chama a atenção nesse trecho o hipérbato, ou seja, a separação da ordem natural das palavras ou orações.

Ainda contra a reivindicação de liberdade ele alega: *o regime democrático não deve ser privilégio de alguns e não vige, de forma estável, em país onde a maioria da população se encontra em condições subumanas* (49). E como mote final ele decreta: *A liberdade de não morrer de fome, que deve ser assegurada a todos os brasileiros, é meta que, com obstinação, perseguimos, ao lado das outras liberdades integrantes do ideal democrático que entusiasticamente professamos* (50).

Este é, pois, um discurso deliberativo, em que a seleção dos auditórios ocorre principalmente pelo modo como trata dos temas “em diálogo” na política de então.

Filinto Müller (ARENA – MT)

29 de fevereiro de 1973

44ª Legislatura

Resumo

Agradece a eleição, pois o apreço dos pares o envaidece e emociona. Em seus 50 anos de vida pública, pela firmeza nos compromissos, sofreu incompreensões; mas essa eleição representa compensação moral. Exercerá a Presidência como uma magistratura, com imparcialidade. A responsabilidade aumenta por suceder Petronio Portella, que aparelhou o Senado para o cumprimento das atribuições e pautou seu mandato pela dignidade. Compromete-se a dar continuidade ao trabalho, para manter alto o conceito do Congresso Nacional.

Inspirado nos princípios da Revolução de 1964, espera honrar e elevar a missão do Congresso Nacional. O Brasil se desenvolve pelos esforços do governo: Médici estende benefícios a grande número de brasileiros, fazendo justiça ao distribuir os frutos desse desenvolvimento. A Nação sente a necessidade de continuar essa obra. É preciso consolidar os princípios da Revolução, sem surpresas ou desvios ao interesse coletivo. Aos políticos, cabe fazer o ordenamento jurídico, para fortalecer o Legislativo.

Para presidir o Senado, contará com a colaboração competente dos funcionários e também com a cooperação da imprensa. Pede o apoio dos senadores, com observações, críticas, conselhos, solidariedade.

Discurso

1. Srs. Senadores: Agradeço, imensamente penhorado, a alta honra que Vossas Excelências me conferem, neste instante, ao me elegerem para a Presidência do Senado Federal. 2. Esta demonstração de apreço e de confiança, ao mesmo passo me eleva, envaidece e emociona. 3. O exercício da Presidência do Senado representa para o político a culminação da vida pública. Para mim, particularmente, que venho atuando em política há mais de meio século, e atuando com intensidade, ocupando posições bem definidas, assumindo atitudes claras inspiradas na minha concepção de dever e nos meus sentimentos de patriotismo, pagando pesado tributo – comum, aliás, a todos os políticos – às incompreensões e às injustiças, sem jamais alterar convicções amadurecidamente, honestamente estabelecidas, sempre fiel a mim mesmo. Para mim, Eminentíssimos Srs. Senadores,	1. Agradece, honrado, a eleição. 2. O apreço dos pares envaidece e emociona. 3. Em seus 50 anos de vida pública, pela firmeza nos compromissos, sofreu incompreensões; mas essa eleição representa compensação moral. Exercerá a Presidência como uma magistratura, com imparcialidade.
--	--

esta eleição tem o sentido incentivador e altamente confortador de inestimável compensação moral! Daí a gratidão e a emoção com que a recebo e o compromisso, que solenemente proclamo, de exercer esta Presidência como uma magistratura, com a dignidade correspondente às tradições do Senado e com a lealdade que devo à confiança dos ilustres Pares. 4. Tenho, Srs. Senadores, nítida consciência das responsabilidades de que me estou investindo, maiores, talvez, do que normalmente ocorre, porque venho, hoje, substituir uma das mais altas expressões da vida pública brasileira, o eminente Senador Petronio Portella (<i>palmas prolongadas</i>) cuja passagem por esta Presidência está indelevelmente assinalada pelo seu trabalho dedicado e incessante – levado, muitas vezes, até o excesso – visando a aparelhar o Senado, sob todos os aspectos, para o perfeito cumprimento de suas atribuições. Mas assinalada também, e muito especialmente, pela exemplar dignidade com que sua Excelência sempre pautou sua conduta na direção desta Casa do Parlamento. 5. Por ser de justiça estendo estes conceitos – e estou certo de assim interpretar o sentimento geral do Senado – a todos os demais integrantes da Mesa que hoje finda o seu mandato, os quais colaboraram com eficiência e inexcusável dedicação e espírito público, para o êxito da administração e também das iniciativas, aqui, acertadas e corajosamente tomadas. 6. Tenho, repito, perfeita noção das minhas novas responsabilidades e procurarei dar-lhes fiel desempenho conservando o mesmo ritmo de trabalho e a mesma dignidade dos meus antecessores, tudo dando do que em mim estiver, com dedicação e lealdade, para manter bem alto o conceito do Congresso Nacional, de que o Senado se honra em ser parte integrante. 7. Considero da maior importância este aspecto da minha e da nossa missão: honrar e elevar pela nossa atuação o Poder Legislativo. Estamos vivendo uma época de intensa renovação inspirada nos patrióticos princípios da Revolução de 1964. 8. O Brasil cresce e desenvolve-se em todos os setores sob os aplausos do povo brasileiro e admiração internacional. O Governo capaz, extremamente dinâmico, austero e respeitável, do Presidente Médici promove o desenvolvimento nacional ao mesmo tempo em que amplia sua intervenção no campo social de forma a levar a números cada vez maiores de brasileiros, em todos os	4. A responsabilidade aumenta por suceder Petronio Portella, que aparelhou o Senado para o cumprimento das atribuições e pautou seu mandato pela dignidade. 5. Os demais integrantes da Mesa também se portaram dignamente e ajudaram a aparelhar o Senado. 6. Compromete-se a dar continuidade ao trabalho, para manter alto o conceito do Congresso Nacional. 7. Inspirado nos princípios da Revolução de 1964, honrar e elevar a missão do Congresso Nacional. 8. O Brasil se desenvolve pelos esforços do governo. Médici estende benefícios a grande número de brasileiros, fazendo justiça ao distribuir os frutos desse desenvolvimento. A Nação sente a necessidade de
--	---

recantos da Pátria, os benefícios das conquistas econômicas. Direi com mais propriedade: a justiça na participação nos frutos do desenvolvimento a que todos têm direito. A Nação, vigilante e cheia de confiança, sente que é indispensável garantir a continuidade da obra que se vem realizando e da orientação que a impulsiona. Para tanto impõe-se consolidar nossas instituições, sob a inspiração dos princípios da Revolução, em consonância com os novos tempos em que vivemos e que vive o mundo, com realismo bem fiel às nossas peculiaridades e dentro de uma concepção social de vida que corresponda aos anseios do nosso povo e que, por isso mesmo, não pode estar sujeita a surpresas ou a desvios contrários ao interesse coletivo. 9. Esta consolidação só pode ser feita através de ordenamento jurídico, que é obra política. Aos políticos cabe, portanto, realizá-la. Eis aí, Srs. Senadores, a meu ver, a mais importante dentre as tarefas múltiplas que nos caberá realizar no ano legislativo que estamos iniciando. É ela difícil, mas apaixonante, e vale como desafio à nossa inteligência e ao nosso patriotismo. Com o equilíbrio, a serenidade, a firmeza, a alta capacidade e o elevado espírito público que constituem características de atuação dos Senhores Senadores, saberemos levá-las a bom termo, notadamente aquela que acabo de destacar como a de maior relevância no campo político-institucional. Assim agindo, honraremos o Poder Legislativo, fortaleceremos sua autoridade e continuaremos merecendo o respeito do povo. 10. Srs. Senadores: Ao finalizar estas palavras desejo acentuar minha certeza de que, para dar cumprimento à missão que vossas Excelências me confiaram, contarei, em todos os momentos, com a colaboração dedicada e valiosa dos competentes funcionários da Casa. De igual modo sei que não me faltará a cooperação constante e inteligente da brilhante representação da imprensa, do rádio e da televisão que, com liberdade, independência e com exemplar honestidade, acompanha e dá repercussão aos nossos trabalhos. 11. Mas encareço, sobretudo, a imprescindível e insubstituível colaboração dos Eminentíssimos Pares. Considero-a fundamental para o bom desempenho de minhas funções. A observação oportuna, a crítica desapassionada e construtiva, o conselho amigo, a solidariedade permanente de Vossas Excelências não de	continuar essa obra. É preciso consolidar os princípios da Revolução, sem surpresas ou desvios ao interesse coletivo. 9. Aos políticos, cabe fazer o ordenamento jurídico, para fortalecer o Legislativo. 10. Para presidir o Senado, contará com a colaboração competente dos funcionários e também com a cooperação da imprensa. 11. Pede o apoio dos senadores, com observações, críticas, conselhos, solidariedade. 12. Assume a Presidência para
--	--

constituir a força, o sustentáculo de minha atuação. 12. Com a certeza de que contarei com esse honroso apoio, assumo esta Presidência inspirado no supremo ideal de bem servir ao Senado e ao Brasil. <i>(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas)</i> (873 palavras)	servir ao Senado e ao Brasil.
---	--------------------------------------

Radiografia

Este é mais um discurso *de propaganda* que *deliberativo*. O orador entusiasma-se muito mais com o sucesso dele próprio e do governo (do Presidente Médici, em particular) com o qual se identifica do que com uma agenda própria do Legislativo. Por sinal, essa agenda (ordenamento jurídico da Nação) só ganha significado se amparada nos princípios da Revolução de 1964 e para a esta dar consistência.

De seu auditório, portanto, faz um recorte para privilegiar os que pensam como ele. Desse ponto de vista, portanto, não haveria necessidade de argumentar sobre os problemas existentes, a fim de convencer seus pares. Para o orador, não existem problemas; portanto não necessita convencer a ninguém.

Paulo Torres (ARENA – RJ)

6 de agosto de 1973

44ª Legislatura³⁷

Resumo

Agradece a confiança dos colegas e faz breve retrospectiva de sua vida: sendo irmão de dois políticos, mas da carreira militar, jamais pensara em ser parlamentar, até ser eleito Senador. Em 31 de março de 1964, seu amigo Castello Branco lhe confiou a chefia do Estado-Maior do I Exército. Logo depois, indicado por Castello para a eleição de deputado estadual, foi logo depois eleito – por unanimidade – governador. Não encontra palavras para se expressar, diante do novo cargo para o qual foi eleito. Conta com a inteligência dos colegas para dirigir a Casa.

Tudo fará para merecer a confiança dos senadores e honrar a atuação dos antecessores. Congratula-se com seus colegas da Revolução de 1964: Magalhães Pinto e o – então – recém-falecido Filinto Müller. A Revolução a todos protege, porque deseja um Brasil forte e respeitável. Filinto Müller dirigia o Congresso Nacional e a ARENA. Agora, Paulo Torres dirige Congresso, e Petronio Portella preside o maior partido que o Brasil já teve. Tudo fará para não desmerecer a Presidência do Senado e do Congresso, que elegerá Geisel, por indicação da ARENA. Agradece a Médici, o qual pode confiar cegamente no orador. Agradece a união de ARENA e MDB para elegê-lo.

Compromete-se a ser um juiz. Agradece as críticas desapassionadas, as observações justas e o conselho amigo. Agradece a crítica da imprensa, que deseja a grandeza da Pátria. Conta com a colaboração brilhante dos funcionários. Fará das fraquezas forças para servir ao Legislativo e ao Brasil.

Discurso

1. Srs. Senadores: Antes e acima de tudo, agradeço a confiança que V. Exas. acabam de depositar no humilde colega, elevando-o a esta alta cadeira. 2. Quando fui eleito, há alguns meses, 1º Vice-Presidente desta Casa, disse a V. Exas. que, muito embora, como brasileiro, acompanhasse a vida pública do meu País, e tendo dois irmãos em Partidos diversos – o Sr. Acúrcio Tôrres, pertencente ao PSD, e, durante quatro anos, líder do grande Presidente Eurico Gaspar Dutra; e o Sr. Alberto Tôrres, o caçula, integrando os valorosos quadros da UDN –, mas, soldado, vivendo	1. Agradece a confiança dos colegas. 2. Sendo irmão de dois políticos, mas da carreira militar, jamais pensara em ser parlamentar.
--	--

³⁷ Com o falecimento do Senador Filinto Müller, em 11 de julho de 1973, ficou vaga a presidência. Para ela foi eleito o Senador Paulo Torres (Passos, 1991, p. 103).

dentro e fora da Pátria, na missão precípua de militar, jamais passara por minha cabeça a idéia de que algum dia tivesse a honra de integrar o Legislativo municipal, estadual ou federal. 3. Amigo, na paz e na guerra, do inolvidável Presidente Humberto de Alencar Castello Branco (<i>palmas</i>), Sua Excelência me confiara, no dia 31 de março de 1964, a chefia do Estado-Maior do I Exército que, como V. Exas. sabem, compreende os Estados da Guanabara, Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. 4. Indicava Sua Excelência, depois, o meu humilde nome ao sufrágio dos deputados estaduais do meu Estado. Eleito Governador³⁸, governei a velha e gloriosa Província, não digo com inteligência mas com o coração, unindo todos os representantes dos 13 Partidos que lá existiam. Neste plenário se encontram alguns que hoje honram os seus mandatos na Câmara dos Deputados e, àquela época, os honravam na Assembléia Legislativa do meu Estado. 5. Fui eleito por unanimidade. Hoje, andei bem, Srs. Senadores, não confiando ao papel as palavras que aqui deveria dizer. É que me encontro naquela posição – muito embora a diferença seja do dia para a noite – em que se encontrava o genial Rui Barbosa que, ao chegar à gloriosa Bahia, berço de gênios, exclamava: “Diante disto, depois disto, como principiar?” 6. A eleição que se acaba de ferir, conferindo-me, por unanimidade, este mandato, muito me sensibiliza e coloca sobre os ombros um peso muito grande, que, estou certo, o conduzirei bem porque conto com a inteligência dos eminentes colegas. 7. Não poderia imaginar, Srs. Senadores, em 2 de fevereiro de 1967, quando comparecia a esta Mesa e prestava compromisso diante do grande Presidente que esta Casa teve, o Senador Auro de Moura Andrade (<i>palmas</i>), que tempos depois, pelo voto de meus Pares, eu iria ocupá-la. 8. Tudo farei para não desmerecer a confiança de V. Exas. e da cadeira que ocupo, por onde passaram, depois que aqui cheguei, Auro de Moura Andrade, o grande Gilberto Marinho, alma boa e dadivosa (<i>palmas</i>), João Cleofas, este homem extraordinário que Pernambuco deu ao Brasil e que me trouxe para a 3ª Secretaria do Senado Federal (<i>palmas</i>). E S. Exa. Passou esta cadeira a um jovem em idade, mas já maduro nas lides políticas, homem inteligente, culto,	3. Em 31 de março de 1964, seu amigo Castello Branco lhe confiou a chefia do Estado-Maior do I Exército. 4. Indicado por Castello para a eleição de deputado estadual, foi logo depois eleito – por unanimidade – governador. 5. Não encontra palavras para se expressar diante do novo cargo para o qual foi eleito. 6. Conta com a inteligência dos colegas para dirigir a Casa. 7. Não poderia, na posse, ter imaginado que viria a ser eleito Presidente do Senado. 8. Tudo fará para merecer a confiança dos senadores e honrar a atuação dos antecessores.
--	--

³⁸ O Marechal Paulo Torres governou o Rio de Janeiro de 4 de maio de 1964 a 12 de agosto de 1966.

bravo e patriota, que vem prestando inextinguíveis serviços à Revolução – e eu não sou suspeito para dizer, porque nela não entrei no dia 31 de março, e sim alguns anos antes – o Senador Petronio Portella. (<i>Palmas</i>) 9. Quando falo em Revolução, Srs. Senadores, conforta-me também saber que hoje sufragou meu nome – o voto foi secreto, mas o resultado, unânime – este homem extraordinário que aí está, chefe civil da Revolução, que tudo arriscou pelo bem da nossa Pátria, que é o Senador Magalhães Pinto (<i>Palmas</i>). E venho substituir a quem, Srs. Senadores? Venho substituir um dos maiores políticos de todos os tempos, aquele que enfiava em suas mãos uma soma extraordinária de poderes. Em nome do Congresso Nacional, diante do seu esquife, eu afirmava que o sonho dele, e o meu, porque ambos em 22 empunhamos nossas armas, tinha sido realizado através da Revolução de março de 1964, desta árvore frondosa que abriga a todos, a todos protege, a todos incentiva porque o que ela deseja é um Brasil cada vez mais forte, mais digno, mais respeitável. 10. Filinto Müller tinha em suas mãos poderosa dupla responsabilidade: era Presidente da Aliança Renovadora Nacional, o maior Partido que já existiu em nossa Pátria, e Presidente do Congresso Nacional. Houve por bem o Governo dividir essa dupla responsabilidade e entregou a direção do Partido a este jovem e talentoso Senador que é o Senador Petronio Portella que, felizmente para nós, vem continuando a sua obra e já conseguiu, com a sua habilidade, com o seu talento e a sua cultura, a pacificação da Mesa da Assembléia Legislativa do glorioso estado de Pernambuco. E a Presidência desta Casa, V. Exas. acabam de me conferir. 11. Tudo farei para não desmerecê-la. 12. A Presidência desta Casa muito se elevará com a situação singular de presidir o colégio eleitoral que elegerá os futuros Presidente e Vice-Presidente da República e o nosso Partido homologará, em setembro próximo, nome de dois outros militares que honram esta Pátria pelo talento, pela cultura e pela probidade: os Generais Ernesto Geisel e Adalberto Pereira dos Santos. (<i>Palmas prolongadas</i>) 13. Agradeço, profundamente penhorado, a honrosa e desvanecedora confiança que me acaba de ser conferida pelo Excelentíssimo Senhor Presidente Emílio Garrastazu Médici, que não vem medindo sacrifícios para servir ao Brasil. Dele se pode dizer, em verdade, que em 4 anos realizou o que seriam necessárias algumas décadas. Pode Sua Excelência confiar cegamente no cidadão que, hoje, por unanimidade,	9. Congratula-se com seus colegas da Revolução de 1964: Magalhães Pinto e o – então – recém-falecido Filinto Müller. A Revolução a todos protege, porque deseja um Brasil forte e respeitável. 10. Filinto Müller dirigia o Congresso Nacional e a ARENA. Agora, Paulo Torres dirige o Congresso e Petronio Portella preside o maior partido que o Brasil já teve. 11, 12. Tudo fará para não desmerecer a Presidência do Senado e do Congresso, que elegerá Geisel, por indicação da ARENA. 13. Agradece a Médici, o qual pode confiar cegamente em Paulo Torres.
---	--

ocupa com humildade, esta cadeira. 14. A Revolução de 31 de março tirou o Brasil do caos, arrancou-o da insolvência. 15. E para terminar, Srs. Senadores, eu não poderia deixar de, na hora em que sou eleito Presidente desta Casa, ressaltar que, neste pleito, não houve ARENA nem MDB; ambos se irmanaram. Agradeço aos valorosos integrantes da Oposição o voto que me conferiram (<i>Palmas</i>). Saberei, Sr. Senador Nelson Carneiro e Srs. Senadores do MDB, ser aqui um verdadeiro juiz. Creio que já o fui nestes quatro meses em que, substituindo o saudoso Presidente falecido, agi sempre com equilíbrio, dando a César o que é de César. Os votos que V. Exas. me outorgaram tocaram-me profundamente o coração. 16. Srs. Senadores, para que possa bem me desincumbir da difícil missão que V. Exas. acabam de me confiar, recebo com imensa honra, e agradeço antecipadamente, as críticas desapasionadas, as observações justas e o conselho amigo dos meus Pares. Agradeço também a crítica da Imprensa valorosa, desta Imprensa digna, ativa e independente de minha terra. Que ela me critique, que ela guie meus passos, porque, talvez, da boa crítica, eu possa, se algum erro praticar, emendá-lo. 17. Confio na Imprensa, constituída de homens honrados e competentes, que querem, como nós, a grandeza desta Pátria. 18. Quanto aos Srs. Funcionários, para os quais eu não sou um estranho, porque aqui estou há seis anos e, por duas vezes, ocupei a Comissão Diretora, conto com a colaboração sincera, brilhante e erudita. A plêiade de servidores que o Senado tem não honra somente esta Casa, honra sobremodo o Brasil. Juntos, estou convencido, trabalharemos pela grandeza de nossa Pátria. 19. E assim pensando, e procedendo, Srs. Senadores, procurarei fazer, de minhas fraquezas, forças, para, do alto desta cadeira, servir devotadamente ao Poder Legislativo e, por conseguinte, ao Brasil. 20. Srs. Senadores, muito obrigado! (<i>Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas</i>) (1.183 palavras)	14. A Revolução tirou o Brasil do caos. 15. Agradece a união de ARENA e MDB para elegê-lo. Compromete-se a ser um juiz. 16. Agradece as críticas desapasionadas, as observações justas e o conselho amigo. Agradece a crítica da imprensa. 17. Confia na Imprensa, que deseja a grandeza da Pátria. 18. Conta com a colaboração brilhante dos funcionários. 19. Fará das fraquezas forças para servir o Legislativo e o Brasil. 20. Agradecimento final.
---	---

Esse é um discurso do tipo epidíctico, isto é, de louvação, em que os elogios recaem, respectivamente, sobre o próprio orador, seus partidários, seus colegas de Senado e o Presidente da República.

A circunstância é de confirmação de sua figura como Presidente do Senado. Eleito 1º Vice-Presidente juntamente com Filinto Müller, já conduzia a Casa por quatro meses, em função da ausência do titular, que veio a falecer e, assim, dar lugar a uma nova eleição. Talvez por tal contexto se justifique um discurso desse tipo, e não um deliberativo.

Magalhães Pinto (Arena – MG)

1º de fevereiro de 1975

45ª Legislatura

Resumo

Agradece a honra de haver sido eleito. Austeridade, eficiência e soberania são desejo da Maioria e da Minoria, expresso na eleição. Em dois momentos lutou pelas franquias democráticas: em 1945 e em 1964. Uma vez conquistada a ordem econômica desejada, pode-se fazê-la chegar a camadas amplas do povo.

O crescimento econômico, agora, reclama desenvolvimento político, para a estabilidade social e o progresso cultural. Geisel compreendeu que, para superar as tensões geradas pela economia, é necessária a evolução política: maior representação popular e federativa nas decisões governamentais. Há clima de liberdade, com aceitação das eleições de 15 de novembro de 1974.

O político humaniza o Estado, dando à sua força o caráter de poder consentido. Por isso, agora são convocados para recompor as instituições civis. O diálogo é seu instrumento de trabalho e seu compromisso é com a construção de uma sociedade nova e aberta, fundada nos ideais de 1964. O exemplo da política externa (troca da hostilidade pelo diálogo) deve ser empregado no País: dignidade, paz, serenidade; evitar que os problemas se formem.

Discurso

1. Senhores Senadores: Minhas Senhoras, Meus Senhores: Agradeço, sensibilizado, a honra de ter sido escolhido Presidente do Senado da República, cargo que recebo das mãos do eminente Senador Antônio Carlos Konder Reis, Governador eleito de Santa Catarina, cujas palavras de saudação constituem um julgamento que muito me desvanece. Rendo minha homenagem, nesta oportunidade, ao ilustre amigo, Senador Paulo Torres, que exerceu com dedicação a Presidência nestes dois últimos anos. 2. Srs. Senadores, Presidir o Senado, com o proposto de assegurar a austeridade, a eficiência e a soberania do Legislativo, é identificar-se com a própria Instituição, participando de uma tarefa comum, na qual não se distinguem os que integram a Maioria e os que se engrandecem na Minoria. Este o entendimento que faço da expressiva votação que acaba de ser proferida. Para esta missão estarão sempre voltados meus pensamentos, como voltados estão para as tradições desta Casa, que, com a ajuda de Deus, espero resguardar e honrar.	1. Agradece a honra de haver sido eleito. 2. Austeridade, eficiência e soberania são o desejo da Maioria e da Minoria, expresso na eleição.
--	---

3. Iniciei a minha vida pública, em Minas Gerais, ao lado de eminentes contrerrôneos, reclamando o retorno do País à vigência das franquias democráticas. Foi ainda sob idêntica inspiração que participei, como Governador do meu Estado, da vanguarda civil da Revolução de 1964, deflagrada precisamente para salvar aqueles valores e preservar a Nação do caos. Desde então, as estruturas produtivas do País vêm sendo dinamizadas e modernizadas. A riqueza nacional desenvolveu-se em ritmo acelerado. Conquistamos uma ordem econômica que ainda precisa chegar às amplas e profundas camadas do povo, mas já oferece a base indispensável à realização deste objetivo. 4. Só agora esse processo de modernização econômica começa a encontrar correspondência na área política, sem embargo de eventuais esforços anteriores visando à descompressão. Hoje, ao lado dos impulsos populares, é o próprio estágio de crescimento econômico que reclama o indispensável desenvolvimento político, gerador de estabilidade social e de progresso cultural. A busca desse modelo emerge, portanto, objetivamente, da necessidade de dar suporte e segurança a uma expansão econômica e social continuada. 5. Com perfeita lucidez e agudo senso patriótico, compreendeu o Presidente Ernesto Geisel que a evolução política constitui a melhor estratégia para a superação das tensões geradas pela decolagem da economia. A maior participação da representação popular e federativa nas decisões governamentais é meio de assegurar a extensão dos benefícios à sociedade como um todo, eliminando-se as distorções que produziram privilégios. O clima de liberdade em que se realizaram as eleições de 15 de novembro e o impecável acatamento ao pronunciamento das urnas deram ao País a certeza de que o Presidente da República está determinado a encontrar sem precipitações a normalização institucional, reforçando-se assim as perspectivas de alcançar a Revolução os seus plenos objetivos – implantação de instituições democráticas estáveis e com capacidade de autodefesa. 6. É claro que para atingir essas metas, a colaboração dos políticos é indispensável. O político é aquele que humaniza o Estado, dando à sua força o caráter de poder consentido, já que lhe incumbe exprimir as aspirações da sociedade. O alto desempenho do político assenta-se na prudência, no espírito de missão, no trato conseqüente dos problemas que lhe são propostos. Cabe-lhe verificar os anseios sociais para ser o realizador de aspirações historicamente viáveis. 7. Liberalizando por meio das eleições e da	3. Em dois momentos lutou pelas franquias democráticas: em 1945 e em 1964. Uma vez conquistada a ordem econômica desejada, pode-se fazê-la chegar a camadas amplas do povo. 4. O crescimento econômico, agora, reclama desenvolvimento político, para a estabilidade social e o progresso cultural. 5. Geisel compreendeu que para superar as tensões geradas pela economia é necessária a evolução política: maior representação popular e federativa nas decisões governamentais. Há clima de liberdade, com aceitação das eleições de 15 de novembro de 1974. 6. O político humaniza o Estado, dando à sua força o caráter de poder consentido. 7. Geisel – pela descontração
---	---

visível descontração política da vida pública, o Presidente Geisel revelou a medida da sua compreensão para o papel que podemos desempenhar nessa tarefa, para a qual nos convocou, de recompor no mais alto nível as instituições civis do Brasil. 8. Mais de 30 anos de vida pública devotada ao meu País deram-me humildade diante dos fatos, sem transigir na fidelidade devida aos meus ideais democráticos. Na vida parlamentar, nos postos executivos, na ação diplomática, o diálogo foi, por isso mesmo, meu instrumento de trabalho. 9. Este é o compromisso que orientará meu desempenho nesta Casa. A construção jurídica e política de uma sociedade nova e aberta, fundada nos ideais da Revolução de 1964, e na qual se possam integrar plenamente os milhões de brasileiros que estão continuamente chegando à maioria, exige de nós a mobilização de todas as nossas reservas de generosidade e de patriotismo. 10. Vivemos num mundo cheio de perigos, mas em que as nações trocam a rígida e estéril hostilidade mútua pelo diálogo, calcado, evidentemente, na prudência e na defesa de legítimos interesses nacionais. A política externa do governo Geisel expressa essa nova compreensão da realidade internacional. É preciso expandir esse trabalho, também já iniciado, da busca da flexibilidade e da tolerância internas. É para todos nós um privilégio viver neste tempo, empenhados na luta por preservar, em nosso País, dignidade e paz para o homem. Ao desafio superior há que servir-se com serenidade. Com firmeza que não acabe em intolerância. Com aquela sabedoria que consiste não em resolver problemas, mas em evitar que eles se formem. 11. Este é o compromisso que assumo a honra desta eleição, porque creio que este é o compromisso necessário da maturidade criativa da política brasileira. <i>(Muito bem! Muito bem! Palmas prolongadas)</i> (819 palavras)	da vida pública – convoca os políticos para recompor as instituições civis. 8. O diálogo é o instrumento de trabalho. 9. Compromisso: construção de uma sociedade nova e aberta, fundada nos ideais de 1964. 10. O exemplo da política externa (troca da hostilidade pelo diálogo) deve ser empregado no País: dignidade, paz, serenidade; evitar que os problemas se formem. 11. Compromisso com a maturidade criativa da política brasileira.
---	--

Radiografia

Este é um bom discurso deliberativo, em que o orador “concede” real poder a seu auditório (Congresso), para decidir em favor de suas propostas (descontração política reclamada pelo desenvolvimento econômico, para produzir a estabilidade social). Faz de si uma configuração que aponta para a coerência (luta pela “vigência das franquias democráticas”).

Ao auditório poderoso (Presidente Geisel) acena com um elogio-compromisso, ou seja, ao mesmo tempo em que declara lealdade, exige que aquele se comprometa

com o que veio a ser chamado de “abertura política” e que naquele momento ainda era uma “descontração da vida pública”.

Petronio Portella (ARENA – PI)

28 de fevereiro de 1977

45ª Legislatura

Resumo

Assume a Presidência do Senado quando a opinião pública nesta instituição reconhece a liderança para a resolução dos problemas brasileiros. A síntese da discussão, com a participação dos contrários, dará lugar à democracia. No Senado, com altivez, são discutidos os interesses da Pátria; ataque e defesa ganham a justa ressonância.

Com experiência longa, os senadores ensinam como proceder, isto é, com a prudência que os inspira para escolher os caminhos possíveis. Respeitadas as peculiaridades dos Estados, buscam o desenvolvimento harmônico. Os princípios federativos inspiram a correção dos desníveis. Pela orientação partidária e personalidade, inspirados pelos anseios da sociedade, os senadores se afirmam perante a Nação.

O debate se destina a esclarecer, conciliar. Nessa gestão, a busca pelo diálogo. Agradece e elogia Magalhães Pinto, que tem prestado grandes serviços à República. E, por fim, pede proteção a Deus e se compromete com o Senado.

Discurso

1. Srs. Senadores: Assumo a Presidência desta Casa quando o seu Plenário, pela dimensão e altitude do debate, ganha a consagração da opinião pública nacional, ao reconhecer-lhe a primazia no trato dos problemas brasileiros, função primordial dos Parlamentos. 2. Por via da discussão séria, enseja-se a participação dos contrários e, no confronto esclarecedor, perspectivas se abrem numa síntese que é a essência do processo democrático. 3. O Senado é o exemplo de como os deveres partidários se exercem, com destemor e sem transigências, invariavelmente, no plano alto, inacessível às retaliações pessoais, às preocupações menores, sem o jugo das paixões que afastam os homens, que unidos devem estar em defesa das causas comuns, dos autênticos interesses da Pátria. 4. Neste recinto, o ataque e a defesa ganharam, nos entrechoques constantes, a justa ressonância, por suas origens e inspirações, por seus fundamentos. 5. Neste Plenário se sentam e pontificam os que nos Estados acumularam, em serventia longa e fecunda, experiência e título, eminente tarefa de manter,	1. Assume a Presidência do Senado quando a opinião pública neste reconhece a liderança para alcançar a resolução dos problemas brasileiros. 2. A síntese da discussão, com a participação dos contrários, gerará democracia. 3. No Senado, com altivez, são discutidos os interesses da Pátria. 4. Ataque e defesa ganham a justa ressonância. 5. Com experiência longa, os senadores dão suas lições.
---	---

preservar e guardar a Federação. 6. Formamos como Instituição um todo indissolúvel e, como representantes, uma unidade viva e solidária na perseguição de objetivos inafastáveis de, respeitadas a fisionomia e as peculiaridades dos Estados, assegurarmos o desenvolvimento harmônico. 7. Esta é a Casa que, para ser bem a Casa das Leis, há de ser o encontro permanente dos líderes na invariável preocupação de fidelidade aos princípios federativos que sustentam a autonomia, inspiram a determinação política de sintonia e recíproca colaboração entre os Estados, na correção dos desníveis, na eliminação dos privilégios, sob o firme controle da União. Orientamo-nos por interesses partidários e afirmamo-nos como individualidades responsáveis, mas nossos compromissos são com a Pátria. E esses dão a dimensão de nossa presença e consignam a importância de nossa luta. Na medida em que mais este Plenário se impregnar do que lá fora nasce, existe e palpita, maior será a recompensa: a Instituição viverá, indestrutível, na crença do povo, na confiança da Nação. 8. Trazendo um lastro de experiência política, com líderes nos Estados, habilitamo-nos para o exercício parlamentar, contidos pela prudência que convive bem com o ideal e melhor lhe abre os caminhos possíveis. 9. O debate não é estéril ou nocivo, mas útil. O certo é discutir para esclarecer; combater para conciliar. Assim, nesta Casa, o entendimento se vem alcançando, em trabalho comum exemplar. 10. Estou convencido, Srs. Senadores, de que, no período que se inicia, a mesma ação, a mesma direção, os mesmos objetivos hão de orientar o Senado, visando ao aperfeiçoamento e ao prestígio da Instituição Parlamentar. 11. Recebo a Presidência desta Casa de uma das mais ilustres expressões da vida pública brasileira. Ninguém, no nosso mundo político, o excede em títulos e em serviços prestados a República. (<i>Palmas</i>) 12. Senhor Senador Magalhães Pinto: Poucos se deram tão intensa e obstinadamente à política como Vossa Excelência, e, ao longo da vida, vem recebendo de seus conterrâneos a reiteração da confiança e, dos brasileiros, o respeito. 13. Conclui hoje mais uma missão e, como sempre, com honradez, dignidade e clarividência. Tem de nós os agradecimentos que se estendem a seus dedicados e brilhantes companheiros da Mesa Diretora. 14. Assumo a pasta, e, como um homem de fé,	6. Respeitadas as peculiaridades dos Estados, buscam o desenvolvimento harmônico. 7. Os princípios federativos inspiram a correção dos desníveis. Pela orientação partidária e personalidade, inspirados pelos anseios da sociedade, os senadores se afirmam perante a Nação. 8. A prudência inspira os senadores para escolher os caminhos possíveis. 9. O debate para esclarecer, conciliar. 10. Nessa gestão, a busca pelo diálogo. 11, 12, 13. Agradece e elogia Magalhães Pinto, que tem prestado grandes serviços à República.
--	--

peço a Deus Todo-Poderoso que me conserve o poder de decisão em todas as horas, para que cumpra a meu dever, correspondendo à confiança do Plenário e honrando o nome e o patrimônio político e moral do Senado da República. (<i>Muito bem! Palmas</i>) (572 palavras)	14. Pedido de proteção a Deus e compromisso com o Senado.
--	--

Radiografia

Este é um discurso que, apesar de sua pouca extensão, revela grande força argumentativa. O orador demonstra ter poder para pedir o que pede, e reconhece no auditório o poder para deliberar. Naquele momento, o *acordo* ainda girava em torno da principal função do Parlamento, isto é, *parlamentar*, dialogar, debater, admitir a voz do contrário.

No longo fio dos discursos de presidentes do Senado durante o Regime Militar, este oferece uma *chave de leitura* fundamental: antes não havia espaço para esse diálogo que o orador, então, propõe.

Luiz Viana (ARENA/PDS – BA)

1º de fevereiro de 1979

46ª Sessão Legislativa

Resumo

Há mais de 40 anos no Congresso, agradece pela eleição. Homenageia o antecessor que, após brilhante atuação na Presidência do Senado, será o futuro Ministro da Justiça de uma fase de transformações nacionais.

Para essa nova fase, humildade para aprimorar instituições políticas, sociais e econômicas, continuando a abertura iniciada por Geisel. Nos debates, mesmo com a intervenção de várias correntes que buscam o aperfeiçoamento institucional, levar em conta a mão estendida em conciliação de Figueiredo e, sem paixões mas com serenidade, atender aos anseios do povo. Os altos objetivos devem ser alcançados pelos debates e não pelas radicalizações.

Na Presidência, será leal ao Regimento, para o entendimento de todos. Senadores constituem a âncora da Federação; portanto, devem ter papel de equilíbrio para superar as divergências para uma democracia – força do cidadão e segurança do Estado. O progresso é inseparável da ordem e da lei. Ilustres antecessores no Senado do Império e da República deram exemplo – mesmo na divergência – de admiração de uns pelos outros e de busca de soluções patrióticas para os problemas nacionais. Homenageia a Bahia e os baianos que anonimamente velam pelo Presidente.

Deseja uma legislatura que honre o passado e contribua para um Brasil de liberdade.

Discurso

1. Ao assumir a Presidência do Senado, pelo honroso voto dos meus pares, que, de maneira tão expressiva, demonstraram confiança e apreço por quem há mais de quatro décadas participa do Congresso Nacional, desejo transmitir a todos, e a cada qual dos meus colegas, testemunho de reconhecimento e respeito. Ao meu eminente antecessor, o Senador Petronio Portella, cuja ação honrada e profícua não se deteve nos limites dos nossos trabalhos, projetando-se na vida nacional pelos assinalados e relevantes serviços por todos reconhecidos, exprimo não somente a minha admiração, mas também os agradecimentos pela dignidade com que, ajudado pelos seus ilustres companheiros de Mesa, exerceu as suas altas funções. Em breve, convocado para novas e árduas tarefas na vida pública, deverá S. Exa. ocupar o Ministério da Justiça, onde o aguarda uma Nação em plena fase de	1. Há mais de 40 anos no Congresso, agradece pela eleição; homenageia o antecessor, futuro Ministro da Justiça de uma fase de transformações nacionais.
---	--

transformação e desenvolvimento das instituições políticas. 2. Vivemos, sem dúvida, uma época de transição e por isso mesmo a reclamar maior imaginação e compreensão de todos. Será o meio de prosseguirmos a caminhada rumo ao aprimoramento das instituições políticas, sociais e econômicas, através da continuidade e da ampliação da abertura iniciada pelo Presidente Ernesto Geisel. Para tanto acredito que nos será útil a humildade, que agasta a arrogância e fortalece a tolerância sem nos tornar menos inflexíveis no cumprimento de nossos deveres. Como até hoje, servindo sempre, colaborando sempre, nunca nos diminuindo. 3. Como inerente a um período em que correntes várias do pensamento nacional, certamente desejosas de bem servirem ao País e às suas instituições, buscam o ponto de encontro, talvez o denominador comum, que seja a expressão da política da mão estendida, em boa hora preconizada pelo futuro Presidente João Baptista Figueiredo, calorosos debates deverão assinalar a nossa convivência, como de hábito nos parlamentos de nações livres, e conforme com as melhores tradições do Brasil. O silêncio poderia nos separar, levando-nos à desconfiança. A discussão, assim o espero, nos aproximará. Bem sabemos que travados de boa fé, por contendores de alto nível e experiência, como é o caso de quantos aqui chegam após longa experiência de vida pública, os debates contribuirão não somente para melhor informar e esclarecer os responsáveis pela legislação, senão também orientar a opinião pública, que ajuizará do nosso empenho em atender as aspirações do povo, colocando-nos acima das paixões, tão freqüentes, no mundo da política e dos partidos. 4. Acredito que o debate seja frutuoso, do mesmo modo que as radicalizações podem abrir feridas em prejuízo dos altos objetivos, que devem ser o apanágio de todos nós. 5. Quanto a mim, no posto a que me conduziu a generosidade dos meus colegas, pretendo ser o leal e fiel cumpridor do nosso Regimento. Nem sei de melhor caminho para o adequado e necessário entendimento, em meio a inevitáveis divergências, do que rigorosa obediência aos textos que resumem provadas práticas para o seguro exercício da vida parlamentar. 6. Por tradicional dispositivo constitucional, que nos rege desde os primórdios da República, somos, pela representação igualitária dos Estados, nesta Casa do	2. Para a nova fase de transformações, humildade para aprimorar instituições políticas, sociais e econômicas, continuando a abertura iniciada por Geisel. 3. Nos debates, mesmo com a intervenção de várias correntes que buscam o aperfeiçoamento institucional, levar em conta a mão estendida em conciliação de Figueiredo e, sem paixões mas com serenidade, atender aos anseios do povo. 4. Os altos objetivos devem ser alcançados pelos debates e não pelas radicalizações. 5. Na Presidência, será leal ao Regimento, para o entendimento de todos. 6. Senadores constituem a âncora da Federação; portanto, devem ter papel de equilíbrio para superar as
--	---

Congresso, a âncora da intocável Federação. Aqui todas as unidades da Federação, as mais ricas ou as mais pobres, as menores ou as territorialmente maiores, possuem idêntica representação. E tal norma serve para nos advertir que deveremos ter um papel de equilíbrio dentro da nacionalidade, que almeja superar pacificamente as suas dificuldades e divergências, alcançando uma democracia por todos reconhecida como real aprimoramento das instituições políticas. Uma democracia que seja concomitantemente a força do cidadão e a segurança do Estado. Numa palavra, uma democracia que, assegurando a todos a livre e responsável expressão do pensamento, não permita que as suas franquias sejam usadas como ameaças que intranquilizem a nação, cujo progresso e desenvolvimento são inseparáveis da ordem dentro da lei. Desta, e somente desta, deverão depender nossas liberdades. 7. Se nossas responsabilidades são grandes pelo que nos espera o Brasil, não são menores pelo que tem significado o Senado na vida pública nacional. Na Monarquia e na República, aqui tiveram assento os maiores vultos de nossa História. Precisarei, porventura, lembrar, entre tantos que ilustraram esta Casa, os nomes de Montezuma, Abrantes, Olinda, Cotegipe, Zacarias, Nabuco, Caxias, Pará, Otaviano, Silveira Martins e Afonso Celso no curso do Império? Não menos brilhante foi a fase republicana, quando freqüentaram a tribuna do Senado Rui Barbosa, Epiácio Pessoa, Francisco Sá, Pinheiro Machado, Afonso Pena, Leopoldo de Bulhões, Miguel Calmon, Rodrigues Alves e Otávio Mangabeira. Precede-nos assim século e meio de uma presença luminosa e patriótica dos fastos de nossa História. Tudo a nos ensinar que se foram calorosos e eloqüentes os debates que deram vida e glória ao Senado, sempre foi possível aos ilustres representantes das províncias e dos Estados manter um entendimento, decorrência do mútuo respeito, muitas vezes até da admiração, que não exclui divergências, a fim de encontrar, quando necessário, sábias e honrosas transações que conduzam a soluções patrióticas. 8. Não poderia concluir, permitam-me os ilustres colegas, sem dizer-lhes que tenho neste momento a imaginação um pouco voltada para o passado, entre vendo os dias da juventude na minha velha e amada Província, a Bahia. A Bahia com tudo que ela representa	divergências para uma democracia – força do cidadão e segurança do Estado. Progresso é inseparável da ordem e da lei. 7. Ilustres antecessores no Senado do Império e da República deram exemplo – mesmo na divergência – de admiração uns pelos outros e de busca de soluções patrióticas para os problemas nacionais. 8. Homenagem à Bahia e aos baianos que anonimamente velam pelo Presidente.
--	---

para mim, principalmente o afeto dos amigos e companheiros de lutas, muitos deles decisivos para as minhas eleições, embora retraídos num anonimato, que não raro representa dura injustiça na vida pública. E acredito não seja uma ilusão pensar que agora, Srs. Senadores, em muitos lares baianos estará acesa uma lâmpada votiva, pedindo pelo modesto, mas fiel conterrâneo. 9. Renovando aos ilustres colegas os meus agradecimentos, e formulando votos por uma feliz e fecunda legislatura, quero assegurar-lhes que, principalmente pelo seu apoio e compreensão, espero que, unidos, honremos o passado, contribuindo para a construção de um futuro, que os brasileiros almejam, marcado pela liberdade sob a égide da lei. 10. Era o que tinha a dizer. (<i>Muito bem! Palmas. O orador é cumprimentado</i>) (963 palavras)	9. Desejo de uma legislatura que honre o passado e contribua para um Brasil de liberdade. 10. Fecho.
--	--

Radiografia

Este é um discurso deliberativo, em que o auditório específico formado pelos senadores é bastante valorizado. O *acordo* que busca é claro: moderação nos debates, para alcançar as transformações desejadas. É como se desse uma puxada no freio-de-mão dos ímpetus de transformação desejados. Para tanto, invoca o princípio federativo, a experiência dos senadores e até os ilustres antecessores que, mesmo com divergências, sabiam respeitar-se mutuamente e até terem admiração pelos adversários. É um discurso de pequena extensão, mas muito expressivo pela maneira com que busca o *acordo*.

Jarbas Passarinho (PDS – PA)

24 de fevereiro de 1981

46ª Legislatura

Resumo

Grato pela eleição, que é coroamento da vida pública, um tipo de generalato da carreira política que escolheu em substituição à militar. Vê no exercício da Presidência do Senado um dos desafios mais estimulantes da vida. Para a prática da Justiça, será fiel à disciplina do Regimento Interno. Homenageia e agradece a Luiz Viana Filho e respectivos companheiros de Mesa Diretora. O Senado representa os opostos: comedimento e combatividade; reflexão e defesa das posições partidárias; veemência e alto nível nos debates. É a Casa da concórdia, sem paixões ou ódios pessoais.

Na transição política brasileira, o racional deve sobrepor-se ao emocional e ao sectarismo. Nos dois anos como Líder da Maioria, colaborou para a abertura política tão necessária ao País. A redemocratização brasileira é motivo de inveja de outros países da América Latina. Com respeito mútuo entre Oposição e Governo, foram dois anos de luta sem abrir mão das convicções pessoais. Nos dois anos seguintes, o Congresso terá papel de relevo, em que contará com a dedicação da imprensa na formação da opinião pública. No Brasil não houve um Estado totalitário, mas autoritário que tende à liberalização. Alguns vêm a abertura como ameaça à política, ao desempenho da economia e ao rendimento do trabalho (greves). Mas as vantagens da abertura superam as desvantagens, após uma década de autoritarismo.

A democracia – mais filosofia que forma de governo – será alcançada superando os excessos. Uma das maiores doenças é a falta de crença. Por isso é necessário vencer a indiferença. Por isso, ter esperança de alcançar uma sociedade justa e livre já é uma vitória.

Discurso

1. Exmo. Sr. Ministro Jair Soares, Deputado pelo Rio Grande do Sul, que nos honra com sua presença; Exmo. Sr. Dr. Clóvis Ramallete, Consultor-Geral da República; Exmo. Dr. Firmino Ferreira Paes, Procurador-Geral da República; Exmo. Sr. Aldyr Passarinho, Representante do Presidente do Tribunal Federal de Recursos; Exmo. Dr. Raymundo de Souza Moura, Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho; Exmo. Sr. Comandante Aníbal Barcelos, Governador do Amapá; Exmo. Sr. Almirante Almar	1. Saudação a ministros, comandantes militares, senadores. Grato pela eleição, coroamento da vida pública, um tipo de generalato da carreira política, que escolheu em substituição à militar.
--	--

Azevedo de Souza, Comandante Naval de Brasília; Minhas Senhoras; Meus Senhores; Srs. Senadores: Sou profundamente grato a Vossas Excelências, por me haverem conduzido ao posto que representa, para uma carreira política, o seu honroso coroamento. A nada mais alto poderia eu aspirar quando, em novembro de 1966, postulei vitoriosamente, junto ao dileto povo paraense, o meu primeiro mandato de Senador da República. Se não cheguei ao generalato, a partir do noviciado castrense iniciado na querida escola preparatória de cadetes, de Porto Alegre, profissão que busquei por vocação incoercível, eis que atinjo outro tipo de generalato, ao presidir esta Casa ilustre, pelo voto de meus pares e sob a confiança do governo a que servi lealmente como Líder. Como a confirmar que as carreiras mais fascinantes são aquelas que não deliberadas, atinjo a culminância da vida política parlamentar, para a qual fui atraído por acidente. De sorte que identifico, nos sufrágios com que fui distinguido, o que há de mais ambicionado na vida de um homem: o julgamento favorável de seus pares. Daí a renovação de meu agradecimento a Vossas Excelências. 2. Bem sei que minha tarefa é um dos desafios mais altos e estimulantes de toda a minha vida. Não esquecerei que os olhos de Vossas Excelências estarão postados, confiantes, mas potencialmente críticos, nos atos que eu praticar nesta curul*. 3. Homem afeito à disciplina, não me afastarei do Regimento Interno, em que me inspirarei permanentemente, para ter a certeza de praticar justiça, seja para com meus pares, seja para com o funcionalismo dedicado desta Casa, ao qual tanto devemos todos. 4. Estou perfeitamente advertido para a alta responsabilidade de suceder, nesta presidência, a Luís Viana Filho, político de formação polimorfa e rica experiência pública, no Legislativo como no Executivo, Ministro de Estado que foi de várias pastas, cavalheiro de trato irrepreensível, amigo cativante e adversário leal e generoso. A ele, como aos seus companheiros de Comissão Diretora, os nobres Senadores Nilo Coelho, Dinarte Mariz, Alexandre Costa, Gabriel Hermes, Lourival Baptista e Gastão Müller, pelo exemplo, primoroso que nos legou de exação no cumprimento do dever, testemunhamos a nossa admiração e endereçamos o nosso aplauso sem reservas.	2. Na cadeira de Presidente, vê um dos desafios mais estimulantes da vida. 3. Para a prática da Justiça, será fiel à disciplina do Regimento Interno. 4. Homenageia e agradece a Luiz Viana Filho e respectivos companheiros de Mesa Diretora.
---	---

* Segundo o Dicionário Aurélio, curul, como substantivo, significa cadeira que ocupam os magistrados ou outras pessoas revestidas de altas dignidades.

5. Ao nobre Senador Luiz Viana Filho, esta extraordinária personalidade de intelectual, de político, desde a sua juventude, de homem público na expressão mais ampla do termo, tributo a minha homenagem muito especial e sincera e agradeço a Deus ter-me proporcionado oportunidades, na vida pública, de fazer amigos tão bons que nos fazem esquecer os agravos e cicatrizar mais depressa as ofensas, que são inevitáveis, também, na vida de cada homem. S. Exa. nos deixa aqui um exemplo que tudo farei para tentar igualar, absolutamente certo de que jamais poderei ultrapassar.	5. Tributo a Luiz Viana Filho, exemplo de intelectual e político, de quem é amigo. Tentará seguir o exemplo.
6. O Senado Federal, minhas Senhoras, meus Senhores, é a Casa do comedimento, sem a perda da combatividade, da reflexão, sem prejuízo da firmeza na posição partidária, da veemência no debate, sem rebaixamento do nível dos argumentos; mas é sobretudo a Casa da concórdia, na qual as posições doutrinárias ou ideológicas mais conflitantes não implicam paixões nutridas e de ordem pessoal de ódios. Por isso mesmo, o papel que nos cabe desempenhar a todos é da maior relevância, especialmente nesta quadra de transição da vida brasileira, em que o racional deve sobrepor-se, sempre, ao emocional, e em que o sectarismo deve ser bandeira sem seguidores.	6. Senado: comedimento e combatividade; reflexão e defesa das posições partidárias; veemência e alto nível nos debates; Casa da concórdia; sem paixões ou ódios pessoais. Na transição brasileira, o racional deve sobrepor-se ao emocional e ao sectarismo.
7. Por dois anos, coube-me a grata e fascinante missão de liderar a douta Bancada da Maioria e defender o governo do honrado Presidente João Figueiredo, no que serei sucedido, certamente com vantagem para Maioria e Governo, pelo notável político que é o nobre representante de Pernambuco, o Senador Nilo Coelho. Foram anos de dedicação à missão quicá a mais nobilitante do Presidente da República: a condução da abertura política, rumo à edificação de um regime democrático e duradouro num País e num continente que, em regra, têm vivido apenas momentos de democracia, submetida a constantes reveses. Cada promessa do Presidente tem sido escrupulosamente resgatada, de tal modo que ouvimos com freqüência o testemunho de sofridos e eminentes políticos da América do Sul que, ao visitar-nos e ao constatar os ventos libertários que nos afaçam, confessam candidamente a sua justificada inveja. Foram dois anos, por vezes, marcados pela incompreensão dos apaixonados, pela negação dos cétricos ou pela insatisfação dos afoitos, mas nos quais se estabeleceram, com pertinácia e sabedoria, as fundações sobre as quais construiremos uma nação justa e livre.	7. Nos dois anos como Líder da Maioria, colaborou para a abertura política tão necessária ao País, em que a democracia tem sofrido reveses. A redemocratização brasileira é motivo de inveja de outros países da América Latina.
8. Foram dois anos terçando armas parlamentares	8. Com respeito mútuo entre

com a Oposição comandada por essa figura excepcional de brasileiro que é o Senador Paulo Brossard (<i>Palmas</i>). Dois anos em que nenhum de nós concedeu um milímetro sequer de terreno nas suas convicções pessoais. Mas dois anos em que o respeito mútuo fez possível a festa de democracia de hoje: entendimento de Oposição e Governo, Maioria e Minoria, para uma eleição que consagra cada um de nós e não apenas o Presidente.	Oposição e Governo, foram dois anos de luta sem abrir mão das convicções pessoais.
9. Os próximos dois anos serão tão fascinantes quanto os dois pretéritos. O Congresso terá papel de significativo relevo a desempenhar, contando certamente com o desvelo com que profissionais da imprensa, do rádio e da televisão se desincumbem de sua importante missão de formar a opinião pública. Sem eles, o Senado e os Srs. Senadores mal poderiam fugir ao anonimato e livrar-se do silêncio que amortalaria a vibração de suas lutas, a ebulição de suas idéias e propósitos e a exposição de suas virtudes e defeitos.	9. Nos dois anos seguintes, o Congresso terá papel de relevo, em que contará com a dedicação da imprensa na formação da opinião pública.
10. Ingressamos na fase decisiva para a consolidação do processo democrático em curso. Não fomos um Estado totalitário, mas autoritário é força convir que fomos. Enquanto o totalitarismo, como se vê no mundo de hoje, reage violentamente a qualquer esforço de liberalização, fechando-se ainda mais em torno de si próprio, o autoritarismo, como solução de compromisso entre a liberdade da pessoa humana e a segurança do Estado, tende à liberalização. Sabíamos que ela traria dificuldades. Alguns receiam que possa ser usada pelos que usam as franquias democráticas visando a destruí-las; outros, nela vêem a ameaça à racionalidade no emprego dos recursos e na gestão da economia, pelo crescimento do poder de barganha dos políticos, ou o aumento das pressões distributivistas, que resultam na estagnação econômica. Outros, ainda, temem, no clima de abertura, o comprometimento do rendimento do trabalho, pela sucessão das greves, enquanto no campo estritamente partidário preocupa a proliferação das legendas, muitas vezes para uso esconso.	10. No Brasil não houve um Estado totalitário, mas autoritário, pois este tende à liberalização. Alguns vêm a abertura como ameaça à política, ao desempenho da economia e ao rendimento do trabalho (greves).
11. Não ignoro esse lado desvantajoso da abertura política, mas os seus lados vantajosos são extraordinariamente mais importantes, e enxergo este fato como consequência de uma década de	11. As vantagens da abertura superam as desvantagens, após uma década de autoritarismo.

autoritarismo, que reclama uma redução de quase todos nós, para a prática da democracia. Uns por falta; outros, por excesso. 12. Sou dos que confiam que venceremos a escassez e a demasia. A democracia, nós a alcançaremos, sem receios infundados e sem desmandos provocadores, que a anda de bom conduzem. Como ensina Georges Burdeau, a democracia atualmente é uma filosofia, uma maneira de viver, e quase acessoriamente uma forma de governo. De um lado, é realidade; de outro, crença de uma vida melhor, em que o homem se liberte definitivamente do medo e das vicissitudes materiais. 13. Encerro, Srs. Senadores, estas palavras pensando, porém, que parece que uma das enfermidades mais graves do mundo contemporâneo é a sua incapacidade de crer. Nós cremos, até porque sabemos que o que de mais terrível pode acontecer a um povo – mais terrível até que seu aniquilamento ou sua escravidão – é a indiferença que ele possa ter para com o seu destino. 14. Assim como na guerra, em que a vitória nas batalhas começa no coração dos combatentes, assim na política, a vitória da esperança numa sociedade justa e livre começa na capacidade de crer nessa esperança e nessa liberdade. Ao usarmos do privilégio de falar a Vossas Excelências, pela primeira vez, do alto desta cadeira, queremos falar-lhe da fé, no destino vitorioso da democracia, brasileira, que jamais poderia ser colimado sem o nosso concurso, sem a participação decisiva do Congresso Nacional. <i>(Palmas prolongadas)</i> (1.391 palavras)	12. A democracia – filosofia mais que forma de governo – será alcançada superando os excessos. 13. Uma das maiores doenças é a falta de crença. Por isso, é necessário vencer a indiferença. 14. Ter esperança de alcançar uma sociedade justa e livre já é uma vitória.
---	---

Radiografia

Após congratular-se com seus partidários, pelos sucessos obtidos até então (abertura política), adverte para a necessidade de se manter o alto nível e a ponderação nos debates, pois muitos vêm na redemocratização uma ameaça para a economia e para a estabilidade social, com o perigo de greves. Mas o orador vê com esperança a futura democracia.

Este pode ser considerado, pois, um discurso deliberativo, em que o maior apelo é pela “moderação”. O orador valoriza o auditório e nele vê o poder para deliberar em favor dessa atitude. É uma peça retórica muito bem trabalhada, embora sem grandes arroubos estilísticos, mas em que o orador “dá o recado” de maneira clara, com cortesia e respeito.

Nilo Coelho (PDS – PE)

2 de fevereiro de 1983³⁹

47ª Legislatura

Resumo

Agradece a eleição, ponto culminante da carreira política. Anuncia que há uma crise sem precedentes, que reclama solução das novas forças políticas surgidas das últimas eleições. Há necessidade de um diálogo para redefinir os rumos nacionais, a fim de atender os interesses do povo, sem barreiras.

Homenageia Passarinho, seu antecessor, dá as boas vindas aos novos senadores, especialmente aos de Rondônia. Compromete-se a lutar pela dignidade e independência do Legislativo. Considera que são imensas as responsabilidades na Presidência. Figueiredo garantiu eleições livres, que proporcionaram grande renovação dos parlamentares nos três níveis da Federação e até eleição de governadores de oposição. Por isso, há novos desafios para governo e Legislativo.

Na normalidade democrática, o desafio é aperfeiçoar as instituições, pela reforma da Constituição a ser conduzida pelo Congresso Nacional. Deve ter fim a confrontação política e retornar a negociação dos que representam a diversidade. Os partidos devem encontrar o caminho do diálogo construtivo para resolver a crise econômica. Nos dois anos precedentes, como Líder da Maioria, travou combates com a Oposição, em clima de lealdade, o que trouxe prestígio para o Senado.

A conjuntura externa aponta a perda de liquidez da maioria das nações. Mas a angústia não anula a esperança. Da criatividade política dos senadores surgirá a solução para a crise. O hoje Presidente do Senado, em 1945 era presidente da Legião Acadêmica, na Bahia, e ouvia a lição dos grandes mestres – alguns deles ali presentes – a defender a liberdade e a democracia. A principal mensagem aos moços: primeiro, defender a liberdade, que é o remédio contra a injustiça, a opressão, a angústia. Que Rui seja o guia nessa hora grave.

Com o apoio de todos, parceria para a construção nacional.

Discurso

1. Ao assumir a Presidência do Senado Federal, ponto culminante de minha vida política e parlamentar, desejo, em primeiro lugar, agradecer a V. Exas. o honroso apoio, expresso na unanimidade dos votos, graças aos quais me vejo agora alçado a	1. Agradece a eleição, ponto culminante da carreira política.
---	---

³⁹ O Senador Nilo Coelho vem a falecer no dia 9 de novembro de 1983, sendo sucedido por Moacyr Dalla, eleito para a Presidência.

tão elevada posição, sentando-me na cadeira antes ocupada por notáveis homens públicos que tanto engrandeceram e enriqueceram as tradições desta augusta Casa. 2. Estou consciente de que assumo a Presidência do Senado Federal num dos mementos cruciais da nacionalidade. A 47ª (quadragésima sétima) Legislatura se inicia sob o signo de crise sem precedentes. 3. Para enfrentá-la e vencê-la, o Poder Legislativo deve aproveitar a força renovadora que hauriu no último pleito e, ao realizar uma revolução de comportamento, alimentar um permanente e aceso debate de todos os problemas, promovendo um diálogo capaz de influir nas decisões dos rumos definidores do destino do País. 4. O bem comum, que nos cabe promover, exige a fertilidade do diálogo, da negociação e do entendimento. 5. Não há barreiras políticas insuperáveis, quando se trata de atender aos anseios do povo e aos interesses da Pátria. 6. Substituo nesta Presidência o grande Senador Jarbas Passarinho (<i>palmas</i>), inegavelmente uma das maiores afirmações de político e parlamentar da atual geração de homens públicos brasileiros, que lamentavelmente nos vai privar do seu convívio nesta Legislatura, mas que continuará lembrado pelo Senado como um dos seus mais ilustres integrantes (<i>Palmas</i>). Sua gestão, marcada pelo equilíbrio e o respeito às normas do Regimento, como da polidez política e da afabilidade pessoal, ressalta-se também pela dignidade e pela honradez. (<i>Muito bem!</i>) (<i>Palmas</i>) 7. Jarbas Passarinho honrou e dignificou esta Casa e esta Presidência (<i>Palmas</i>). 8. Dou as boas-vindas aos Srs. Senadores recém-empossados, na certeza de que o mandato que o povo de seus Estados lhes conferiu será exercido dentro dos parâmetros das mais nobres tradições do Senado. 9. Saúdo especialmente os primeiros Senadores eleitos do novo Estado de Rondônia, que elevam o número de representantes da Câmara Alta	2. Há uma crise sem precedentes. 3. A força renovadora das últimas eleições deve promover uma revolução no comportamento e um diálogo para redefinir os rumos nacionais. 4. Diálogo e negociação para alcançar o entendimento. 5. Para atender os interesses do povo, não há barreiras. 6, 7. Homenagem a Passarinho, seu antecessor. 8. Boas-vindas aos novos senadores. 9. Especial saudação aos senadores de Rondônia.
---	--

e, por certo, elevarão também o nosso prestígio. 10. No desempenho da missão que me acaba de ser confiada, espero continuar contando com o indispensável apoio de todos. Meu propósito é o de manter intocada a dignidade do Poder Legislativo (<i>Muito bem!</i>) e o de lutar ao lado de V. Exas. pelo reconhecimento pleno das prerrogativas que lhe são imanes. (<i>Palmas</i>) 11. Tenho a exata noção das imensas responsabilidades que decorrem desta investidura. 12. O processo de democratização do País, conduzido com firmeza e determinação pelo eminente Presidente João Figueiredo, cumpriu sua mais importante etapa com a realização, no ano passado, de eleições livres, por isso mesmo verdadeiras. Eleições que promoveram significativas transformações no panorama político nacional, de inegável repercussão no período legislativo que estamos hoje iniciando e também na vida do País. A representação popular em todos os níveis foi renovada com proporções jamais igualadas e nos Estados o povo voltou a escolher pelo voto direto os seus Governadores, alguns dos quais filiados a Partidos da Oposição, tudo isso compondo a nova realidade política, dentro da qual o Governo e o Legislativo terão doravante de operar. 13. Ponto de honra do Presidente João Figueiredo é a consolidação democrática. Ninguém, em sã consciência, lhe negará o mérito de ter estabelecido novos e ascensionais patamares na escalada da Democracia. 14. E, a esta altura, a ninguém é lícito duvidar de sua determinação em resgatar a palavra empenhada. 15. Não há dúvida de que alcançamos a normalidade política em que vamos caminhar na direção do aperfeiçoamento democrático, cuja decorrência natural será a melhoria dos mecanismos institucionais, certamente com prioridade para a reforma da Constituição, tarefa que compete ao Congresso Nacional, a ser conduzida de forma pluralista e consensual. 16. A normalidade pressupõe o fim da	10. Compromete-se a lutar pela dignidade e independência do Legislativo. 11. Imensas responsabilidades na Presidência. 12. Figueiredo garantiu eleições livres, que proporcionaram grande renovação dos parlamentares nos três níveis da Federação e até eleição de governadores de oposição: novos desafios para governo e Legislativo. 13, 14. Figueiredo, mantendo a palavra empenhada, assegurou novos patamares à democracia. 15. Na normalidade democrática, o desafio é aperfeiçoar instituições, pela reforma da Constituição a ser conduzida pelo Congresso Nacional. 16. Fim da confrontação política e
---	---

confrontação política e o retorno à prática democrática da negociação e do entendimento entre as diferentes correntes partidárias, que no Legislativo representam a diversidade do pensamento da sociedade brasileira. 17. Esperamos, pois, que, sem perda da sua identidade ideológica e programática, os Partidos encontrem os caminhos do diálogo e da discussão construtiva das grandes questões nacionais, destacadamente daquelas relacionadas com a crise econômica em que nos achamos mergulhados e que reclama para sua solução posicionamentos responsáveis. 18. Nos dois últimos anos, tive a honrosa incumbência de representar o pensamento do governo nesta Casa, como Líder da bancada da Maioria, o que foi facilitado pela colaboração dos companheiros de bancada e pelo amadurecimento da Oposição, conduzida com espírito patriótico pelo ilustre Líder Humberto Lucena, novamente na liderança da representação oposicionista. Travamos debates, às vezes veementes, mas prevaleceu sempre a lealdade na sustentação das nossas posições, circunstância que muito contribui para o fortalecimento do prestígio do Senado. Estou certo de que esse ambiente será aqui preservado em benefício da nossa Instituição e do País. 19. O exame da situação interna será incompleto se desconhecermos as difíceis conjunturas externas, marcadas pelo profundo desequilíbrio econômico, principalmente pela perda de liquidez da maioria das Nações. 20. A angústia do presente não elimina, no entanto, a esperança do futuro. Nesta Casa, da inteligência, da sensibilidade política, da ação patriótica, da palavra ponderada dos seus ilustres integrantes, surgirão as idéias que mudarão os rumos das crises. 21. Srs. Senadores! Este é um momento de tomada de consciência das minhas novas responsabilidades e do papel que devo desempenhar nesta Casa. 22. Há 37 anos, um jovem universitário, saído de um sertão pernambucano, formava toda a	retorno da negociação dos que representam a diversidade. 17. Os partidos devem encontrar o caminho do diálogo construtivo para resolver a crise econômica. 18. Nos dois anos precedentes, como Líder da Maioria, travou combates com a Oposição, em clima de lealdade, o que trouxe prestígio para o Senado. 19. A conjuntura externa aponta a perda de liquidez da maioria das nações. 20. Mas a angústia não anula a esperança. Da criatividade política dos senadores, solução para a crise. 21. Consciência das responsabilidades na Presidência do Senado. 22. O hoje Presidente do Senado, em 1945 era presidente da Legião
---	--

sua inteligência e o seu cultivo na velha Bahia e a Nação inteira, sacudida, como o mundo inteiro também, numa convulsão social, se debatia numa luta: a liberdade contra a ditadura, a democracia contra a ditadura. E os homens que eu vi, nos idos da minha mocidade – muitos eu encontro aqui no Congresso, já encanecidos – não pregaram esse ideal em vão. Aqueles professores, no anfiteatro das suas escolas, terminavam todas as aulas com essa pregação democrática e libertária. Nelson Carneiro, Edson Carneiro, Luiz Viana, Aliomar Baleeiro, Jaime Junqueira Aires e Nestor Duarte, para falar nestes poucos. Lembro os velhos mestres da Escola de Medicina, onde eu, Lourival Baptista e Lomanto Junior ouvíamos Eduardo de Moraes, Aristides Noviz, Álvaro de Carvalho pregarem a democracia, e nós sentíamos vontade de sair para o campo de luta da Itália para derrubar, primeiro, a ditadura. Dessas coisas se imbuíu a mocidade naquele tempo. Não havia diretórios acadêmicos, e o presidente da Legião Acadêmica, hoje, é o Presidente do Senado do Brasil.	Acadêmica, na Bahia, e ouvia a lição dos grandes mestres – alguns deles ali presentes – a defender a liberdade e a democracia.
23. A mensagem que eu tenho aos moços é o cultivo da política, é o aprimoramento, é a lição primeira de defender a liberdade.	23. Mensagem aos moços: primeiro, defender a liberdade.
24. E parece que estou a ver Samuel Mac Dowel recitar os versos de Longfellow, “Onde houver injustiça, liberdade. Onde houver opressão, liberdade. Onde houver angústia, liberdade. Liberdade, liberdade, liberdade”. Esta Casa tem o vulto de Rui Barbosa, ali, a nos contemplar; o civilista e o homem da lei. Que este seja o nosso guia nesta hora grave, trinta e sete anos depois. Parece que poucas coisas fizemos, porque naquela posse de ontem os jovens todos que circulavam nos corredores eram aqueles mesmos de trinta anos passados, que procuravam as mesmas coisas que o Presidente do Senado hoje anuncia que estamos procurando fazer.	24. A liberdade é o remédio contra a injustiça, a opressão, a angústia. Que Rui seja o guia nessa hora grave.
25. Srs. Senadores, com estas palavras eu creio que, ao assumir a Presidência do Senado Federal, estão presentes em mim muito mais os deveres que tenho para com a Nação e os meus pares do que o mero enlevo no exercício de um	25. Na Presidência do Senado, mais deveres com a Nação do que enlevo pessoal.

destino reservado pelas honras da vida pública. 26. Minha palavra não se omitirá, nem minhas mãos estarão presas diante da legítima decisão que assumo do bem servir. 27. Asseguro-lhes que esta Presidência contribuirá vivamente com todo o seu esforço para a análise e soluções que requeiram o memento brasileiro, nas definidas esperanças de nossa gente. 28. Conto com todos. Haveremos de, juntos, promover os encontros que realizem a parceria da construção nacional. 29. De todos espero não apenas o apoio passivo, mas a colaboração constante, construtiva e até apaixonada dos eminentes companheiros (<i>Muito bem! Palmas</i>). (1.325 palavras)	26. Será palavra ativa para bem servir à Nação. 27. Na Presidência, esforço para solucionar a crise. 28, 29. Com o apoio de todos, parceria para a construção nacional.
---	--

Radiografia

Este é um discurso em que o caráter deliberativo se sobrepõe a todos os outros. O orador representa uma corrente política em queda e apela para as novas forças políticas saídas das eleições precedentes. O *acordo* buscado: a solução para a crise econômica, uma crise que atinge o mundo inteiro. Para se qualificar perante a audiência, invoca seu passado de lutas e sua crença na liberdade. Mas aponta, também, como um trunfo, a reconquista da democracia, patrocinada por Figueiredo, seu aliado.

Moacyr Dalla (PDS – ES)

11 de novembro de 1983⁴⁰

47ª Legislatura

Resumo

Homenageia o recém-falecido Nilo Coelho. Ainda que enlutado, dá continuidade aos procedimentos regimentais de eleição da nova Mesa. Assume o compromisso de dar continuidade às propostas de Nilo Coelho para enfrentar os desafios nacionais: prosseguir no fortalecimento da democracia, consolidar a abertura, revitalizar as relações entre os Poderes, sem tutelas nem confrontos.

Convoca todos para a tarefa de restaurar a confiança do povo e superar as crises. Aceita a Presidência ciente da natureza suprapartidária da tarefa de um cargo que assume sem injunções externas. Aspira, na missão de Presidente, contribuir para a pacificação da sociedade e retomada do desenvolvimento econômico com justiça social.

Discurso

1. Eminentes Colegas, Exmos. Srs. Deputados, cuja presença nos honra, Senhoras e Senhores, minha esposa, Srs. Funcionários: Quis a providência Divina tirar do nosso convívio a figura invulgar de político experiente e administrador probo, de líder nato e homem público de projeção nacional, nosso saudoso Companheiro e Amigo Nilo Coelho, cuja contribuição ao País nunca será demais ressaltar. 2. Em meio à dor e comoção naturais que advêm do prematuro passamento do grande Presidente Nilo Coelho; contristados, embora, ante o infausto acontecimento, remanesceu, contudo, nosso dever comum de prover a composição da Mesa desta Casa, dentro da exigüidade do prazo regimental que assim dispõe, a fim de assegurar-lhe a regularidade dos trabalhos e do funcionamento do Congresso Nacional. 3. Nesta hora em que, com humildade, recebo dos Nobres Colegas o honroso cometimento, para dar continuidade à linha de ação traçada por nosso predecessor, quero reafirmar nosso compromisso	1. Homenagem o falecido Nilo Coelho. 2. Ainda que enlutado, dá continuidade aos procedimentos regimentais: eleição da nova Mesa. 3. Compromisso de dar continuidade às propostas de Nilo Coelho para enfrentar os desafios nacionais.
--	--

⁴⁰ Com o falecimento do então Presidente do Senado, Senador Nilo Coelho, em 9 de novembro de 1983, foi eleito à Presidência da Casa Moacyr Dalla, que, até então, ocupava o cargo de Primeiro Vice-Presidente (Passos, 1991, p. 112).

comum e indeclinável de conduzir, com segurança e equilíbrio, com largueza de visão e de propósitos, os superiores interesses nacionais, enfrentando, com consciência histórica e grandeza cívica os desafios da atualidade brasileira. 4. Havemos de prosseguir o trabalho de afirmação institucional e política do Poder Legislativo (<i>palmas</i>), balizando-nos pelo imperativo de fortalecer a Democracia e consolidar a abertura do regime, nesta nova fase da vida republicana, postulados estes que pressupõem a revitalização das relações harmônicas entre os Poderes e a vivência do primado constitucional, exercitando as franquias e responsabilidades democráticas, sem tutelas nem confrontos. 5. A esse esforço convoco todos os dignos integrantes desta Casa e da Mesa que a preside, independentemente de nossos alinhamentos partidários e orientações pragmáticas, reunindo as forças vivas e as reservas morais da Nação, os expoentes em todos os setores da vida nacional, para a tarefa inadiável de restaurar a confiança de nosso povo nos destinos do Brasil e em nossa capacidade de superar crises e vencer as dificuldades. 6. Aceito tão relevante investidura, cômico de sua representatividade suprapartidária, acrescida pelo apoio inequívoco e leal de Membros de todas as bancadas, governistas e oposicionistas. 7. A despeito disto, como homem de Partido, sinto-me no dever de louvar e agradecer o desprendimento e o espírito público de Eminentíssimos Colegas, por todos os títulos merecedores da mesma confiança com que fui distinguido, nomes que honram a bancada pedessista, cuja atitude tornou possível preservar a coesão e unidade partidárias. 8. Assumo, portanto, a Presidência do Senado Federal sem traumatismos nem sob injunções de influências externas ou internas (<i>palmas</i>), sem outros compromissos senão aqueles decorrentes das magnas funções inerentes ao cargo e das diretrizes antes expostas. 9. Que Deus nos inspire e nos guie a todos, a fim de que saibamos posicionar-nos sempre à altura do momento que vive o Poder Legislativo, e para que nossa Instituição venha a assumir, de forma ampla e efetiva, a missão que lhe cabe na pacificação da sociedade brasileira, na luta pela retomada do desenvolvimento econômico e na realização da Justiça Social. (<i>Muito bem! Palmas prolongadas.</i>) (484 palavras)	4. Prosseguir no fortalecimento da democracia, consolidar a abertura, revitalizar relações entre os Poderes, sem tutelas nem confrontos. 5. Convoca todos para a tarefa de restaurar a confiança do povo e superar as crises. 6. Aceita a Presidência ciente da natureza suprapartidária da tarefa. 7. Agradece aos partidários (PDS) que permitiram sua eleição. 8. Assume sem injunções externas, com os compromissos exigidos pelo cargo. 9. Que, na missão de Presidente, contribua para a pacificação da sociedade e retomada do desenvolvimento econômico com justiça social.
--	---

--	--

Radiografia

Este é um discurso que oscila entre o de louvação (a Nilo Coelho) e o deliberativo, mas em que ambas as estratégias contribuem para o mesmo fim: obter dos senadores a adesão para solucionar as crises que assolam o País, particularmente as originadas pelos problemas econômicos. Ao elogiar o antecessor, que faleceu com menos de um ano no cargo, pretende que o prestígio e as propostas daquele se transfiram, na forma de apoio, para este novo Presidente.

José Fragelli (PMDB – MS)

27 de fevereiro de 1985

47ª Legislatura

Resumo

Considera sua eleição um privilégio, pois, mesmo depois de 40 anos de vida pública, não esperava vir a ser Presidente do Senado. O cargo vem com maiores responsabilidades em função das transformações desde a eleição de Tancredo.

Dos senadores exige-se atender os anseios populares manifestados nas Diretas-Já. No Senado, após a abertura, estão representadas todas as legendas. Na democracia, a regra é o debate. A maioria monolítica de antes é agora minoria, a defrontar-se com nova maioria, unida pelos objetivos de servir ao povo. Embora teóricos apontassem que a ausência de povo é que impedia a democracia no Brasil, com as Diretas-Já a população ditou os rumos da política nacional.

O Legislativo tem a responsabilidade de voltar a ser um Poder, sem abrir mão de seu papel, como o fez no passado. Por isso, a direção do Congresso Nacional tem o dever de preservar as prerrogativas do Legislativo e zelar para que o governo seja sempre do povo e com o povo: não apenas na eleição, mas durante todo o mandato. Este é um Novo Parlamento: ético, livre, independente, pois o Congresso recebeu nova investidura nas Diretas-Já.

Discurso

1. Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras, meus senhores: É um privilégio tomar assento a esta mesa, neste instante, pela bondade dos meus ilustres pares, que honraram aquele que, por sua atividade na política provinciana, em lides que se alongam por quarenta anos, jamais alimentara a pretensão de atingir tão dignificantes funções. Compreendo as responsabilidades que me acometem a partir deste momento. As transformações por que vão apossar as nossas instituições com a nova República, desde a posse do preclaro Presidente Tancredo Neves, exigem de cada brasileiro e, particularmente, de cada um de nós nesta Casa, reflexão, trabalho, espírito público e preocupação pelos anseios do povo, que os manifestou na mais memorável campanha cívica que este país assistiu. 2. Substituo nesta Presidência o eminente Senador Moacyr Dalla, que encerra a sua gestão com a estima e a consideração de todos os Srs. Senadores, bem como dos nobres companheiros de Mesa, que deram a sua contribuição aos trabalhos desta Casa durante os	1. Privilégio: mesmo depois de 40 anos de vida pública não esperava tal eleição. Responsabilidades em função das transformações desde a eleição de Tancredo. Dos senadores exige-se atender os anseios populares manifestados nas Diretas-Já. 2. Homenagem a Moacyr Dalla e ex-integrantes da Mesa.
---	---

últimos dois anos. 3. Aqui se reúnem todas as forças político-partidárias que formam o Senado da Federação; aqui dividem as mesmas responsabilidades todas as legendas nele representadas. Só poderia ser assim, uma vez abertas as comportas da liberdade e conseqüentemente participação do povo no processo político. Processo que, na democracia, é visceralmente dialético, no qual a regra é o debate, a crítica, a discussão, expressando-se pelo governo da maioria, com a colaboração e a fiscalização da minoria. A maioria monolítica de ontem passa a ser a minoria de hoje, defrontando-se com uma maioria compósita, mas unida nos propósitos e objetivos de uma renovação inspirada nos anseios populares proclamados explosivamente no movimento das diretas-já. Pela primeira vez, foi o povo, e não as cúpulas e elites partidárias, quem ditou novos rumos à política nacional. Os doutrinadores e cientistas da nossa sociologia política apontavam como fator preponderantemente impeditivo à instauração da democracia no Brasil – a ausência do povo nas grandes campanhas eleitorais. Oliveira Vianna observava a inutilidade dessas campanhas para granjear votos, por meio do granjeio de convicções, e sobretudo pela fixidez e imutabilidade dos quadros partidários, não conseguindo, as propagandas eleitorais, modificar num ápice a sua estabilidade. O ano político de [19]84 transformou a realidade nacional, e nem aquela tradicional fixidez e imutabilidade dos quadros partidários pôde resistir ao ímpeto avassalador das vozes populares nos grandes comícios, em que a oratória dos políticos foi apenas um eco dos clamores das massas. O fato, antes impeditivo, é, agora, o fator determinante. Pois, afinal, aí está o povo. 4. A sociedade brasileira, por todos os seus segmentos sociais, queria e quer liberdade para reconstruir a sua democracia e austeridade no trato da coisa pública para restaurar a dignidade nacional. Com dignidade e decência, a alma brasileira acredita que o corpo nacional se reerguerá por si. O Poder Legislativo terá responsabilidade específica nessa magna tarefa e não menor que os demais Poderes da República. Cumpre, antes de tudo, que volte a tomar posse de si mesmo. Que passe a ser um Poder, não apenas na concessão escrita das prescrições constitucionais das suas prerrogativas e funções, mas no exercício efetivo dos poderes que expressam. O Legislativo não poderá ser indulgente na compreensão e na aplicação dos seus poderes, fraquejando ou abdicando – e quanto já fraquejou e quanto já abdicou! – pelo aliciamento ou pressão de quaisquer forças, porque a indulgência	3. No Senado, após a abertura, vê-se representação de todas as legendas. Na democracia, a regra é o debate. A maioria monolítica de antes é agora minoria, a defrontar-se com nova maioria, unida pelos objetivos de servir ao povo. Embora teóricos apontassem que a ausência de povo é que impedia a democracia no Brasil, com as Diretas-Já a população ditou os rumos da política nacional. 4. O Legislativo tem a responsabilidade de voltar a ser um Poder, sem abrir mão de seu papel, como o fez no passado.
---	--

própria seria maior que o crime de outrem. 5. Daí que a Direção do Senado e do Congresso, que agora se empossa, há de zelar pelas atribuições e prerrogativas inalienáveis do Poder, e mais que isso, pelo seu exercício, fazendo da doutrina constitucional que a consagra nos textos um instrumento de ação que as valorize na prática, até mesmo restaurando praxes republicanas que duraram até [19]64. É a única maneira de o Congresso dar a sua indispensável colaboração para que o governo do povo seja, sempre, governo pelo povo, para o povo e acrescentaria: com o povo. Viu o problema, com a acuidade que era muito sua, Pontes de Miranda, quando disse que, para que se governe com o povo, é preciso que subsista o assentimento popular, não só no instante da investidura no poder pelo sufrágio, mas em todo o curso do mandato. “Os governantes eleitos – insiste o saudoso jurista e ideólogo – Deputados, Senadores, Vereadores, Presidente, Governadores, Prefeitos são comissários ou delegados do povo, e como tais, o que lhes cumpre, para não traírem, é inteirar-se da vontade do povo, realizando-a no dia-a-dia do exercício do mandato”. Como propriedade, Deputados, Senadores, Vereadores, foram também designados como “governadores eleitos”, porque a participação do Poder Legislativo, no governo da sociedade, em nada deve perder em força e responsabilidade, para o governo eleito do Poder Executivo. E se há um compromisso maior dos representantes legislativos, é o da manutenção sem transigências dos poderes da sua competência, concorrente ou exclusiva, prescritos no pacto fundamental que embasa a democracia. 6. Saudemos, pois, o Novo Parlamento, retratado como todos o queremos: ético, livre e independente. 7. Ousaria dizer que, procedendo nesses termos, este Congresso recebeu uma nova investidura popular na campanha das diretas, do mesmo modo que o futuro eminente Chefe do Governo. A sensibilidade dos políticos portadores dos mandatos que exercem, recompondo os quadros partidários no Legislativo, já é uma prova de acatamento daquela vontade popular, que vale por uma renovação de confiança neles depositada no momento do voto, não importa o tempo e a forma da sua expressão. Um novo Executivo, um novo Legislativo, para uma nova República. <i>(Muito bem! Palmas)</i> (909 palavras)	5. A direção do Congresso Nacional tem o dever de preservar as prerrogativas do Legislativo e zelar para que o governo seja sempre do povo e com o povo: não apenas na eleição, mas durante todo o mandato. 6. Novo Parlamento: ético, livre, independente. 7. O Congresso recebeu nova investidura nas Diretas-Já: novo Legislativo para a Nova República.
---	--

Radiografia

A leitura desse discurso revela seu duplo objetivo: o de louvação e o de deliberação. O júbilo decorre da vitória de Tancredo–Sarney na eleição indireta. A deliberação tem o seguinte destino: que o Congresso volte a ser um Poder na República. Esses dois sentidos são construídos ao longo do texto, em que o orador procura imprimir a nova orientação do Legislativo: servir ao Povo e não ao Executivo, como ocorria na Ditadura, em que abriu mão de exercer suas próprias funções.

Humberto Lucena (PMDB – PB)

1º de fevereiro de 1987

48ª Legislatura

Resumo

Considera que a Presidência do Senado é a culminância da carreira parlamentar, na qual tem exercido a liderança do partido, mesmo nos momentos mais graves da história. Significa muito essa Presidência, particularmente quando se instala a Constituinte. É preciso lembrar os anos de autoritarismo e de sacrifício dos patriotas. Mas, agora, o País se reencontrou consigo mesmo, com o restabelecimento das eleições diretas e com a Nova República, que já apresenta conquistas sem precedentes.

A Constituinte, há muito esperada, é compromisso da Aliança Democrática e do Presidente Sarney e deve proporcionar vida digna aos trabalhadores; assegurar direitos e liberdades individuais e sociais. Mais que nunca, existem as condições para uma Carta que assegure a construção de um país justo e livre. Por isso, a Constituinte terá primazia sobre os trabalhos ordinários de Senado e Câmara, cujo princípio – bicameralismo – é condição para a Federação.

Aos senadores será assegurada a melhor assessoria técnica e a preservação da imagem do Senado, com a austeridade a ser observada. Os destinos políticos do País dependem do que a Constituinte produzir. A administração será marcada pelo suprapartidarismo e pela colaboração de todos. Convoca senadores, membros da Mesa e servidores para a tarefa, agradece a confiança e promete dedicação.

Discurso

1. Senhores Senadores, meus companheiros de Mesa Diretora: A Presidência do Senado Federal e do Congresso Nacional é, sem dúvida, a culminância da carreira parlamentar. Aqui chego, através da honrosa escolha de meus pares, depois de uma longa caminhada que começa na Assembléia Legislativa de meu Estado da Paraíba, passa por quatro mandatos na Câmara dos Deputados e atinge o início de meu segundo mandato do Senado Federal. A minha vida de homem público foi construída nas casas legislativas e em todas elas tive a honra de exercer a liderança de meu Partido, inclusive em momentos particularmente difíceis e graves de nossa recente história política. No Senado, por três anos consecutivos, exerci a liderança da Oposição e fui escolhido o primeiro líder do Governo na Nova República. 2. Desnecessário se torna, portanto, insistir no quanto significa para mim – homem do Legislativo –	1. A Presidência do Senado é a culminância da carreira parlamentar, na qual tem exercido a liderança do partido, mesmo nos momentos mais graves da história. 2. Significa muito essa Presidência, particularmente
---	---

assumir a Presidência do Senado, principalmente no momento em que instalamos também a Assembléia Nacional Constituinte. 3. Senhores Senadores, vivemos um período de transição política rumo à plenitude democrática. Nunca será demais lembrar – num país de memória curta como o nosso, que às vezes se esquece rápido demais de suas próprias experiências e das inúmeras lições da História – os longos anos de autoritarismo que conseguimos superar através do trabalho, da luta e do sacrifício de muitos patriotas. 4. O País se reencontrou consigo mesmo num processo longo e tortuoso que ganhou as praças públicas na memorável campanha das diretas-já, prolongadas pela pregação de Tancredo Neves até o fim do Colégio Eleitoral. 5. O Brasil mudou e na Nova República, apesar de todas as nossas inegáveis dificuldades e crises e apesar da persistência de nossas desigualdades regionais, representa um avanço histórico sem precedentes cujos resultados já podem hoje ser observados em diferentes aspectos da vida nacional. 6. A Constituinte, todos sabemos, é um compromisso assumido pela Aliança Democrática em praça pública e resgatado com a Nação através da iniciativa do Presidente José Sarney e da aprovação da Emenda nº 26 pelo Congresso Nacional. 7. Há muito o País reclama e espera por essa oportunidade. 8. Temos o dever histórico de elaborar uma Carta que responda aos desafios e aos anseios de um Brasil ainda cheio de esperança e seguro de seu potencial imenso para oferecer uma vida digna a todos que ainda vivem e trabalham. 9. Temos o dever histórico de escrever uma Constituição que seja, sobretudo, justa e garanta na sua plenitude os direitos e liberdades individuais e sociais. 10. Senhores Senadores: em nenhum outro momento da nossa história tivemos condições tão favoráveis como as que agora se oferecem para a elaboração de uma Carta Constitucional. Os atuais Deputados e Senadores chegam à Assembléia Nacional Constituinte legitimados pela vontade popular expressa em pleito soberano e livre. Além disso, vivemos hoje no País um clima de serena tranquilidade dentro de um quadro institucional balizado pelo funcionamento pleno dos três poderes da República. Essas são as condições indispensáveis para que se possa produzir uma Carta duradoura, voltada para a construção de um novo País, verdadeiramente justo e livre.	quando se instala a Constituinte. 3. É preciso lembrar os anos de autoritarismo e de sacrifício dos patriotas. 4. O País se reencontrou consigo mesmo, com o advento das eleições diretas. 5. A Nova República apresenta conquistas sem precedentes. 6, 7. A Constituinte, há muito esperada, é compromisso da Aliança Democrática e do Presidente Sarney. 8. A Carta deve proporcionar vida digna aos trabalhadores. 9. Direitos e liberdades individuais e sociais devem ser garantidos. 10. Existem as condições para uma Carta que assegure a construção de um país justo e livre. 11. A Constituinte terá
--	---

11. Como Presidente do Senado Federal cabe-me, nesse momento histórico, zelar pela primazia indiscutível da Assembléia Nacional Constituinte, respeitadas as atuais atribuições da Câmara e do Senado para elaborar a legislação ordinária. Reafirmo o compromisso intransigente de defender a plena restauração das prerrogativas do Poder Legislativo nos moldes das democracias modernas, incluindo a preservação do bicameralismo dentro de nossa melhor tradição republicana e como condição necessária a um verdadeiro federalismo. 12. Internamente reafirmo meus compromissos de propiciar melhor assessoria técnica aos Senadores, às Comissões e ao Plenário e de não transigir na preservação da imagem pública do Senado Federal, numa gestão de absoluta austeridade. 13. Senhores Senadores: no homem público devem estar sempre presentes a noção de seu tempo e a compreensão dos limites que a História lhe impõe dentro das possibilidades da ação política. Tenho consciência da importância do momento que vivemos e da responsabilidade que temos perante a Nação brasileira. Não seria exagero afirmar que da correção de nosso trabalho como Senadores Constituintes e dos rumos que foram traçados na Carta que conseguimos produzir dependerão, em boa medida, os destinos político-institucionais de nosso País. 14. É com essa certeza que pretendo presidir o Senado Federal e o Congresso Nacional. Sei que para isso torna-se necessário uma administração com a grandeza do suprapartidarismo e a capacidade de articular a colaboração de todos. 15. Desde já convoco a todos os Srs. Senadores, em particular os meus ilustres companheiros de Mesa Diretora, e convoco também os dedicados funcionários da Casa para a grande tarefa que nos espera. 16. Agradeço, finalmente, a confiança de todos e prometo o melhor de meu esforço e dedicação. 17. Muito obrigado. (<i>Muito bem! Palmas</i>) (782 palavras)	primazia sobre os trabalhos ordinários de Senado e Câmara, cujo princípio – bicameralismo – é condição para a Federação. 12. Assegura a melhor assessoria técnica aos senadores e preservação da imagem do Senado. 13. Os destinos políticos do País dependem do que a Constituinte produzir. 14. A administração será marcada pelo suprapartidarismo e colaboração de todos. 15. Convoca senadores, membros da Mesa e servidores para a tarefa. 16. Agradece a confiança e promete dedicação.
--	--

Radiografia

Embora de pequena extensão, este é um discurso marcadamente deliberativo. O *acordo* a ser buscado é em torno da realização da Constituinte, a qual representa o

esforço de união. Não qualquer Carta, mas uma que assegure vida digna aos trabalhadores, direitos sociais e liberdades individuais. De si, o orador ressalta a autoridade de haver construído sua carreira no parlamento, em anos difíceis, e sempre na liderança. Para tornar maior essa autoridade, compromete-se com a prestação de serviços de assessoria e com uma gestão austera da Casa. Representa um bom modelo de discurso deliberativo.

Nelson Carneiro (PMDB – RJ)

15 de fevereiro de 1989

48ª Legislatura

Resumo

Agradece a eleição, reverencia os que votaram contra e homenageia a bancada feminina da Câmara e associações de mulheres presentes. Sente ser o fim de longa caminhada, iniciada em 1947, eleito pela Bahia e depois Rio de Janeiro. Não percebeu o fim da mocidade e início da velhice. Festeja 60 anos de lutas, enriquecidos pelas lideranças de Joaquim Seabra, Otávio Mangabeira e Amaral Peixoto. Participou de lutas pela normalidade constitucional brasileira: sofreu com derrotas e se rejubilou com vitórias, pois a democracia exige luta e vigilância permanentes.

Honrado pela eleição, espera que logo se iniciem as votações para regulamentar a Constituição de 1988. Urge instrumentalizar o Senado, para as tarefas de fiscalização e controle, e demais regalias conquistadas com a Constituição de 1988, particularmente no que se refere à elaboração das leis orçamentárias. Mas lembra que há proposições com prazos fatais a serem apreciadas de imediato. O Congresso continua a ser o eco das aspirações coletivas.

Homenageia Humberto Lucena e respectivos companheiros de Mesa Diretora. Convida os senadores a resgatarem a imagem do homem público brasileiro, o que se fará com a colaboração da imprensa e dos funcionários. Por fim, agradece a confiança com que foram distinguidos os membros da Mesa Diretora.

Discurso

1. Srs. Senadores, ascende à dignidade desta Presidência, que é igualmente à do Congresso Nacional, por nímia bondade de tantos e tão eminentes colegas. Devo manifestar-lhes, de início, minha reverente gratidão, extensiva a quantos, dissentindo da maioria, emprestaram à escolha de meu nome a consagração da divergência, traço característico das assembléias democráticas. O reconhecimento vai além deste venerando recinto, para alcançar a brilhante bancada feminina da Câmara dos Deputados e as associações de mulheres que enfeitaram com sua espontânea homenagem esta hora singular de minha vida. 2. Sinto que chego ao fim de longa caminhada, de amor e quase paixão pela atividade parlamentar, que acompanhei de novembro de [19]33 a abril de [19]47 na Bancada de Imprensa, e de onde baianos desavisados e depois generosos cariocas e fluminenses que conduziram, por 38 anos, a Câmara dos Deputados e a	1. Agradece a eleição; reverencia os que votaram contra; homenageia a bancada feminina da Câmara e associações de mulheres presentes. 2. Sente ser o fim de longa caminhada, iniciada em 1947, eleito pela Bahia e depois Rio de Janeiro. Não percebeu o fim da mocidade e início da velhice.
--	---

esta Casa. No culto desta constante afeição, fluíram décadas, sem que eu notasse, como previa Drummond, nem onde começa a velhice, nem onde acaba a mocidade. Mas aprendi com Montesquieu, que não é a nova geração que se degenera; essa só se perde quando os homens maduros já estão corrompidos. 3. Na constância desse terno e demorado encantamento, se não posso, como Rui, saudar o jubileu de qualquer apostolado, ousou repetir o Mestre ao festejar, sem falsa modéstia, uma existência inteira, sessenta anos de ação e de peleja, enriquecidos pelas lideranças de José Joaquim Seabra, Otávio Mangabeira e Amaral Peixoto. 4. Percebo, todavia, que estou a descumprir o sábio conselho de que não serve a Deus quem, depois de ter posto a mão no arado, olha para trás. Mas foi no passado, um segundo coração que bate em nós, na palavra de Henri Bataille, que assisti, e tantas vezes participei, das manhãs de sol e dos entardeceres sombrios que marcam a luta pela normalidade constitucional em nosso País. Sofri pelos que cederam, exaltei os que tombaram e meu rejubilei com os que resistiram e, afinal, venceram. A democracia, gêmea da liberdade, não se faz com tolerância, nem floresce no comodismo. Nem por igual se fortalece em tibiezas e renúncias. Há que lutar, dia a dia, para conquistá-la, há que vigiar, dia a dia, para conservá-la. 5. Honrado com a consagrada indicação de meu Partido, assumo, neste momento, a alta magistratura de chefe do Poder Legislativo, que devo exercer, por decisão soberana deste augusto plenário, juntamente com os poderes Executivo e Judiciário, que a tradição republicana exige harmônicos e independentes entre si. Eis porque confio que, terminado este ruidoso verão, diminuirá a chuva de excepcionalidades, sob pena de sacrificar-se o trabalho regular das duas Casas, numa hora em que a Nação, toda ela, volta para o Congresso Nacional as vistas e as esperanças, certa de que não se retardará a votação das leis complementares e ordinárias, que vivificarão os textos de outubro, tarefa a que nos devemos dedicar antes mesmo que se atualizem o Regimento Comum e o desta Casa, que envelheceram com a ambicionada reconquista das antigas e a conquista das novas prerrogativas parlamentares, acrescidas da recente vigência do sistema pluripartidário. 6. Para que esforços e dedicações resultem proveitosos, urge continuar a instrumentalização do Senado e, por igual, do Congresso Nacional, para a desobrigação de outros encargos que lhes foram atribuídos pela Constituição. Cabe agora, ao Poder	3. Festeja 60 anos de lutas, enriquecidos pelas lideranças de Joaquim Seabra, Otávio Mangabeira e Amaral Peixoto. 4. Participou de lutas pela normalidade constitucional brasileira: sofreu com derrotas e se rejubilou com vitórias, pois a democracia exige luta e vigilância permanentes. 5. Honrado pela eleição, espera que logo se iniciem as votações para regulamentar a Constituição de 1988. 6. Urge instrumentalizar o Senado, para as tarefas de fiscalização e controle, autorização de operações externas, fixação dos limites
--	--

Legislativo, por exemplo, também o controle, e não apenas a fiscalização, dos atos do Executivo, incluídos os da administração indireta. O Senado Federal autorizará as operações externas de natureza financeira, fixará os limites globais da dívida consolidada e disporá sobre estes limites e as condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diminuído está o formalismo dos pedidos de informação, incursos em crime de responsabilidade os Ministros de Estado que se retardarem em seu atendimento, ou prestarem esclarecimentos falsos, inclusive os propositadamente incompletos. Dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União serão escolhidos pelo Congresso Nacional. Os Presidentes das duas Casas e os Líderes da Maioria e da Minoria representam o Congresso Nacional no Conselho da República. Não menos relevante é a presença dos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal no Conselho de defesa nacional, incumbido de aconselhar o Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do estado democrático. Tal como ocorre na Itália, ganham as Comissões Permanentes a possibilidade de arquivar proposições que não mereçam apreciação do plenário, enquanto as Comissões Parlamentares de Inquérito terão poderes de investigação, próprias das autoridades judiciais. Texto expresso declara da competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes. Nos Estados Unidos, no curso de duzentos anos – leio em livro recente –, o entendimento é de que o Congresso pode investigar a aplicação das leis pelo setor executivo, porém não pode investigar o Presidente em si, a menos que se promova juízo político. Vejo fixados aí os limites que a Constituição traçou ao congresso Nacional. Porque respeitaremos religiosamente a atividade legal dos Poderes Executivo e Judiciário, espero que o Poder Legislativo, escoraçado durante tantos anos, não renunciará a uma só das atribuições que lhe foram constitucionalmente outorgadas. Acredito igualmente inadiável a participação ativa e constante do Congresso Nacional no acompanhamento da política externa, e que não se pode resumir à simples apreciação dos tratados celebrados pelo Poder Executivo e à tradicional aprovação, por esta Casa, dos chefes de missão diplomática de caráter permanente. Mas onde, a meu ver, sobressaem as deficiências funcionais do Legislativo, exigindo o imediato recrutamento dos servidores especializados, alguns esquecidos em	da dívida e outras atribuições do Senado: pedidos de informação, indicação de 2/3 do TCU, representação nos Conselhos da República e de Defesa Nacional. Comissões ganham poder para apreciar em definitivo as proposições. CPIs com poderes de investigação, próprias das autoridades judiciais. Competência exclusiva do Congresso Nacional zelar pela preservação de sua competência legislativa. Inadiável a participação ativa e constante do Congresso Nacional no acompanhamento da política externa. Capacita o Senado para as leis orçamentárias.
---	---

atividades meramente burocráticas, e outros dispersos em setores estranhos ao Congresso, e à Comissão Mista encarregada de examinar e opinar sobre os projeto de lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, os orçamentos anuais e os créditos adicionais, cumprindo-lhe, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, solicitar às autoridades governamentais que, no prazo de cinco dias, prestem os esclarecimentos necessários, podendo ouvir o Tribunal de Contas e propor ao Congresso Nacional a sustação do gasto que, a seu juízo, possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública. 7. Há, outrossim, novos desafios a vencer, pela elaboração de proposições com prazos fatais inscritos na Constituição, e que devem ser atacados de imediato, sob pena de falharmos à expectativa geral. 8. Tribuna da Nação, o Congresso continuará a voz e o eco das aspirações coletivas, o protesto e a esperança, o presente e o futuro. 9. Estou certo de interpretar o pensamento do Senado Federal ao deixar consignada nos anais a homenagem devida à Mesa que se despede, presidida pelo eminente Senador Humberto Lucena, e integrada pelos nobres Senadores José Ignácio, Lourival Baptista, Jutahy Magalhães, Odacir Soares, Dirceu Carneiro, João Castelo, Aloízio Bezerra, Francisco Rollemberg, João Lobo e Wilson Martins. A precedência dos trabalhos constitucionais e das sucessivas reuniões do Congresso determinou a quase paralisação da atividade legislativa desta Casa. Mas a administração do biênio que ora se encerra conseguiu o equilíbrio, a operosidade e a correção que justificaram sua investidura. 10. Ao convocar V. Exas., Srs. Senadores, para a ingente missão de recuperar a imagem, tão diuturnamente distorcida do homem público brasileiro, com pernicioso reflexo na opinião pública, cumprimento os prezados confrades da imprensa e os dedicados servidores da Casa, convencido de que somente unidos poderemos servir à causa da lei, da justiça social, da democracia e da liberdade. 11. Antes de dar por encerrada a presente reunião e convidar a todos para a solenidade da instalação da 3ª Sessão Legislativa da 48ª Legislatura, às 18 horas de hoje, transmito aos Senhores Senadores, em meu nome e no dos demais companheiros da Mesa, o caloroso agradecimento pela honrosa confiança com que nos distinguiram. E a eles me reúno para rogar que o valioso apoio de Vossas Excelências e a bênção divina jamais	7. Há proposições com prazos fatais a serem apreciadas de imediato. 8. O Congresso continua a ser o eco das aspirações coletivas. 9. Homenageia Humberto Lucena e respectivos companheiros de Mesa Diretora. 10. Convida os senadores a resgatarem a imagem do homem público brasileiro, o que se fará com a colaboração da imprensa e dos funcionários. 11. Agradece a confiança com que foram distinguidos os membros da Mesa Diretora.
---	--

nos faltem no decorrer da jornada ora iniciada. (<i>Muito bem!Palmas prolongadas</i>) (1.326 palavras)	
---	--

Radiografia

Este discurso é essencialmente de louvação: do próprio orador, mas principalmente das conquistas do Congresso Nacional e, particularmente, dos novos poderes do Senado Federal. Tal júbilo justifica a grande deliberação para a qual convida seus pares: aprovar as leis que regulamentam a Constituição e exercer com firmeza os poderes do Legislativo, por tantos anos relegado e submisso ao Executivo.

Mauro Benevides (PMDB – CE)

2 de fevereiro de 1991

49ª Legislatura

Resumo

Agradece pela confiança representada pela eleição. Parlamentar há mais de 30 anos, no segundo mandato de Senador, tem consciência das atribuições, mas necessita do apoio de todos. O Congresso precisa reconquistar o prestígio popular, pelo trabalho que for desenvolver. Nas últimas eleições, o absenteísmo e o voto em branco sinalizaram censura aos políticos. Por isso, e tendo em vista a crise econômico-social, é necessário que o Congresso responda aos anseios do povo. Em função das conseqüências dos conflitos mundiais, o Congresso deve contribuir para que brasileiros gozem de bem-estar e não percam o fio da História. Com grandeza, deve esforçar-se pela paz e valorização do homem e pelo fim de todos os tipos de preconceitos, lutar para fazer renascer as esperanças.

A gestão será marcada pela austeridade, transparência, celeridade no processo legislativo, para responder aos anseios da imprensa e da sociedade. Servidores darão suporte às deliberações. Em relação ao Executivo e ao Judiciário, atitude de respeito e harmonia, com defesa intransigente das prerrogativas do Congresso Nacional. Entre as prerrogativas do Senado, especial atenção à dívida externa e endividamento de Estados e Municípios. Igualmente, reforçar o poder de fiscalização e controle das comissões técnicas e equipar comissões para que exerçam poder terminativo.

No mesmo sentido, melhorar apoio logístico para apreciar o orçamento e conferir maior eficácia aos pedidos de informação de comissões de inquérito. Com tal linha de ação da Mesa Diretora, espera contribuir para que o Senado readquira sua credibilidade perante a sociedade.

Mesmo que muitos dispositivos constitucionais ainda não tenham sido regulamentados, cogita-se antecipar a revisão e também plebiscito sobre o sistema de governo, o que intensificará os debates. Se tal ocorrer, estará sendo desprezado o dispositivo das emendas constitucionais para uma revisão mais ampla em curto espaço de tempo. Entre as possíveis mudanças, destacam-se as opções – parlamentarismo, voto facultativo, voto distrital ou misto e supostos empecilhos à governabilidade. Qualquer que seja a agenda, a Mesa do Senado a respeitará, mas a preocupação central é com a celeridade legislativa para desestimular uso de medidas provisórias. A urgência não tem se caracterizado em muitas MPs, mas o trâmite regular pode ser muito demorado.

Convida senadores a refletirem sobre questões postas e se motivarem a resolvê-las. Que, com a solidariedade dos senadores, mantenha-se fiel aos ideais do povo brasileiro.

Discurso

1. Sras. e Srs. Senadores, proclamado Presidente do Senado Federal, expressamos aos eminentes pares nosso profundo reconhecimento pela inequívoca demonstração de confiança, consubstanciada na	1. Agradece pela confiança representada pela eleição.
---	---

consagradora votação recebida, que tanto nos honra e nos confere a imensa responsabilidade de dirigir, por dois anos, os destinos desta augusta Casa. 2. Membro do Legislativo há mais de três décadas, já no desempenho do segundo mandato senatorial, podemos dimensionar o alcance de nossas atribuições, embora saibamos que, para fielmente cumpri-las, indispensável se faz contar com o apoio decisivo dos demais componentes da Mesa, das lideranças partidárias e dos eminentes colegas que integram este Plenário. 3. Ascendemos à Presidência do Senado Federal no momento em que o Congresso Nacional precisa reconquistar o prestígio de sua força popular, através do trabalho patriótico; da firmeza das ações; de medidas de probidade; do devotamento aos problemas do povo; do respeito constante às garantias individuais; do acatamento à dignidade dos homens públicos; do fortalecimento da paz e da ordem jurídica do País. 4. Não desejamos fazer, agora, um exame das críticas aos atos do Poder Legislativo que estiveram refletidas na manifestação absenteísta e constrangedora de 3 de outubro, situando-nos em posição extremamente desconfortável diante da opinião pública brasileira, que fez do voto branco uma forma silenciosa de invectiva contra a classe política, como a exigir uma nova tomada de consciência diante da fenomenologia sócio-político-econômica do País. 5. Sem entrar, portanto, na origem das considerações referenciadas, tendo em vista, sobretudo, a crise econômico-social vivida pela Nação, desejamos direcionar nossas forças no sentido de empreender um trabalho contínuo visando a um Congresso sempre mais digno do regime democrático, que seja o orgulho do povo e a expressão maior da nossa cultura política. 6. Atentos aos problemas do mundo, nesta hora em que a força da inteligência cede ao poderio avassalador das armas e o nosso País sofre as conseqüências da guerra do Golfo Pérsico, tudo faremos para contribuir no sentido de reavivar a fé no coração dos brasileiros, dando-lhes os instrumentos necessários ao seu bem-estar e desenvolvimento, a fim de que a Nação não perca as suas coordenadas diante da História e possa atingir seu <i>desideratum</i>, sem grandes traumas sociais e sacrifícios coletivos. 7. O momento é de união de todos em torno de objetivos comuns, pois o próprio destino da humanidade está em jogo, nesta fase crucial com que nos defrontamos. Somos testemunhas e agentes da História e	2. Parlamentar há mais de 30 anos, no segundo mandato de Senador, tem consciência das atribuições, mas necessita do apoio de todos. 3. Congresso precisa reconquistar o prestígio popular, pelo trabalho que desenvolver. 4. Nas últimas eleições, o absenteísmo e o voto em branco sinalizaram condenação aos políticos. 5. Tendo em vista a crise econômico-social, é necessário que o Congresso responda aos anseios do povo. 6. Em função das conseqüências dos conflitos mundiais, o Congresso deve contribuir para que brasileiros gozem de bem-estar e não percam o fio da História. 7. O Congresso Nacional, com grandeza, deve esforçar-se pela paz e valorização do homem e fim de todos os
---	---

não podemos fugir aos grandes compromissos em favor da paz, em prol da valorização crescente do homem, sem diferenças de cor, de credo e de situação geográfica. E o mínimo que o povo espera de nós é que saibamos desempenhar, com determinação e grandeza, o nosso papel no Congresso Nacional. 8. É indispensável que lutemos contra o ceticismo que nos atinge, fazendo renascer as esperanças perdidas. 9. Teremos em mira, por isso mesmo, com a ajuda de todos os colegas, o exercício correto do mandato que nos é conferido; a adoção de uma linha de austeridade inflexível na condução dos trabalhos; e transparência dos atos que viermos a praticar; a agilização do processo legislativo e a modernização dos órgãos técnicos e administrativos do Senado, para que o nosso labor diuturno produza os frutos reclamados pela imprensa e pelos demais segmentos da sociedade. 10. Os servidores da Casa, integrantes de quadros qualificados, oferecerão suporte às nossas deliberações num esforço que resultará benéfico para valorizar a própria instituição. 11. Tudo faremos para que o relacionamento com os demais Poderes – Executivo e Judiciário – ajuste-se aos ditames de independência e harmonia, respeitando-se, assim, diretriz contida na Carta Magna em vigor. 12. As prerrogativas constitucionais, de que se cerca a atividade de todo o Congresso Nacional, serão defendidas intransigentemente, para que nenhuma restrição obstaculize o cabal cumprimento do mandato popular. 13. Ao Senado, que é uma das expressões mais sensíveis do princípio federativo, o grande órgão constitucional a que se refere João Mangabeira – a Casa da Federação, o baluarte contra os radicalismos – ao Senado, repito – cumpre aprimorar-se para melhor atender às imposições da Lei Fundamental, não descurando de tudo aquilo que possa significar mister seu, definido explicitamente na Constituição de 5 de outubro de 1988. No que concerne à competência privativa, considere-se, em face da problemática da vida nacional, que esta Casa não poderá prescindir de um acompanhamento permanente da evolução da dívida externa e das dificuldades para o seu pagamento, bem como do endividamento de estados e municípios, nos termos da Resolução nº 58/90, aprovada em dezembro passado, após exaustiva discussão na Comissão de Assuntos Econômicos e neste Plenário.	tipos de preconceitos. 8. Lutar para fazer renascer as esperanças. 9. Gestão com austeridade, transparência, celeridade no processo legislativo para responder aos anseios da imprensa e da sociedade. 10. Servidores darão suporte às deliberações. 11. Em relação ao Executivo e ao Judiciário, respeito e harmonia. 12. Defesa intransigente das prerrogativas do Congresso Nacional. 13. Entre as prerrogativas do Senado, especial atenção à dívida externa e endividamento de Estados e Municípios. 14. Reforçar o poder de
---	---

14. O poder de fiscalização e controle das comissões técnicas – tema que defendemos com obstinação no nosso primeiro mandato – será estimulado incessantemente, tendo por inspiração o resguardo do interesse público. 15. Por outro lado, tais comissões, funcionando com caráter terminativo, necessitarão de estrutura organizacional perfeita, garantindo decisões ágeis, que dispensem a audiência do Plenário, conforme previsto no texto de nossa Lei Maior. 16. O processo de elaboração orçamentária – que terá a comandá-lo, neste ano, o próprio Senado, dentro do critério de rotatividade com a Câmara dos Deputados – reclamará amplo apoio logístico que permita a apreciação dos pareceres dos relatores parciais e do relator-geral em tempo hábil, sem o açodamento que impede, por parte dos congressistas, um exame mais detido das dotações consignadas na Lei de Meios da União. 17. O pedido de informação e a comissão parlamentar de inquérito haverão de se tornar eficazes, como instrumentos poderosos na área de fiscalização, assim como a convocação de ministros de Estado, ensejando ao Senado uma rigorosa vigilância na apuração de fatos relacionados com a administração federal direta e indireta. 18. Todas as atribuições, pois, deferidas pela Carta Magna e esta Casa, serão atendidas efetivamente, sem negligência, desídia ou omissão que possam invalidar o esforço de todos para a requalificação de sua integral credibilidade, capaz de fortalecer o Legislativo e a vida democrática do País. 19. Srs. Senadores, dentro de tais diretrizes, sucintamente alinhadas, desenvolver-se-á o trabalho da nova Mesa Diretora, a ser eleita e empossada hoje, caracterizando o início da presente Legislatura. 20. Já se vislumbra, para os próximos dias, intenso debate político-institucional, que terá o seu enfoque basilar na anunciada revisão constitucional, estabelecida para 1993, mas cuja antecipação passou a sensibilizar destacadas lideranças partidárias, sequiosas de fixar rumos diversos daqueles preconizados pelo texto em vigor. 21. Embora se saiba que numerosos dispositivos ainda se mantêm como letra morta, à falta de regulamentação complementar ou ordinária, cogita-se da antecipação do importante debate para 1992 ou até para o corrente ano, o que acarretaria a transferência, por óbvia razão, da consulta plebiscitária sobre a forma e o	fiscalização e controle das comissões técnicas. 15. Melhor equipar comissões para que exerçam poder terminativo. 16. Melhorar apoio logístico para apreciar o orçamento. 17. Maior eficácia dos pedidos de informação e comissões de inquérito. 18. Readquirir credibilidade do Senado pelo exercício de todos os seus direitos e atribuições. 19. Linha de ação da Mesa Diretora. 20. Antecipação da revisão constitucional intensificará os debates. 21. Mesmo que muitos dispositivos constitucionais ainda não tenham sido regulamentados, cogita-se antecipar a revisão e também plebiscito sobre o sistema de
---	---

sistema de governo, previstos no art. 2º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. 22. Despreza-se, desta forma, a figura da emenda para a correção de dispositivos constantes do texto originário da Assembléia Nacional Constituinte, pretendendo-se que a alteração assumia dimensão e abrangência maiores, apesar de indiscutivelmente exíguo o espaço de tempo que fluiu da promulgação aos nossos dias. 23. Assumem preeminência nas amplas discussões alguns temas de conteúdo opcional: parlamentarismo ou presidencialismo; voto obrigatório ou facultativo; e sufrágio pela sistemática proporcional, distrital ou mista, além de conquistas sociais de larga repercussão questionadas por oferecerem pretensos empecilhos à governabilidade do País. 24. Qualquer que seja a decisão soberana do Congresso, a Mesa do Senado aprestar-se-á para respeitá-la, tendo sempre em vista que sua preocupação primordial é direcionar-se, no semestre que se inicia, para a modernização da estrutura existente, de modo a possibilitar ao processo legislativo mais presteza operacional, que desestime a abusiva edição de medidas provisórias, até aqui utilizadas com o mais célebre dos mecanismos previstos no art. 59 da Constituição da República Federativa do Brasil. 25. Os requisitos de urgência e relevância, que fundamentam a admissibilidade de tais instrumentos, nem sempre se enquadram rigorosamente em seu adequado conceito, conduzindo o Congresso, porém, a examiná-los, talvez por reconhecer que o trâmite ordinário, através do projeto de lei, demande dilatado espaço de tempo, em prejuízo da solução dos problemas que afetam a vida da comunidade. 26. No âmbito das duas Casas, prepondera a tendência majoritariamente aceita, de se promover a imediata regulamentação do uso da medida provisória, tornando-a capaz de conviver com as demais proposições, sem a exagerada hipertrofia que se vem constatando em nosso Parlamento, na presente conjuntura. 27. As considerações aqui expendidas haverão de motivar, por certo, os 81 senadores a refletir sobre a importância de tais questões, superficialmente afloradas, a fim de que sejam equacionadas com presteza e sapiência, sem as delongas que desgastariam o Parlamento brasileiro. 28. Para este desafio, estamos certos de que contaremos com o apoio do Plenário – imprescindível	governo. 22. Despreza-se o dispositivo das emendas constitucionais para uma revisão mais ampla em curto espaço de tempo. 23. Destaque para as opções – parlamentarismo, voto facultativo, voto distrital ou misto e supostos empecilhos à governabilidade. 24. A Mesa do Senado respeitará a agenda apresentada, mas a preocupação central é com a celeridade legislativa para desestimular uso de medidas provisórias. 25. A urgência não tem se caracterizado em muitas MPs, mas o trâmite regular pode ser muito demorado. 26. Medidas provisórias não podem se sobrepor ao processo regular de tramitação. 27. Convida senadores a refletirem sobre questões postas e se motivarem a resolvê-las. 28. Conta com o apoio do Plenário.
--	--

para a ultrapassagem dos óbices com que nos defrontaremos a partir deste instante –, na árdua missão que o Senado nos comete pela consagração da unânime solidariedade de suas bancadas. 29. Esperamos que Deus nos ajude e ilumine, fazendo-nos honrar e enobrecer ainda mais a nossa instituição, em cuja direção manter-nos-emos de forma imparcial, como defensores da Constituição e do Regimento, durante o mandato em que agora nos investimos, dominados pelo sentimento de servir ao País e à democracia, dentro das mais autênticas tradições espirituais do nosso indômito Ceará, de onde viemos, e de todo o povo nordestino, que tanto lutou, ao longo da História, pela independência, pela liberdade e pela República. 30. Olhando sempre com elevação de espírito para os problemas existenciais, como ensinava Goethe, cumpriremos, com dignidade, nossa tarefa cívica, procurando ouvir as súplicas e os anseios da coletividade, sem deixar de compreender, por outro lado, a gravidade dos problemas universais, nesta fase tumultuária do mundo, quando mais precária se mostra a condição humana, que tanto preocupou a mente iluminada de Montaigne, nos seus eruditos Ensaios. 31. Pensando nos ideais do povo brasileiro e nas instituições democráticas, assumimos confiantes a Presidência do Senado. Que nenhuma dificuldade possa desviar-nos do itinerário que traçamos no pressuposto de contar com a indispensável solidariedade de todos os senadores. 32. Esperamos integrar, unidos, um Senado que prime por fazer prevalecer os ideais da nacionalidade sobre quaisquer interesses pessoais ou partidários para nos afirmarmos como instituição política indissociável do próprio destino do povo brasileiro. 33. Prestamos, ao final, nossa homenagem à Mesa Diretora anterior, enaltecendo a figura de intelectual e de jurista do Presidente Nelson Carneiro, que a dirigiu nos dois últimos anos. <i>(Muito bem! Palmas prolongadas. O orador é cumprimentado)</i> (1.707 palavras)	29. Espera ajuda de Deus para enobrecer o Senado, de maneira imparcial, defendendo a Constituição e fiel às tradições libertárias do Ceará. 30. Com elevação de espírito, cumprir a tarefa cívica, ouvindo as demandas nacionais, ponderadas pela conjuntura mundial. 31. Que, com a solidariedade dos senadores, mantenha-se fiel aos ideais do povo brasileiro. 32. Por um Senado acima de interesses pessoais e partidários. 33. Homenagem à Mesa Diretora anterior.
--	--

Radiografia

Este é um discurso deliberativo, em que o orador se coloca numa posição de ser apoiado pelo auditório em função de uma agenda claramente definida: responder à crise econômica e social e resgatar a autoridade e prestígio do Senado, fazendo com que este cumpra suas obrigações constitucionais e se mantenha atento às próprias prerrogativas.

Ainda que configure para si uma posição de autoridade – parlamentar experiente –, não deixa de expor aos senadores os problemas que julga relevantes e urgentes. Por isso, esta peça oferece um bom modelo de argumentação.

Humberto Lucena (PMDB – PB)

15 de fevereiro de 1993

49ª Legislatura⁴¹

Resumo

Uma vez ultrapassado o autoritarismo, a Constituição restaurou direitos civis e sociais, mas o País ainda tem grandes índices de pobreza absoluta. Por isso, precisa fazer reformas estruturais na política e na economia, condição indispensável para consolidar a democracia. Com a dimensão da crise, o desafio, hoje, é garantir o direito ao trabalho a todos os brasileiros. Resolvida a crise institucional, agora, resolver a econômica: reduzir a miséria, para chegar à modernidade. Amadurecidas as instituições politicamente, o Congresso Nacional está preparado para resolver os problemas econômicos, políticos e sociais. Para tanto, a credibilidade de que desfruta o Presidente Itamar Franco facilita o êxito de um Pacto Social, do qual depende a solução dos problemas políticos. Com a participação de empresários e trabalhadores, traçar um plano em três fases, uma emergencial e as outras com metas para até o fim do mandato. Com a sustentação parlamentar para esse entendimento, seria possível retomar o crescimento, elevar emprego, restaurar valor dos salários, chegar a uma taxa suportável de inflação.

Especialmente necessário se faz esse acordo, por ser o ano de revisão constitucional e do plebiscito sobre sistema e forma de governo. Na revisão, não apenas a regulamentação do plebiscito, mas o cumprimento do que estabeleceu o Constituinte originário: avaliados os erros e acertos, fazer as modificações, adequando o País às exigências de abertura do mercado, mas mantendo as conquistas de direitos sociais e civis inscritas em 1988. Para tal revisão, o Congresso Nacional dispõe dos meios: infraestrutura, informática, assessores.

Discurso

1. Senhoras e Senhores Congressistas: Honrado pela confiança dos meus pares, assumi a Presidência do Senado, com a consciência da alta responsabilidade que nos cabe na condução dos destinos nacionais, e, agora, instalo a terceira Sessão Legislativa da 49ª Legislatura, com a qual o Congresso Nacional dá seqüência a suas atividades de há muito ininterruptas, num reflexo da atual conjuntura de um país que já não apenas acalenta sonhos de mudanças, mas que exige, com o nosso esforço conjunto, reformas estruturais de grande	1. O País exige esforço para reformas estruturais na política e na economia.
--	---

⁴¹ Discurso proferido na instalação da Sessão Legislativa.

envergadura, na política e na economia. 2. Ultrapassado o obscurantismo autoritário, graças à luta da sociedade civil organizada pela democratização, a Assembléia Nacional Constituinte, sob a presidência do inesquecível Ulysses Guimarães, cuja memória homenageamos, neste instante, com a maior união cívica, implantou o Estado de Direito Democrático, consubstanciado numa Constituição que não só restaurou os direitos e garantias individuais, mas também assegurou os direitos sociais, num Brasil que, infelizmente, ainda ostenta índices alarmantes de pobreza absoluta. 3. Passamos, então, a viver e trabalhar num regime de plena normalidade institucional com as vistas voltadas para a superação da grave crise econômica, como única forma de consolidarmos o nosso projeto democrático. 4. Na verdade, o nosso grande desafio, hoje, é garantir o real direito de ser livres e trabalhar em paz a todos os brasileiros, o que passa pela solução dos problemas econômicos que aí estão e que nos levaram, após tantos planos frustrados, no melhor estilo da heterodoxia e até da ortodoxia, a chamada estagflação, ou seja, ao espúrio conúbio da recessão com altos índices de inflação. 5. Realmente, a taxa de desemprego no País chegou a situar-se nos níveis de 14% a 15%; a ociosidade industrial média gira hoje em torno de 30% e os investimentos sociais “per capita” do setor público tiveram um declínio de 19% de 1988 para cá, conforme dados do Ministério do Planejamento. Nas áreas da educação e saúde, verificaram-se cortes de cerca de 50%, afetando, sobretudo, as áreas mais carentes com drásticas reduções dos recursos destinados à merenda escolar e ao atendimento médico à população de baixa renda. As finanças públicas se encontram deterioradas, a ponto de se estimar um déficit orçamentário para este ano da ordem de 20 bilhões de dólares, o que torna inviável qualquer ação pública mais concreta para o atendimento das necessidades sociais. 6. Em suma, resolvida a crise político-institucional, cabe-nos, agora, com patriotismo e espírito público, com firmeza, coragem e competência, enfrentar a crise econômica, para tirar o País do quadro recessivo e desenvolver todo esforço, sobretudo no sentido de reduzir substancialmente a miséria, condição “sine qua non” para se atingir a verdadeira modernidade. 7. O amadurecimento político que	2. Ultrapassado o autoritarismo, a Constituição restaurou direitos civis e sociais, mas o País ainda tem grandes índices de pobreza absoluta. 3. Trabalho para superar a grave crise econômica, condição para consolidar a democracia. 4. Desafio, hoje: garantir o direito ao trabalho a todos os brasileiros. 5. Alto desemprego e ociosidade na indústria; declínio dos investimentos públicos, que afetam as áreas mais carentes; finanças públicas deterioradas; déficit orçamentário. 6. Resolvida a crise institucional, agora resolver a econômica: reduzir a miséria, para chegar à modernidade. 7. Amadurecidas as instituições
--	---

conquistamos, amplamente comprovado pelo normal funcionamento de nossas instituições, em 1992, durante o processo de <i>impeachment</i> do ex-Presidente da República, sem dúvida, é garantia fundamental de que o Congresso Nacional, cuja imagem começa a ser resgatada, está preparado para debater e solucionar os nossos problemas políticos, econômicos e sociais. 8. Por sua vez, a credibilidade de que desfruta, atualmente, o Presidente Itamar Franco contribuirá, certamente, para o êxito de um grande Pacto Social, através do qual se possa encontrar a saída para a crise, acima das divergências ideológicas e partidárias, se essa for a sua decisão política. 9. Senhoras e Senhores Congressistas, realmente, não me canso de repetir, obstinadamente, que a solução dos nossos ingentes problemas políticos, econômicos, sociais e culturais vincula-se obrigatoriamente a esse esforço de entendimento nacional. 10. Na minha visão, o Presidente Itamar Franco deveria apelar aos políticos, aos empresários e aos trabalhadores para, conjuntamente, repensarmos o Brasil. Aceito o seu convite, o Presidente da República retirar-se-ia de cena, entregando a coordenação dos instrumentos aos Ministros da área econômica do governo, que iriam tentar, junto aos representantes dos partidos, dos empresários e dos trabalhadores, a montagem de um Plano, do ponto de vista global e setorial. O Plano teria duas fases. Uma, de curtíssimo prazo, que desaguardaria num Programa Mínimo de Emergência, para cento e oitenta dias; outra, de curto e médio prazos, que visaria à elaboração de um Plano Econômico Alternativo, para o resto do mandato presidencial. 11. O pacto procuraria tirar o País da recessão, sem prejuízo do combate sistemático e eficaz a inflação. Buscar-se-ia, então, uma fórmula no sentido da retomada do crescimento. Vale dizer, da reativação das atividades produtivas, e, conseqüentemente, da elevação do nível de emprego e da restauração gradual do valor real dos salários, numa convivência com taxas suportáveis de inflação. 12. Se, afinal, se chegasse a um consenso mínimo entre as partes, formalizar-se-ia o pacto, como aconteceu em Moncloa, na Espanha, num documento subscrito pelo Governo, pelos políticos, pelos empresários e pelos trabalhadores, que seria submetido ao referendo do Congresso Nacional. Todas as medidas pertinentes ao Plano acordado teriam plena sustentação parlamentar, inclusive dos políticos ou dos	politicamente, o Congresso Nacional está preparado para resolver os problemas econômicos, políticos e sociais. 8. Credibilidade de Itamar Franco facilita o êxito de um Pacto Social. 9. A solução dos problemas políticos depende do entendimento nacional. 10. Presidente Itamar chamaria políticos e trabalhadores, deixaria a coordenação do governo aos ministros da área econômica. Três fases teria o plano: emergencial (180 dias), outros de curto e médio prazos, para até o final do mandato. 11. Pacto para tirar o País da recessão, retomar o crescimento, elevar emprego, restaurar valor dos salários, taxa suportável de inflação. 12. O pacto seria subscrito por trabalhadores, empresários e submetido ao Congresso Nacional, para darem sustentação parlamentar ao Plano.
--	--

segmentos partidários de oposição que, por sua vez, passariam a fiscalizar a sua execução. 13. Parece-me de fundamental importância essa tentativa, ainda mais num ano em que teremos a realização do plebiscito sobre a forma e sistema de governo e, bem assim, o início do processo de revisão constitucional. 14. Decidido se continuaremos República ou se seremos Monarquia; se manteremos o presidencialismo ou se implantaremos o parlamentarismo, caberá ao Congresso, em sessão unicameral, adequar a Constituição aos resultados do plebiscito. 15. Vitorioso o parlamentarismo, deveremos encarar o grande desafio de instituí-lo, de imediato, nos Estados e municípios, já que somos uma República Federativa. O sistema de governo terá de ser o mesmo, em níveis federal, estadual e municipal. 16. Mantido o presidencialismo, teremos que reformá-lo substancialmente. Em primeiro lugar, seria salutar se reduzíssemos o quorum para a autorização e o julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado. Em vez de dois terços, seria maioria absoluta, a exemplo da Constituição de 1946. Assim, estaríamos contribuindo para inibir os governantes da prática da corrupção passiva e ativa na administração pública. Acredito que essa seria a melhor forma de ir ao encontro daquelas multidões, inclusive dos jovens “caras-pintadas”, que encheram as ruas e as praças de nossas cidades, na grande mobilização pela ética na política, num Brasil que foi e ainda está sendo passado a limpo. 17. Ninguém, mas ninguém mesmo, granjeará prestígio popular neste país, se não atender, rigorosamente, aos novos padrões de dignidade pessoal e política que a nossa sociedade elegeu, no grande movimento cívico de 1992, para os que participam da vida pública. 18. Mas, voltando ao tema da revisão constitucional, por oportuno, apesar da divergência esboçada por <i>solicita informações ao Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores sobre a revogação do visto de permanência nos EUA do Sr. Antônio Celso Cipriani e sobre as providências que estão sendo tomadas por parte do Itamaraty</i> eminentes juristas, lembro que ela não se restringirá aos resultados do plebiscito, ou seja, a forma e o sistema de governo. 19. Quando a Assembléia Nacional	13. Maior necessidade do Pacto em ano de revisão constitucional. 14. Deliberação por Monarquia ou República, Parlamentarismo ou Presidencialismo, o Congresso deve adequar a Constituição. 15. Se vitorioso o parlamentarismo, instituí-lo nos Estados e Municípios. 16. Mantido o presidencialismo, deve este ser reformado, para inibir práticas de corrupção na Administração Pública. Essa a resposta às multidões que se mobilizaram pela ética na política. 17. Todos devem atender aos novos padrões cívicos exigidos pelo movimento de 1992. 18. A revisão constitucional não se limitará a regulamentar a forma e o sistema de governo. 19. A Constituição deu um
---	---

Constituinte decidiu inserir nas Disposições Constitucionais Transitórias o dispositivo relacionado com a revisão da Constituição, a partir de cinco anos de sua promulgação, pelo mesmo quorum do poder constituinte originário, isto é, pela maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional, não quis senão dar um prazo para avaliação do acerto ou desacerto de suas deliberações, após o qual os senadores e deputados iriam se debruçar sobre o seu texto, na tentativa de revisá-lo, sob o impulso das novas realidades decorrentes da própria dinâmica dos processos político, econômico e social. 20. Sem dúvida, de 1988 para cá, o mundo passou por imensas transformações. Após a reabertura da economia da China Continental; a explosão desenvolvimentista dos Tigres Asiáticos e, sobretudo, a Perestroika e a Glasnost, que transformaram radicalmente a União Soviética e influenciaram as grandes mudanças de todos os países do Leste Europeu, o panorama econômico internacional é outro. Nenhum outro país pode se dar ao luxo de manter a sua economia autarcizada, num isolamento suicida. 21. Pelo contrário, a abertura econômica, sob controle, sem prejuízo, inclusive, da proteção de certos setores estratégicos de interesse nacional, é o corolário natural do novo perfil da economia mundial, sob pena de perdermos a disputa pelos parceiros externos de que tanto carecemos, para o desenvolvimento nacional. 22. Por tudo isso, Senhoras e Senhores Congressistas, na hora de revisarmos a nossa Constituição, haveremos de refletir bem sobre quais os pontos da ordem econômica que devem ser alterados, para que possamos fazer dela um instrumento eficaz dos nossos avanços, bem como, da inserção do Brasil na comunidade internacional. 23. Na ordem social, a Constituição de 1988 resultou num grande compromisso de conciliação dos direitos e garantias individuais, com os direitos sociais; da liberdade, com a satisfação das prementes necessidades pessoais e coletivas. Daí, o saudoso Ulysses Guimarães, antes de erguê-la nas suas mãos trêmulas de emoção, no último momento da Constituinte, saudá-la como a “Constituição Cidadã”. 24. Aliás, essa sua linha progressista resultou da grande sensibilidade pelo social da maioria dos que a escreveram, sob a inspiração da injusta e perversa distribuição da renda nacional, que nos coloca nos primeiros lugares, nas estatísticas da ONU,	prazo de cinco anos para avaliar erros e acertos, determinando sua correção. 20. As transformações econômicas e políticas pós-1988 determinaram que as economias nacionais não podem mais ser isoladas. 21. A abertura econômica é a exigência da economia mundial, à qual parceiros de que dependemos já aderiram. 22. Na revisão, alterar instrumentos econômicos para inserir o Brasil na comunidade internacional. 23. A “Constituição Cidadã” resultou da conciliação de direitos civis e sociais. 24. A sensibilidade social dos constituintes levou-os a aprovarem medidas contra a distribuição de renda perversa.
---	--

relacionadas com a situação de miséria do Terceiro Mundo e, particularmente, da América Latina. Não é em vão que o nosso salário mínimo, de apenas sessenta dólares, só ganha de dois dos países latino-americanos. 25. Portanto, salvo melhor juízo, Senhoras e Senhores Congressistas, a revisão deve adaptar a Constituição de 1988 aos novos tempos da economia mundial, sem desfigurar a seu caráter progressista, cuja manutenção, entretanto, não se incompatibiliza com a tentativa de enxugamento do seu amplo texto. 26. Senhoras e Senhores Congressistas, na condição de Presidente do Congresso Nacional, assegurarei a V. Exas., conjuntamente com o Presidente da Câmara Federal, Deputado Inocêncio de Oliveira, a quem saúdo fraternalmente, todos os meios para um eficaz desempenho dos nossos trabalhos, inclusive e, sobretudo, os da revisão constitucional. 27. Já dispomos, hoje, de eficiente infra-estrutura, com equipamentos informatizados mais velozes e atualizados do que aqueles utilizados há cinco anos pela Assembléia Nacional Constituinte. Ao mesmo tempo, tanto o Senado como a Câmara dos Deputados buscam a aprimoramento dos seus quadros de Assessores, para garantir maior apoio logístico à nobre tarefa da revisão constitucional. 28. Senhoras e Senhores Congressistas, que Deus nos ilumine, para que possamos servir, realmente, à pátria, fiéis ao feliz pensamento de John Fitzgerald Kennedy: “Não pergunteis: que pode o nosso país fazer por nós? Perguntai: que podemos fazer nós por nosso país?” (1.691 palavras)	25. A revisão constitucional não pode desfigurar seu caráter progressista. 26, 27. O Congresso Nacional dispõe dos meios para a revisão constitucional: infra-estrutura, informática, assessores. 28. Iluminação de Deus para servir à Pátria.
--	---

Radiografia

Este é um discurso deliberativo, ou seja, o orador procura convencer sua audiência de que sejam adotadas algumas políticas específicas. Traça um quadro, o mais completo possível, da situação econômica e política e demonstra ter uma orientação clara sobre o que pretende implantar.

O orador configura bem o auditório especializado (e poderoso) e o universal. O primeiro, formado pelo Congresso e Executivo; o segundo, formado pela sociedade organizada – empresários, trabalhadores – e pelo povo brasileiro como um todo. Para o especializado, elogios e congratulações; para o universal, a afirmação de compromissos

de solidariedade e de resolução de problemas, que serão reforçados com a avaliação que faz, ao mencionar problemas, perigos...

Ao traçar um quadro da situação nacional, carrega as tintas na grave crise econômica, que agrava os problemas sociais. Enfatiza, particularmente, o cenário externo. Pouca relevância dá à questão política interna, pois, para ele, esta se resolveu com a Constituinte e com o processo de *impeachment*. Em verdade, na política e na ação dos políticos, particularmente do Congresso, ele vê a solução, e não o problema. A eleição de um inimigo poderoso, comum a todos, é uma das maneiras de se formar o consenso, estratégia bem empregada pelo enunciador desta fala. As crenças políticas predominam em suas negativas e afirmativas enfáticas (pacto social com destaque, passando pela revisão constitucional e ética na política), mas a agenda econômica continua a fazer parte do discurso, pois sem a resolução (pela via política) dos problemas econômicos, nada feito.

Comparativamente aos discursos de outros políticos e autoridades brasileiras, este continua a investir na formação de um “consenso” em torno da abertura do mercado, principal mote da época. Ganha com isso o orador porque encontra ressonância para aquilo que fala. Extremamente modesto ao fazer menções a si mesmo, configura sua *persona* política ao tratar do auditório (todas as medidas que faz a figuras de poder e também aos compromissos que alega ter com a Constituição “cidadã” e com a sociedade). Igualmente, constrói-se como orador ao manifestar-se preocupado com a conjuntura nacional, numa visão de cima, não paroquial, afinada com o que se passa no resto do mundo. Desse ponto de vista, em vez de investir em citações biográficas ou em feitos do passado, o ouvinte o encarará como “aquele que...”: ..entende de economia, ...está comprometido com os direitos sociais e civis da Constituição, ...é seguidor de Ulisses Guimarães, ...é aliado do Presidente Itamar Franco, e assim por diante.

Numa rara manifestação propositiva (para os que ocupam esse cargo), o Presidente do Congresso Nacional tem uma “receita” pronta e articulada: pacto social + revisão constitucional + abertura da economia = retomada do crescimento, emprego, valor do salário, etc. E por que não? É perfeitamente lícito e até esperado que a maior figura do Legislativo, o terceiro na linha de sucessão do comando do País, tenha proposições amplas. Neste caso, ele é mais feliz porque os “decisores” de suas proposições estão, na grande maioria, no seu auditório especializado. Maior autoridade ganham suas proposições, ao verificarmos que ele as justificou inteiramente, ao mencionar os problemas correspondentes.

Configuração

Estrutura

O discurso está organizado em 28 parágrafos, cujo conteúdo está assim distribuído:

- já desde o primeiro, o orador anuncia a linha do discurso: necessidade de reformas estruturais na política e na economia;
- nos 2º, faz um balanço dos percalços por que passou o país: autoritarismo, crise institucional;
- do 3º ao 7º, enumera os motivos para a urgência das reformas;
- do 8º ao 13º, fala das condições e possíveis resultados de um pacto social;
- do 14º ao 27º, esboça o que prevê para a revisão constitucional;

- no parágrafo final, pede iluminação de Deus para servir a Pátria.

Tipificação do discurso

Indubitavelmente, este é um discurso deliberativo, ou seja, o orador procura convencer sua audiência de que sejam adotadas algumas políticas específicas. Traça um quadro, o mais completo possível, da situação econômica e política e demonstra ter uma orientação clara sobre o que pretende implantar.

Conteúdo veiculado no pronunciamento

I. Cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio

- Senhoras e Senhores Congressistas (1)
- honrado pela confiança dos meus pares, assumi a Presidência do Senado (1)
- o Congresso Nacional dá seqüência a suas atividades de há muito ininterruptas (1)
- um país que já não apenas acalenta sonhos de mudanças (1)
- [um país] que exige, com o nosso esforço conjunto, reformas estruturais de grande envergadura, na política e na economia (1)
- ultrapassado o obscurantismo autoritário, graças à luta da sociedade civil organizada pela democratização (2)
- a Assembléia Nacional Constituinte (2)
- inesquecível Ulysses Guimarães, cuja memória homenageamos, neste instante (2)
- [Constituinte] com a maior união cívica, implantou o Estado de Direito Democrático (2)
- [Constituinte] não só restaurou os direitos e garantias individuais (2)
- [Constituinte] também assegurou os direitos sociais (2)
- amadurecimento político que conquistamos (7)
- normal funcionamento de nossas instituições, em 1992, durante o processo de *impeachment* do ex-Presidente da República (7)
- garantia fundamental de que o Congresso Nacional, cuja imagem começa a ser resgatada, está preparado para debater e solucionar os nossos problemas políticos, econômicos e sociais (7)
- credibilidade de que desfruta, atualmente, o Presidente Itamar Franco (8)
- jovens “caras-pintadas”, que encheram as ruas e as praças de nossas cidades (16)
- grande mobilização pela ética na política, num Brasil que foi e ainda está sendo passado a limpo (16)
- [novos padrões de dignidade pessoal e política] que a nossa sociedade elegeu, no grande movimento cívico de 1992, para os que participam da vida pública (17)
- na ordem social, a Constituição de 1988 resultou num grande compromisso de conciliação dos direitos e garantias individuais (23)
- [Constituição de 1988 resultou num grande compromisso] com os direitos sociais (23)
- [Constituição de 1988 resultou num grande compromisso com a] liberdade (23)
- [Constituição de 1988 resultou num grande compromisso com a] satisfação das prementes necessidades pessoais e coletivas (23)
- o saudoso Ulysses Guimarães, antes de erguê-la [a Constituição] nas suas mãos trêmulas de emoção, no último momento da Constituinte, saudá-la come a “Constituição Cidadã” (23)

- essa sua [da Constituição] linha progressista resultou da grande sensibilidade pelo social da maioria dos que a escreveram (24)
- [os que escreveram a Constituição] sob a inspiração da injusta e perversa distribuição da renda nacional (24)
- [assegurarei] conjuntamente com o Presidente da Câmara Federal, Deputado Inocêncio de Oliveira, a quem saúdo fraternalmente (26)
- já dispomos, hoje, de eficiente infra-estrutura, com equipamentos informatizados mais velozes e atualizados do que aqueles utilizados há cinco anos pela Assembléia Nacional Constituinte (27)
- tanto o Senado como a Câmara dos Deputados buscam a aprimoramento dos seus quadros de Assessores, para garantir maior apoio logístico à nobre tarefa da revisão constitucional (27)

Análise

O orador configura bem o auditório especializado (e poderoso) e o universal. O primeiro, formado pelo Congresso e pelo Executivo; o segundo, formado pela sociedade organizada – empresários, trabalhadores – e pelo povo brasileiro como um todo. Para o especializado, elogios e congratulações; para o universal, a afirmação de compromissos de solidariedade e de resolução de problemas, que serão reforçados com a avaliação que faz, ao mencionar problemas, perigos...

II. Menção a problemas, perigos, inimigos e advertências

- Brasil que, infelizmente, ainda ostenta índices alarmantes de pobreza absoluta (2)
- as vistas voltadas para a superação da grave crise econômica, como única forma de consolidarmos o nosso projeto democrático (3)
- [direito real dos brasileiros] passa pela solução dos problemas econômicos que aí estão (4)
- após tantos planos frustrados, no melhor estilo da heterodoxia e até da ortodoxia (4)
- a chamada estagflação ou seja, ao espúrio conúbio da recessão com altos índices de inflação (4)
- a taxa de desemprego no País chegou a situar-se nos níveis de 14% a 15% (5)
- a ociosidade industrial média gira hoje em torno de 30% (5)
- os investimentos sociais “per capita” do setor público tiveram um declínio de 19% de 1988 para cá (5)
- nas áreas da educação e saúde, verificaram-se cortes de cerca de 50% (5)
- [cortes ...] afetando sobretudo as áreas mais carentes (5)
- drásticas reduções dos recursos destinados à merenda escolar e ao atendimento médico à população de baixa renda (5)
- as finanças públicas se encontram deterioradas (5)
- déficit orçamentário para este ano da ordem de 20 bilhões de dólares (5)
- inviável qualquer ação pública mais concreta para o atendimento das necessidades sociais (5)
- cabe-nos, agora, com patriotismo e espírito público, com firmeza, coragem e competência, enfrentar a crise econômica (6)

- tirar o País do quadro recessivo (6)
- desenvolver todo esforço, sobretudo no sentido de reduzir substancialmente a miséria, condição “sine qua non” para se atingir a verdadeira modernidade (6)
- [revisar a Constituição] sob o impulso das novas realidades decorrentes da própria dinâmica dos processos político, econômico e social (19)
- a reabertura da economia da China Continental (20)
- a explosão desenvolvimentista dos Tigres Asiáticos (20)
- a Perestroika e a Glasnost, que transformaram radicalmente a União Soviética e influenciaram as grandes mudanças de todos os países do Leste Europeu (20)
- o panorama econômico internacional é outro (20)
- [a abertura econômica] sob pena de perdermos a disputa pelos parceiros externos de que tanto carecemos, para o desenvolvimento nacional (21)
- [perversa distribuição da renda nacional] que nos coloca nos primeiros lugares, nas estatísticas da ONU, relacionadas com a situação de miséria do Terceiro Mundo e, particularmente, da América Latina (24)

Análise

Ao traçar um quadro da situação nacional, carrega as tintas na importante crise econômica, que agrava os problemas sociais. Enfatiza, particularmente, o cenário externo. Pouca relevância dá à questão política interna, pois, para ele, esta se resolveu com a Constituinte e com o processo de *impeachment*. Em verdade, na política e na ação dos políticos, particularmente do Congresso, ele vê a solução, e não o problema. A eleição de um inimigo poderoso, comum a todos, é uma das maneiras de se formar o consenso, estratégia bem empregada pelo enunciador desta fala. E os “miseráveis”? Há de se perguntar o ouvinte. Será que estes entram na oração como Pilatos no Credo? Há cinco menções a eles, o que quer dizer que não são ignorados. Para eles se destinariam as ações políticas. Mas será que nesta fala o povo não continua a ser o grande ausente, em nome do qual se fala, mas que parece não ter querer próprio? Esse é o grande desafio de um orador. Ao lançar mão dos “humildes”, “menos favorecidos”, “carentes” deve ter em mente que não pode fazê-lo em vão. Sob pena de vir a ser denunciado no futuro, caso não tenha realmente agido em favor desse povo. É necessário recordar que o discurso político de uma posse é um “ato hermenêutico”, ou seja, sujeito a interpretações. E tais interpretações só virão no desdobramento dos acontecimentos.

III. Crenças e valores

a) Negativas enfáticas

- ninguém, mas ninguém mesmo, granjeará prestígio popular neste país, se não atender, rigorosamente, aos novos padrões de dignidade pessoal e política (17)
- lembro que ela [a revisão constitucional] não se restringirá aos resultados do plebiscito, ou seja, a forma e o sistema de governo (18)
- [ao determinar a revisão em cinco anos, a Assembléia Nacional Constituinte] (...) não quis senão dar um prazo para avaliação do acerto ou desacerto de suas deliberações (19)
- nenhum outro país pode se dar ao luxo de manter a sua economia autarcizada, num isolamento suicida. (20)

– não é em vão que o nosso salário mínimo, de apenas sessenta dólares, só ganha de dois dos países latino-americanos (24)

b) Afirmativas enfáticas

- passamos, então, a viver e trabalhar num regime de plena normalidade institucional (3)
- na verdade, o nosso grande desafio, hoje, é garantir o real direito de ser livres e trabalhar em paz a todos os brasileiros (4)
- a credibilidade [de Itamar Franco] contribuirá, certamente, para o êxito de um grande Pacto Social (8)
- [pacto social] através do qual se possa encontrar a saída para a crise (8)
- [pacto social] acima das divergências ideológicas e partidárias, se essa for a sua decisão política (8)
- realmente, não me canso de repetir, obstinadamente, que a solução dos nossos ingentes problemas políticos, econômicos, sociais e culturais vincula-se obrigatoriamente a esse [pacto social] esforço de entendimento nacional (9)
- parece-me de fundamental importância essa tentativa [de pacto] (13)
- [fundamental (...) tentativa de pacto] ainda mais num ano em que teremos a realização do plebiscito sobre a forma e sistema de governo (13)
- [fundamental (...) tentativa de pacto] o início do processo de revisão constitucional (13)
- o sistema de governo terá de ser o mesmo, em níveis federal, estadual e municipal (15)
- [redução de quorum para crimes de responsabilidade] essa seria a melhor forma de ir ao encontro daquelas multidões (...) (16)
- sem dúvida, de 1988 para cá, o mundo passou por imensas transformações (20)
- [abertura da economia] (...) sob controle, sem prejuízo, inclusive, da proteção de certos setores estratégicos de interesse nacional (21)
- na hora de revisarmos a nossa Constituição, haveremos de refletir bem sobre quais os pontos da ordem econômica que devem ser alterados (22)
- para que possamos fazer dela [abertura da economia] um instrumento eficaz dos nossos avanços, bem como, da inserção do Brasil na comunidade internacional (22)

Análise

As crenças políticas predominam em suas negativas e afirmativas enfáticas (pacto social com destaque, passando pela revisão constitucional e ética na política), mas a agenda econômica continua a fazer parte do discurso, pois sem a resolução (pela via política) dos problemas econômicos, nada feito. Comparativamente aos discursos de outros políticos e autoridades brasileiras, este continua a investir na formação de um “consenso” em torno da abertura do mercado, principal mote da época. Ganha com isso o orador porque encontra ressonância para aquilo que fala. Entretanto, será que um Estadista – papel que deve desempenhar o Presidente do Congresso Nacional – deve se

limitar à conjuntura? A ser “popular” perante seus auditórios? Ou seria o caso de ousar mais?

c) Outros recursos retóricos

– fiéis ao feliz pensamento de John Fitzgerald Kennedy: “Não pergunteis: que pode o nosso país fazer por nós? Perguntai: que podemos fazer nós por nosso país?” (27)

Análise

Aparentemente, utiliza-se do argumento de autoridade apenas para não fazer passar em brancas nuvens essa estratégia. Mas lança mão de um chavão muito batido. Talvez fosse melhor dispensar o recurso da citação, neste caso.

IV. Identidade do orador

– na condição de Presidente do Congresso Nacional, assegurarei (...) (26)

Análise

Extremamente modesto ao fazer menções a si mesmo, configura sua *persona* política ao tratar do auditório (todas as medidas que faz a figuras de poder e também os compromissos que alega ter com a Constituição “cidadã” e com a sociedade). Igualmente, constrói-se como orador ao manifestar-se preocupado com a conjuntura nacional, numa visão de cima, não paroquial, afinada com o que se passa no resto do mundo. Desse ponto de vista, em vez de investir em citações biográficas ou em feitos do passado, o ouvinte o encarará como “aquele que...”: ..entende de economia, ...está comprometido com os direitos sociais e civis da Constituição, ...é seguidor de Ulisses Guimarães, ...é aliado do Presidente Itamar Franco, e assim por diante.

V. Proposições e conclamações

- o Presidente Itamar Franco deveria apelar aos políticos, aos empresários e aos trabalhadores (10)
- [apelo de Itamar] para, conjuntamente, repensarmos o Brasil (10)
- aceito o seu convite, o Presidente da República retirar-se-ia de cena (10)
- [o Presidente] entregando a coordenação dos instrumentos aos Ministros da área econômica do governo (10)
- [ministros da área econômica] iriam tentar, junto aos representantes dos partidos, dos empresários e dos trabalhadores, a montagem de um Plano (10)
- o Plano teria duas fases (10)
- Programa Mínimo de Emergência, para cento e oitenta dias (10)

- elaboração de um Plano Econômico Alternativo, para o resto do mandato presidencial (10)
- pacto procuraria tirar o País da recessão, sem prejuízo do combate sistemático e eficaz a inflação (11)
- buscar-se-ia, então, uma fórmula no sentido da retomada do crescimento (11)
- reativação das atividades produtivas, e, conseqüentemente, da elevação do nível de emprego (11)
- restauração gradual do valor real dos salários (11)
- convivência com taxas suportáveis de inflação (11)
- formalizar-se-ia o pacto, como aconteceu em Moncloa, na Espanha (12)
- documento subscrito pelo Governo, pelos políticos, pelos empresários e pelos trabalhadores (12)
- [documento] que seria submetido ao referendo do Congresso Nacional (12)
- todas as medidas pertinentes ao Plano acordado teriam plena sustentação parlamentar (12)
- políticos ou dos segmentos partidários de oposição que, por sua vez, passariam a fiscalizar a sua execução (12)
- caberá ao Congresso, em sessão unicameral, adequar a Constituição aos resultados do plebiscito (14)
- vitorioso o parlamentarismo, deveremos encarar o grande desafio de instituí-lo, de imediato, nos Estados e municípios (15)
- mantido o presidencialismo, teremos que reformá-lo substancialmente (16)
- seria salutar se reduzíssemos o quorum para a autorização e o julgamento dos crimes de responsabilidade do Presidente da República e dos Ministros de Estado (16)
- a revisão deve adaptar a Constituição de 1988 aos novos tempos da economia mundial (25)
- [revisão...] sem desfigurar a seu caráter progressista (25)
- manutenção [do caráter progressista na Constituição] não se incompatibiliza com a tentativa de enxugamento do seu amplo texto (25)
- [assegurarei] todos os meios para um eficaz desempenho dos nossos trabalhos, inclusive e, sobretudo, os da revisão constitucional (26)
- que Deus nos ilumine, para que possamos servir, realmente, a pátria (...) (27)

Análise

Numa rara manifestação propositiva (para os que ocupam esse cargo), o Presidente do Congresso Nacional tem uma “receita” pronta e articulada: pacto social + revisão constitucional + abertura da economia = retomada do crescimento, emprego, valor do salário, etc. E por que não? É perfeitamente lícito e até esperado que a maior figura do Legislativo, o terceiro na linha de sucessão do comando do País, tenha proposições amplas. Neste caso, ele é mais feliz porque os “decisores” de suas proposições estão, na grande maioria, no seu auditório especializado. Maior autoridade ganham suas proposições, ao verificarmos que ele as justificou inteiramente, ao mencionar os problemas correspondentes.

José Sarney (PMDB – AP)

1º de fevereiro de 1995

50ª Legislatura

Resumo

Chega à Presidência do Senado com os mesmos sonhos com os quais, em 1955, assumiu a cadeira de deputado federal, ainda que tenha ocupado todos os cargos públicos do País. Considera ter legitimidade para assumir a Presidência do Senado, onde fez seu aprendizado político, principalmente o de que o caminho para o desenvolvimento passa pela democracia. Os parlamentos sofrem crise de legitimidade, uma vez que o eleitor passou a ser refém da opinião pública, sob influência da mídia. Com isso, o Legislativo tornou-se o mais indefeso dos poderes, pois seus conflitos são públicos, num cenário em que a imprensa assumiu papel preponderante entre o povo e o poder político.

Infelizmente, no Brasil, as instituições políticas têm tendência ao uso do discurso, esquecendo as outras maneiras de fiscalizar. Isso levou à obsolescência das estruturas administrativas do Parlamento para fiscalizar, fez crescer os abusos e levou os parlamentares a se desestimularem de suas tarefas. Como resposta, a sociedade, por meio de milhares de instituições, criou uma democracia participativa. No momento, é necessário reposicionar o parlamento na cúpula do sistema democrático, seu intocável lugar. É preciso agilizar os trabalhos parlamentares e superar a hibridez da Constituição: um governo parlamentarista num sistema presidencialista, que criou a ingovernabilidade.

Apenas pelas medidas provisórias se possibilitou ao Executivo governar; mas estas tornaram impossível a existência de um Congresso dinâmico. Portanto, é necessário reformar a Constituição para restaurar o equilíbrio. Propõe fortalecer o Legislativo e evitar tentativas de desmoralizá-lo, ser severo contra abusos e defender as prerrogativas e autonomia do Legislativo. Mas lembra que a observância do decoro é essencial no exercício dos mandatos.

Agradece ao PMDB pela escolha do seu nome. Uma vez que, no Senado, estão reunidas as maiores biografias políticas do País, os parlamentares devem ter como tarefa urgente a reconstrução das instituições parlamentares: moralidade, dignidade, competência. O Parlamento, como o próprio Brasil, acompanhará o ritmo das mudanças mundiais, livrando-se de crises e se munindo de esperanças para vãos maiores. FHC – merecedor de admiração – terá no Senado apoio para projetos de reforma que o elegeram. Agradece aos senadores, aos quais deseja êxito no cumprimento dos mandatos.

Discurso

1. Sras. e Srs. Senadores, estou aqui com os mesmos sonhos com que cheguei pela primeira vez à	1. Os mesmos sonhos com os quais, em 1955, assumiu a
--	--

Câmara dos Deputados em 1955. Tendo ocupado todos os cargos públicos do País, jamais, depois de trinta anos de mandatos legislativos, aceitei participar da direção dos nossos trabalhos. 2. Peço-lhes licença para invocar, como aval do compromisso que assumo com a Casa, a legitimidade que tenho para presidi-la. Deputado Federal três vezes, três vezes Senador da República, Vice-Presidente e Presidente da República, estou assumindo esta missão para prestar um serviço ao Senado Federal, Casa à qual devo minha formação política. Aqui aprendi a ouvir mais do que falar, a opinar, a respeitar o direito de discordar, a compreender o valor do debate e da controvérsia, a descobrir as virtudes da paciência e os deveres da amizade que se consolida na vivência de um ideal comum. Aprendi que o caminho do desenvolvimento passa sempre pela democracia, hoje vitoriosa no mundo como a solução libertária da humanidade, que sabe que a tecnologia, a ciência, a economia de mercado, fizeram muito mais pela qualidade de vida da sociedade humana do que todos os sistemas políticos ideológicos. 3. Os parlamentos atravessam a maior crise da História. Hoje se questiona, no mundo inteiro, a sua legitimidade. Com o surgimento de um novo interlocutor da sociedade democrática – a opinião pública –, que veio para ficar expressa pela mídia e pela sociedade civil organizada, o eleitor também ficou prisioneiro desse sistema e passou a ser um refém no universo da comunicação. 4. Nesse clima, o Poder Legislativo é o mais vulnerável dos três Poderes, porque os seus conflitos são públicos, não temos paredes para ocultá-los. É um Poder desarmado e um Poder indefeso. 5. O Brasil, particularmente, vive uma situação singular. Temos instituições políticas, algumas delas que remontam ao Século XIX, e entre elas uma tendência ao congresso do discurso que é apenas uma das maneiras de fiscalizar, como são os pedidos de informação e as comissões de inquérito. As funções de controle, de acompanhamento, de fiscalização, ficaram colocadas numa escala secundária, embora sendo as principais. 6. Por outro lado, o Parlamento, com os anos, teve suas estruturas administrativas desatualizadas e obsoletas. Cresceram os abusos, tornaram-se visíveis os erros, o desestímulo tomou conta de quase todos e o marasmo invadiu muitas consciências. 7. Como reação e na esteira dos novos tempos,	cadeira de deputado federal, ainda que tenha ocupado todos os cargos públicos do País. 2. Tem legitimidade para assumir a Presidência do Senado, casa onde fez seu aprendizado político, principalmente o de que o caminho para o desenvolvimento passa pela democracia. 3. Os parlamentos sofrem crise de legitimidade; o eleitor passou a ser refém da opinião pública, expressa pela mídia. 4. O Legislativo é o mais indefeso dos poderes: conflitos públicos. 5. No Brasil, instituições políticas têm tendência ao uso do discurso, esquecendo as outras maneiras de fiscalizar. 6. Com a obsolescência das estruturas administrativas do Parlamento para fiscalizar, cresceu o abuso e o desestímulo. 7. Como resposta, a sociedade,
---	--

criou-se no Brasil não somente instituições formais democráticas, mas algo extraordinário e que é tão bom para o País – criou-se uma democracia participativa e virtual, que se derrama num sistema de capilaridade em todo o tecido social, na extraordinária vitalidade das milhares e milhares de associações, federações, clubes, grupos comunitários e corporativos que agregam poder político. 8. A mídia modernizou-se, os meios de comunicação de massa tomaram um espaço dominante como intermediadores entre o povo e o poder político. 9. É necessário, neste instante de transformações históricas, salvar o Parlamento do desprestígio, recolocá-lo perante a Nação no seu intocável lugar de cúpula do sistema democrático, sendo para o povo o seu grande instrumento de igualdade, onde todos podem questionar os governos, fiscalizá-los, acompanhá-los e denunciar desde os próprios parlamentares até os menores erros que existam dentro da sociedade. 10. Para esta missão coloco a minha experiência e a minha vida de político, com aquilo que tenho preservado ao longo de toda a minha existência, a capacidade de ouvir, de dialogar, de ser um espírito conciliador. 11. Chegou a hora de um encontro, de uma soma de vontades, de missões compartilhadas entre a sociedade civil, a opinião pública e a mídia, que, repito, passou a ter uma função extremamente importante na intermediação política. 12. Eu me proponho, como Presidente da Mesa Diretora do Senado, a submeter à Casa o debate de um novo modelo, submeter diretrizes para restaurar o prestígio do Poder e, com obstinação, ser um escravo dessa causa. Aceitar sugestões, implementar projetos, correções de rumo, proceder a uma grande e abrangente reforma administrativa que atinja todos os aspectos necessários à modernização da Casa. Aqui temos, nos quadros que compõem o funcionalismo, uma base significativa e exemplar para a tarefa, e desejo motivá-los, dando condições de trabalho, reciclagem, assegurando sempre que, aqui dentro, só ocorrerá a seleção pelo mérito, pela capacidade e pela dedicação ao trabalho. 13. Precisamos decidir, mostrar agilidade nos trabalhos parlamentares – todas as sugestões serão bem-vindas –, restaurar a atividade legislativa, adormecida com a hibridez da Constituição de 1988, que, dando ao Congresso funções de governo parlamentarista, e sendo o sistema presidencialista,	por meio de milhares de instituições, criou uma democracia participativa. 8. A mídia se tornou dominante na intermediação entre o povo e o poder político. 9. É necessário reposicionar o parlamento, na cúpula do sistema democrático, seu intocável lugar. 10. Coloca a experiência política a serviço dessa missão. 11. É hora de compartilhar a missão, unido sociedade civil, opinião pública e mídia. 12. Propõe novo modelo para restaurar o prestígio do Congresso: projetos, reforma administrativa para modernizar, reforçar o mérito e a qualificação dos servidores. 13. É preciso agilizar os trabalhos parlamentares e superar a hibridez da Constituição: um governo parlamentarista num sistema
--	--

criou, entre outros fatos, a ingovernabilidade. 14. O País, para funcionar, teve de entregar ao Executivo o poder ilimitado de legislar através de medidas provisórias. Com a experiência que trago do Executivo, sei que, sem elas, é impossível governar e, com elas, é impossível a existência de um Congresso dinâmico, que todos nós desejamos. O que está ocorrendo é a proliferação das atividades periféricas. 15. Daí a urgência da reforma constitucional. Tenho certeza da sensibilidade do Poder Executivo e do Presidente da República que, sendo velho parlamentar como nós, nos ajudará a fazer uma profunda reflexão sobre essa questão. 16. Os Poderes da República não podem, em qualquer hipótese, aumentar vencimentos; a velha praxe republicana recomenda à legislatura anterior fixar os vencimentos da seguinte, para todo o período. Por outro lado, só através da lei, nunca de resoluções ou qualquer outro meio que possa burlar essa norma, poderá ser admitido que os Poderes se auto-remunerem e confiram vantagens ou agreguem privilégios. 17. Proponho-me a ser um instrumento do Senado e do Congresso, que presidirei, para fortalecê-los, modernizá-los, para que eles possam usufruir de todas as suas potencialidades, e reprimir, com a ajuda de todos os senadores, qualquer tentativa para desmoralizá-los. 18. Serei severo e inflexível, no âmbito das minhas atribuições, contra abusos, distorções, qualquer forma de corrupção ou comprometimento de nossas funções. Serei obstinadamente intransigente na manutenção de nossas prerrogativas, na defesa da autonomia do Poder Legislativo, do respeito que se deve aos seus membros e à dignidade de suas funções. 19. Por outro lado, devemos sempre ter presente, na qualidade de representantes do povo, o decoro de que necessita o exercício dos nossos mandatos, que devem ser exercidos com austeridade e com responsabilidade. 20. Se de alguma coisa me arrependo na vida é de não ter sido mais exigente e firme na cobrança de tarefas. As duas margens do rio que conheci, a do governo e a do ostracismo, me ensinaram que essa conduta não leva ao reconhecimento nem à gratidão. Liberto das ambições, posso, como um depoimento e testemunho, reconhecer equívocos e jamais repeti-los. 21. Agradeço ao PMDB a escolha que fez do meu nome e especialmente para, em seu nome, participar da Mesa de direção dos trabalhos do Senado	presidencialista, que criou a ingovernabilidade. 14. Apenas pelas medidas provisórias se possibilitou ao Executivo governar; mas estas tornaram impossível a existência de um Congresso dinâmico. 15. É necessário reformar a Constituição para restaurar o equilíbrio. 16. Os Poderes da República não podem aumentar, na mesma legislatura, os próprios vencimentos. 17. Propõe fortalecer o Legislativo e evitar tentativas de desmoralizá-lo. 18. Severo contra abusos e defensor das prerrogativas e autonomia do Legislativo. 19. A observância do decoro é essencial no exercício dos mandatos. 20. Será mais exigente e firme na cobrança das tarefas. 21. Agradece ao PMDB pela escolha do seu nome.
--	--

Federal como seu Presidente; e principalmente aos Senadores Pedro Simon e Íris Rezende, pela contribuição significativa que deram à disputa dentro do partido. Serei, como sempre fui, cumpridor do programa desse partido. 22. Quando presidente, ao deixar o governo, tive oportunidade de dizer e agora quero repetir: não entreguei o País à pressão de ninguém, no exterior ou no interior, e não cedi um milímetro da autonomia e da integridade do Brasil. 23. Quero agradecer às Sras. e Srs. Senadores, ilustres componentes desta Casa, que sufragaram o meu nome. Quero reconhecer a contribuição dos Senadores Mauro Benevides e Humberto Lucena em inúmeros projetos de melhoria da atividade parlamentar, principalmente na informatização de muitos dos nossos serviços. 24. Esta é uma Casa onde se reúnem as mais ilustres biografias do País: governadores, ministros, antigos parlamentares, homens e mulheres que viveram as lutas em favor dos interesses nacionais em todos os campos. 25. Sei, com minha experiência e minha idade, que assumi uma tarefa de alto risco. Mas o fiz certo de que posso prestar ao Congresso do Brasil um serviço que me julgo capaz de fazer, pela minha vida e pelo ideal que me anima hoje nesta sedutora missão para a qual me sinto profundamente motivado e preparado. 26. Vamos nos dedicar a essa tarefa extraordinária que o Brasil tanto precisa neste instante, de modernizar, de aparelhar, de reconstruir as instituições parlamentares dentro desses novos tempos. Convido todos a esse mutirão pela moralidade, pela dignidade, pela competência, pelo trabalho, na tarefa de transformarmos esta legislatura numa página indelével e marcante da história política do Brasil. 27. Tudo nos leva a essa crença. Estou profundamente otimista. Aí está um Brasil que acompanha o passo do mundo e estará um Parlamento que acompanhará o passo do Brasil. Aí está um Brasil que sai de suas crises, que sacode as amarras do pessimismo e abre suas asas de esperança para iniciar um dos vôos maiores da sua trajetória. 28. O Presidente Fernando Henrique terá no Senado Federal, no Presidente do Senado Federal, uma alavanca de apoio para os projetos de reforma e de construção das esperanças que o levaram à Presidência da República pelo voto do povo. Suas qualidades de político, de intelectual, de democrata o	22. Na Presidência da República, não cedeu a pressões externas ou internas. 23. Agradece pela eleição e aos dois ex-presidentes do Senado. 24. No Senado se reúnem as mais ilustres biografias do País. 25. Está certo de poder prestar um grande serviço ao Brasil. 26. Tarefa urgente: reconstruir as instituições parlamentares: moralidade, dignidade, competência. 27. O Parlamento, como o próprio Brasil, acompanhará o passo do mundo, livrando-se de crises e munindo-se de esperanças para vôos maiores. 28. FHC – merecedor de admiração – terá no Senado apoio para projetos de reforma que o elegeram.
---	--

credenciam a nossa admiração e é o nosso desejo – acredito que seja unanimemente o de todos nós desta Casa – ajudá-lo a ajudar o Brasil. 29. Quero terminar estas palavras, renovando o meu profundo agradecimento às Sras. e aos Srs. Senadores. Hoje, sou o Presidente da Casa, o Presidente de todos. Quero homenagear o Senado da República, que considero minha Casa, nossa Casa, a Casa do Brasil e, certamente, a Casa do povo brasileiro. A cada um que aqui chega, renovo os meus votos de êxito no cumprimento de seus mandatos. Que Deus nos ajude, e que os nossos ouvidos jamais deixem de ouvir, com humildade, as vozes do povo brasileiro, e que nossas palavras jamais deixem de suplicar, de exortar, de conclamar, de pedir e, se possível, protestar com todas as forças da revolta contra as injustiças e em favor dos anseios do Brasil. Muito obrigado. (1.641 palavras)	29. Agradece aos senadores, a que deseja êxito no cumprimento dos mandatos.
--	--

Radiografia

Este é um discurso deliberativo no qual não faltam as grandes características dessa modalidade: a busca de um acordo, a problematização, a consideração do poder do auditório e a autoridade do próprio orador para ocupar tal posição. O acordo a ser buscado é a restauração do prestígio, do poder e das prerrogativas do Legislativo, algo que é urgente e necessário diante do cenário institucional existente. Para concretizar tal acordo, somente o auditório composto pelos senadores tem esse poder.

Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

4 de Fevereiro de 1997

50ª Legislatura

Resumo

Assumo com a consciência dos deveres com o País e com o regime democrático. Na desigualdade, o que equipara os senadores é a origem: o voto popular. A independência do Legislativo não se confunde com desarmonia com os outros Poderes, os quais homenageia.

A missão dos líderes como ele é a de desenhar um projeto de país, pois são grandes as chances de construir um Brasil poderoso e socialmente justo. Dos legisladores, para acompanhar as exigências do momento, cobra-se a aprovação das reformas reclamadas pelo povo. Como Poder fiscalizador, o Congresso deve dar o exemplo nas ações. Os grandes desafios são resolver o problema da pobreza crescente e da concentração de riquezas.

De imediato, completar a reforma do Estado. O Congresso é credor do êxito do Presidente da República, em seus dois anos de mandato. É necessário limitar a edição de medidas provisórias, sem atrapalhar o Executivo nem retirar a exclusividade de legislar do Congresso.

Tem a responsabilidade de suceder José Sarney, a quem agradece pela boa gestão. Se compromete a continuar as ações iniciadas, em interação com a Câmara dos Deputados, como na gestão anterior. Ao competidor, agradece pela maneira gentil e determinada com que se comportou durante a disputa. Aos ex-presidentes Luiz Viana Filho e a Nelson Carneiro, homenagens e o desejo de seguir o exemplo. Invoca a ajuda do Senhor do Bonfim, para que mereça o amor da Bahia e o respeito do Brasil. Finaliza com o compromisso com a democracia e com a defesa da liberdade.

Discurso

1. Sras. e Srs. Senadores, assumo a Presidência do Senado da República, conseqüentemente do Congresso Nacional, com plena consciência dos meus deveres para com o País e o regime democrático. 2. Na desigualdade de cada um de nós, que todos sabemos existir, pois é própria da condição humana, somos porém todos iguais, pois temos a mesma origem: o voto popular. O voto popular que recebemos dos nossos concidadãos para realizar um trabalho digno, à altura dos anseios do País. 3. O momento é de afirmação, daí julgar necessário, de logo, acentuar a independência do Legislativo, que jamais poderá se confundir com desarmonia entre os Poderes. Ao contrário, a harmonia entre os três Poderes, tal como prescrita na Constituição, é a pedra fundamental sobre a qual se	1. Consciência dos deveres com o País e com o regime democrático. 2. Na desigualdade, o que equipara os senadores é a origem: o voto popular. 3. A independência do Legislativo não se confunde com desarmonia com os outros Poderes, aos quais homenageia.
---	--

assenta a sociedade politicamente organizada. Rendo aqui, em nome do Poder Legislativo, o meu respeito aos Poderes Executivo e Judiciário. 4. Neste final de século e de milênio, nós todos, as lideranças do Brasil, democrático e estabilizado, temos a grave responsabilidade, a obrigação mesmo, de desenhar um projeto de país que almejamos, agora e no futuro, e que haveremos de legar aos nossos descendentes. 5. O Brasil espera muito de nós. Não vamos decepcioná-lo. Acha-se aberta uma janela de oportunidade para que prossigamos na construção do país poderoso, rico e socialmente mais justo que temos a chance histórica de lançar no século que se avizinha. 6. Temos que dotar o Poder Executivo dos instrumentos legais indispensáveis às reformas que o povo reclama e é do nosso dever ouvir o seu clamor. Assim procedendo, teremos a autoridade para não permitir que as nossas atribuições sejam subtraídas, o que contraria a própria harmonia dos Poderes a que me referi. As reformas estão aí para que votemos em tempo hábil, sem pressões, é verdade, mas com a rapidez que o povo espera dos Congressistas. Não poderemos nos atrasar mais, num mundo cada vez mais ágil e competitivo, a exigir dos que elaboram as leis, autonomia e espírito público, com a visão larga do rumo a seguir. 7. Somos ainda um Poder fiscalizador por excelência e, como tal, não deveremos abdicar de nossas funções. Mas, temos que dar o exemplo no pautar as nossas ações, a fim de que possamos reagir às críticas injustas e receber com humildade as reclamações que nos são dirigidas. 8. É com o exemplo de decência, integridade e eficiência no nosso trabalho que vamos nos impor, ainda mais, perante a opinião pública do Brasil. O Senado como é será ainda mais respeitado. 9. É do nosso dever encarar, de frente, dois problemas que, na minha convivência com meus colegas Senadores e Senadoras e com o povo em todos os quadrantes do País, sinto que nos afligem, e exigem pronta resposta do poder político: os desequilíbrios sociais existentes, com uma pobreza crescente nas camadas populares, e a concentração de riqueza, criando uma situação a cada momento mais difícil para a harmonia e o progresso do povo brasileiro. As soluções não são fáceis, exigem coragem e renúncia, ação firme, porém não demagógica, certo que estou hoje, como ontem, de que não há problema insolúvel para a inteligência humana.	4. A missão dos líderes: desenhar um projeto de país. 5. São grandes as chances de construir um país poderoso e socialmente justo. 6. Dos legisladores, para acompanhar as exigências do momento, cobra-se a aprovação das reformas reclamadas pelo povo. 7. Como Poder fiscalizador, dar o exemplo nas ações. 8. Com decência, o Senado será ainda mais respeitado. 9. Os dois grandes desafios: a pobreza crescente e a concentração de riquezas.
---	---

10. O outro ponto é a reforma do Estado, que está em curso e tem que ser completada. Não somos os maiores culpados pelo seu atraso, porém nossa parte terá de ser feita com a decisão e a urgência que de nós espera o povo brasileiro. 11. Cabe-me uma palavra que julgo necessária neste ensejo: o louvor ao trabalho, e não temo em afirmar, ao êxito do Presidente Fernando Henrique Cardoso, à frente do Governo da República. Sua Excelência conseguiu, em dois anos, importantes feitos tanto na política interna como na externa, merecendo por isso mesmo o aplauso da maioria do povo brasileiro e o reconhecimento internacional do novo e grande momento que o Brasil vive. Somos, também, nós Congressistas, credores desse aplauso, porque, com espírito de cooperação, temos oferecido a legislação e o apoio indispensáveis ao eminente Senhor Presidente da República. 12. Há um problema, porém, que sei necessitar de um encontro de pensamento e ação do Legislativo e do Poder Executivo. Refiro-me às Medidas Provisórias. Nem o Executivo poderá ficar sem dispor, em tempo hábil, dos meios para agir, nem o Legislativo poderá abrir mão do seu direito, direi exclusivo, de legislar. Tenho certeza de que nem o Executivo nem o Congresso poderão se sentir bem e cantar loas ao regime democrático se não encontrarmos, espero que em curto período, uma solução para o problema. A demora poderá tornar-se um impasse, em prejuízo para a sociedade. Mais que procurar culpados, pois ambos os Poderes o são, precisamos encontrar o caminho da racionalidade para se extirpar ou se reduzir o mal. Vamos trabalhar nesse sentido, e estou convicto de que encontraremos, também, no espírito conciliador e democrático do Presidente Fernando Henrique, cuja passagem por esta Casa honra o Parlamento, um aliado do Poder Legislativo na busca dos objetivos maiores desta Nação. 13. Tenho a responsabilidade de suceder ao Presidente José Sarney, cuja competência na vida pública, pontilhada de êxitos e notáveis serviços ao Brasil, voltou a brilhar na Presidência do Senado, função onde reafirmou o seu acendrado amor à democracia, dirigindo com habilidade e espírito público nossa Casa. As suas realizações estão à vista de todos, a merecer a unânime aprovação dos seus pares, como vimos hoje nesta Casa, neste dia. 14. O Presidente José Sarney cumpriu, mais uma vez, o seu dever para com as instituições do País,	10. Necessário completar a reforma do Estado. 11. O Congresso é credor do êxito do Presidente da República, em seus dois anos de mandato. 12. É necessário limitar a edição de medidas provisórias, sem atrapalhar o Executivo, nem retirar a exclusividade de legislar do Congresso. 13. Responsabilidade de suceder José Sarney, após uma gestão exitosa. 14. Agradecimentos pela boa
---	--

dirigindo o Senado com equilíbrio, bom senso e, sobretudo, com a dignidade indispensável ao perfeito exercício do mandato. Presidente José Sarney: obrigado, em nome de todos os seus colegas, que o respeitam e admiram. 15. V. Exa. fez muito, porém, não poderia fazer tudo. Com humildade, proponho-me a continuar o seu trabalho e fazer o que estiver ao meu alcance para receber, ao final do mandato, as manifestações de respeito e de aplauso que soube granjear nesta Casa. 16. Espero ainda a perfeita interação do trabalho das duas Casas do Congresso, como existiu no biênio que se finda, graças à capacidade e à experiência do eminente Presidente José Sarney, assim como à invulgar competência do Deputado Luiz Eduardo, um autêntico símbolo dos novos e já notáveis líderes políticos do Brasil. 17. Devo uma palavra ao meu ilustre competidor, o Senador Íris Rezende. Homem público com significativos serviços prestados ao seu Estado e ao País, soube disputar o pleito sem perder um só instante as suas características de parlamentar lhano e lutador incansável pelas causas que lhe parecem justas. Reitero ao Senador Íris Rezende o testemunho da minha estima e respeitoso apreço. (<i>Palmas</i>) 18. Nos últimos anos, dois eminentes e saudosos conterrâneos meus exerceram a Presidência do Senado: Luiz Viana Filho e Nelson Carneiro. 19. Nelson Carneiro foi jornalista e parlamentar brilhante, tanto na Câmara como no Senado. Foi uma vida dedicada à política e os seus feitos nesta Casa são recentes e sempre lembrados. 20. Luiz Viana Filho, de quem fui amigo fraternal, em longo período de minha vida, a despeito dos vinte anos de idade que nos separavam, honrou o Congresso nas duas Casas: na Câmara, onde fui seu colega, e no Senado Federal. Governou a Bahia, foi Ministro de Estado, jornalista e membro da Academia Brasileira de Letras. Educado e elegante, culto e probo, dá o nome à Biblioteca do Senado. Com ele aprendi e ensinei. É uma grande saudade que guardo. 21. São dois exemplos a seguir. 22. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, não me falte a ajuda divina, do meu Senhor do Bonfim, que do alto da sagrada colina, na Bahia, há de me inspirar, como tem inspirado até aqui, para que eu possa sempre merecer o amor da minha terra e o respeito do Brasil. 23. Octávio Mangabeira, que honrou este Senado, certa feita afirmou: "Se algum dia, na vida	gestão de Sarney. 15. Continuidade das ações da gestão anterior. 16. Continuar a interação de trabalho com a Câmara dos Deputados, como na gestão anterior. 17. Cumprimentos a Íris Rezende, seu competidor. 18, 19, 20, 21. Homenagens a Luiz Viana Filho e a Nelson Carneiro, presidentes precedentes, cujos exemplos deseja seguir. 22. Ajuda do Senhor do Bonfim, para que mereça o amor da Bahia e o respeito do Brasil. 23, 24. Antes ser fulminado que
---	--

pública, eu tiver de faltar aos meus deveres de lealdade à Bahia, aos meus deveres de lealdade ao Brasil, peço a Deus que me fulmine na véspera". 24. Confirmando os dizeres do grande baiano, acrescento o meu dever de lealdade ao Congresso, agora mais do que nunca, elevado que fui à Presidência desta Casa. 25. Srs. Senadores e Sras. Senadoras, vamos juntos cumprir o nosso destino: com tolerância, mas com decisão; com coragem, pertinácia e espírito público, sabendo que, embora não esteja inscrito no portal deste Senado, lê-se em nossa consciência que só a liberdade é eterna, só a democracia assegura o reino da liberdade. 26. Muito obrigado. <i>(Palmas)</i> (1.416 palavras)	faltar à lealdade ao Congresso, à Bahia e ao Brasil. 25. Só a democracia assegura o reino da liberdade.
--	---

Radiografia

Este é predominantemente um discurso de “falar bem”, de congratulação, aproximando-se de um discurso de propaganda mais do que de um discurso deliberativo. Talvez o explique a atmosfera de vitória o fato de fazer parte de uma coalizão que governa o País e que recomenda que não se eleve o tom da fala. Na configuração do auditório, privilegia os especializados, neste caso, o Senado e o Executivo. Os breves acenos à audiência universal serão feitos em outras partes, ao se referir ao povo brasileiro.

Há três focos na enumeração dos problemas, sendo dois internos: a atuação ética dos senadores e do Senado e a aprovação de reformas e outras leis; externamente, vencer a pobreza e a concentração de riquezas. Pela dimensão dessa peça oratória, a configuração é harmoniosa. As crenças reforçam a mesma visão exposta em **problemas, perigos...**, sendo que aqui é dada maior ênfase às relações entre o Executivo e o Legislativo.

O autor usa moderadamente o recurso do argumento de autoridade, utilizando-o para reforçar sua identidade (baiano) e seus compromissos com a terra natal e com o Brasil. Pela dimensão do discurso, o orador é até modesto na autoconfiguração: consciência da autoridade, amor do estado natal, respeito do Brasil e lealdade ao Congresso. As proposições são modestas, não indo além do cenário interno. Perfeitamente cabível no contexto de um discurso de vitorioso, em que a proposição maior está presente na atuação do orador (a ser observada no desempenho do cargo).

Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

1º de fevereiro de 1999

51ª Legislatura

Resumo

Saúda inicialmente os 27 novos senadores, homenageia os recém-falecidos, agradece a reeleição e a orientação de sua estrela-guia (o filho Luís Eduardo), que o ajudou a conquistar o sonho de presidir o Senado, pela primeira vez. Não precisou lutar pela reeleição, que veio pela vontade dos colegas e motivada pelo trabalho imparcial e intenso no Senado, nos anos precedentes, em favor do Brasil.

No momento difícil que vive o País, sente-se obrigado a denunciar a ganância de agentes econômicos que procuram desvalorizar o real de maneira criminosa, com boatos para fragilizar a economia do País, que causaram perdas e ganhos volumosos. Inaceitável, também, a desvalorização do real, agora escudado em medidas aprovadas pelo Congresso Nacional.

O povo reconduziu o Presidente da República e sua maioria no Congresso, seus parceiros de governo. É dever do Congresso proteger o símbolo maior do povo, sua moeda. As autoridades econômicas precisam proteger os menos favorecidos e salvar o País de uma crise econômica. As reformas tributária e política, indispensáveis, serão feitas. Urge, igualmente, reformar o Judiciário.

Fiel aos compromissos de dois anos antes, com a ajuda dos senadores, houve produção recorde e de qualidade, incluída a aprovação do Código Civil, medidas provisórias e efeito vinculante. A credibilidade obtida pelo País se deve ao Presidente FHC que, mesmo reeleito, não é imune às críticas. Entretanto, o Legislativo não lhe faltará quando em jogo os interesses do País. Para se orgulhar do Brasil, é preciso amenizar as desigualdades, com entusiasmo.

Discurso

1. Sras. e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, sejam as minhas primeiras palavras de saudação aos 27 Senadores que acabaram de prestar juramento e que aqui chegam com o batismo do voto popular na eleição de 4 de outubro. 2. A marca da saudade nos atingiu na última legislatura, daí por que peço licença aos nobres Senadores, principalmente aos novos, para	1. Primeiras palavras: de saudação aos 27 novos senadores. 2. Homenagem aos senadores recém-falecidos.
--	--

homenagear neste instante os nossos colegas que se foram, figuras expressivas da nossa Casa: Darcy Ribeiro, Onofre Quinan, Humberto Lucena, Vilson Kleinübing e Alexandre Costa. 3. Agradeço a V. Exas., Sras. e Srs. Senadores, o apoio que me consagra reeleito Presidente do Senado Federal. Há exatamente dois anos, fui elevado à presidência desta Casa, em disputa que não houve vencido. 4. Por mais que não queira, sinto-me no dever de relembrar, apenas, que naquele pleito contei com a minha estrela-guia a aconselhar-me e até ajudar-me decisivamente no sentido de alcançar o prêmio que achava que eu merecia de presidir a Câmara Alta do Congresso. Para tanto fez questão de renunciar a tudo que de direito lhe cabia, inclusive o cargo de Ministro de Estado, a fim de que não existisse motivo para se frustrar uma expectativa que era minha, porém muito mais dele. Sempre lutávamos para o êxito um do outro, numa união de propósitos que nunca se abalou. A estrela, onde quer que se encontre hoje, ainda guia os meus passos e ilumina o meu caminho no serviço da minha Pátria. 5. Hoje, aqui me encontro, sofrido é verdade, mas com o consolo de que no momento mais difícil e triste da minha vida não me faltaram os baianos e V. Exas., Srs. Senadores. A generosidade de V. Exas nunca, em nenhum momento, esteve ausente nesses nove meses em que tenho vivido o meu sofrimento. E culmina hoje tal generosidade com esta reeleição. 6. Desejei ser reeleito mas não precisei lutar pela reeleição. Chegou naturalmente, pela vontade dos meus queridos colegas, companheiros do Senado. O importante é que a confiança foi obtida pelo trabalho e pela imparcialidade do comando. Em tempo algum o Congresso Nacional trabalhou tanto em benefício do País. Foi tão intensa a atividade das duas Casas do Congresso, que alguns desavisados e profissionais da mentira, por ignorância ou má-fé, condenaram o trabalho dos Parlamentares e do Parlamento. Aqui se agiu com independência e espírito público. Discutiu-se e votou-se, sempre pensando e agindo de acordo com os interesses do Brasil. 7. Agora, quando o País vive momentos difíceis, que ameaçam afetar as suas estruturas econômicas e sociais e, por consequência, a própria	3. Agradece a reeleição; na anterior, não houve vencido. 4. Sua estrela-guia (o filho Luís Eduardo) o ajudou a conquistar o sonho de presidir o Senado, pela primeira vez. Essa estrela continua a guiar os passos no serviço da Pátria. 5. Embora triste com a perda do filho, sempre contou com o consolo dos baianos e dos senadores; estes, generosos a ponto de reelegê-lo. 6. Não precisou lutar pela reeleição, que veio pela vontade dos colegas, e motivada pelo trabalho imparcial e intenso no Senado, nos anos precedentes, em favor do Brasil. 7. Nos momentos difíceis em que vive o País, sente-se obrigado a denunciar a ganância de agentes
---	---

democracia, não temos sido e não seremos omissos aos reclamos da Nação, daí por que os inimigos do Congresso confundem patriotismo com submissão. Ninguém aqui é submisso, mas todos aqui são responsáveis. Sinto-me obrigado a dizer e a denunciar ao Senado e ao País que alguns agentes econômicos, gananciosos, comandados por instituições financeiras, vêm agindo de maneira irresponsável, e podemos dizer criminosa, nos mercados de câmbio, desvalorizando o real em níveis absolutamente irracionais. 8. Tais instituições maximizaram a sua atuação especulativa e danosa, com operações simultâneas nos mercados à vista e futuro de câmbio, que envolveram perdas e ganhos da ordem de R\$ 7 bilhões. Utilizaram-se, para isso, de rumores, boatos terroristas, como o confisco, a moratória e outros, objetivando unicamente ganhar às custas da fragilização de toda a economia do País. 9. Este fato é inclusive reconhecido por executivos da área internacional do Banco Central. 10. Aproveitar-se das dificuldades da nossa economia, notadamente no campo externo, para agir dessa maneira, é inaceitável. E posso afirmar: o Congresso Nacional não aceita. 11. Nem mesmo os mais céticos economistas e comentaristas especializados ousaram admitir níveis tão elevados para a cotação do dólar frente ao real, por absoluta falta de fundamentação econômica. Tal fato tornou-se muito menos aceitável após a aprovação pelo Congresso Nacional de medidas fundamentais para o ajuste fiscal, bandeira levantada por todos como a principal saída para a crise. 12. Como consequência da criminosa conduta, já podemos notar uma tentativa de remarcação desenfreada dos preços, resultante da abrupta elevação do valor do dólar frente ao real, mesmo envolvendo produtos que nada têm a ver com a taxa de câmbio. A realimentação da inflação jogaria por terra a mais valiosa das conquistas que o País obteve nos últimos anos: a estabilidade da moeda. Esta beneficiou principalmente as classes menos favorecidas que pagavam o tributo mais perverso: o imposto inflacionário. Esses condutores da especulação são mesmo os grandes beneficiários dessa situação da economia vigente antes do Plano Real. 13. Quis o povo reconduzir o Presidente que	econômicos que procuram desvalorizar o real de maneira criminosa. 8. Os especuladores causaram perdas e ganhos volumosos, com boatos para fragilizar a economia do País. 9. Especulação reconhecida por executivos do Banco Central. 10. É inaceitável a atitude oportunista dos especuladores. 11. Não se justifica a desvalorização do real, agora escudado em medidas aprovadas pelo Congresso Nacional. 12. É inaceitável a remarcação, com a desculpa de desvalorização do real, pois a volta da inflação derrubaria as conquistas da estabilidade, que beneficiou os desfavorecidos. Os especuladores de hoje são os mesmos que ganhavam com a inflação, antes do real. 13. O povo reconduziu o Presidente da República e sua
---	--

elegeu em 1994 e mantê-lo em maioria no Congresso para dar continuidade às reformas que marcarão este Governo. O Congresso, portanto, é seu parceiro. 14. E o Presidente da República sabe que o povo lhe deu maioria nesta Casa para promover o seu bem comum e dignificar a sua cidadania, preservar os seus valores. E nada mais valioso para um povo que os seus símbolos pátrios, como a sua bandeira e a sua moeda. Para preservar esses símbolos, o Congresso não fará concessão. A soberania de um povo é a sua moeda. Protegê-la dos especuladores é o dever de qualquer brasileiro que ame a sua Pátria. 15. Portanto, é dever de todos proteger nossa economia e, sobretudo, os que menos podem, que são os grandes prejudicados pela volta da inflação. Para isso, as autoridades econômicas precisam agir de forma eficaz e urgente, visando a impedir tais manobras, utilizando-se dos instrumentos da política monetária e principalmente do seu poder de fiscalização e regulação dos mercados financeiros. Só assim poderemos salvar o País de uma crise econômica e política sem precedentes. 16. Nenhum caminho de flores conduz à glória. Vamos superar os obstáculos com a força da nossa coragem, enfrentando as vicissitudes, dando alento ao povo sofrido, vítima das brutais desigualdades e de uma pobreza que nos humilha e exige do Governo, que somos todos nós, solução. 17. Estamos fazendo as reformas indispensáveis ao Estado. Muito se fez nesse campo na legislatura que findou, mas teremos que fazer mais. As reformas tributária e política são prioridades neste ano. São anseios da sociedade que o Congresso não deixará de atender. Vamos tomar o compromisso com a Nação de votar a reforma tributária como indispensável para a solução de muitas crises do País! (<i>Palmas</i>) 18. O Executivo e o Legislativo estão enfrentando com coragem e decisão essas reformas. Urge também a reforma do Judiciário, senão completa, pelo menos parcial. De logo, reconhecemos a autoridade dos tribunais superiores, principalmente do Supremo Tribunal Federal, exemplo de retidão e competência, cuja influência é indispensável que seja seguida pelas demais instituições ligadas à Justiça. Quem tem exemplo a seguir não tem o direito de errar.	maioria no Congresso: parceiros. 14. É dever do Congresso proteger o símbolo maior do povo, sua moeda. 15. As autoridades econômicas precisam proteger os menos favorecidos e salvar o País de uma crise econômica. 16. Enfrentar a situação, para dar alento ao povo sofrido. 17. As reformas tributária e política, indispensáveis, serão feitas. 18. Urgente também a reforma do Judiciário. 19. Fiel aos compromissos de
--	---

19. Fui fiel, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, ao que lhes prometi há dois anos, quando empossado na Presidência desta Casa. Cumpri rigorosamente tudo, graças à ajuda que recebi de V. Exas. Foram tantas as decisões do Senado em benefício do País que, ousar dizer, jamais se produziu tanto no âmbito do Legislativo, e o que é mais importante, em qualidade e em quantidade. Cito algumas emblemáticas, como o Projeto de Código Civil, que, há muitos anos, estava paralisado o Código de 1917 e que agora precisa ser votado na Câmara dos Deputados, porque o Senado já cumpriu o seu dever. As medidas provisórias e o efeito vinculante são proposições que necessitam de agilização na Câmara dos Deputados, Casa que também tem sido pródiga em bem servir ao País e que não faltará agora na votação das reformas. 20. O que se conseguiu no Senado deve-se, repito, aos Senadores de todos os partidos, que, com devoção, muitas vezes se sacrificaram para evitar o sacrifício do País. 21. O Senado é forte e será cada vez mais forte na medida em que continue a agir com independência, visando aos maiores e melhores interesses da Nação. Vamos, pois, fortalecer o Senado, fortalecer o Congresso, pois sem um Legislativo forte, pelo seu mérito, pela ação digna dos seus representantes, não existirá democracia. E queremos viver democraticamente, daí porque vamos fortalecê-lo, dar cada vez mais autoridade ao Congresso para que suas decisões sejam ouvidas e respeitadas por todo o País. 22. Sras. e Srs. Senadores, ninguém pode ignorar as dificuldades que o País atravessa; são notórias e é inútil a tentativa de ocultá-las, até mesmo para que soluções sejam encontradas, a transparência da situação é indispensável. Não são construtivas as acusações demagógicas. A hora é de construir, e é construindo que venceremos a crise. O Brasil vai vencer a crise, porque nós, povo brasileiro, queremos a vitória o mais urgente possível. E tenho certeza de que, com as medidas que estão sendo tomadas, os especuladores não vencerão esta batalha contra o povo brasileiro, porque os seus representantes aqui e na Câmara dos Deputados não permitirão! (<i>Palmas</i>)	dois anos antes, com a ajuda dos senadores, houve produção recorde e de qualidade, incluída a aprovação do Código Civil, medidas provisórias e efeito vinculante. 20. O mérito do trabalho é dos senadores. 21. Um Senado forte, para reforçar a democracia. 22. É preciso vencer a crise provocada pelos especuladores; e os senadores e deputados adotarão as medidas necessárias. 23. O Presidente FHC, reeleito,
---	---

23. O Presidente Fernando Henrique Cardoso é o comandante reeleito pelo povo para realizar o trabalho da construção. Ele não é imune à crítica, até porque sem as críticas não pode haver trabalho correto. 24. Não há dúvida de que o País, no quadriênio passado, adquiriu uma grande credibilidade interna e externa, e isso se deve, principalmente, à competência do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Essa credibilidade, que foi tão importante para o Brasil, não pode e não será perdida. O Presidente já sabe que nem tudo o que ele queira conseguirá no Legislativo. 25. Por outro lado, ele não ignora que o Legislativo jamais lhe faltará quando estiverem em jogo os interesses da Nação, que têm nele, pelo seu patriotismo e pela função que ocupa, o seu maior defensor. 26. Não existe um brasileiro que não queira a prosperidade e o desenvolvimento do Brasil. Vamos nos unir para que possamos dizer que não faltaremos ao Brasil em momento delicado da sua existência. 27. No próximo ano, comemoraremos os 500 anos de vida do Brasil e a entrada no ano 2000. Vamos trabalhar, unir esforços para vencer os obstáculos e poder dizer, com certeza “tenho orgulho de ser brasileiro”. Mas, para tanto, temos que lutar para que as desigualdades, se não desaparecerem, pelo menos façam os nossos irmãos menos desiguais. 28. Não quero concluir as minhas palavras sem lembrar a figura de Rui, e ele está aí a nos ensinar. Ele dizia: "Vi todas as nações do mundo reunidas e aprendi a não me envergonhar da minha." Esse é o nosso sentimento no momento grave que atravessamos, mas não tão grave quanto os que desejam o império das dificuldades para negociar as suas facilidades. 29. A nossa ambição é de grandeza, e já afirmou um pensador que a ambição de grandeza é um pecado divino. Este é o único pecado a cometer: lutar para que o Brasil tenha o seu destino de País continental; ser grande para oferecer felicidade e justiça social aos seus filhos. 30. Vamos trabalhar intensamente, fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para poder repetir a afirmativa de um grande brasileiro nascido em São Paulo: "Só em minha terra, de minha terra, para minha terra, tenho vivido; e incapaz de servi-la quanto devo, prezo-me de amá-la o quanto posso". 31. Pasteur também dizia que os gregos nos legaram uma palavra que ele considerava a mais bela	não é imune às críticas. 24. A credibilidade obtida pelo País se deve ao Presidente FHC; este não conseguirá tudo o que queira do Legislativo. 25. O Legislativo não faltará a FHC quando em jogo os interesses do País. 26. Os senadores não faltarão ao Brasil. 27. Para se orgulhar do Brasil, amenizar as desigualdades. 28. O momento é grave, mas prevalece o orgulho de ser brasileiro. 29. Ambição de um Brasil continental, grande, para oferecer justiça social e felicidade. 30. Amar a terra. 31. O entusiasmo move.
--	---

da língua: entusiasmo. "Nada é tão contagioso como o entusiasmo. Ele comove pedras, encanta brutos. Na verdade, nada se realiza sem ele". 32. É com o nosso entusiasmo, é com o nosso espírito de luta que nós vamos vencer a crise e que o Brasil será cada vez maior, pela vontade dos seus filhos e pelos representantes do povo no Congresso Nacional. 33. Muito obrigado. (<i>Palmas</i>) (1.939 palavras)	32. Com entusiasmo, vencer a crise. 33. Agradecimento.
--	--

Radiografia

Este é um discurso do tipo deliberativo, em que o orador, além de valorizar o poder do auditório, demora-se bastante na descrição de uma crise, identifica inimigos e clama pela resolução de problemas. Paralelamente, configura para si mesmo uma imagem de unanimidade como líder e de indutor de grande produção legislativa. Nas **cortesias, agradecimentos**, o orador demonstra ter uma consciência precisa de seus auditórios especializados e do auditório universal. É pródigo em fazer referência ao que sobre ele, particularmente, tem poder e sobre o qual deseja estender sua influência. Ele o faz saudando os novos senadores, homenageando a memória dos recém-falecidos, todos os demais os senadores presentes (VV. Exas.), o Senado, o Legislativo, a Câmara dos Deputados.

Outro auditório especializado – e poderoso – é o do Executivo, a quem se dirige especificamente (o Presidente Fernando Henrique Cardoso, o Executivo). Mas suas mensagens levam em conta, com destaque, o auditório universal (as classes menos favorecidas, o povo sofrido, o povo, o Brasil).

Na **menção a problemas, perigos...**, numa manifestação pouco usual na tradição de falas inaugurais na Presidência do Senado, o orador configura um cenário nacional (*crise econômica iminente*), apontando-lhe uma causa (*ação especulativa*), narrando os meios de ação (*rumores, boatos terroristas*), nomeando – tanto quanto possível – os atores responsáveis por tal crise (*agentes econômicos, gananciosos, comandados por instituições financeiras*) e também os principais prejudicados (*os que menos podem*).

Nas negativas e afirmativas enfáticas, estão os valores de “verdade” pregados pelo orador. E eles serão tanto mais verdadeiros quanto maior for o engajamento daquele que fala, em relação ao assunto de que trata. Desse ponto de vista, as ênfases recaem sobre o papel do Senado como defensor do Brasil (*o Congresso Nacional não aceita..*), a natureza fraudulenta da especulação (*absoluta falta de fundamentação econômica*), o valor supremo a ser defendido (*a soberania de um povo é a sua moeda*), o imperativo categórico (*é o dever de qualquer brasileiro que ame a sua Pátria*). Sua eficácia será sempre proporcional à adesão da audiência a tais crenças. Nem mesmo o mais enfático orador, utilizando-se das peripécias retóricas mais elaboradas, conseguirá mobilizar um auditório, se não houver verossimilhança naquilo que ouve. Mas, pelo contrário, se os fatos narrados forem observados, aí sim, a “emoção” e o grau de comprometimento demonstrados pelo orador terão poder não apenas para comover, mas mover os ouvintes para seguirem-no em suas propostas.

O orador reconhece a citação de outros autores como um modo de reforçar seu discurso. Na configuração do orador está a autoridade para ele se dirigir ao auditório. De tal modo que nem mesmo as mais retumbantes palavras serão convincentes se vierem da boca de um personagem não qualificado. De duas uma: ou essa autoridade já é reconhecida e, portanto, não precisa ser lembrada; ou essa autoridade não é consensual, e é necessário lembrar à platéia os feitos, as qualidades, os atributos, enfim, a autoridade do orador.

Este orador vê necessidade de lembrar à audiência – ou a parcela desta – algumas qualidades, e também narrar fatos e acontecimentos que o credenciem ao “dizer o que diz”. Ele é um pai enlutado (nove meses após a morte inesperada do filho, célebre político), o que desperta entre os ouvintes a solidariedade. Ele é o merecedor da Presidência do Senado como um *prêmio* (4), do mesmo modo que é digno do reconhecimento e da generosidade de seus pares (5 e 6). Mas não apenas isso, ele é o realizador de feitos notáveis (*em tempo algum o Congresso Nacional trabalhou tanto em benefício do País*) (6), dotado de coragem [*sinto-me obrigado a dizer e a denunciar ao Senado e ao País (...)*] (7); ele é cumpridor de seus compromissos (*fui fiel, cumpro rigorosamente tudo*) (19). E, acima de tudo, é generoso a ponto de reconhecer que seus méritos se devem à atuação dos pares [graças à ajuda que recebi de V. Exas. (19)].

Enfim, o orador lança mão de recursos para se qualificar perante a audiência, com firmeza e moderação. Já a aceitação de tal visão por parte do auditório depende exclusivamente deste. Na condição de Presidente de um órgão político cuja principal produção é a legislativa e, ainda, levando em conta que o poder reside em cada um dos pares, é difícil exigir deste orador que suas proposições extrapolem o campo interno da mobilização (*vamos trabalhar...*). Entretanto, esta é a contraparte do trecho em que o orador desenhou um cenário de crise iminente para o País, com fortes denúncias, com o apontamento de responsáveis, a identificação de processos, e assim por diante. Mas, neste momento, aquela força oratória se perde, pois não há proposições concretas para enfrentar tais perigos, problemas e inimigos.

Jader Barbalho (PMDB – PA)

14 de fevereiro de 2001⁴²

51ª Legislatura

Resumo

Como um dos Pares, o Presidente do Senado compartilha a responsabilidade com os demais membros, para uma gestão com discrição e austeridade. Tem confiança nos Poderes Constituídos, ressaltando que o Parlamento é lugar de diálogo. Sua eleição se dá em clima atípico, que abalou a própria imagem do Senado. Mas esta é a hora de elevar o conceito do Senado e restabelecer a cordialidade entre senadores, e destes com o corpo funcional; tempo de tranquilidade política, decisiva para enfrentar crises. A atuação deve ser acima das disputas partidárias, com busca de entendimento elevado.

Com a vitalidade econômica do País, o Senado deve colaborar para a agenda de solidariedade social e competitividade econômica. São imprescindíveis a discussão e a votação das Reformas Tributária, Política e do Judiciário. Manterá bom entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, para retomar prerrogativas do Legislativo. Agradecimento aos companheiros do PMDB, PSDB e partidos aliados, pela eleição por maioria absoluta.

Aos concorrentes, agradecimentos pela cordialidade na disputa; convite para ajudar na condução da Casa.

Discurso

1. Sras Senadoras e Srs. Senadores, quero registrar, inicialmente, que entendo a função de presidir o Senado Federal como um ato de exercício democrático. Isso quer dizer que nesta Casa somos Pares; logo, o seu Presidente deve ter como norte a responsabilidade compartilhada. 2. Penso que a discrição e a austeridade são imprescindíveis, não só à boa administração, mas, sobretudo, nas relações entre os Poderes da República. 3. A confiança nos Poderes Constituídos – Executivo, Legislativo e Judiciário – é, com certeza, o primeiro passo da governabilidade do País. Por isso mesmo, estou determinado a evitar que se lance o	1. Como um dos Pares, o Presidente do Senado compartilha a responsabilidade. 2. Discrição e austeridade. 3. Confiança nos Poderes Constituídos, Parlamento como lugar de diálogo.
---	--

⁴² O Senador Edison Lobão (PFL–MA) assume a Presidência do Senado de 20 de julho a 14 de setembro de 2001, em decorrência da licença concedida ao então Presidente do Senado, Senador Jader Barbalho (PMDB–PA) (Senado Federal. *Relatório da Presidência Senado Federal*. Períodos: de 15-2 a 30-6 e de 1º-8 a 15-12-2001 e 18/12/2001 a 7-1-2002).

Senado da República na torrente da agitação política pura e simples. É necessário haver equilíbrio. O Parlamento é o lugar da negociação e do diálogo permanente. Há que se conciliar a ênfase na defesa de determinadas posições com a manutenção de um clima de respeito e de cordialidade. 4. É forçoso reconhecer que as eleições que me conduziram à Presidência desta Casa ocorreram em clima atípico, que acabaram por abalar fortemente a sua própria imagem. 5. A hora é, portanto, de elevar o conceito de respeito do Senado Federal. Há que se restabelecer, também, o clima de cordialidade que sempre reinou na história do Senado entre os Senadores e entre eles e o corpo funcional da Instituição. As divergências devem ficar para trás, fazendo parte de um passado que nenhum de nós deve desejar. 6. É tempo, também, de reconstrução política, de busca de tranqüilidade, decisiva no passado recente para que o País enfrentasse as crises econômicas, e que repousou, principalmente, no equilíbrio entre os Poderes. 7. Hoje não sou mais Presidente de um partido político ou seu Líder no Senado Federal. Sou Presidente da Casa e minha atuação deve pairar acima de eventuais disputas partidárias, para que os trabalhos sejam desenvolvidos de forma acelerada e eficiente. É indispensável que o entendimento entre os diferentes Partidos que têm assento no Senado se faça de forma elevada, tomando em consideração os superiores interesses da Nação. 8. No momento em que o País dá evidentes sinais de vitalidade econômica, sendo apontado como um dos melhores locais para investimentos no mundo globalizado, é necessário que o Senado continue a fazer a sua parte, colaborando para uma agenda de solidariedade social e competitividade econômica, a fim de que os ganhos alcançados tenham a participação do povo. 9. Por outro lado, considero imprescindível a discussão e a votação da Reforma Tributária, da Reforma Política e da Reforma do Judiciário. Quanto à primeira, não há mais como adiá-la. A discussão sobre ela está exaurida. Os caminhos estão claros. Os estudos já efetuados nas duas Casas do Congresso, com a inestimável ajuda da sociedade brasileira, esgotaram a matéria, que está pronta para ser votada. Agora, é necessária apenas a vontade política para que ela se torne realidade, libertando a nossa produção das amarras que a impedem de crescer, permitindo que as	4. O clima é atípico, e abalou a própria imagem do Senado. 5. É hora de elevar o conceito do Senado e restabelecer a cordialidade entre senadores, e destes com o corpo funcional. 6. É tempo de tranqüilidade política, decisiva para enfrentar crises. 7. A atuação deve estar acima das disputas partidárias, com busca de entendimento elevado. 8. Com a vitalidade econômica do País, o Senado deve colaborar para a agenda de solidariedade social e competitividade econômica. 9. Imprescindíveis a discussão e votação das Reformas Tributária, Política e do Judiciário; a Tributária já está pronta.
--	--

empresas gerem os empregos necessários e as riquezas que irão resgatar a imensa dívida social que todos nós temos com o povo brasileiro. 10. Quanto à Reforma Política, considero que será uma grande contribuição não só para a melhoria da imagem da classe política, mas também para a atividade partidária, que ganhará em eficiência e legitimidade. Há assuntos para os quais a sociedade exige transparência, como o financiamento das campanhas políticas, as coligações em eleições e a fidelidade partidária, cujas definições irão aprimorar o processo democrático no Brasil. O Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB, já encaminhou relatório com inestimável contribuição à discussão do assunto; e o PFL, por intermédio do ilustre Senador Jorge Bornhausen e do nobre Vice-Presidente da República, Marco Maciel, vem conduzindo negociações com todas as forças políticas, incluindo a Oposição. 11. Quanto à Reforma do Judiciário, ela é urgente, para que todos possamos usufruir de uma justiça eficiente e rápida. É necessário reconhecer que a culpa do que ocorre não cabe aos juízes, mas sim à processualística, que permite que os processos se perpetuem em suas mesas, com a inesgotável possibilidade de recursos, a maioria deles única e exclusivamente com o fim protelatório. 12. O Congresso Nacional pode em muito modernizar a Justiça brasileira, se for capaz de modificar a legislação processual, que permite a protelação. A justiça deve ser feita no Brasil e, como prestadora de serviço, efetivamente atender aos seus usuários. 13. Quanto às medidas provisórias, nossa Casa já realizou brilhante trabalho – relatado com mestria pelo Senador José Fogaça –, que está para ser votado na Câmara dos Deputados, com a brevidade requerida pela sociedade brasileira. 14. Como Presidente do Senado e do Congresso Nacional, tudo farei para manter um bom entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados. Tenho certeza de que conseguiremos, no mais breve espaço de tempo, fazer com que a elaboração legislativa seja feita pelo Poder	10. A Reforma Política deve trazer melhoria para a imagem da classe política e para a legitimidade dos partidos: financiamento de campanhas, coligações, fidelidade partidária. 11. Reforma do Judiciário: urgente, para eficiência e rapidez da Justiça. 12. Na modernização da Justiça, legislação processual que atenda com rapidez aos usuários. 13. As modificações nas medidas provisórias já foram para a Câmara dos Deputados. 14. Bom entendimento com o Presidente da Câmara dos Deputados, para retomar prerrogativas do Legislativo.
---	---

Legislativo, até com relação às medidas provisórias. (<i>Aplausos</i>) 15. Agradeço, do fundo do coração, aos meus companheiros do PMDB, que cerraram fileiras ao meu lado. Sem eles, certamente, não estaria ocupando este lugar. Agradeço também aos companheiros do PSDB e de outros Partidos que se juntaram a nós, dando-me um inesquecível crédito de confiança. 16. O Regimento do Senado prevê apenas a maioria simples para a escolha do seu Presidente. E senti muita emoção, alegria e orgulho, porque, como político, sou julgado, acima de tudo, por aqueles que convivem comigo nestes seis anos; e quem me julgou, nesta tarde, foi a maioria absoluta do Senado, a quem sou penhoradamente grato. (<i>Aplausos</i>) 17. Aos meus eventuais concorrentes, Senadores Jefferson Péres e Arlindo Porto, meu reconhecimento pela conduta lhana, exemplar, cordial, fazendo com que a disputa tivesse um momento mais nobre que os períodos que, lamentavelmente, a antecederam. Convido S. Exas. e todos os Senadores da Casa para me ajudarem na difícil tarefa que me cabe a partir de hoje: de cumprir o honroso trabalho de presidir o Senado Federal. 18. Que Deus proteja o Senado e o Brasil. 19. Muito obrigado. (987 palavras)	15. Agradecimento aos companheiros do PMDB, PSDB e partidos aliados. 16. A maioria absoluta do Senado o elegeu. 17. Aos concorrentes, agradecimentos pela cordialidade na disputa; convite para ajudar na condução da Casa. 18,19. Pedido da proteção de Deus e agradecimento final.
---	--

Radiografia

Por sua dimensão breve e por se concentrar em temas consensuais, fica sendo quase que protocolar. Pelos agradecimentos, aproxima-se de um discurso epidíctico, isto é, “de falar bem”, quase que uma auto-congratulação, extensiva aos aliados políticos que o elegeram. Entretanto, este não deixa de ser um discurso do tipo deliberativo, pelas proposições que o orador faz, principalmente pelo clima de conciliação que busca estabelecer. Nas cortesias, agradecimentos..., privilegia a audiência especializada, isto é, aquela que tem poder para deliberar em favor ou contra a atuação do orador (os senadores), mas não deixa de lançar elogios aos juízes e de apontar a necessidade de reformas, aceno que faz ao auditório universal (povo brasileiro, atores políticos, mídia).

Esse privilegiamento pode ser atribuído às regras de condução do parlamento: poder compartilhado com comissões e, nestas, de relatores, proporcionalidade da representação de bancadas, e, principalmente, margens de votação para aprovar matérias ou eleger membros da Comissão Diretora. Na menção a problemas..., o orador demora-se pouco ao apontar os problemas que farão parte de sua agenda. Não se estender na identificação de problemas pode ser um sinal de duas atitudes: uma delas é o propósito de não causar polêmicas, por isso se concentra em temas consensuais; outra, que o auditório não precisa mesmo ser mobilizado para se posicionar sobre esses problemas.

Seja por uma razão ou por outra, essa atitude enfraquece o caráter deliberativo do discurso, no que se refere ao auditório universal: “Afinal, que papel desempenhará o Presidente do Congresso (um dos três Poderes) na gestão do País?”, pode-se perguntar o espectador-eleitor.

Nas crenças e valores, concentra-se nos dois temas centrais: clima interno do Congresso (busca de harmonia) e reformas. Mas, note-se, o orador continua a evitar tratar de forma polêmica os assuntos. Vitorioso na eleição, esse pode ser um gesto conciliatório. Na identidade do orador, busca atrair para si a autoridade do eleito, que agirá com altivez.

Pode ser que o orador queira evitar chamar a atenção sobre si, sua biografia política, feitos e outros atributos geralmente utilizados para a configuração do orador. Essa estratégia (omissão de dados biográficos) pode ser válida em duas situações, pelo menos: ou quando é tão notória a biografia (que dispensaria menções), ou quando tais referências (positivas) possam despertar no auditório a lembrança de outras características ou eventos negativos. Nas proposições, novamente, dois temas dominam a agenda: conciliação interna e reformas. Isso revela uma coerência interna do discurso que, assim, resta bem “amarrado” naquilo a que se propôs. Por outro lado, pode sinalizar uma fragilidade do ocupante do cargo maior do Legislativo: não haveria outros compromissos esperados pela Nação?

Edison Lobão (PFL–MA)

1º de agosto de 2001⁴³

51ª Legislatura

Resumo

Consciente das limitações da interinidade, o Presidente entende ser necessário oferecer uma resposta à opinião pública, que exige esclarecimentos e punição dos culpados por desvios éticos. Tais providências já começaram a ser tomadas, no momento em que Senado e Câmara eliminaram privilégios inaceitáveis, entre eles o do sigilo bancário e a imunidade parlamentar em caso de crimes comuns. O semestre será de muitas realizações, ainda que seja ano eleitoral. Os líderes apóiam um calendário de votações e, uma vez estabelecida uma pauta de consenso, as bancadas apreciarão as matérias reclamadas pela nação. Ampliada a atuação das comissões e aumentado o número de sessões, mais matérias serão apreciadas.

Discurso

1. Sr^{as} e Srs. Senadores, dou a V. Ex^{as} os votos de boas vindas, desejando que, no recesso que ontem se encerrou, tenham colhido a oportunidade de melhor conviverem com suas bases políticas. E aqui cheguem hoje fortalecidos e inspirados nas idéias e opiniões que auscultaram junto às populações que V. Ex^{as} tão bem representam. 2. Todos conhecem as circunstâncias pelas quais exerço a interinidade da Presidência do Senado Federal. Tenho, portanto, consciência das limitações do meu múnus, seja no tempo, seja na própria ação administrativa desta Casa. 3. Vivemos um momento político especialmente tenso. As questões de natureza ético-política têm assumido proporções de tempos em tempos observadas. Não lhes podemos nem queremos virar as costas. A opinião pública sensibiliza-se com essas questões, aguardando esclarecimentos cabais às suas dúvidas e exigindo instrumentos sérios, sólidos, definitivos, que apontem e punam culpados, em processos regulares, e impeçam as recidivas. 4. É de reconhecer-se que, nas duas Casas políticas, já demos alguns passos importantes. 5. O Senado e a Câmara tomaram a iniciativa,	1. Boas vindas aos senadores. 2. Limitações do mandato interino que exerce. 3. A opinião pública exige esclarecimentos e punição dos culpados por desvios éticos. 4, 5, 6. Senado e Câmara já romperam com privilégios inaceitáveis, entre eles o do
---	--

⁴³ Em função da licença do Senador Jader Barbalho, o Vice-Presidente Edison Lobão reabre a Sessão Legislativa. Permanece no cargo de presidente até a eleição do Senador Ramez Tebet, em 20 de setembro de 2001 (Senado Federal. *Relatório da Presidência*, 2001).

desde há algum tempo, de propor o rompimento de pontos de estruturas parlamentares clássicas, pertinentes ao Legislativo das nações democráticas estáveis, mas que, em virtude do mau uso por parte de alguns, foram considerados privilégios inaceitáveis em nosso País. 6. Refiro-me à soberania do sigilo bancário, que contempla por igual a todos os brasileiros, assim como à tradição das imunidades parlamentares. 7. O Projeto de Lei Complementar nº 5, de 1995, de autoria do Senador Pedro Simon, exclui do sigilo bancário as operações e serviços prestados por agentes públicos. Foi aprovado e remetido à Câmara em 1996, onde, sob o número 82, foi apensado ao Projeto de Lei Complementar nº 159/93. 8. Por outro lado, em 1998, o Senado aprovou a Emenda Constitucional nº 2/95, que altera as imunidades parlamentares para autorizar processos penais contra representantes do povo no caso de crimes comuns. 9. São proposições que, espero, não tardem a ser incluídas nas normas permanentes do nosso sistema legal. 10. Portanto, na prática, são esses dois projetos um anteparo para os muitos motivos que colocam o Congresso sob iterativas salvas de suspeitas. 11. Não tenho dúvidas, Sr^{as} e Srs. Senadores, que este semestre será marcado como um período de fecundas realizações legislativas, sem desconhecer o quanto se fez no anterior. 12. Na reunião com as Lideranças, no correr do recesso de julho, delas recebi honrosa solidariedade para eleger um calendário mínimo de votações. Depara-se-nos a oportunidade de oferecer à opinião pública o exemplo do trabalho e da proficiência. Estou certo de que as dignas Bancadas parlamentares desta Casa não pouparão esforços nem devotamento para a apreciação e a votação das tantas matérias legislativas reclamadas pela Nação. Todas inseridas em pautas resultantes de amplo consenso. 14. Com maior número de Sessões Deliberativas e faculdades ampliadas para as reuniões das Comissões Técnicas, teremos o ensejo de agilizar ainda mais o exame das matérias da competência desta Casa. 15. É verdade que temos pela frente problemas políticos sérios, inclusive os que vão surgir pela proximidade das eleições do ano que vem. Contudo, tenho a convicção de que às Sr^{as} e aos Srs. Senadores – detentores da experiência na vida política – não há de faltar a criatividade para o encontro de soluções que correspondam aos mais legítimos e imediatos interesses	sigilo bancário. 7. Projeto de lei aprovado no Senado exclui do sigilo bancário as operações de agentes públicos. 8. Emenda Constitucional autoriza processos penais contra parlamentares, em crimes comuns. 9, 10. Esses projetos protegem o Congresso contra as acusações a ele feitas. 11, 12. O semestre será de muitas realizações: os líderes apóiam um calendário de votações. 13. Estabelecida uma pauta de consenso, as bancadas apreciarão as matérias reclamadas pela nação. 14. Ampliada a atuação das comissões e aumentado o número de sessões, mais matérias serão apreciadas. 15. Ainda que se aproximem as eleições, serão atendidos os interesses imediatos do povo. 16, 17. Os obstáculos serão
---	---

do povo brasileiro. 16. Com a ajuda de Deus e a contribuição de todos, venceremos os obstáculos que se têm anteposto ao nosso trabalho parlamentar. É a minha firme crença neste momento. 17. Sejam bem-vindos todos os Srs. Senadores. (585 palavras)	vencidos.
---	-----------

Radiografia

Trata-se de um discurso de natureza deliberativa, em que se conclama os Senadores e Senadoras para a apuração de desvios e punição dos culpados. Com isso, dialoga com toda a Nação. Dirige-se, portanto, ao auditório universal, e não apenas aos parlamentares. Ao relembrar as medidas moralizadoras já aprovadas, assume a defesa do Legislativo. Ao clamar por um consenso em torno da pauta de votações, firma um compromisso marcado pela ação, como resposta às acusações que pesam sobre o Congresso. Pela delicadeza do momento político, o discurso assume um tom ao mesmo tempo enérgico e conciliador.

Ramez Tebet (PMDB – MS)

20 de setembro de 2001⁴⁴

51ª Legislatura

Resumo

Com mais de 40 anos de vida pública, o Presidente é contemporâneo da luta pela liberdade e direitos políticos. Tendo ocupado os cargos de prefeito, vice-governador, Senador, ministro, tem reafirmadas suas convicções para lutar contra as desigualdades e injustiças. Mas a missão de presidir o Senado é o maior desafio de sua vida, após relatar e presidir CPIs e Conselho de Ética. Está convicto de que passam os homens, mas permanecem o trabalho por eles realizados e as instituições criadas.

A satisfação de presidir o Senado, em momento tão difícil, decorre do peso da instituição e do apoio recebido dos senadores. Os 15 anos precedentes representam grande amadurecimento político da sociedade brasileira, a qual rejeita comportamentos tolerados no passado; cresce a responsabilidade social de pessoas em empresas e também a participação ativa dos cidadãos na vida nacional. Novas exigências éticas levam a uma depuração política, na União e Municípios, nos legislativos federal e estaduais, que não toleram mais práticas políticas indesejáveis. O Senado se desgastará se não valorizar o debate de grandes idéias, para minimizar desigualdades, fugindo a sua função. Portanto, é preciso retomar a capacidade de discutir grandes temas nacionais, como as reformas política e tributária, cuja tramitação não tem avançado.

É essencial para o Brasil trocar a intolerância política pela harmonia, pois, apesar do amadurecimento político, a violência impera; não obstante a estabilidade da moeda, o modelo econômico não combate as desigualdades, diante das quais o Senado não pode ser indiferente. O povo espera do Senado fim das desigualdades, ordem política e econômica, ética e respeito às instituições. Assume a Presidência convencido da necessidade de entendimento. Honrará o Senado com trabalho, busca da conciliação de interesses, em favor da grandeza da Pátria.

Discurso

1. Sr. Presidente, Sras.Sras.. e Srs. Senadores, minhas senhoras e meus senhores, tenho mais de 40 anos de atividade política. Sou, portanto, testemunha da história recente do Brasil. Do tempo em que o então MDB, liderado por Ulysses Guimarães,	1. Com mais de 40 anos de vida pública, é do tempo da luta pela liberdade e direitos políticos.
--	---

⁴⁴ Em 20 de setembro de 2001 realizou-se Sessão Extraordinária, às 14h30, destinada à eleição do Presidente do Senado Federal para o período de setembro de 2001 a 31 de janeiro de 2003, em atendimento ao que dispõe o § 1º do artigo 59 do Regimento Interno do Senado Federal.(Senado Federal. *Relatório da Presidência*, 2001)

enfrentava os cães de um regime autoritário. Do tempo em que se lutava pela liberdade de expressão e pelos direitos políticos. 2. Devo dizer aos senhores e às senhoras que Deus me deu muito mais do que pedi na vida. Certa vez, pedi ao povo de minha cidade, Três Lagoas, no Mato Grosso do Sul, que me fizesse prefeito da cidade. E Deus permitiu, com o beneplácito daquele povo bom e generoso, que eu pudesse administrar o Município que me serviu de berço. Depois, pedi ao povo que me fizesse deputado estadual e obtive a maior votação do Estado. Quis passar pela Câmara Federal, porque sonhei ser Constituinte, mas os meus companheiros me indicaram para Vice-Governador, e então eu fui às praças públicas nessa qualidade. Fui Governador por dez meses, e então pedi ao povo que me fizesse Senador, e, mais uma vez, esse povo, com a ajuda de Deus, me atendeu. 3. Recentemente, fui Ministro da Integração Nacional, por pouco tempo, é verdade, mas tempo suficiente para robustecer a reflexão sobre a imensidão do nosso País, sobre as suas diferenças e desigualdades, sobre sua multiplicidade e diversidade e sobre o imenso desafio que nós, políticos, temos: o de diminuir as distâncias entre os brasileiros. Distâncias que não se medem apenas em quilômetros, mas que só se podem mensurar olhando fundo as feridas que se abriram em séculos de injustiças sociais e econômicas, e que nós, a muito custo, estamos enfrentando. 4. Recebo agora a missão de ser Presidente do Senado, que eu considero uma benção, porque me coloca certamente diante do maior desafio da minha vida. 5. Posso afirmar com certeza: os homens passam, seu trabalho permanece. Permanecem, Senhoras e Senhores, todas as marcas que nós deixamos, através do nosso trabalho, sobre a Terra. Quando nós trabalhamos em conjunto, nos ligando ou nos unindo a outras pessoas, nós criamos instituições. Quanto mais forte for a ligação entre as pessoas, mais fortes serão as instituições. Os homens passam, as instituições ficam. 6. Depois de cumprir diversas missões, como a de relatar a CPI do Sivam, de presidir a CPI do Judiciário, de ser o relator do Orçamento da União, de presidir o Conselho de Ética, recebo a honra e a benção de poder dirigir esta Casa, certamente a maior instituição do povo brasileiro. Porque é aqui, nesta Casa, que se defende a liberdade, a democracia, o	2. Deus deu muito mais que o pedido: prefeito, vice-governador, senador. 3. Como Ministro da Integração, reafirmou convicções para lutar contra as desigualdades e injustiças. 4. A missão de presidir o Senado é o maior desafio da vida. 5. Passam os homens, mas permanecem o trabalho e as instituições. 6. Presidir o Senado é a maior honra, após relatar e presidir CPIs e Conselho de Ética.
--	---

direito e o cumprimento das leis. E, como dizia Joaquim Maria Machado de Assis, o cumprimento às leis é a primeira expressão da liberdade! 7. Sras.Sras.. e Srs. Senadores, é com profunda satisfação, muita emoção mesmo, que assumo hoje a Presidência do Senado Federal. A história, os grandes debates que se travaram aqui e a contribuição desta Casa à formulação do processo político brasileiro fazem do Senado uma instituição singular. A satisfação de presidir o Senado vem, em parte, pela importância da instituição. Mas também é motivo de imensa honra merecer o voto da maioria das senhoras e dos senhores Senadores para presidir esta Casa no momento em que ela passa por um questionamento de seus valores. 8. É inegável que muitos outros colegas reúnem qualificações extraordinárias e poderiam estar aqui ocupando esta Presidência. Também por isso, ocupar esta posição é uma imensa honra. Ser lembrado num momento difícil como este pelo qual passa o Senado aumenta minha responsabilidade e, ao mesmo tempo, multiplica a minha disposição para trabalhar de forma incansável e dar a minha contribuição para que o Senado volte a merecer a aprovação da sociedade brasileira. 9. Estamos vivendo um dos momentos mais ricos da história da política brasileira. É sempre difícil avaliar os fatos sem o distanciamento do tempo, mas o que se assistiu na política brasileira, no curto período de 15 anos, representa um impressionante processo de amadurecimento político. Algumas vezes, seria incorreto deixar de reconhecer que a sociedade andou à frente de seus representantes, evoluiu mais rápido do que nós, homens públicos. 10. A sociedade não tolera mais certos comportamentos que, no passado, eram deixados de lado. Essa mudança de comportamento vai além da política e pode ser percebida em diversos segmentos sociais. Nas empresas, por exemplo, passou-se a exigir uma maior participação na solução de problemas sociais, antes debitados apenas ao Estado. As empresas adquiriram, portanto, uma responsabilidade social antes desconhecida. O crescimento do voluntariado é sensível e emocionante. As pessoas têm assumido compromissos sociais, têm demonstrado o desejo de participar, de forma atuante, da solução de problemas sociais, têm demonstrado o desejo de ajudar o próximo. 11. Individual ou coletivamente, os brasileiros mostram amadurecimento e tomam consciência da	7. A satisfação de presidir o Senado decorre do peso da instituição e do apoio recebido dos senadores. 8. Pelo momento difícil por que passa o Senado, aumenta a honra de presidi-lo. 9. Os 15 anos precedentes representam grande amadurecimento político da sociedade brasileira. 10. A sociedade rejeita comportamentos tolerados no passado; cresce a responsabilidade social de pessoas em empresas. 11. Brasileiros participam ativamente da vida nacional.
---	--

importância de estar participando ativamente de cada movimento da vida nacional. 12. O mundo político acompanha essa evolução e essa exigência de uma nova conduta ética. No processo de depuração política, cujo marco foi a cassação de um presidente da República, seguiram-se diversas ações nos Municípios brasileiros, e outro marco desse processo foi a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal. 13. O Congresso Nacional e os legislativos estaduais e municipais se mostram sintonizados com este novo momento político. Atendendo à vontade da sociedade, tornaram-se mais rígidos e menos tolerantes com práticas políticas indesejáveis. 14. Sras. e Srs. Senadores, Srs. Deputados e demais autoridades, se podemos nos orgulhar da imparcialidade com que temos tratado nossos Pares, não podemos dizer o mesmo quanto à forma como temos nos comportado nos debates políticos. E, mais do que por qualquer outro motivo, foi dessa intolerância política que resultou o desgaste da imagem desta Casa. O Senado é e haverá de ser a Casa dos grandes debates políticos, dos grandes oradores, da discussão das grandes idéias com respeito ao contraditório, sempre pensando em minimizar as desigualdades sociais no imenso e rico território brasileiro. 15. É isto, Sras. e Srs. Senadores, que me parece essencial retomarmos no Senado: a capacidade de discutir os grandes temas nacionais, livres das diferenças políticas e preocupados, primordialmente, com os interesses nacionais e os dos nossos Estados. 16. Há questões fundamentais ao País. A reforma política, por exemplo, essencial para que estejamos em sintonia com as exigências da sociedade, anda lentamente. A reforma tributária, essencial para desafogar as empresas dessa penosa burocracia, sem falar na sufocante carga dos tributos. E essa reforma tributária não tem saído do papel. 17. É mais do que hora de trocarmos a intolerância pela harmonia. É mais do que hora de trocarmos as inócuas disputas pessoais pelo entendimento, pela solidariedade e pela fraternidade. Isso não é essencial apenas para o Senado da República; é essencial para o Brasil. 18. Em que pese o amadurecimento político da sociedade brasileira, o Brasil vive praticamente uma guerra social. O número de homicídios nas grandes cidades e dos casos de seqüestro, o crescimento do tráfico de drogas, as explosões de violência nos	12. Novas exigências éticas levam a uma depuração política, na União e Municípios; outro marco: Lei de Responsabilidade Fiscal. 13. Legislativos federal e estaduais: intolerantes com práticas políticas indesejáveis. 14. O Senado se desgastou por não valorizar o debate político, que é sua função: debate de grandes idéias, para minimizar desigualdades. 15. Retomar no Senado a capacidade de discutir grandes temas nacionais. 16. Reformas política e tributária não têm avançado. 17. É essencial para o Brasil trocar a intolerância política pela harmonia. 18. Apesar do amadurecimento político, a violência impera.
---	---

presídios são prova incontestada do quadro que permeia o nosso País. 19. O modelo econômico adotado, que tem o mérito da estabilidade da moeda e da maior eficiência na prestação de serviços à população, ainda não se mostrou eficaz no combate às desigualdades sociais que todos desejamos. Por isso, na minha rápida passagem pelo Ministério da Integração Nacional, adotamos o conceito "Igualdade para o desenvolvimento". Tenho a convicção de que o Brasil só será um País desenvolvido quando os brasileiros de todas as regiões tiverem iguais oportunidades de crescimento social e econômico. Esse é o nosso desafio e é o desafio das próximas gerações. 20. O Senado da República não tem o direito de manter disputas de ego, enquanto o País vive numa situação dessas, enquanto a igualdade de oportunidades ainda é apenas um objetivo e uma meta a ser alcançada. 21. É isso, mais do que qualquer outra coisa, que se pede, pelo entendimento entre os Partidos, entre os homens públicos e entre as diversas correntes de pensamento. Isso porque o Brasil – repete – não aceita mais conviver com suas desigualdades sociais. E é essa a resposta que toda a sociedade brasileira espera da classe política. 22. A intolerância e a falta de entendimento estão prestes a jogar o mundo numa nova guerra. O Brasil deve estar preparado para enfrentar as consequências disso, mesmo sem estar diretamente envolvido no conflito. A guerra que infelizmente se anuncia terá reflexos na economia brasileira. E, com isso, exigir-se-á ainda mais esforços e criatividade para enfrentar as nossas desigualdades. Também por isso, o diálogo e o entendimento são fundamentais. 23. É mais do que hora de trocarmos a intolerância pela harmonia. É mais do que hora de trocarmos as inócuas disputas sociais pelo entendimento e pelo interesse público. 24. O povo brasileiro espera de nós uma resposta à desigualdade social; espera de nós a manutenção do ordenamento político e econômico, a predominância da ética, o respeito às instituições. Esse é o nosso desafio. Todo o resto é vaidade, é vento que passa. 25. Sras. Senadoras e Srs. Senadores, estejam certos de que não assumo a Presidência do Senado induzido. Assumo convencido das minhas responsabilidades, assumo convencido de que a hora é de paz, assumo convencido de que a hora é de	19. Apesar da estabilidade da moeda, o modelo econômico não combate as desigualdades, o maior desafio das próximas gerações. 20. O Senado não pode ser indiferente às desigualdades. 21. Partidos e homens públicos devem se entender, para combater as desigualdades sociais. 22. A iminente guerra que ameaça o mundo prejudicará o Brasil; por isso, maiores são as razões para o entendimento. 23. Trocar a intolerância pela harmonia. 24. Povo espera do Senado fim das desigualdades, ordem política e econômica, ética e respeito às instituições. 25. Assumo a Presidência convencido da necessidade de entendimento.
---	---

entendimento, assumo convencido de que a hora é de respeito ao direito das minorias, assumo num momento grave pelo qual passam os destinos de toda a humanidade. 26. Quero e haverei de honrar o Senado da República de uma só forma, da forma como sei fazer: trabalhando incansavelmente, lutando bravamente para atingir esses objetivos, para fazer desta Casa verdadeiramente uma Casa da Federação brasileira, uma Casa de reflexão. Vamos fazer desta Casa uma Casa onde possamos conciliar os diversos interesses, desde que tenhamos uma meta, qual seja, a consecução do bem comum, pelo qual todos temos de lutar, em favor da grandeza e do progresso da nossa Pátria. 27. Sras. e Srs. Senadores, sei que o tempo já vai longe. Não sei fazer outra coisa em minha vida que não trabalhar. Recebo, portanto, esta missão com a mais profunda humildade, estejam certos. Vou honrar esta cadeira do Senado da República; vou lutar em defesa do Senado da República, independentemente de coloração partidária. A instituição está acima de quaisquer Partidos Políticos. 28. Vou pedir licença para concluir este breve pronunciamento. Mas permitam-me iniciar esta Presidência como o Senhor do Céu nos ensinou: em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo. 29. Peço a Deus que nos abençoe; peço a Deus que nos dê força e união. 30. Muito obrigado, Sras. e Srs. Senadores. (1.762 palavras)	26. Honrará o Senado com trabalho, busca da conciliação de interesses, em favor da grandeza da Pátria. 27. Com humildade, honrará a cadeira de Presidente, colocando a instituição acima dos partidos políticos. 28. Conclui o discurso e inicia a Presidência com uma oração. 29. Pede a bênção de Deus. 30. Agradecimento final.
---	---

Radiografia

Esta é uma peça oratória do tipo deliberativa, na qual o orador, além de fazer uma leitura crítica do momento político, credita poder ao auditório para ajudá-lo na tarefa a que se propõe. Observa-se que o discurso como um todo é construído em grande parte com base em **cortesias, agradecimentos, elogios, manifestações de apoio**, em outras palavras, o orador demora-se bastante na configuração do auditório. Essa preferência revela uma estratégia de busca da adesão não apenas dos assistentes imediatos, mas também de um arco de alianças bem amplo, nos quais estão incluídos os seus eleitores municipais, estaduais, a “sociedade brasileira” (leia-se segmentos organizados), o povo brasileiro, os cidadãos (que como tal se reconhecerem), as

empresas, os legislativos como um todo e, como não poderia faltar, seu auditório “com poder de deliberação”, os senadores e senadoras.

Especial menção é feita a “Deus”, o que merece destaque, uma vez que tal apelo calará fundo em todo o eleitorado crente, de qualquer das confissões religiosas existentes no Brasil.

Na identificação de **problemas, perigos, inimigos e advertências**, o orador consegue ser bastante abrangente: de desigualdades e injustiças sociais e econômicas a “atitudes” de políticos (intolerância), passando por identificação de temas candentes na mídia (violência), traça um quadro das questões a serem resolvidas. Se bem que seja genérico em sua leitura, desse orador, na posição em que se encontra, não se pode exigir leitura mais profunda, uma vez que, no regime presidencialista, cabe ao Executivo a adoção de políticas específicas. Para o que se propõe no seu discurso (Senado como fórum para o debate de grandes temas), essa análise se revela suficiente.

Nas crenças e valores, o orador revela acreditar no Brasil e em suas potencialidades, remete às desigualdades a causa dos problemas e também à incongruência entre os novos valores da sociedade e a permanência de práticas inadequadas na política. Com a expressão de tais valores, procura atingir o sentimento “nobre” do auditório – quem poderia ser contra o fim das injustiças e desigualdades? – ao mesmo tempo em que faz uma advertência velada à classe política (seu auditório especializado): se não cumprir o papel esperado pela cidadania, o Senado estará se condenando. Para um momento de conflito, em que o orador é escolhido para o cargo justamente por ser considerado um “pacificador”, não se poderia esperar a expressão de críticas mais contundentes.

No que diz respeito à **identidade do orador**, este traz à baila suas qualificações para assumir o cargo, as quais não são poucas: do período extenso (40 anos) de vida pública à variedade de cargos e funções de relevo que assumiu, destacando as possíveis de maior reconhecimento por seu auditório especializado (e poderoso). Sem incorrer em falsa modéstia, expõe suas qualificações. Boa estratégia, sem exageros.

As **proposições e conclamações** têm um fulcro: a reconciliação, o fim da intolerância, o estabelecimento da harmonia. Não se estende a uma agenda política mais ampla para a própria Casa, nem para o País. Ressalve-se que, na menção a problemas, perigos, inimigos, tenha sido esboçada uma agenda por reformas. Mas esta parte das proposições acabou por ficar excessivamente doméstica. Talvez pudesse ter sido ampliada com uma agenda política propositiva. Os fatos da conjuntura, de certo modo, atenuam essa “falta”, pois o orador foi eleito num momento de grande tensão interna do Senado.

José Sarney (PMDB – AP)

1º de fevereiro de 2003

52ª Legislatura

Resumo

Inicialmente, agradece aos colegas pela confiança, particularmente aos senadores Renan Calheiros e Ramez Tebet. Em seguida, relembra que o Senado, inspirado pela figura de Rui Barbosa e outras expressões políticas de peso, é maior que a soma dos seus componentes. Sendo a própria personificação do Estado, tem ajudado a consolidar as instituições políticas brasileiras, tendo feito as maiores mudanças sem rupturas e sem cicatrizes de batalhas.

No Senado, defendia-se já a liberdade de opinião, os direitos civis, a soberania, a independência dos Poderes (1823), antes da imprensa e da própria organização do Brasil como nação. O intento do Presidente de ocupar esse cargo deve-se ao desafio de contribuir com o momento político do Brasil, uma vez que sua larga experiência como parlamentar e ex-Presidente da República o habilita para tanto. O Parlamento, onde se encontra a voz do povo, é o local ideal para discutir e questionar idéias, pessoas, governos e até o próprio Legislativo. Deste Poder, exige-se responsabilidade com a ética, a eficiência e os ideais defendidos. Ainda que não mais seja detentor do charme e brilho da retórica, que nele predominavam até metade do século XX, é no Congresso que se operam as decisões.

Em sua vida política, só esteve ausente do Congresso para ser Governador do Maranhão e Presidente da República. No quarto mandato de Senador, jamais se escusou de tomar as decisões necessárias, sem perder o equilíbrio. Único Governador de Estado a negar apoio ao AI-5, no Congresso lutou para o fim deste, tendo sido relator da Emenda Constitucional que a ele pôs fim. Participou da pacificação após a anistia, da eleição de Tancredo Neves e, uma vez na Presidência da República, ajudou a construir a volta das liberdades, abolir as leis de exceção e convocar a Constituinte.

A Constituição de 1988 abriu espaço para a cidadania, mas também riscos para a governabilidade, pelo hibridismo entre presidencialismo e parlamentarismo. O momento é de mudanças: as grandes inovações da tecnologia da informação e das descobertas científicas criaram uma teia sem limites, sem um centro organizador. Por isso, a base da política é a confiança. Assim sendo, o Brasil e o Presidente Lula podem confiar no Senado para obter a paz social, vencer o desemprego e a violência, com a aprovação das reformas previdenciária e tributária. Mas a agenda indica alguns desafios próprios ao Legislativo, que é fazer a reforma política, modernizando instituições, sem envelhecer a representatividade nem destruir a legitimidade. Sem faltar ao Brasil, nem atrapalhar o Executivo, os próximos quatro anos serão de renovação, com punição aos que faltarem com os deveres parlamentares e intransigência na defesa da autonomia do Parlamento.

Discurso

1. Agradeço a meus estimados colegas, Senadoras e Senadores, a confiança de eleger-me	1. Agradecimento aos colegas pela confiança.
---	--

Presidente da Mesa do Senado Federal neste biênio da 52ª Legislatura. 2. Agradeço particularmente ao Senador Renan Calheiros o gesto generoso de promover a unidade da nossa Bancada, do PMDB, em torno do meu nome. Em nome da Casa agradeço ao Senador Ramez Tebet os serviços por ele prestados ao Senado da República. 3. Há mais de 170 anos o Senado se reúne, como hoje, no exercício da continuidade do Governo democrático, com a renovação das legislaturas, o juramento dos eleitos para o exercício dos mandatos. Esta instituição é uma das maiores criações da democracia representativa e suas origens estão nos constituintes da Filadélfia. 4. A soma de todos nós é menor do que a soma do Senado. 5. Por esta Casa passaram as maiores figuras políticas do País. Cito algumas como Nabuco de Araújo, Cotegipe, Saraiva, Silveira Martins, Caxias, Dantas, Campos Sales, Afonso Pena, Juscelino Kubitschek, Getúlio Vargas, Tancredo Neves e tantos outros. 6. Como síntese na evocação dos nossos maiores, guardião de nossas tradições, neste Plenário está o bronze eterno do Rui Barbosa, velando pelos nossos trabalhos. 7. Dizia ele que “o Senador é a personificação efetiva de um Estado”, que ele significava os interesses maiores da Pátria. 8. Casa de tradição, o Senado deu uma parcela relevante na construção do País. Aqui, ajudamos a fazer nossas instituições políticas, estas que vêm consolidando o Brasil. 9. Sempre escrevi que o Brasil foi uma construção política, desde a Independência até os nossos dias. Numa comparação que costumo fazer, não nos marcam as cicatrizes das batalhas sangrentas, como na conquista da América espanhola e na formação de diversos países. 10. Foram os políticos que tiveram a sabedoria e a competência para fazerem a Independência; eles pregaram e consolidaram a República; eles que souberam atravessar os nossos impasses em todos os momentos para encontrar soluções sem rupturas. 11. Nossas instituições políticas estão marcadas pelo idealismo dos nossos antepassados, que foram, sempre, visionários. 12. Não tínhamos imprensa na Constituinte de 1823, e discutimos a liberdade de opinião. 13. Sem termos a Nação organizada, os	2. Especial agradecimento a Renan Calheiros, por promover a unidade da bancada, e a Ramez Tebet, ex-Presidente. 3. Senado brasileiro, inspirado nos Constituintes da Filadélfia, há 170 anos, reúne-se pela continuidade democrática. 4. O Senado é maior que a soma dos senadores. 5. Nabuco, Caxias e Tancredo, entre outras expressões políticas, passaram pelo Senado. 6. Efigie de Rui Barbosa vela pelas tradições. 7. O Senador é a personificação do Estado (Rui). 8. Em sua tradição, o Senado ajuda a consolidar as instituições políticas. 9. Diferentemente da América Espanhola, o Brasil é fruto de construção política sem cicatrizes de batalhas. 10. Os “políticos” fizeram as maiores mudanças sem rupturas. 11. O idealismo marca as instituições políticas. 12, 13. Defendida a liberdade de opinião e direitos civis, a soberania, a independência dos
---	--

Senadores e Deputados discutiam liberdades civis e liberdades individuais – isso no começo do século, em 1823; sem saber onde eram as fronteiras, porque o País ainda não existia delineado, eles estudavam e defendiam as teses da soberania – todos esses debates estão nos nossos Anais; sem terem ainda consolidado leis, discutiam a independência dos Poderes, os predicamentos da magistratura. 14. Fui persistente, Sras. e Srs. Senadores, no desejo de ocupar este cargo, pelo fascínio que me desperta e estimula o momento atual da vida brasileira, pela convicção de que posso concorrer com uma boa parcela de minha vivência, solidificada em quase meio século de atuação parlamentar, em favor do Senado Federal, do Congresso Nacional e do Brasil. 15. Leva-me a pensar nessa legitimidade o fato de eu ser o parlamentar mais antigo destas duas Casas Legislativas; de conhecer as duas margens do rio: a do Legislativo e a do Executivo. 16. Sou o último remanescente da Legislatura de 1955/1959 hoje no Congresso. Há 48 anos exerço a atividade parlamentar. Minha formação política foi o Parlamento: a mais alta e mais fascinante criação do homem no caminho da organização do governo democrático. 17. É o Parlamento a casa onde o povo tem sua voz e participação por intermédio de seus representantes. 18. No Parlamento aprendi que se aprende a arte de falar e de ouvir, de dialogar, de conviver, de aceitar idéias e rejeitá-las, questionar governos, costumes, hábitos, práticas, pessoas e condutas. 19. O Parlamento pode questionar o próprio Parlamento. 20. Nosso trabalho exige uma sedimentação profunda da consciência moral sobre as nossas responsabilidades, a obstinada decisão de não cometer erros, de jamais aceitar qualquer arranhão nos procedimentos éticos que devem nortear nossa conduta: transparência, moralidade, eficiência, trabalho, os nossos dogmas. 21. O Congresso, como eu disse, é maior do que a soma de todos nós. 22. Os parlamentares perderam aquele charme romântico que os acompanhou durante o século XIX até metade do século XX. Eles eram o centro das decisões, e elas podiam vir pela retórica. Era o tempo em que os Plenários podiam ser tocados pela palavra, pelo delírio e pelo encantamento de grandes oradores.	Poderes (1823), antes da imprensa, da organização política nacional. 14. Persistência para ocupar o cargo, motivada pelo desafio de contribuir com o momento político do Brasil. 15. Parlamentar mais antigo das duas Casas, conhecedor do Legislativo e Executivo. 16. Formado politicamente no Legislativo, último remanescente da legislatura de 1955/1959. 17, 18, 19. No Parlamento, a voz do povo; onde se aprende a questionar idéias, pessoas, governos e até o próprio Legislativo. 20, 21. Exige-se do parlamento a responsabilidade com a ética, eficiência e ideário: o Congresso é maior que a soma dos parlamentares. 22. Perdeu-se o charme e o brilho da retórica, que predominava até metade do século XX.
---	--

23. Felizmente ainda somos dominados, de certa parte, em nosso País, pela visão do parlamento do discurso, apenas uma das formas de fiscalização, e passamos essa imagem à sociedade, que vincula o Congresso ao Plenário. 24. Mas, somos muito mais do que isso! 25. Do Congresso somente me ausentei para ser Governador do Maranhão, em 1965, e, de 1985 a 1990, para exercer sucessivamente a Vice-Presidência e a Presidência da República. 26. No Senado Federal estou no exercício do quarto mandato. 27. Já exerci todas as funções de representação de cargos e encargos políticos: Deputado, Governador, Senador, Vice-Presidente e Presidente da República, líder, presidente de partido, líder de oposição e de governo. Em todos estes postos tive presente a consciência moral dos meus deveres. Tomei decisões, e certamente cometi erros, mas também acertei. 28. Não me acusa a consciência de ter fugido ao risco de tomar posições quando elas são necessárias. Nos momentos em que fui chamado a cumprir o meu dever, procurei ser firme e decidido, prudente ou paciente, sem jamais perder o equilíbrio. 29. Tenho, neste momento, já no crepúsculo dos anos, de dizer que nunca falhei ao meu País. Quando na edição do AI-5, fui o único Governador de Estado a negar-lhe apoio. 30. Ao lado de Petronio Portela, Teotônio Vilela, Daniel Krieger, Milton Campos, Carvalho Pinto e muitos outros, aqui neste Plenário, lutávamos por uma saída para chegar à democracia, desembocando na revogação do AI-5, Emenda Constitucional da qual fui Relator. 31. Depois o trabalho para a construção da anistia e a dinâmica da abertura de um tempo em que as feridas ainda estavam abertas e não cicatrizadas. 32. Quando houve impasse na direção dessa construção da abertura, sentindo que podíamos marchar para um retrocesso, tive a coragem de discordar e abrir caminho para que, com um grupo valoroso de companheiros, muitos deles que aqui ainda estão, pudéssemos eleger Tancredo Neves e possibilitar uma saída sem traumas do regime autoritário. 33. Levado pelo destino, num momento dramático da vida nacional, a assumir a Presidência da República, tenho a consciência de que ajudei a construir a volta das liberdades. 34. Abolimos as leis de exceção. Tive a	23, 24. Em parte, o “discurso” ainda projeta a imagem do Plenário; mas o Congresso é maior que sua oratória. 25. Ausente do Congresso apenas para ser Governador do Maranhão e Presidente da República. 26. Quarto mandato de Senador. 27. Em todos os cargos que exerceu, com erros e acertos, a consciência moral dos deveres. 28. Jamais se escusou de tomar as decisões necessárias, sem perder o equilíbrio. 29. Foi o único Governador de Estado a negar apoio ao AI-5. 30. Com outros políticos, lutou pela retomada da democracia, tendo sido relator da Emenda Constitucional que deu fim ao AI-5. 31. Participou da pacificação após a anistia. 32. Com a ameaça de retrocesso político, juntou-se a outros para eleger Tancredo Neves e construir saída do regime autoritário. 33, 34. Levado a assumir a Presidência da República, ajudou a construir a volta das liberdades, abolir as leis de exceção e convocar a
--	--

determinação, contra todas as expectativas, de convocar a Assembléia Nacional Constituinte. 35. Há dois anos, estava em Berlim, participando de uma reunião do InterAction, que congrega ex-Presidentes da República e Chefes de Governo. Na conversa com um ministro alemão, ele me perguntou se eu tinha tido a coragem de fazer uma Constituinte. Observou, então, que devia ter sido a última Constituinte do mundo ocidental, porque – disse ele –, hoje, se fôssemos convocar uma Constituinte na Alemanha, o país se dissolveria, tantos e tão fortes são os interesses e tensões que se formariam dentro da sociedade. 36. Afirmei-lhe que eu sabia desses perigos. 37. O exemplo de nossa História não era alentador. 38. A Constituinte de 1823 foi fechada; a de 1891 desembocou na renúncia de Deodoro; a de 1934, nas malhas do Estado Novo; a de 1946, a edificação da democracia no fim do totalitarismo nazista, acabou fechada em 1964. 39. Em 1988, houve o esforço pela construção da cidadania. Abriram-se os caminhos para os direitos sociais. Fui um crítico da Constituição de 88. Ela criou, na área da organização do Estado, um espaço de ingovernabilidade, por ser híbrida, ao oscilar entre o parlamentarismo e o presidencialismo, sem unidade. 40. Pude comprovar a evidência dessas falhas na existência de mais de trezentas emendas constitucionais que circularam – algumas ainda circulam – no Congresso Nacional com vista a corrigi-las. 41. No que se refere aos direitos sociais e civis, sempre aplaudi, louvei-a e a apoiei. Na mensagem em que convoquei a Assembléia Nacional Constituinte eu dizia que se fazia necessária a construção de direitos sociais. Foram tais direitos que, exercidos, abriram caminho para que tenhamos hoje uma sociedade democrática, transparente, aberta, que vivifica o tecido social com a capilaridade democrática estendendo-se em todos os setores. 42. Senhoras e Senhores Senadores, fiz algumas referências históricas e dei o testemunho de uma vida dedicada ao Parlamento, para atestar as mudanças que ocorreram ao longo dos anos recentes e as esperanças que se abrem quando olhamos o futuro. 43. Thiers dizia de Gladstone: “Quanto mais velho ficava, mais confiança tinha no futuro”. 44. Lembremos o exemplo dessas mudanças no Brasil e no mundo. Devemos recordar alguns fatos.	Constituinte. 35, 36. Diante de perigos de rupturas, teve a coragem de convocar – terá sido – a última Constituinte do mundo ocidental, algo que a Alemanha não ousou fazer. 37, 38. Constituintes brasileiras anteriores tiveram resultados terríveis: renúncia, Estado Novo, ditadura. 39. A de 1988 abriu espaço para a cidadania, mas também riscos para a governabilidade, pelo hibridismo entre presidencialismo e parlamentarismo. 40. Tais falhas se comprovam com a apresentação de mais de 300 propostas de emendas à Constituição. 41. Os direitos sociais e civis abriram caminho para a sociedade democrática de hoje. 42, 43. Quanto mais velho, mais confiante nas mudanças que podem ocorrer no futuro. 44, 45. Algumas mudanças: há cem anos o Presidente da República abria e fechava o
---	---

Há menos de um século, o Presidente Wenceslau Brás abria e fechava o Palácio do Catete, levando a chave no bolso. Era símbolo de trabalho: o primeiro a chegar, o último a sair. 45. Hoje a complexidade do Estado moderno faz mudar tudo. Mudaram os costumes, mudaram os hábitos, mudou o governo, mudou a política. 46. A democracia representativa, de que somos agentes e eleitos, está sob forte contestação. Contestam-se seus valores e muitos já apontam o rumo da democracia direta. A sociedade da informática modificou completamente as mentalidades, os hábitos, os costumes. Nosso pensar, baseado num sistema mecanicista de causa e efeito, foi abalado pelo conceito de rede. 47. De um modelo fortemente hierarquizado e com informação centralizada, passamos a um modelo em que a informação é mais distribuída e a decisão menos programática – podemos até falar num tipo de informação biológica. O Estado tradicional é substituído pelo estado em rede, construído a partir da mundialização do capital, da multilateralização dos poderes institucionais e da descentralização da autoridade. O Estado é cada vez menos a expressão de sua soberania, acuado pela força das grandes companhias globais cujo capital supera o PIB de muitos países e pela hegemonia de superpotências destinadas a impor sua força a tudo e a todos. 48. O Estado, assim, não é mais o ponto de passagem obrigatório entre o particular e o geral, entre o interesse público e o interesse privado. 49. Minha geração viveu entre a magia e a realidade. Aconteceram fatos e criaram-se coisas com que nunca sonhamos. É como se da tenda dos alquimistas surgissem, em vez de poções mágicas, outros mundos. As descobertas científicas colocaram milagres em nossas mãos. Uma diabólica máquina composta de fios e de um teclado – o computador – conecta todo o mundo e instantaneamente fornece informações, milhões de dados se avolumam a cada segundo, sem um centro organizador e produtor, nessa teia sem limites. 50. Isso afetou a política. É indispensável a nossa capacidade de estarmos preparados para essa nova realidade. A base da política é a confiança. Penso que posso dizer, na abertura dos nossos trabalhos, que o Brasil pode confiar no Senado. Há no Congresso e no meio político a consciência de que vivemos um tempo novo de construção. 51. A biografia do Presidente Luís Inácio Lula	Palácio do Catete e levava a chave para casa; hoje, tudo mudou. 46. A democracia representativa hoje é questionada; passa a dominar o conceito de rede no lugar de um sistema mecanicista. 47. De um modelo hierarquizado, para descentralização de informações; Estado em rede; mundialização do capital; poderes multilaterais; Estado não mais expressão de soberania, acuado pelas empresas globais e hegemonia de superpotências. 48. O Estado deixa de ser a passagem entre o público e o privado. 49. As grandes inovações da tecnologia da informação e das descobertas científicas criaram uma teia sem limites, sem um centro organizador. 50. A política foi afetada por tais mudanças: sua base é a confiança. O Brasil pode confiar no Senado. 51. A paz social é o principal objetivo. E o Presidente Lula
---	---

da Silva é uma referência do Brasil para o mundo democrático, referência de nossos avanços nas oportunidades de participar e decidir, de ascensão social, da força do trabalho. Torna-se possível vislumbrar a construção de um pacto social com a diminuição das tensões e com a compreensão das elites de que é hora de ceder espaços para ganhar o principal, que é a paz social. 52. Temos desafios imensos. Os maiores deles talvez sejam o desemprego e a violência. Somados, tornam a nação insegura e o povo infeliz. 53. Desejo – penso interpretar o sentimento de todos nós – que esta legislatura corresponda ao espírito de responsabilidade que nos domina e assegure ao país clima de confiança e estabilidade e novos tempos de entendimento e de novas relações políticas. O Senado, tenho certeza, será um dos pilares deste momento político e cumprirá sua missão histórica de harmonizar conflitos e buscar sempre e em tudo atender o interesse público. 54. Veja-se a tarefa urgente, generosa, do combate à fome. A Nação precisava de ideais que a unissem e não a dividissem. Essa campanha, além da sua razão humanista e meritória, tem também a virtude de mobilizar consciências e vontades, sabendo que há um espaço comum, que é de todos, quando a boa causa é a de suprir necessidades e também de humanizar mediante a solidariedade e o cumprimento do dever. 55. Sras. e Srs. Senadores, a agenda do Poder Executivo indica trabalhos e desafios para nós. 56. Neste ano, duas reformas fundamentais são propostas: a previdenciária, para evitar a quebra do Estado, e a tributária, para modernizar a arrecadação. Indaga-se se é possível fazê-las, se é possível aprová-las na velocidade que o País necessita. Eu acho que interpreto o sentimento de todos nós se afirmar que sim. Basta ter vontade política. A responsabilidade é de todos nós – Governo, Congresso Nacional e sociedade mobilizada. É hora de juntar vontades e, Executivo e Legislativo, enfrentar e vencer pressões. 57. Acho que da parte de nossa Casa legislativa nós iremos cumprir com nosso dever. Serei sempre o primeiro defensor da harmonia e da independência dos Poderes, como determina a Constituição, zelando pelas prerrogativas do Poder Legislativo. Devemos zelar pelas nossas prerrogativas e ter a consciência dos nossos deveres, com a imagem, a compostura, a moral e a dignidade do Senado Federal.	representa a oportunidade da construção de um pacto social. 52. Os dois maiores desafios: desemprego e violência. 53. Que esta legislatura assegure confiança e estabilidade aos novos tempos de entendimento político. O Senado, um dos pilares, cumprirá sua missão de harmonizar conflitos. 54. O combate à fome é um exemplo de ação política, por seu caráter unificador. 55. A agenda indica alguns desafios. 56. Duas reformas essenciais: a previdenciária e a tributária. Para aprová-las, juntar as vontades do Executivo, Legislativo e da sociedade. 57. O Senado cumprirá com seu dever. Zelo pelas prerrogativas da Casa. 58. Um parlamentar não tem o
---	--

58. Joaquim Nabuco nos aponta a grandeza da missão que temos a cumprir e os limites que devem reger nossa conduta. Em determinado período de um dos seus discursos parlamentares, Nabuco, que vinha da monarquia e ainda começava a República, dizia que “não é preciso ser republicano para servir à República – ele não era republicano –, nem monarquista para servir à monarquia; basta ter a clara noção de que nunca se tem o direito de prejudicar a pátria para prejudicar o governo”. 59. Acima de qualquer credo político, de Governo e Oposição, neste momento tão fascinante da vida brasileira, com um Presidente cujas origens são o aval de sua determinação, não podemos recusar ajuda na tarefa de dar governabilidade – fazer as reformas, celebrar o pacto social. 60. Sras. e Srs. Senadores, antes de concluir, devo dizer que também devemos ter a nossa própria agenda política. Penso que a agenda do Legislativo, a começar pelo Senado, é a de fazer a reforma política. Vamos construir modernas instituições, que não aniquilem os partidos, que não rebaixem a política a um cartório de registro de candidatos nas eleições; que não envelheçam a representatividade e não destruam a legitimidade. 61. Vamos fazer a reforma política. O voto uninominal proporcional só existe no Brasil. Em nenhum outro lugar do mundo existe esse modelo. Já desapareceu, como prejudicial à democracia, em todos os países. É uma reminiscência dos fins do século XIX. 62. Enfrentemos o problema. Vamos elevar o debate, torná-lo capaz de mobilizar uma nova atividade política, a nossa consciência, e que esses ideais nos encorajem. 63. Vamos dar ao Brasil uma noção de trabalho. Vamos desobstruir a pauta e iniciar nas Casas, ligadas por um interesse comum, Senado e Câmara, um trabalho conjugado, para que a opinião pública tenha presente que esta Quinquagésima Segunda Legislatura será citada na história do Brasil como um dinâmico e criativo tempo de construção e de serviços prestados ao País. Para isso, estou perfeitamente sintonizado com o Presidente da Câmara, Deputado João Paulo Cunha, que comigo dividirá o comando de nossas casas legislativas. 64. O Congresso Nacional jamais faltou ao Brasil, nunca obstruiu as tarefas do Executivo e do Judiciário. Nossa obrigação é ajudar a diminuir os problemas de nosso povo e assegurar que	direito de prejudicar a pátria ao tentar prejudicar o governo. 59. Não se pode negar ajuda à governabilidade: fazer reformas e pacto social. 60. A agenda própria do Senado é fazer a reforma política: modernizar instituições, sem envelhecer a representatividade nem destruir a legitimidade. 61. O voto uninominal proporcional deve ser abolido. 62. Fazer o debate e mobilizar para novos ideais. 63. Iniciar um trabalho comum com a Câmara, para que esta Legislatura seja marcada pela contribuição que deu ao País. 64. Sem faltar ao Brasil, nem atrapalhar o Executivo, os próximos quatro anos serão de renovação, com punição aos que faltarem com os deveres
--	---

cumpriremos quatro anos em um Congresso de renovação, transparente, sem contemplações com os erros e disposto a punir todos aqueles que, de um modo ou de outro, infringirem o mandato que o povo lhes conferiu. 65. Mas também seremos intransigentes e inarredáveis e jamais nos vergaremos na defesa das prerrogativas e da autonomia do Parlamento, Casa que é a expressão da soberania do povo e do sistema democrático. 66. Quero cumprimentar os novos representantes dos Estados no Senado, Senadoras e Senadores, desejando a todos um mandato de pleno êxito. 67. Cumprida a finalidade desta sessão, vou, agora, encerrá-la. Antes, convoco as Sras. e os Srs. Senadores para a 3ª Reunião Preparatória, a realizar-se agora, neste plenário, às doze horas e trinta e cinco minutos, a fim de que se proceda à eleição e posse dos demais membros da Mesa. 68. Muito obrigado a todos. Está encerrada a presente sessão. (2.721 palavras)	parlamentares. 65. Intransigência na defesa da autonomia do Parlamento. 66. Aos novos representantes, votos de êxito. 67. Convoca a 3ª reunião preparatória, para eleição dos demais membros da Mesa. 68. Encerrada a sessão.
---	--

Radiografia

Trata-se de um discurso deliberativo, em que o orador traz ao auditório uma série de argumentos que o levam a deliberar em favor de uma série de providências. Demora-se razoavelmente na configuração dele próprio como orador e na valorização do Senado e do Congresso como um todo.

O orador é bastante feliz na configuração de seu auditório, pois, além dos formais cumprimentos ao público presente, recompõe uma trajetória nobre para o Parlamento. Ao fazê-lo, é como se dissesse: “nós somos – hoje – esses notáveis do passado”. Mas vai além: incorpora o Presidente da República entre os que recebem seu afofo, num gesto que demonstra aliança, ao escolher uma política simbólica (combate à fome) para representar o tipo de apoio que propagará nas conclamações e proposições (adiante).

Nessa configuração, é específico o bastante para tratar de temas internos (retórica como ação válida para tomar decisões), mas também abrangente o necessário para buscar nos fatores externos (ciência, tecnologias da informação) as causas para as mudanças a serem enfrentadas pelo próprio orador e sua audiência.

Vale a pena ressaltar as crenças nos valores-verdades de que o Parlamento – e por extensão todos os políticos presentes a sua fala – é centro, para a consolidação das instituições brasileiras. E se tais valores são observáveis no passado remoto, também o foram no passado recente, e poderão sê-lo no futuro. São essas as projeções que em

todos os momentos procuram “compartilhar” as afirmações do orador com o público, também ele portador desse mesmo “senso comum” político.

Entre os diversos recursos retóricos, além das negativas e afirmativas enfáticas, merece destaque o “argumento de autoridade” e a metáfora. A citação de um “notável” como Rui Barbosa ou Joaquim Nabuco constituem modos de reforçar o discurso do orador. Quanto às metáforas utilizadas (magia, alquimistas, milagres, diabólica máquina) para representar as descobertas científicas e tecnológicas, produzem o efeito tanto de amenizar o discurso quanto de sair do lugar comum e óbvio conhecido por todos. Esse tipo de citação serve, simultaneamente, para lançar um arco entre o orador e a audiência, uma vez que ambos reconheçam autoridade na citação e no autor.

Como recurso retórico, é recomendável que o orador faça sua própria configuração, ao longo da fala. Mas existe um limite tênue: como saber quando termina a legítima autoconfiguração e quando começa a imodéstia? Ele centra em três aspectos seu perfil: longevidade como parlamentar, experiência no Executivo e postura política própria diante dos fatos nacionais mais graves que cobrem sua atuação. Narra fatos conhecidos ou observáveis da história brasileira e de sua intervenção, o que dá credibilidade ao que diz. E o faz de maneira tão extensa quanto possível, para consolidar uma imagem: político por vocação, formado no ambiente democrático do parlamento, executivo experiente, comprometido com as causas democráticas, coerente e firme em suas posições.

Nas proposições e conclamações, momento que o orador confere grande legitimidade à fala, este aponta as realizações para si próprio, mas, principalmente, para o ator coletivo Senado ou Congresso, o que é bastante congruente com a natureza do cargo de Presidente do Senado, um poder de natureza colegiada.

Renan Calheiros (PMDB – AL)

14 de fevereiro de 2005

52ª Legislatura

3ª e 4ª Sessões Legislativas (2005–2007)

Resumo

Afirma que o consenso, a concórdia e a compreensão são práticas e lições do Senado, às quais recorrerá para cumprir o maior desafio de sua vida pública, o qual exercerá com tolerância, paciência, temperança e moderação. O diálogo representa o compromisso com a nação e não a renúncia de debate ou defesa de convicções.

Agradece aos antecessores e aos companheiros de partido, assim como aos líderes de partidos e blocos e saúda as bancadas, das quais espera crítica e contribuições. Homenageia três figuras da política e da história brasileira: Bernardo Pereira de Vasconcelos, político e autor de “A Pátria é a terra em que nascemos”; Floriano Peixoto, brasileiro ilustre, primeiro Presidente do Senado na República, que sempre homenageou sua “pátria” Alagoas; e Teotônio Vilela, apóstolo da redemocratização, cujo legado, continuado em seu filho, é exemplo para o caminho. Especial gratidão dedica à família. Aspira que o parlamento não ceda à tentação de legislar governando; e que o governo não tente governar “legislando”, pois o autoritarismo imperou quando os papéis originais dos poderes foram esquecidos.

É dever dos senadores garantir prerrogativas. Evoca o respeito e admiração pela atitude democrática dos ex-presidentes Itamar Franco, FHC e do Presidente Lula, símbolo dos novos tempos. Também respeito pelo Vice José Alencar. Crê que o bicameralismo, indispensável para o equilíbrio da representação do povo e das regiões, evita excessos de localismo e de centralismo; no Brasil, mesmo os municípios são entes federativos. Por isso, agora, vê a possibilidade de um pacto federativo efetivamente equilibrado.

A aspiração do povo brasileiro é que o Congresso faça boas leis. Portanto, o Legislativo deve permitir que o Judiciário interprete e observe bem a aplicação das quase 20.000 leis brasileiras. Para isso, é necessária uma revolução no ordenamento jurídico, a começar pela lei do orçamento: mais qualidade no gasto público e transparência. Carrega o sentimento da própria geração, de restabelecer o direito de votar, de equilibrar a economia. O desafio agora é construir o futuro, com crescimento continuado a médio e longo prazos. A tarefa do Parlamento é deixar o Brasil crescer. Para tanto, o Senado deve ter papel central no desenvolvimento, pois o “local onde se fala”, que é o Parlamento, deve agir de acordo com o que espera o País. Agradece ao competente corpo funcional do Senado. Aos senadores, apela para colaborarem com a reflexão necessária às ações coletivas.

Discurso

1. Sras. Senadoras e Srs. Senadores; Sr. Governador do Estado de Alagoas, Ronaldo Lessa; Sr.	1. Cumprimento aos presentes, especialmente
--	---

Governador do Acre, Jorge Viana; Sr. Governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz; Ministro Guilherme Palmeira, do Tribunal de Contas da União; Ministro Almir Lando, da Previdência Social; autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores: 2. O consenso, em lugar do confronto. 3. A concórdia em vez do dissenso. 4. A compreensão e o entendimento substituindo a discórdia. 5. Estas têm sido as práticas desta Casa e a lição de sabedoria que venho, todos os dias, me esforçando por aprender. 6. A elas, recorrerei no exercício da Presidência em que acabo de ser investido e que tanto me honra. 7. De todos os encargos que assumi, este é o maior desafio de minha vida pública. Tenho consciência da enorme responsabilidade sobre os meus ombros, entre elas a de continuar pautando minha atuação pela tolerância, pela paciência, pela temperança, pela moderação. 8. O diálogo, a busca do entendimento, a convergência de idéias não substituem o debate nem significam a renúncia aos princípios em que acreditamos, aos valores que defendemos e às convicções a que nos arraigamos. Significam, sim, a submissão àquele que é o compromisso primeiro do Senado: o compromisso com a Nação. Este – tenham certeza – é também o meu compromisso. 9. Começo por agradecer a uma das maiores expressões de nossa vida pública que, com honradez, equilíbrio e bom senso, conduziu os destinos do Brasil em momento crucial de nossa vida republicana. Alguém que, com a experiência de uma longa e proveitosa carreira parlamentar, por duas vezes, emprestou o brilho de suas qualidades de homem público e de intelectual à Presidência desta Casa. 10. Aplaudo e agradeço a meu amigo, meu companheiro de Partido, meu Líder e exemplo de estadista, a quem tenho a honra e responsabilidade de suceder, nosso sempre Presidente José Sarney. (<i>Palmas</i>). 11. A seu lado, manifesto também meu reconhecimento a nossos eminentes colegas que aqui permanecem, depois de terem, com igual dedicação e competência que todos lhes reconhecemos, dirigido também o Senado, os Senadores Antonio Carlos Magalhães e Ramez Tebet. (<i>Palmas</i>) 12. Durante os últimos quatro anos,	governadores e ministros. 2,3,4, 5, 6. Consenso, concórdia e compreensão como práticas e lições do Senado, às quais recorrerá. 7. O maior desafio da vida pública, que exercerá com tolerância, paciência, temperança e moderação. 8. Diálogo representa o compromisso com a nação e não a renúncia de debate ou defesa de convicções. 9, 10. Agradecimento ao antecessor, José Sarney: experiente homem público, intelectual, amigo, líder. 11. Agradecimento a Ramez Tebet e Magalhães Pinto, predecessores. 12. Nos últimos quatro anos,
---	--

experimentei uma das mais fascinantes e difíceis tarefas da vida parlamentar: exercer a Liderança da Bancada do PMDB, cuja experiência, brilho e dedicação estão incorporados aos fachos da história política brasileira. 13. Pelo muito que me ensinaram e por quanto me apoiaram, a cada um desses queridos amigos, desses caros colegas, desses caríssimos companheiros de uma longa e proveitosa jornada, o meu mais efusivo e mais reconhecido agradecimento. 14. Não posso, por outro lado, deixar de consignar minha admiração e apreço pela correção de duas grandes expressões da vida partidária que aqui desempenham seus respectivos mandatos, o Senador Jorge Bornhausen, Presidente do Partido da Frente Liberal, e o Senador Eduardo Azeredo, Presidente do Partido da Social Democracia Brasileira. (<i>Palmas</i>) 15. Tão rica de ensinamentos e de proveitosas experiências foi a convivência com os Líderes partidários que têm assento nesta Casa. É outro de meus deveres de gratidão registrar-lhes os nomes, que pronuncio também com respeito: Aloízio Mercadante, expressão das melhores tradições de São Paulo, exemplo de seriedade e correção; José Agripino, modelo de refinamento pessoal, determinação partidária e competência política; Heloísa Helena, Tião Viana e Ideli Salvatti, promessas e gratas revelações deste Parlamento que aqui despertaram para a vida pública nacional; João Capiberibe e Aelton Freitas, incansáveis batalhadores; Efraim Morais, Mozarildo Cavalcanti, Antonio Carlos Valadares e Sérgio Guerra, combativos e serenos; Jefferson Péres, referência de conduta ética para todos nós; meu grande amigo Arthur Virgílio, diplomata por profissão, esgrimista por vocação e político por paixão; Fernando Bezerra, diplomata por vocação e político por dedicação. (<i>Palmas</i>) 16. Encerro com uma necessária e grata referência aos novos Líderes, nossos colegas Delcídio Amaral, Osmar Dias e Marcelo Crivella. 17. Em cada um deles agradeço e saúdo os integrantes de todas as Bancadas com assento nesta Casa, dos quais espero crítica, colaboração e proveitosas contribuições que receberei sempre com apreço, humildade, consideração e estima. 18. Permitam-me que, a este capítulo de sinceros agradecimentos, acrescente o registro de três caras evocações pessoais. A primeira é aquela em que sempre me inspiro, pensando em Alagoas. Bernardo Pereira de Vasconcelos, o mineiro ilustre do Primeiro Império e	líder do PMDB, partido inscrito na história política brasileira. 13. Agradecimento aos companheiros de jornada. 14, 15, 16. Agradecimento aos líderes do PFL e do PSDB; do Governo, do PT, Psol, PSB, PL, PPS, PDT, e outras lideranças dentre os senadores. 17. Saúda as bancadas, das quais espera crítica e contribuições. 18. Agradecimentos a Bernardo Pereira de Vasconcelos, político e autor de “A Pátria é a terra em que nascemos”.
--	--

consagrado do Segundo Reinado, que ensinou aos brasileiros a arte da vida parlamentar, escreveu que “a Pátria é a terra em que nascemos”. 19. Floriano Peixoto, nascido em Ipioca, Alagoas, aos poucos meses de vida foi entregue pelo pai ao tio, em Murici, de quem se tornou respectivamente filho e cidadão adotivo. Cedo saiu da cidade em que vivia para seguir a carreira militar no Rio de Janeiro e tornar-se, seguidamente, herói da Guerra do Paraguai, Ajudante-Geral do Ministério da Guerra e, em seguida, Ministro, Vice-Presidente da República e, nessa qualidade, Presidente do Senado Federal. Quando retornou da guerra, não foi para as galas da vida pública que ele voltou, mas para Alagoas, que ele considerava sua pátria, para reabilitar as terras em decadência de sua família. 20. Hoje, no dia em que passo a ocupar a cadeira daquele que foi o primeiro Presidente do Senado Republicano, é para Alagoas que se volta meu pensamento. Passadas as batalhas, é lá que eu irei curar minhas feridas e retemperar as minhas forças. Como Floriano, estarei voltando à minha pátria, porque das glórias da vida desse bravo, esta é certamente a única coisa que consigo vislumbrar. Por isso, a evocação de Alagoas, de onde nunca me afastei. 21. A segunda das evocações é minha homenagem ao apóstolo da redemocratização. Por ela, sua paixão pagou o tributo da própria vida. 22. Para mim, mais que um ídolo e um exemplo, ele foi um paradigma de bravura, responsabilidade e acendrado amor à sua terra e à sua gente. 23. Refiro-me a Teotônio Vilela, que ilustrou a vida pública alagoana, que iluminou a vida pública brasileira e que redimiu com o seu sacrifício as virtudes dos homens públicos do nosso País. (<i>Palmas</i>) 24. À memória de Teotônio, cujo legado está hoje nas mãos de seu filho e meu amigo de sempre, Teotônio Vilela Filho, dedico essa dolorida, dolorosa e nunca cicatrizada evocação (<i>Palmas</i>). Que seu exemplo me inspire, me ilumine e me guie, para que nunca deserte do caminho que, em vida, ele trilhou por todos nós. 25. A mais grata das evocações é um preito de amor, de reverência e de gratidão à minha família. 26. À minha mulher, Verônica, mais que companheira, a amiga que tanto tem me ajudado a adoçar as agruras dos árduos caminhos da política, e a meus filhos, Renan, Rodolfo e Rodrigo, que enchem	19. Agradece a Floriano Peixoto, brasileiro ilustre, primeiro Presidente do Senado na República, que sempre homenageou sua “pátria” Alagoas. 20. Como Floriano, é em Alagoas que descansa das batalhas e retempera as forças, e ao Estado evoca neste momento. 21, 22, 23, 24. Homenagem a Teotônio Vilela, apóstolo da redemocratização, cujo legado continua em seu filho, é exemplo para o caminho. 25, 26. Gratidão à família.
---	--

minha vida de alegria e de recompensas, dou aqui o público testemunho de que, sem eles, e sem sua compreensão, já teria esmorecido ante cada um dos obstáculos. <i>(Palmas)</i> 27. Sras. Senadoras, Srs. Senadores, peço compreensão a V. Exas., meus Colegas, com a liberdade que tomo e a ousadia que pratico ao tentar sintetizar o que entendo ser o papel do Parlamento. 28. O grande pensador que é Giovanni Sartori, cujas notáveis contribuições à arte e à ciência da política o tornaram um dos mestres de nossa era, escreveu que o maior desafio do poder é resistir à tentação de “governar legislando”. 29. E, o dos Parlamentos, superar o vexo de “legislar governando”. Os fundamentos de sua advertência são quase tão antigos quanto os próprios parlamentos. 30. Exorto, portanto, o Senado a resistir à tentação de “legislar governando” e lembro ao Executivo a necessidade de não “governar legislando”. <i>(Palmas)</i> 31. Sempre que não renunciemos a essa tentação – e os governos não a evitaram – o Brasil padeceu os rigores do autoritarismo. 32. É chegada a hora, Sras. e Srs. Senadores, de encontrarmos remédio para esse mal, em nome da democracia. E isto, todos sabemos, está em nossas mãos. Mais: é nosso dever. 33. Nisto espero empenharmo-nos todos, acima dos partidos, das doutrinas e das ideologias que nos podem caracterizar, mas não devem separar-nos, quando se trata do interesse coletivo de toda a Nação. É neste contexto que temos que continuar a apreciar não apenas o rito, mas a própria substância das medidas provisórias. 34. Ao aludir à separação dos Poderes, não posso deixar de lembrar, com respeito e admiração, a atuação reconhecidamente democrática dos Presidentes da República que também ilustraram o Senado: Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. E de referir-me com os mesmos sentimentos àquele com o qual hoje convivo, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, símbolo dos novos tempos que estamos vivendo, e que, vencendo todas as adversidades da vida, tornou-se, por seus próprios méritos e pela vontade do povo, o primeiro líder sindical a exercer a mais alta magistratura do País. Também o Vice-Presidente, o ex-Senador José Alencar, é outro homem público que tem minha admiração e respeito.	27, 28, 29, 30. Que o parlamento não ceda à tentação de legislar governando; e que o governo não tente governar “legislando”. 31. O autoritarismo vingou quando papéis dos poderes foram esquecidos. 32. É dever dos senadores garantir prerrogativas. 33. Acima dos partidos e das ideologias, garantir prerrogativas na apreciação das medidas provisórias. 34. Respeito e admiração pela atitude democrática dos ex-presidentes Itamar Franco, FHC e do Presidente Lula, símbolo dos novos tempos. Também respeito pelo Vice José Alencar.
--	--

35. Permitam-me abrir um espaço breve para algumas considerações sobre a agenda que enxergo estar diante de nós. 36. Como sabemos, a obra formidável de engenharia política que é o bicameralismo teve a virtude de fazer com que o povo e as diferentes regiões dos países que o adotam estejam representados de forma simultânea e equilibrada nos parlamentos. O povo, nas Câmaras Baixas, as regiões, os estados e os municípios, nas Câmaras Altas. 37. Esse equilíbrio se tornou indispensável para evitar os excessos do localismo e os arroubos do centralismo e dessa forma tornar mais justos e equilibrados os Poderes nos sistemas federativos. 38. A atual Constituição incluiu, mesmo que de forma doutrinariamente heterodoxa, não só os estados e o Distrito Federal, mas também os municípios como entes federativos. 39. E, agora, estaremos dando um passo firme na direção de um pacto federativo verdadeiramente mais equilibrado. O Senado, fórum qualificado dos temas da Federação, tem – e faço questão de destacar –, na figura do Senador Tasso Jereissati, um abnegado no combate aos desequilíbrios regionais. 40. Fazer boas leis, necessárias, eficientes e compreensíveis, que proporcionem a melhoria das condições de vida de todos, deve ser aspiração generalizada do povo brasileiro. 41. Mas que povo será capaz de compreender a utilidade e a necessidade de quase duas dezenas de milhares de leis cujo significado nem os mais sábios de nossos juristas e os mais hábeis dos advogados são capazes de entender, dominar e compreender? 42. Enfrentar esse problema é a grande contribuição que o Legislativo pode dar para que o Judiciário venha a executar plenamente a sua missão, a sua prestação jurisdicional. 43. Como soa aos ouvidos de nossa gente, por exemplo, essa norma legal que é o labirinto a que chamamos de “Lei do Orçamento”? 44. O nosso ordenamento jurídico exige não uma reforma, mas uma revolução. 45. A Lei do Orçamento há de evoluir. E evolução significa um orçamento mais impositivo, mais transparente e que garanta uma melhor qualidade do gasto público. Esse tema estará, não tenho dúvida, no topo da nossa agenda nos próximos anos. 46. Cabe ao Parlamento criar condições favoráveis ao desenvolvimento. Não basta fazer diagnósticos dos entraves. É preciso transpô-los,	35, 36, 37, 38. O bicameralismo, indispensável para o equilíbrio da representação do povo e das regiões, evita excessos de localismo e de centralismo; no Brasil, mesmo os municípios são entes federativos. 39. Agora, possibilidade de pacto federativo equilibrado. 40. A aspiração do povo brasileiro é que o Congresso faça boas leis. 41,42. O Legislativo deve permitir que o Judiciário interprete e observe bem a aplicação das quase 20.000 leis brasileiras. 43, 44, 45. É necessária uma revolução no ordenamento jurídico, a começar pela lei do orçamento: mais qualidade no gasto público e transferência. 46. Parlamento deve atacar as causas dos problemas legislativos.
--	--

atacando suas causas. 47. Assumo a Presidência do Senado carregando um forte sentimento de minha geração. Tivemos de lutar para conquistar a democracia. 48. O primeiro passo foi fazer um acerto de contas com o passado, restabelecendo o direito de votar, elaborando uma nova Constituição e garantindo plenamente a cidadania. 49. Depois, foi preciso acertar as contas com o presente, conquistando um ambiente de estabilidade econômica, pressuposto básico para o desenvolvimento e para a inclusão social. 50. Estamos agora, talvez, diante do maior de todos os desafios: precisamos construir o futuro! Isso somente será possível se garantirmos o crescimento continuado, homogêneo, de médio e longo prazos – como defende o Presidente do PT, ex-Deputado, eterno Deputado José Genoíno, que aqui nos honra com sua presença. (<i>Palmas</i>) 51. A tarefa mais importante do Parlamento hoje é uma só: vamos deixar o Brasil crescer. Chegou a hora de tirarmos as amarras que minam as energias da Nação. 52. O Senado tem de ser um ator principal – e não um mero coadjuvante – na consolidação do ambiente adequado para o desenvolvimento, sem o qual as graves mazelas sociais, as graves desigualdades regionais jamais poderão ser superadas. 53. As palavras são o nosso principal instrumento de atuação, mas não o meio mais eficaz de ação dos Parlamentos, etimologicamente, “o local onde se fala”. 54. A diferença dos outros lugares onde diariamente todos falam e se comunicam é que talvez falemos demais e nossa atuação, ao simplesmente falar, nem sempre corresponda à ação que o País espera de nós. 55. Para não contribuir mais para que o discurso, que é um bem, possa se transformar num mal, por sua extensão, encerro este já longo pronunciamento. Não sem antes dizer uma palavra de agradecimento ao qualificado e competente corpo funcional desta Casa, agradecendo-lhe a contribuição que nos dá ao longo dos anos, sem esmorecimento. 56. A todos os integrantes desta Casa, mais que lhes pedir, rogo para que, entre nós, falemos mais sobre estes assuntos e juntos pensemos, também, porque ainda vale a lição de Hegel de que “o pensamento precede a ação”.	47, 48, 49. Carrega o sentimento da própria geração, de restabelecer o direito de votar, de equilibrar a economia. 50. O desafio agora é construir o futuro, com crescimento continuado a médio e longo prazos. 51. A tarefa do Parlamento: deixar o Brasil crescer. 52. O Senado deve ter papel central para o desenvolvimento. 53, 54. O “local onde se fala”, que é o Parlamento, deve agir de acordo com o que espera o País. 55. Agradecimento ao competente corpo funcional do Senado. 56, 57. Aos senadores, apelo para colaborarem com a reflexão necessária às ações coletivas.
---	---

57. Pensar solitariamente é indispensável à condição humana. Pensar coletivamente, para coletivamente exercermos nosso papel e cumprirmos nossa missão, é o nosso maior objetivo. 58. Sei que, sozinho, nada posso, mas com o auxílio, a cooperação, a crítica e a ponderação de todos, quem sabe, talvez possamos realizar muito mais do que aspiramos. 59. Para isso, conto com todos, com os seus conselhos, em todas as horas dos dias em que me couber a honra de ser o seu intérprete. É o que mais espero, para amenizar o desafio das decisões que sejamos obrigados a tomar. 60. Quero, por fim, agradecer a Vossas Excelências, participantes ativos desta jornada a que, a partir de agora, me aventuro, graças à confiança e à generosidade do Senado Federal. 61. Sinceramente, muito obrigado. Que Deus nos ilumine a todos! (<i>Palmas</i>)	58, 59. Espera auxílio, crítica e ponderação de todos, para realizar as aspirações. 60. Agradecimento final e pedido de iluminação a Deus.
---	--

Radiografia

Este é um discurso deliberativo, em que o orador prestigia seu(s) auditório(s), fazendo entender que desse(s) depende a concretização das propostas. Seu auditório qualificado, obviamente, é o composto pelos senadores. A este dedica boa parte do pronunciamento, com citações nominais, o que é um modo de privilegiá-los.

Nessa configuração do auditório não esquece do Executivo nem dos Estados e até dos Municípios (entes da Federação), de quem espera apoio para as deliberações e para o acordo que pretende propor.

Homenageia especialmente duas figuras que simbolizariam aquilo que pretende com seu mandato, os também alagoanos Floriano Peixoto e Teotônio Vilella. O primeiro, pelo que representa para a afirmação da própria República e pelo pioneirismo, pois foi o primeiro Presidente do Senado Federal. O segundo, como símbolo da luta pela democracia no Brasil.

Na avaliação da conjuntura, após fazer um apanhado das conquistas dos últimos anos, enumera os desafios. Além de apontar para a necessidade de o Legislativo criar condições para o desenvolvimento, enumera as ações da agenda do próprio Congresso: a revisão do modo de apreciar as medidas provisórias e a necessidade de uma “revolução” no ordenamento jurídico. Para tanto, o exemplo que apresenta é o da lei orçamentária, a qual deverá ser transparente e garantir maior qualidade nos gastos públicos. Como advertência, alerta que o Executivo deve querer invadir as competências do Legislativo, ao governar; e vice-versa, que o Congresso não tente cumprir o papel do governo, ao legislar.

Para si, configura um perfil de político adepto do diálogo, da concórdia e da defesa das prerrogativas do parlamento, o que é bem próprio para o cargo que exerce. No contexto em que é pronunciado o discurso, esse apelo faz muito sentido, pois o clima que se apresentava era de disputa. Embora fosse o candidato consensual para a

Presidência do Senado, não estava alheio – como líder partidário – à disputa que se travava do outro lado do tapete, na Câmara dos Deputados, que apontava séria divisão entre os partidários do Governo. Mas não apenas para o contexto imediato vale essa fala, pois seu compromisso é com os desdobramentos políticos e legislativos que se darão durante seu mandato.

O conjunto revela, pois, um discurso deliberativo, em que busca um *acordo* em torno da própria atuação do Congresso Nacional como ator imprescindível para o desenvolvimento e para a democracia.

Apêndice: Ulysses Guimarães e a Constituinte

2 de fevereiro do 1987⁴⁵

Discurso depois de eleito Presidente do Assembléia Nacional Constituinte

Resumo

Assume a Presidência com o compromisso de agir com austeridade e competência, seguindo o exemplo do ideal republicano. Manifesta gratidão pela tarefa recebida, ciente de que a recompensa do homem público é a de servir a Nação. Sauda antigos e novos parlamentares, com especial cumprimento às mulheres e aos jovens, ressaltando que este é um parlamento de reinauguração, com nova legitimidade, conferida pelos grupos sociais emergentes.

O mandato da Assembléia é o de promover as mudanças exigidas pelo povo: dar um basta à exploração imposta historicamente; fazer com que a lei se torne realidade a vontade do povo expressa nas Diretas-Já. Esta Constituinte representa a demanda por reformas, o que será garantido com a maioria partidária dessas idéias. A livre iniciativa não pode ser exercida com o sacrifício dos trabalhadores; a riqueza de privilegiados não pode representar aumento da pobreza; a liberdade não é bem de mercado, é questão de justiça. Vencer injustiças que vêm desde a colonização, mas também a espoliação externa. A terra não pode ser apenas para reserva de valor; deve-se distribuí-la e fazê-la produtiva, pois a propriedade é dos mais antigos direitos humanos. Para ser senhor de si mesmo, o homem precisa de teto e terra para plantar. A intervenção do Governo na economia deve ser para promover a paz social, fazer prevalecer a justiça nas relações entre patrões e empregados.

O destino político do Brasil é ser uma Federação democrática, onde impere a liberdade. Promover a educação, para consolidar um país forte, como ocorre desde o início da colonização nos EUA. Esta será a mais “nacional” de todas as constituições: sem ignorar a experiência internacional, encontrar processos novos de desenvolvimento jurídico e social, com espírito criador, inclusão de todos.

É necessário multiplicar os esforços de industrialização, abertura de estradas e desenvolvimento do conhecimento para vencer os desafios, até o século seguinte. Modernizar a legislação econômica, impedir a danosa especulação financeira, incentivar a iniciativa individual contra um estado cartorial aliado das grandes corporações, modernizar a produção. Sendo o homem a medida de todas as coisas, para ele devem se voltar as instituições da sociedade. O homem brasileiro é o centro e o objetivo do crescimento. Aumentar o PIB não significa soberania. Esta é a hora de a geração contemporânea criar uma lei para a soberania e o Estado democrático e justo. Com unidade, paciência, coragem e competência, elaborar uma Constituição digna para vencer os desafios políticos, econômicos e sociais, uma Constituição a serviço da pátria para exorcizar a maldição da justiça social.

Discurso

⁴⁵ O discurso de Ulysses Guimarães, Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, consta deste livro em função da relevância desse evento para as instituições políticas nacionais.

Senhores Constituintes: 1. Prudente de Moraes, meu conterrâneo e convizinho, pois o meu Rio Claro é coirmão de sua Piracicaba, assumia a Presidência da Assembléia Nacional Constituinte em 21 de novembro de 1890, no Palácio de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. 2. A dois de fevereiro eu a assumo, em Brasília, como mandamento da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. 3. Rogo a Deus que meu ofício de coordenador isento da elaboração constituinte seja modelado na austeridade e na competência do exemplar Republicano. 4. Sou-lhes muito obrigado por me trazerem, do povo brasileiro, esta nova tarefa. Irei cumpri-la, como tantas outras com que fui encarregado, com os haveres de minha experiência e o ânimo de todas as horas. 5. O homem público é o cidadão de tempo inteiro, de quem as circunstâncias exigem o sacrifício da liberdade pessoal, mas a quem o destino oferece a mais confortadora das recompensas: a de servir a Nação em sua grandeza e projeção na eternidade. 6. Senhores Constituintes: Esta Assembléia reúne o melhor do povo brasileiro. Muitos de nós voltamos a Brasília com o mandato parlamentar reafirmado; outros, em número maior, chegam ao Congresso pela primeira vez. 7. Aos velhos amigos, companheiros de tantas jornadas de resistência democrática, o meu abraço de reencontro. Aos que se juntam a nós, trazendo o vigor da Nação rejuvenescida pela esperança, quero saudar o grande futuro que o Brasil entremostra, nesta soleira do século XXI. 8. É um Parlamento de costas para o passado, este que se inaugura hoje para decidir o destino constitucional do País. 9. Temos nele uma vigorosa bancada de grupos sociais emergentes, o que lhe confere nova legitimidade na representação do povo brasileiro. 10. Quero manifestar minha particular alegria de ver aqui tantas mulheres. Sua participação na vida política dá à democracia a sua verdadeira dimensão. O reconhecimento de igualdade de direitos e de deveres entre homens e mulheres constitui a grande revolução dos tempos modernos. Iguais na inteligência e na capacidade de fazer, as mulheres superam muitas vezes os homens, na sensibilidade diante do sofrimento do povo e na dedicação aos marginalizados pela sociedade.	1. Paralelo entre Ulysses e Prudente de Moraes: paulistas, presidentes de constituintes, sendo que o segundo viria a ser Presidente do Brasil. 2. Assume a Presidência. 3. Austeridade e competência, exemplos republicanos. 4. Gratidão pela tarefa recebida. 5. A recompensa do homem público: servir a nação. 6. Antigos e novos parlamentares, com mandato para a Assembléia. 7. Aos antigos, abraço de reencontro; aos novos, a saudação do futuro do Brasil. 8. Um parlamento de reinauguração. 9. Grupos sociais emergentes: nova legitimidade. 10, 11. Mulheres: nova dimensão à democracia; maior sensibilidade para os marginalizados; bancada feminina ainda menor do que deveria.
--	---

11. Esta bancada feminina é a maior de nossa História Parlamentar, mas muito pequena, ainda. Espero que as mulheres assumam a sua responsabilidade política e ocupem, cada vez mais, o espaço que é de seu direito e dever ocupar. 12. Noto também, e com a mesma alegria, a presença de Constituintes bem jovens. Sou dos que confiam na inteligência e no trabalho dos moços. A História Parlamentar brasileira guarda a memória de um jovem Deputado que, na opinião de muitos brasileiros, foi o maior pensador político do Império: Aureliano Cândido de Tavares Bastos, que chegou à Câmara aos vinte e um anos e nos deixou estudos econômicos e políticos de surpreendente atualidade. 13. Senhores Constituintes: Esta Assembléia reúne-se sob um mandato imperativo: o de promover a grande mudança exigida pelo nosso povo. Ecoam nesta sala as reivindicações das ruas. A Nação quer mudar, a Nação deve mudar, a Nação vai mudar. 14. Estes meses vividos pelo povo brasileiro, desde que nos reunimos em Goiânia e em Curitiba, a fim de exigir eleições diretas para a Presidência da República, demonstraram que o Brasil não cabe mais nos limites históricos que os exploradores de sempre querem impor. Nosso povo cresceu, assumiu o seu destino, juntou-se em multidões, reclamou a restauração democrática, a justiça social e a dignidade do Estado. 15. Estamos aqui para dar a essa vontade indomável o sacramento da Lei. A Constituição deve ser – e será – o instrumento jurídico para o exercício da liberdade e da plena realização do homem brasileiro. 16. Do homem brasileiro como ser concreto, e não do homem abstrato, ente imaginário que habita as estatísticas e os compêndios acadêmicos. Do homem homem, acossado pela miséria que cumpre extinguir, e com toda a sua potencialidade interior, que deve receber o estímulo da sociedade, para realizar-se na alegria do fazer e na recompensa do bem-estar. 17. O homem, qualquer homem, e portador do universo inteiro, na irrepetível e singular experiência da vida. 18. Por isso, de todos deviam ser os bens da natureza e a oportunidade de deixar, na memória do mundo, a marca de sua passagem, com a obra das mãos e da inteligência. 19. Toda a história política tem sido a da luta do homem para realizar, na terra, o grande ideal de	12. Jovens: esperança que surpreendam com inovações. 13. O mandato da Assembléia: promover as mudanças exigidas pelo povo. 14. Fim da exploração sempre imposta historicamente; povo assumiu com as diretas seu destino: restauração democrática, justiça social, dignidade do Estado. 15. Tornar lei essa vontade. 16, 17. O homem brasileiro concreto, não ficção estatística, vítima da miséria, deve receber estímulo para realizar-se. 18. Os bens da natureza deveriam pertencer a todos. 19. Política: lutar para alcançar a igualdade e a fraternidade.
--	--

igualdade e fraternidade. 20. Vencer as injustiças sem violar a liberdade pode parecer programa para as sociedades da utopia, como tantos sonhadores escreveram, antes e depois de Morus, mas na realidade é um projeto inseparável da existência humana, e que se cumpre a cada dia que passa. 21. Os momentos de despotismo, com todo o assanho dos tiranos, são eclípticos. Prevalece a incessante expedição da humanidade para a realização do reino de Deus entre os homens, conforme a grande esperança cristã. 22. Conduzir essa caminhada é tarefa da política. Sem esse ideal maior, a política desce de sua grandeza à superfície das disputas menores, do jogo ridículo do poder pessoal, da acanhada busca de glórias pálicas e efêmeras. 23. Senhores Constituintes: A grande maioria desta Casa representa a incontível reivindicação de coragem reformadora, exposta na campanha das diretas. Ela resulta da primeira manifestação eleitoral ampla do nosso povo, depois daquele movimento, excetuando-se as eleições municipais, de interesse localizado, que se deram em 1985. 24. A ampla maioria de que dispomos nesta Casa constitui garantia bastante de que faremos uma Constituição para a liberdade, para a justiça e para a soberania nacional. 25. A liberdade não pode ser mero apelo da retórica política. Ela deve exercer-se dentro daqueles velhos princípios que impõem, como único limite à liberdade de cada homem, o mesmo direito à liberdade dos outros homens. Assim vemos a ação reguladora do Estado na atividade econômica. A livre iniciativa, necessária ao desenvolvimento do País, deverá exercer-se sem o sacrifício dos trabalhadores, e a riqueza não poderá acumular-se, ao mesmo tempo em que aumentam a miséria e a fome, em benefício dos privilegiados. 26. A liberdade é também uma questão de justiça. Ela não pode continuar sendo, como as outras coisas, um bem de mercado. Em nossa sociedade injusta só pode ter liberdade aquele que dispõe de dinheiro para comprá-la. 27. A justiça para os que trabalham deve começar pelo salário. Não existe, no mundo de hoje, salvo em alguns Países emergentes da África, sociedade que seja tão cruel com os trabalhadores. 28. Salários justos exigem uma política que combine o desenvolvimento econômico, com a	20. Vencer as injustiças sem violar a liberdade é projeto permanente da humanidade. 21. Os despotismos são sempre passageiros. 22. Manter a política longe das disputas menores. 23. Esta Constituinte representa a demanda por reformas. 24. Maioria garantirá Constituição para a liberdade, justiça e soberania. 25. Limite da liberdade: a liberdade do outro; livre iniciativa, sem sacrifício dos trabalhadores; riqueza de privilegiados não pode representar aumento da pobreza. 26. Liberdade não é bem de mercado, é questão de justiça. 27. Brasil: cruel com os trabalhadores. A justiça começa pelo salário. 28. Desenvolvimento econômico com estabilidade
--	---

estabilidade monetária. A inflação, sendo fonte de injustiça – uma vez que os assalariados são os mais indefesos diante dos seus efeitos perversos – e também dela consequência. 29. Todos os nossos problemas procedem da injustiça. O privilégio foi o estigma deixado pelas circunstâncias do povoamento e da colonização, e de sua perversidade não nos livraremos, sem a mobilização da consciência nacional. 30. O privilégio começa na posse da terra, no início repartida, pelos favores reais, entre as oligarquias imigradas. Essas mesmas oligarquias acostumaram-se ao trabalho escravo e dele não querem abrir mão. Como bem nos apontou mestre Afonso Arinos de Mello Franco, as senzalas do século passado estão hoje nas favelas. Nas favelas e nos subúrbios que amontoam os trabalhadores modernos, brancos, pretos, mestiços – mas todos legatários da condenação de servir e sofrer. 31. Não é só a injustiça interna que dá origem aos nossos dramáticos desafios. É também a espoliação externa, com a insânia dos centros financeiros internacionais e os impostos que devemos recolher ao império, mediante a unilateral elevação das taxas de juros e a remessa ininterrupta de rendimentos. Trata-se da mais brutal valia internacional, que nos é expropriada na transferência líquida de capitais. 32. Não entendem os insensatos que somos, no Terceiro Mundo, também senzalas dos países mais poderosos, e que só seremos realmente livres do saque quando distribuirmos a renda pelo menos com equidade e, desta forma, dermos dignidade ao convívio social interno. 33. A modernização autônoma da economia não pode continuar sendo impedida por uma estrutura social arcaica, que se amarra praticamente nas Ordenações Filipinas. 34. Modernizar a economia é torná-la competitiva, com o emprego racional de todos os recursos disponíveis, a começar pelo solo. A terra não pode ser mera reserva de valor para os que especulam com o seu preço, porque só nela os homens encontram a vida. Não podemos pensar em distribuí-la apenas. É nossa obrigação fazê-la produtiva. Sempre que o direito de propriedade se opuser ao interesse nacional, que prevaleça o interesse da Nação. 35. A propriedade é um dos mais antigos direitos do homem, e é em razão disso mesmo que a ética religiosa recomenda distribuí-la.	monetária para salários justos. 29. Mobilização para acabar com privilégios que vêm desde a Colônia. 30. Terras para as oligarquias, escravos, ontem; concentração de terras, favelas, baixos salários, hoje. 31. Espoliação externa também é fonte de injustiças: taxas de juros e remessas, brutal mais-valia internacional. 32. Terceiro Mundo: também senzalas, só superadas com a distribuição equânime de renda. 33. A estrutura social arcaica é mantida ainda pelas Ordenações Filipinas. 34. Terra: não pode ser apenas para reserva de valor; distribuí-la e fazê-la produtiva. 35. A “propriedade” é dos mais antigos direitos humanos.
--	--

36. Para sentir-se senhor de si mesmo, cada homem necessita de chão e teto, e a razão natural não admite que sobrem tetos e glebas a uns, quando milhões e milhões de outros nascem e morrem entre paredes alheias ou ao relento. Não podemos pensar no liberalismo clássico, que deixa às livres forças do mercado o papel regulador de preços e salários em uma época de economia internacionalizada e de cartéis poderosos. 37. Se o Governo deve intervir no processo econômico, que a sua ação busque a paz social. Ali, de onde se ausenta a consciência ética, deve impor-se o poder arbitral do Estado. 38. Liberdade dos cidadãos e justiça nas relações econômicas entre patrões e empregados são condições indispensáveis ao fortalecimento das nações em seu convívio no mundo. Enganam-se os governos que aspiram ao respeito internacional, se lhes falta o respeito de seu povo. 39. Quando as elites políticas pensam apenas na sobrevivência de seu poder oligárquico, colocam em risco a soberania nacional. 40. A segurança será sempre precária onde houver o clamor dos oprimidos. Nenhum país será suficientemente poderoso, se poderosa não for a coesão entre os seus habitantes. Uma casa dividida não saberá opor-se com êxito ao assalto dos inimigos. 41. Liberdade, soberania, justiça. Sobre estas idéias simples construíram-se as maiores nações da história. Elas serão o âmago da nossa razão comum no trabalho de dotar a Nação de uma nova e legítima carta política. 42. Senhores Constituintes: Dois foram e continuam sendo os destinos que grandes pensadores políticos do passado escolheram para o Brasil: o da liberdade política e o da federação. Os primeiros homens públicos brasileiros já entendiam ser o sistema federal o exigido para a administração do País. 43. Pensavam em federação os membros da Comissão encarregada de redigir a proposta do texto de nossa primeira Carta Política, em 1823. Nas discussões do artigo 2º do texto, Ferreira Franca propôs que o “Império do Brasil” compreendesse “confederalmente as Províncias”. Respondendo a quem considerava perigosa a menção, Carneiro da Cunha argumentava que o sistema poderia vir a ser “O vínculo mais forte da união eterna das Províncias”. 44. Malograda a idéia diante das razões expostas por Nicolau Vergueiro e da dissolução	36. Com economia cartelizada e internacionalizada, não pode vigorar o liberalismo clássico. Para ser senhor de si mesmo, o homem precisa de teto e terra para plantar. 37. Intervenção do Governo na economia, para a paz social. 38. Justiça nas relações entre patrões e empregados. Respeito internacional depende do interno. 39. Sobrevivência das oligarquias coloca em risco a soberania nacional. 40. Segurança precária perante o mundo, onde há reclamação de oprimidos. 41. Valores para a Constituinte: liberdade, soberania, justiça. 42, 43, 44, 45, 46. Destino político do Brasil: liberdade e federação.
---	--

posterior da Assembléia Constituinte, ela retornaria, com força, nas vésperas do movimento de 7 de abril que levou D. Pedro I à abdicação. 45. Pregou-se, naquela hora oportuna, a descentralização do Governo, mediante uma "Federação Monárquica" conforme expressão do seu maior defensor, o jornalista político Antônio Borges da Fonseca. 46. A mesma idéia, que esteve na raiz do Ato Adicional de 1834, quase levava a uma Constituição Republicana em julho de 1832, na antecipação de um movimento que só teria logro 57 anos mais tarde. 47. Federação e Democracia continuam sendo as reivindicações nacionais maiores, e nossa Assembléia não poderá deixar estas questões ao relento. Elas devem ser enfrentadas com a coragem necessária. Incluo-me entre os que, como Carneiro da Cunha, consideram a autonomia federativa a base da unidade nacional. Esta autonomia reclama, em primeiro lugar, uma justa apropriação tributária. Só há unidade entre entidades de igual direito, e não pode a União transformar-se, como se transformou, em poder isolado das realidades estaduais. 48. A Federação, golpeada pelo Estado Novo, foi praticamente destruída nos recentes anos de arbítrio. Cumpre-nos restaurá-la em toda a sua plenitude, tornando realidade um ideal que nasceu com a própria independência. 49. A razão da liberdade esteve sempre presente, como o ânimo maior de nossa formação histórica. Sempre associamos a liberdade do País à liberdade de seus cidadãos. Mas a Liberdade não é um valor absoluto, que se conquista com o mero gesto da vontade. Ela se constrói a cada dia, na medida em que se constróem as nações. Para que se goze de Liberdade, é preciso, antes de mais nada, que se tenha a consciência de sua necessidade e o sentimento moral de sua importância. 50. No versículo da Bíblia está decretado que Deus criou a terra para que nela o homem trabalhasse e não a saqueasse e violentasse, ameaçando a qualidade da vida, que deve ter no estatuto cívico supremo seu guardião. 51. Esses valores do espírito se fazem com a educação. "Conhecer é ser Livre", dizia um dos grandes Apóstolos da América, José Martí. Isso coloca as tarefas da educação pública na urgência de nossas preocupações. A cidadania começa no alfabeto. 52. Não há um só exemplo de nação forte sem bom sistema de educação.	47. Federação e Democracia são as reivindicações nacionais maiores. 48. A Federação foi golpeada no Estado Novo e quase destruída no arbítrio. 49. Liberdade sempre foi a aspiração maior; a ser construída a cada dia, com consciência. 50. A terra é para o trabalho, e não para o saque e a violência. 51. "Conhecer é ser livre". 52, 523, 54, 55. Educação, para um país forte, como desde o
---	---

53. O poderio dos Estados Unidos e o apego de seus cidadãos à Lei Constitucional têm origem no zelo com que os primeiros colonos cuidaram da educação. 54. Dezesseis anos depois do desembarque, era criado o colégio de Harvard e, em 1647, todas as povoações com mais de 50 casas eram obrigadas a ter uma escola básica, e as com mais de cem moradias, uma escola secundária. 55. E qual é a nossa realidade? 56. Senhores Constituintes: Estou convencido de que esta é excepcional oportunidade histórica de dar ao País a mais nacional de suas Constituições. Quando uso o termo, uso-o na convicção de que as nossas Cartas anteriores foram redigidas na adolescência da Pátria, quando buscávamos nos estados estrangeiros o modelo para as instituições do País. 57. Não podemos negar a experiência dos outros povos, quanto aos mecanismos da administração política, mas é conveniente encontrar, em nossa própria inteligência e vivência, processos novos de desenvolvimento jurídico e social. 58. Uma Constituição é tanto mais legítima quanto mais ampla for a discussão de seus termos. Peço-lhes permissão para citar um trecho do discurso que o saudoso estadista Tancredo Neves pronunciou, neste mesmo recinto, quando o convocamos para ser o candidato à Presidência da República. “As Constituições” – dizia o meu companheiro e grande amigo – “não são obras literárias, nem documentos filosóficos. Elas não surgem do espírito criador de um homem só, por mais privilegiado em sabedoria seja esse homem. Tampouco podem ser a codificação de propósitos de um ou outro grupo que exerça influência, legítima ou ilegítima, sobre a Nação. A Constituição é uma Carta de compromissos assumidos livremente pelos cidadãos, em determinado tempo e sociedade”. 59. O compromisso maior da Carta que redigiremos é com o futuro. Esse futuro está aí, apressado, chamando-nos e exigindo os nossos esforços urgentes para recebê-lo sem transtornos maiores. Há cinquenta anos apenas o Brasil iniciava, com timidez, o processo de modernização industrial. Mais de 70% de sua população vivia no campo. Poucas eram as estradas que uniam os centros de produção aos portos marítimos e dependíamos da importação de quase tudo. Com enormes esforços –	início da colonização nos EUA, diferentemente do que ocorre no Brasil. 56. Esta será a mais “nacional” de todas as constituições, fugindo das imitações. 57. Sem ignorar a experiência internacional, encontrar processos novos de desenvolvimento jurídico e social. 58. Legitimidade da Constituição: do espírito criador, da inclusão de todos, carta de compromisso dos cidadãos de um certo tempo. 59. Compromisso maior: com o futuro. Há meio século, início da industrialização, Brasil rural, sem estradas. Esforços dos trabalhadores ergueram o maior parque industrial do Sul, urbanização, estradas, conhecimento. Mas é preciso multiplicar os esforços para vencer os desafios, até o século
---	--

esforços sobretudo dos trabalhadores – conseguimos erigir o maior parque industrial do hemisfério sul, levantar cidades, desbravar sertões, atualizar o nosso saber e impor-nos ao respeito internacional. Deixamos a inibição histórica, que limitava, na prática, a ocupação do Território com uma imaginária Linha de Tordesilhas, e rasgamos as estradas que nos permitem, hoje, ir de qualquer cidade a outra sobre rodas. Ainda assim, temos que multiplicar os nossos esforços para chegar ao próximo século em condições de vencer os seus desafios. 60. Partindo da razão básica – que é a de transformar todos os brasileiros em cidadãos, com a realização da justiça social – deveremos combater certos comportamentos que nos atrasam. E preciso – e é essa uma tarefa constitucional – modernizar a legislação econômica, de maneira a impedir a danosa especulação financeira pelos agentes privados, incentivar a iniciativa econômica individual, que não encontra espaço em um estado cartorial, aliado das grandes corporações empresariais, e promover a modernização dos processos de produção, com o desenvolvimento de novas técnicas. 61. Ao lado da educação – e dela inseparável – exige-se uma política nacional de desenvolvimento científico e tecnológico. Tanto quanto do capital – ou mais do que dele – os povos necessitam do conhecimento sobre a natureza e dos meios de colocá-lo a serviço do seu bem-estar e segurança. 62. Não podemos submeter o nosso destino aos que buscam contê-lo, impedindo-nos de fabricar instrumentos modernos e de promover, com a nossa própria inteligência, o seu desenvolvimento. 63. Concluíam os gregos, naquele esplêndido Século V antes de Cristo, dando origem à concepção ocidental da lei, que “o homem é a medida de todas as coisas”. 64. Retorno assim a minha preocupação original. É para o homem, na fugacidade de sua vida, mas na grandeza de sua singularidade no universo, que devem voltar-se as instituições da sociedade. 65. Elas devem respeitá-lo e promover o crescimento de sua personalidade a partir do momento em que nasce. Isso significa lutar contra a vergonha que são as altas taxas de mortalidade infantil e prestar efetiva assistência às famílias. Tais providências não podem ser vistas com o velho espírito do paternalismo, como se o Estado fosse instituição apenas dos ricos e exercesse a caridade em favor dos pobres. A assistência do Estado é um serviço que ele	seguinte. 60. Modernizar a legislação econômica, impedir a danosa especulação financeira, incentivar a iniciativa individual contra um estado cartorial aliado das grandes corporações, modernizar a produção. 61. Educação, desenvolvimento científico e tecnológico para o bem-estar e a segurança. 62. Vencer os que querem conter nosso desenvolvimento. 63, 64. “O homem é a medida de todas as coisas”: para ele devem se voltar as instituições da sociedade. 65, 66. Lutar contra as altas taxas de mortalidade infantil, abandono de crianças; assistir as famílias, sem paternalismo, com dignidade, pois é direito dos cidadãos.
--	---

presta aos cidadãos e estes, quando dela necessitem, não devem suplicá-la, mas, sim, exigi-la, como um direito irrecusável. Assistir não é amparar, nem proteger. É cumprir uma tarefa inerente ao Estado. 66. Não é preciso lembrar a dolorosa situação das crianças abandonadas. É este um tema do qual só podemos falar com a cabeça baixa, os olhos no chão. 67. Devemos crescer, e crescer cada vez mais, é verdade. Mas o nosso crescimento de nada valerá se o fizermos sem ter o homem brasileiro como seu módulo. 68. Construir estradas, abrir portos, desbravar sertões, escavar minas, plantar milhões e milhões de hectares – como tantos fizeram – aumenta o Produto Interno Bruto, mas não significa por si só estabelecer a independência ou garantir a soberania de um País. As estradas e os portos também podem ser construídos para favorecer o saque das riquezas nacionais. De nada adianta exportar milhões e milhões de toneladas de grãos, se eles faltarem à mesa daqueles que os plantaram, colheram e transportaram até o mar. 69. Fazer um País crescer e fazê-lo crescer dentro de si mesmo é fazê-lo crescer em cada um de seus cidadãos. O que significa aumentar a produção, se ela estiver destinada a servir aos outros e não ao nosso próprio povo? 70. Senhores Constituintes: Esta é a grande hora de nossa geração. Devemos ocupá-la com o grave sentimento do dever e a consciência de que seremos responsáveis, diante do futuro, pelo que decidirmos aqui. 71. Temos, em nossas mãos, a soberania do povo. Ele nos confiou a tarefa de construir, com a Lei, o Estado democrático, moderno, justo para todos os seus filhos. Um Estado que sirva ao homem e não um Estado que o submeta, em nome de projetos totalitários de grandeza. 72. Para isso estamos aqui. 73. Volto a agradecer a confiança que os Constituintes, em nome do povo, me outorgaram. 74. Dirijo-me particularmente aos companheiros do meu Partido, o PMDB, a nossos aliados do PFL e aos companheiros de todos os Partidos que votaram em meu nome. 75. Às demais legendas, principalmente da oposição, dou a garantia de que serei, nesta Presidência, o coordenador imparcial dos trabalhos constituintes. 76. Como nos recomendou Tancredo, não vamos nos dispersar.	67. O homem brasileiro é o centro e o objetivo do crescimento. 68. Aumentar o PIB não significa soberania. Não adianta exportar grãos, se falta comida na mesa dos que o plantaram. 69. Crescer, aumentar a produção para servir os brasileiros. 70, 71, 72. Esta é a hora de a geração contemporânea criar uma lei para a soberania e o Estado democrático e justo. 73, 74, 75. Agradecimento pela confiança, especialmente aos partidos aliados, com garantia aos outros de imparcialidade na direção dos trabalhos. 76, 77. Tancredo: não dispersar; com paciência, coragem, competência, elaborar
--	---

77. Juntos, soubemos ter paciência e coragem. Juntos, não nos faltará a necessária competência. Haveremos de elaborar uma Constituição contemporânea do futuro, digna de nossa Pátria e de nossa gente. Para isso, iremos vencer os desafios econômicos, políticos e sociais. Seremos os profetas do amanhã. 78. A voz do povo é a voz de Deus. Com Deus e com o povo venceremos, a serviço da Pátria, e o nome político da Pátria será uma Constituição que perpetue a unidade de sua geografia, com a substância de sua história, a esperança de seu futuro e exorcize a maldição da injustiça social. (3.364 palavras)	Constituição digna para vencer os desafios políticos, econômicos e sociais. 78. Uma Constituição a serviço da pátria para exorcizar a maldição da justiça social.
--	---

Radiografia

Este é um discurso essencialmente deliberativo: o orador valoriza sobremaneira o auditório, e com ele argumenta exaustivamente, a fim de obter a adesão. Nesse momento, a adesão é em torno de um compromisso (elaborar uma Constituição nos moldes por ele desenhado).

Ao configurar o auditório, leva em consideração os presentes, mas sempre em função do auditório universal, em nome do qual todos estão ali. Seus compromissos são com os ideais republicanos, os valores vigentes desde a Revolução Francesa e também a Marti, herói da libertação latino-americana.

Faz as cortesias ao grande ausente, que é Tancredo Neves, em mais de uma ocasião. Privilegia grupos especiais do Plenário (mulheres e jovens), assim como não esquece os grupos que se organizaram para influir na Constituinte, conferindo a esta uma “nova legitimidade”.

Ao fazer a leitura da realidade, não utiliza meias-palavras: denuncia as iniquidades na distribuição de renda, a mortalidade infantil, as crianças abandonadas, o salário aviltante, a concentração de terras, as injustiças históricas. Esse é um ponto relevante: ele se dirige à História. À precedente, marcada pelas desigualdades, e à futura, a ser marcada pela justiça social e a liberdade.

Nas assertivas e negativas enfáticas, bem como nas definições e nos outros recursos retóricos, exalta os valores da liberdade, democracia e justiça social. Combate as injustiças econômicas e as oligarquias. Nessa parte, compromete-se fortemente com tudo o que diz.

Ao configurar a si próprio como orador, deixa que sua leitura da realidade e as proposições que faz falem por si, ou seja, não se demora em grandes narrações biográficas ou de feitos. Talvez cometa um pecadilho de vaidade e ambição política: compara-se a Prudente de Moraes, numa situação de igualdade e de desejo – o primeiro havia sido Presidente da Constituição de 1891 e vem a ser Presidente da República, mais tarde.

Suas proposições se dirigem à configuração do grande *acordo*, que será a Constituição. Para tanto, menciona explicitamente os valores que nela prevalecerão, em todos os campos: civil, jurídico, econômico.

Este é um pronunciamento marcado pela altivez do orador, pela nobreza de valores, pela superioridade moral e política da qual ele era portador, naquele momento histórico. Sua mirada no auditório universal (todo o povo brasileiro) e no futuro é muito certa: não fala para o momento. Fala para a história.

Bibliografia

DISCURSOS

[ANTONIO CARLOS MAGALHÃES]

MAGALHÃES, Antonio Carlos. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Senado Federal**, Brasília, p. 3.843, 5 fev. 1997.

_____. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Senado Federal**, Brasília, p. 2.843, 2 fev. 1999.

[AURO DE MOURA ANDRADE]

ANDRADE, Auro de Moura. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v.1 , p. 3, 1962. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Periodo=2&Ano=1962&Livro=1&Tipo=9&Pagina=3>>. Acesso em: 5 maio 2005.

_____. [Discurso de instalação da Sessão Legislativa]. In: BRASIL. Congresso. Senado. **Relatório da Presidência**, Brasília, 1963. p.10-13.

_____. [Discurso de instalação da Sessão Legislativa]. In: BRASIL. Congresso. Senado. **Relatório da Presidência**, Brasília, 1964. p. 2.

_____. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v. 1, p. 358-359, 1965. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Periodo=2&Ano=1965&Livro=1&Tipo=9&Pagina=358>>. Acesso em: 5 maio 2005.

_____. [Discurso de instalação da Sessão Legislativa]. In: BRASIL. Congresso. Senado. **Relatório da Presidência**, Brasília, 1966. p. 4-7.

_____. **Falando aos que chegam**. Brasília: Senado Federal, 1967. 11 p.

[BUENO DE PAIVA]

PAIVA, Bueno de. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, p.13-14, 14 nov. 1920.

[CAFÉ FILHO]

CAFÉ FILHO, João. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, p. 1.511-1.512, 17 jan. 1951.

[FILINTO MÜLLER]

MÜLLER, Filinto. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, 3 fev. 1959. Seção II, p. 390-391.

_____. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 1º mar. 1973. Seção II, p. 8.

[GILBERTO MARINHO]

MARINHO, Gilberto. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 23 fev. 1968. Seção II, p. 496-497.

[HUMBERTO LUCENA]

LUCENA, Humberto. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 2 fev. 1987. Seção II, p. 35-36.

_____. [Discurso de posse como presidente do Senado]. In: _____. **Senador Humberto Lucena na presidência do Senado Federal**. Brasília: Senado Federal, p. 3-8, 1993.

[JADER BARBALHO]

BARBALHO, Jader. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Senado Federal**, Brasília, p. 827, 15 fev. 2001.

[JARBAS PASSARINHO]

PASSARINHO, Jarbas. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 25 fev. 1981. Seção II, p. 8-9,.

[JOÃO CLEOFAS]

CLEOFAS, João [Discurso de posse como presidente do Senado]. In: _____. **O Congresso e o destino da democracia**. Brasília: Senado Federal, p. 7-9, 1970.

[JOÃO GOULART]

GOULART, João. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Rio de Janeiro, 2 fev. 1956. Seção II, p. 260,.

_____. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, p. 370-372, v. 1, 1961. Disponível em:
<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Periodo=2&Ano=1961&Livro=1&Tipo=9&Pagina=370>>. Acesso em: 5 maio 2005.

[JOSÉ FRAGELLI]

FRAGELLI, José. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 28 fev. 1985. Seção II, p. 17.

[JOSÉ SARNEY]

SARNEY, José. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 2 fev. 1995. Seção II, p. 1.972.

_____. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Senado Federal**, Brasília, p. 319, 2 fev. 2003.

[LUIZ VIANA]

VIANA, Luiz. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 2 fev. 1979. Seção II, p.18.

[MAGALHÃES PINTO]

PINTO, Magalhães. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 2 fev. 1975. Seção II, p. 34.

[MANOEL VITORINO PEREIRA]

PEREIRA, Manoel Vitorino. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v. 6, p. 2, 1894. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Periodo=1&Ano=1894&Livro=6&Tipo=9&Pagina=0>>. Acesso em: 5 maio 2005.

[MAURO BENEVIDES]

BENEVIDES, Mauro. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 3 fev. 1991. Seção II, p. 191-192.

[MEDEIROS NETO]

MEDEIROS NETO, Antônio. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v. 1, p. 17-19, 1935. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Pagina=17&Periodo=2&Ano=1935&Livro=1&Tipo=9&PagMin=3&PagMax=312>>. Acesso em: 5 maio 2005.

[MELLO VIANA]

VIANA, Fernando de Mello. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, p. 463-464, 16 nov. 1926.

[MOACYR DALLA]

DALLA, Moacyr. [Discurso de posse como presidente do Senado]. In: _____. **Um capixaba na presidência do poder legislativo**. Brasília: Senado Federal, p. 9-10, 1984.

[NELSON CARNEIRO]

CARNEIRO, Nelson. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 16 fev. 1989. Seção II, p. 4-5.

[NEREU RAMOS]

RAMOS, Nereu. Discurso de instalação do Senado Federal sob a nova Constituição de 1946. In: CORRÊA. Carlos Humberto (Org.). **Nereu Ramos**. Florianópolis: FCC Portobello, 1988. p. 96-98.

[NILO COELHO]

COELHO, Nilo. [Discurso de posse como presidente do Senado]. In: _____. **Discursos pronunciados pelo Senador Nilo Coelho**. Brasília: Senado Federal, p. 5-9, 1983.

[NILO PEÇANHA]

PEÇANHA, Nilo. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v. 4, p. 108, 1906. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Pagina=108&Periodo=1&Ano=1906&Livro=4&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=1202>>. Acesso em: 5 maio 2005.

[PAULO TORRES]

TORRES, Paulo. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 7 ago. 1973. Seção II, p. 2.713.

[PETRÔNIO PORTELLA]

PORTELLA, Petrônio. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 31 mar. 1971. Seção II, p. 35-38.

_____. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Congresso Nacional**, Brasília, 1º mar. 1977. Seção II, p. 3.

[PRUDENTE DE MORAES]

MORAES, Prudente de. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v. 2, p. 24, 1892. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Periodo=1&Ano=1892&Livro=2&Tipo=9&Pagina=24>>. Acesso em: 5 maio 2005.

[QUINTINO BOCAIUVA]

BOCAIUVA, Quintino. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v. 3, p. 16-17, 1909. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Pagina=16&Periodo=1&Ano=1909&Livro=3&Tipo=9&PagMin=1&PagMax=231>>. Acesso em: 5 maio 2005.

[RAMEZ TEBET]

TEBET, Ramez. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Senado Federal**, Brasília, p. 22.520, 21 set. 2001.

[RENAN CALHEIROS]

CALHEIROS, Renan. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Senado Federal**, Brasília, p. 26, 15 fev. 2005.

[ROSA E SILVA]

SILVA, Rosa e. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Anais do Senado Federal**, v. 3, p. 416, 1898. Disponível em:

<<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/regra/edita.asp?Pagina=416&Periodo=1&Ano=1898&Livro=3&Tipo=9&PagMin=0&PagMax=512>>. Acesso em: 5 maio 2005.

[ULYSSES GUIMARÃES]

GUIMARÃES, Ulysses. **Constituintes: os profetas do amanhã**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1987. 16 p.

[VALDOMIRO MAGALHÃES]

MAGALHÃES, Valdomiro. [Discurso de posse como presidente do Senado]. **Diário do Poder Legislativo**, Rio de Janeiro, p.10.989, 2 mar. 1936.

OBRAS CONSULTADAS

O ÁLBUM dos presidentes: a história vista pelo JB. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 1989. 98 p. il.

ALMEIDA, José Américo de. In: DICIONÁRIO histórico-biográfico brasileiro: pós 1930. 2.ed. rev. atual. Rio de Janeiro: FGV, 2001. v. 1, p. 133-138.

ALVES, Rodrigues. Afirmção constitucional. **Annaes do Senado**, v.3, p. 105, nov. 1902.

_____. Manifesto inaugural à nação. **Correio da Manhã**, a. 2, n. 521, 16 nov. 1902.

_____. Manifesto inaugural de Francisco de Paula Rodrigues Alves, presidente eleito para o quadriênio de 1902 a 1906. **Diário Oficial dos Estados Unidos do Brazil**, a. 41, n. 269, 16 nov. 1902.

AMARAL, Antônio Barreto do. **Prudente de Moraes**: uma vida marcada. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico, 1971. 440 p. il.

ANAIS DO SENADO FEDERAL. Brasília: Senado Federal, 1823- . Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/publicacoes/anais/Regra/Pesquisar.asp?TIPO=1>> Acesso em: 5 maio 2005.

ANDRADE, Auro de Moura. **Em nação democrática, não pode ocorrer, por um dia sequer, a interrupção da continuidade constitucional**. Brasília: Senado Federal, 1964. 12 p.

_____. **Um gravíssimo processo de subversão institucional está em marcha no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1963. 6 p.

BONFIM, João Bosco Bezerra. **A fome que não sai no jornal**: o discurso da mídia sobre a fome. Brasília: Plano, 2002. 118 p.

_____. Ideologia no discurso da mídia: o poder das palavras e as palavras do poder. In: MOTTA, Luiz Gonzaga (Org.). **Imprensa e poder**. Brasília: UnB; São Paulo: Imprensa Oficial, 2002. p.327-343.

_____. **Palavra de presidente**: discursos de posse de Deodoro a Lula. Brasília: LGE, 2004. 477 p.

_____. **As políticas públicas sobre a fome no Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2004. 33 p.

BRASIL. Congresso. Senado. **Dados biográficos dos presidentes do Senado Federal**: 1826 a 1999. 5.ed. atual. Brasília: Senado Federal, 1997. 99 p.

- BRASIL. Congresso. Senado. **Relatório da presidência**. Rio de Janeiro: Senado Federal, 1897- . v.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: quadro comparativo. Brasília: Senado Federal, 1996. 708 p.
- BRAZ, Wenceslau. Sessão solenne de afirmação e posse do Presidente e do Vice-Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, eleitos para servirem no periodo presidencial de 1914 a 1918. **Annaes do Senado**, p. 162-163, nov. 1914.
- CAMPOS, Haroldo. **Iliada de Homero**. São Paulo: Mandarim, 2001. v.
- DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888- . v.
- GALERIA dos presidentes. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/Infger_07/presidentes/gale.htm>. Acesso em: 21 nov. 2002.
- GOULART, João. **Na presidência do Senado Federal**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1956. 36 p.
- GUMBRECHT, Hans Ulrich. **As funções da retórica parlamentar na revolução francesa**: estudos preliminares para uma pragmática histórica do texto. Belo Horizonte: UFMG, 2003. 211 p.
- KOIFMAN, Fábio (Org.). **Presidentes do Brasil**. São Paulo: Cultura: Ed. Rio, 2002. 932 p.
- LYRA, A. Tavares de. O Senado da República, de 1890 a 1930. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, v. 210, p. 3-102, jan./mar. 1951.
- MAIA, Agaciel da Silva. **O Senado e seus presidentes**: Império e República. Brasília: Senado Federal, 2004. 293 p.
- MÜLLER, Filinto. [Pronunciamento analisando o discurso de posse do presidente Emílio Garrastazu Médici]. **Anais do Senado**, p. 169-172, 1969.
- PASSOS, Edilenice Lima. **Mesas diretoras do Senado Federal**: 1891-1992. Brasília: Senado Federal 1991. 134 p.
- PEIXOTO, Artur Vieira. **Floriano**: memórias e documentos. Rio de Janeiro: Ministério da Educação, 1939. v. 1, p. 161-3.
- PERELMAN, Chain; OLBRECHTS-TYTECA. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- RAMOS, Graciliano. In: ENCICLOPÉDIA Mirador Internacional. São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil, 1995. v. 17, p. 9.607.

SILVA, Cyro. **Floriano Peixoto**: o consolidador da República. São Paulo: Edaglit, 1963. 258 p.

VIEIRA, Antonio. **Sermões**: Vieira. 5.ed. Rio de Janeiro: AGIR, 1968. 134 p. il.

VIEIRA, Antonio. **Sermões**: Antonio Vieira. Erechim: Edelbra, 1998. 12 v.